



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

VITÓRIA RODRIGUES DA SILVA

**“ENVOLVIDAS”: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS ADOLESCENTES EM
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PRIVATIVA DE LIBERDADE**

FORTALEZA

2020

VITÓRIA RODRIGUES DA SILVA

“ENVOLVIDAS”: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS ADOLESCENTES EM MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Cultura, política e conflitos sociais.

Orientador Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S584e Silva, Vitória Rodrigues da.
"Envolvidas" : a experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade
/ Vitória Rodrigues da Silva. – 2020.
176 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva .

1. Sistema Socioeducativo. 2. Conflitualidade urbana. 3. Gênero. 4. Facção. I. Título.

CDD 301

VITÓRIA RODRIGUES DA SILVA

“ENVOLVIDAS”: A EXPERIÊNCIA SOCIAL DAS ADOLESCENTES EM MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de pesquisa: Cultura, política e conflitos sociais.

Aprovada em: 15/07/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará que tão bem me acolheu em especial ao meu querido orientador Luiz Fábio.

Aos professores Jânia e James que aceitaram tão gentilmente participar da banca desde a qualificação e que realizaram contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às adolescentes e jovens – cocotas e cabrões – que compartilharam comigo uma parte de suas trajetórias, afetos e angústias.

RESUMO

A presente pesquisa busca investigar a experiência social das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade na unidade de Fortaleza/CE. Neste intento foram definidos os seguintes objetivos específicos: conhecer quais aspectos socioeconômicos, educacionais e redes de sociabilidade das adolescentes; analisar a relação entre as experiências das socioeducandas e a inserção no mundo do crime, bem como o sentido que as jovens atribuem à ação de fazer o crime e, por fim, observar como elas experienciam a internação. No que se refere aos aspectos metodológicos, trata-se de uma investigação multimétodo com pesquisa bibliográfica, etnográfica, com aplicação de questionário e entrevista semiestruturada com adolescentes que cumprem medida privativa de liberdade na única unidade do Ceará destinada para adolescentes do sexo feminino: o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota (CSABM). Teoricamente, esta pesquisa tem entre as principais bases conceituais a antropóloga Veena Das; as noções de necropolítica, proposta por Achille Mbembe; entrelaçada pela perspectiva interseccional. Valendo-se também da articulação com outras pesquisas na área de socioeducação e encarceramento de mulheres. Os resultados indicam que o perfil da adolescente que infraciona articula as dimensões de classe, étnico-racial, geracional e de gênero. Elementos que as aproximam das mulheres do sistema prisional e com socioeducandas de outros Estados. Verificamos que as principais referências afetivas das adolescentes são a figura materna; as relações afetivo-sexuais; redes de amigos e o coletivo criminal a qual se vinculam. Identificou-se que a prática infracional não costuma ocorrer subsidiária a uma figura masculina, porém, há alta incidência de violência intraconjugal. Foi observado o aumento da participação das adolescentes nas ações faccionais, principalmente no homicídio de meninas e mulheres. Os coletivos têm assumido papel significativo na vivência das adolescentes determinando modos de socialização e estabelecimentos de vínculos inclusive dentro do Centro Socioeducativo, que anteriormente era território portador de relativa neutralidade. O Sistema Socioeducativo (e penal) são seletivos para determinar a criminalização das condutas e na escolha de seus “clientes”. Um conjunto de fatores que não podem ser interpretados separadamente e diversas contingências criam condições para que essas meninas se tornem “envolvidas”.

Palavras-chave: Sistema Socioeducativo. Conflitualidade urbana. Gênero. Facção.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the social experience of female adolescents in compliance with a socio-educational correctional measure involving deprivation of liberty in the unity of Fortaleza / CE. In this attempt, the following specific objectives were defined: to know the socioeconomic, educational and social networks of sociability of these adolescents; to analyze the relationship between the experiences of teenage girls during educational correctional measure and their insertion in the world of crime, as well as the meaning that young women attribute to the action of doing the crime and, finally, to observe how they experience institutionalization. With regard to methodological aspects, it is a multi-method investigation with bibliographic, ethnographic research, with the application of a questionnaire and semi-structured interview with teenagers who are taking a measure of deprivation of liberty in the only unit in Ceará for female adolescents: the Socio-educational Center Aldaci Barbosa Mota (CSABM, for its acronym in Portuguese). This research has, among the main conceptual and theoretical basis: the anthropologist Veena Das and the notion of necropolitics, proposed by Achille Mbembe, intertwined by the intersectional perspective, with the articulation to other researches in the area of socio-education and incarceration of women. The results indicate that the profile of the female adolescent who committed an infraction articulates the ethnic-racial, generational, class and gender dimensions, elements that bring them closer to adult women in the prison system and to socio-educating girls from other Brazilian states. We verified that the main affective references of the incarcerated female adolescents are the maternal figure, the affective-sexual relationships, the networks of friendship and the criminal collective to which they are linked. It was identified that the infraction practice does not usually occur yielding to a male figure, however, there is a high incidence of intra-conjugal violence. An increase in the participation of adolescents in splinter groups actions was observed, especially in the homicide of girls and women. Collectives have taken on a significant role in the experience of these adolescent girls, determining ways of socializing and establishing bonds even within the Socio-Educational Center, which was previously a territory of relative neutrality. The Socio-educational (and penal) System is selective to determine the criminalization of conduct and the choice of its "clients", a set of factors that cannot be interpreted separately and which several contingencies create conditions for these girls to become "involved".

Keywords: Educational Correctional System. Urban Conflict. Gender. Splinter Group.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Faixa etária das socioeducandas que responderam ao questionário.....	28
Gráfico 2 -	Perfil étnico-racial das socioeducandas segundo questionário.....	35
Gráfico 3 -	Regiões de origem das socioeducandas.....	43
Gráfico 4 -	Municípios de origem (interior e região metropolitana).....	44
Gráfico 5 -	Coabitação: com quem as socioeducandas residem.....	55
Gráfico 6 -	Tipo de trabalho dos moradores da residência.....	58
Gráfico 7 -	Repetência escolar das socioeducandas.....	66
Gráfico 8 -	Descontinuidade da formação escolar por região de origem.....	68
Gráfico 9 -	Comparativo da relação estabelecida com a mãe e o pai.....	76
Gráfico 10 -	Assassinatos de familiares, amores e amigos.....	98
Gráfico 11 -	O primeiro ato infracional.....	115
Gráfico 12 -	Ato infracional pelo qual a socioeducanda está privada de liberdade.....	117
Gráfico 13 -	Porcentagem de socioeducandas que consomem cada substância.....	121
Gráfico 14 -	Número de admissões anteriores no Centro Socioeducativo.....	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista das socioeducandas entrevistadas.....	31
Tabela 2 - Quantitativo de adolescentes por bairro (Fortaleza).....	49
Tabela 3 - Informações sobre medida socioeducativa das entrevistadas.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCPHA	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência
CEABM	Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRF	Centro de Reeducação Feminino
CRV	Central de Regulação de Vagas
CSABM	Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota
CV	Comando Vermelho
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FDN	Família do Norte
FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
GDE	Guardiões do Estado
GIT	Grupo de Intervenção Tática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISTs	Infecções sexualmente transmissíveis
LA	Liberdade assistida
NOC	Núcleo Olívio Câmara
OSC	Organização da Sociedade Civil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PNAD	Pesquisa nacional por amostra de domicílios
PNH	Política Nacional de Habitação
PSC	Prestação de serviço à comunidade

PRLV	Programa de Redução de Violência Letal contra Adolescentes e Jovens
SEAS	Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria Estadual Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SME	Secretaria Municipal de Educação
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	11
2	“A FEBEM DAS MENINAS”.....	22
2.1	As meninas do Aldaci.....	27
2.1.1	<i>Quem são elas: gênero, raça/cor/etnia e faixa etária.....</i>	32
2.1.2	<i>Territórios e condições de moradia.....</i>	43
2.1.3	<i>Trabalho e fonte de renda.....</i>	57
2.1.4	<i>Escolarização e profissionalização.....</i>	65
3	OS AFETOS: A FAMÍLIA, OS AMORES, OS AMIGOS E A FACÇÃO.....	75
3.1	As relações familiares: a centralidade da figura materna.....	75
3.2	As relações amorosas: a violência dos afetos.....	82
3.3	Das amizades a facção: o afeto que dispõe para matar e morrer.....	93
4	A FEBEM PESA: A EXPERIÊNCIA DA INTERNAÇÃO.....	113
4.1	Atos e processos.....	114
4.2	O valor da liberdade e o peso da prisão.....	123
4.3	As relações de amizade e inimizade.....	134
4.4	As audiências e os retornos.....	150
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS	164
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS ADOLESCENTES.....	171
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	175

1 INTRODUÇÃO: OS CAMINHOS DA PESQUISA

A trajetória desta pesquisa começou a ser construída em outubro de 2017 quando estabeleci meu primeiro contato com as adolescentes privadas de liberdade do sistema socioeducativo cearense, na ocasião, exclusivamente como psicóloga. No mesmo período entrei no mestrado em sociologia com o projeto de pesquisa que tinha como objeto de estudo as formas de apropriação de mulheres dos espaços públicos da cidade de Fortaleza/CE. A partir da minha experiência profissional me deparei com adolescentes que, como elas mesmas costumam dizer, estavam “puxando FEBEM”¹. Tal condição limita o habitar a cidade, situação já vivenciada antes da entrada no sistema socioeducativo com o acirramento dos conflitos e disputas territoriais protagonizados pelos coletivos criminais, as chamadas “facções”. A experiência das adolescentes privadas de liberdade é atravessada por vulnerabilidades e acesso limitado a políticas públicas que garantam direitos fundamentais. Observei relações fragilizadas com as instituições importantes na formação dos sujeitos, como família, escola e vivência comunitária, onde a presença repressora e ostensiva do Estado ocorre por meio dos agentes da segurança pública. Diante da fratura social, a proximidade com grupos criminais que adotam discurso de coesão, pertencimento e familiaridade tem atraído cada vez mais jovens.

O recrutamento de crianças e adolescentes no Ceará tem sido destaque em dispositivos midiáticos locais e nacionais (FELIZARDO, 2019; PEREIRA, 2019) que apontam a promessa de acesso a bens materiais e simbólicos somados às vulnerabilidades

¹ A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é uma verdadeira tradição. Desde o século XVIII com a Casa dos Expostos sob a lógica religiosa caridosa e assistencialista, passando pelo código Mello Mattos de Menores em 1927, que defendia a internação de qualquer criança em situação de pobreza para ser educada para capacitação profissional, ser disciplinada e ter os comportamentos contrários às normas corrigidos. Em momento posterior, é promulgado o Código de Menores em 1979 que adotou a Doutrina da Situação Irregular em face dos menores de 18 anos, mediante o caráter tutelar da legislação. A responsabilidade pelas internações do chamado menor abandonado e/ou infrator é centrado na União através da FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) e os órgãos executores estaduais eram as FEBEMs (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor), onde prevaleciam medidas repressivas. Por fim, chega-se a Doutrina da Proteção Integral a partir da Constituição de 1988 (RIZZINI; RIZZINI, 2004). O mesmo texto mantém a imputabilidade penal para menores de 18 anos. O texto constitucional é regulamentado pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990: o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA. A partir do Estatuto, a palavra menor não é mais usada, pelo menos no campo jurídico, mas sim criança (pessoa até doze anos de idade incompletos) e adolescente (com idade entre doze e dezoito anos incompletos). Aos/as crianças e adolescentes autores de ato infracional, definido como crime ou contravenção penal (ECA, art. 103), só podendo ser aplicada medida socioeducativa a adolescentes, que são: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida (LA), prestação de serviço à comunidade (PSC), medidas de privação da liberdade em regime de semiliberdade ou internação (ECA, art. 112). A nomenclatura FEBEM deixou de ser utilizada em 2006 devido ao vasto histórico de violações de direitos dentro das instituições executoras das medidas de privação de liberdade. Adotam-se, então, os termos “Centro Socioeducativo” e “Centro de Atendimento Socioeducativo”. Apesar da mudança, é comum o uso da expressão FEBEM principalmente pelos próprios adolescentes. O “puxar FEBEM” é análogo ao “puxar cadeia”.

sociais tem propiciado o aumento do contingente juvenil desses grupos. Em troca, os novos de integrantes devem fidelidade e disposição para matar e morrer.

O centro socioeducativo é lugar de destino de adolescentes apreendidos e o apartamento temporário do convívio sociocomunitário não rompe com as relações externas à instituição, mas também é espaço onde elas são reproduzidas. Em minha experiência profissional, assisti o aumento de socioeducandas integrantes de facções e a intensificação do discurso que indica a vinculação ao grupo criminal como central nas vidas dessas adolescentes, influenciando a convivência institucional e sociofamiliar.

A inserção e crescimento das chamadas organizações criminosas e a cooptação de meninas e meninos foram propiciados por elementos articulados. Neste Estado há a atuação de quatro facções: Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Família do Norte (FDN) e Guardiões do Estado (GDE). Sendo esta última formada na capital cearense, diferentemente das demais. PCC e GDE estabeleceram relação de cooperação, assim como o CV e FDN. Paiva (2019) propõe que a presença destas organizações transformou o modo de fazer o crime e a vida das populações da periferia de Fortaleza, anteriormente marcada pelas disputas entre gangues desde a década de 1990. Formados por jovens de distintos bairros que se encontravam em bailes funk para estabelecerem disputas físicas em uma forma de atestar masculinidade, que “se garantiam”. A inserção do tráfico de drogas e de armas de fogo foi para fomentar as disputas entre territórios, aumentando a letalidade dos conflitos. Com a rentabilidade do tráfico de drogas, líderes de gangues se tornam traficantes e as demarcações territoriais se acirram. Frequentar a área do grupo rival é motivador de morte. Em 2014 as lideranças do tráfico do Estado, dentro e fora dos presídios, começam a estabelecer comunicação com facções de fora – CV do Rio de Janeiro, PCC de São Paulo e FDN do Amazonas – possibilitando a organização de grupos locais para os coletivos dos outros estados. O advento do GDE conferiu um discurso identitário na forma de se vincular ao crime no Ceará. Os coletivos estabeleceram regras de condutas nos bairros e após um período de pacificação em meados de 2015 e 2016 – o que proibia a prática de homicídios entre os grupos –, ao final do mesmo ano as disputas retomaram seu traço letal com confrontos armados. Adentrar o território do inimigo tem como custo a própria vida.

Neste contexto, destaca-se a participação de mulheres na consolidação das facções contribuindo na comunicação entre presídio e comunidade, atuando no tráfico de drogas e articulando ações de eliminação de membros do grupo rival. Contudo, a participação na dinâmica do crime também as coloca como alvo de vingança e vítimas do

próprio grupo. Ameaçadas de morte, torturadas e assassinadas acusadas de cooperar com grupo inimigo. Até mesmo os relacionamentos afetivos e sexuais, caso seja estabelecido com quem resida em bairro dominado por facção rival, são motivadores de atos violentos contra elas (PAIVA, 2019). Nas redes sociais de grupos policiais e faccionais, principalmente no *Facebook*, é comum postagens que justificam e comemoram a morte de mulheres sob o argumento de serem “envolvidas”, espetacularizando a violência e estigmatizando essas jovens.

O discurso social, assimilado e utilizado pelas próprias adolescentes e jovens do sistema, referem-se às pessoas que não praticam contravenções penais como *cidadão* e a si mesmas como *envolvida* no “mundo do crime”. Tal fato, por vezes, é sinalizado como justificadores de abordagens policiais e violação de direitos. Uma divisão entre não criminosos e criminosos, onde estes últimos são apartados das suas condições de humano e portadores de direitos. Barros e Benicio (2017) falam de uma produção psicossocial da figura do jovem envolvido. Um processo de sujeição de jovens das periferias urbanas, em uma articulação entre periculosidade, pobreza e violência. O ser (jovem) envolvido toma forma de inimigo público, uma figura identitária feita para o extermínio dentro da política de segurança pública militarizada do Estado do Ceará.

É comum no relato das adolescentes do sistema socioeducativo a inviabilidade de transitar em territórios que rivalizem com o seu, bem como um discurso que indica identificação e sentimento de pertencimento com as organizações criminais. Além disso, em minha atuação profissional, me deparei (e me deparo) com casos de adolescentes que narram histórico, além dos já citados, de repetência e evasão escolar, vivência marital e uso de substâncias psicoativas.

O contato com esta realidade desencadeou em mim diversas indagações e reflexões sobre os contingenciamentos que contribuíram na constituição dessas adolescentes que se autodeclaram envolvidas. Assim, estudar formas de apropriação da cidade por mulheres ficou em segundo plano e me dedicar em compreender os fenômenos que emergiam das narrativas das jovens do sistema socioeducativo se tornou mais urgente. A unidade socioeducativa virou locus de pesquisa. Ocupei, portanto, duas posições, a de pesquisadora e a de indivíduo parte do campo. Isto se colocou enquanto desafio, mas também como vantagem, uma vez que devido às múltiplas inserções no campo pude construir uma visão mais aprofundada da complexidade que este tipo de instituição possui.

A dupla presença na instituição pode ser interpretada equivocadamente como falta de objetividade científica. A esse respeito Rodrigues (2001) propõe que o trabalho

científico é um processo intimamente ligado à trajetória do pesquisador em uma radicalidade da proximidade com o objeto de estudo, onde o distanciamento pode ser construído no plano intelectual pelo exercício da autorreflexão. A distância analítica não se confunde com a geográfica, cultural e histórica. Isto me exigiu maior esforço para que a pesquisadora não seja ofuscada pela psicóloga e que fosse possível demarcar a diferença entre essas duas funções para os atores. Foi necessário que se construíssem estratégias. Além da mudança de vestuário, com o não uso do uniforme de funcionária, mas também o de espaço físico, com a não utilização da sala destinada ao atendimento da psicologia. A principal intervenção foi por meio da linguagem, lembrando continuamente a minha posição nos momentos em que estava presente exclusivamente como pesquisadora. O trabalho de assimilação deste lugar de dois foi mais meu do que das socioeducandas. Reitero que a separação completa entre as duas posições não é possível e isto não é necessariamente prejudicial, mas nos coloca em posição de constante de autoanálise para refletir criticamente sobre as minhas observações e leituras a respeito dos fenômenos e situações que emergiram.

Enquanto pesquisadora, diante do cenário até aqui descrito, alguns questionamentos foram motivadores para a mudança do objeto de estudo e será fio condutor da investigação: Quem são essas adolescentes que subverteram de alguma forma padrões patriarcais e ideologicamente construídos atribuídos ao feminino como passividade, docilidade e pacificidade? Quais percursos percorridos que culminaram na entrada no sistema socioeducativo? Como é a experiência de privação de liberdade dessas adolescentes? Desse modo, diante do exposto, a pesquisa tem por objetivo investigar a experiência social das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade na unidade de Fortaleza/CE. Foram definidos três eixos norteadores para a produção deste trabalho: 1) Conhecer quais aspectos socioeconômicos, educacionais e redes de sociabilidade das adolescentes; 2) Analisar a relação entre as experiências das socioeducandas e a inserção no “mundo do crime”, bem como o sentido que as jovens atribuem à ação de fazer o crime e 3) Observar como elas vivenciam a experiência da internação.

Como suporte teórico que contribuíram para a construção desta investigação, destaca-se a antropóloga indiana Veena Das. A pesquisadora há décadas se dedica a estudar como a violência presente em eventos críticos atravessa o cotidiano, realizando intersecções entre gênero, violência e subjetividade, a partir de um trabalho de campo que se debruça continuamente sobre as experiências de mulheres por meio de suas narrativas.

Por evento crítico, Das (1996) define circunstâncias provocadoras, caracterizados pela brutalidade de instituições como o Estado, a família ou grupos, etc., depois de submetidos a eventos críticos, os atores sociais assumem novas formas, inclusive de ações, produzindo efeitos nos discursos e nos corpos, quando as palavras falham, o corpo é o único meio de expressão. A antropóloga nomeia de dimensão ordinária da violência: ela é intrínseca à vida cotidiana. É através da linguagem dessa violência ordinária que se expressam outras violências, por assim dizer, aquelas que residem nas dimensões do que não pode ser dito (CARVALHO, 2008; DAS, 1999).

Ao contrário de algumas abordagens sobre violência, que tendem a vê-la como algo eventual, do esporádico e no campo de posições rígidas como vítima e agressor, agência e opressão, Das (1999, 2008, 2011) se opõe a essa perspectiva dicotômica, inclusive percebe como limitante pensar que agência só pode ocorrer em momentos de resistência e transgressão. Os sujeitos enfrentam a violência como modo de reabitar o cotidiano, elaborando novas formas de subjetividade provocadas pela perturbação de um evento crítico, mas isso não significa que a autora atribua caráter de excepcionalidade à violência, mas sim a situa como constitutiva das relações sociais.

Nesse sentido, as adolescentes que cumprem medida em privação de liberdade, logo a mais gravosa que pode ser aplicada ao entrar no sistema socioeducativo, já passaram por diversas violações de direitos e violências por parte do Estado, família e sociedade. A socioeducação é a última política pública, quando todas as outras já falharam. Sugere-se que todas percorreram eventos críticos até a apreensão, podendo a internação ser considerada um deles. Costumam ser vistas como bandidas ou vítimas, mas não cabe encaixá-las em nenhum e nem outro. São sujeitos – em fase de desenvolvimento – que construíram possibilidades subjetivas possíveis em meio à fratura social e familiar provocada por estas circunstâncias, recuperando, mesmo que brevemente, uma existência subjetiva e social. A entrada no chamado “mundo do crime”, a forma de experienciar a institucionalização pode se configurar como um agenciamento, não necessariamente uma resistência calculada, mas de uma existência possível.

As adolescentes são todas oriundas de áreas periféricas, seja da capital cearense ou do interior, portanto, não se pretende ignorar o caráter socioeconômico de gerir as ilegalidades segundo os interesses de uma classe, nem a atual configuração dos conflitos territoriais marcados por tráfico de drogas e crimes violentos presente na experiência das adolescentes do sistema socioeducativo. Nesse sentido Das e Poole (2008) propõem a noção de margens, não como territórios ou populações sobre os quais o Estado atua de

forma deficiente ou ausente, mas como espaços e práticas em que os processos estatais e as leis se inserem por meio de modos de regulação. Assim, sugerindo que as margens são decorrência e implicação necessária do Estado, sendo a exceção um componente necessário da regra. Das e Poole propõem um diálogo com Weber, sugerindo que para entender o “problema” das margens é preciso discutir o monopólio do uso legítimo da força física para manutenção da ordem do Estado, concebido como um projeto incompleto, que deve ser sempre reafirmado através da invocação da ameaça da falta de leis e desordem, que viria tanto de fora como de sua própria jurisdição. A partir dessa noção de margem, a qual se vincula às práticas estatais (e não à ausência destas) nas periferias, Padovani (2015) sugere que instituições de privação de liberdade possam ser pensadas também como margem, possuindo relação com as periferias em processos encadeados que as vinculam.

Obviamente o arcabouço teórico é fundamental para a realização de uma pesquisa, mas uma teoria não diz toda a verdade sobre uma realidade e é o campo, a dimensão da experiência, que deve ser preponderante não devendo ser moldado para se articular com as ideias de um autor. Assim, mesmo que as preposições de Das apresentem contribuições importantes para o objeto de estudo desta pesquisa, percebe-se que autora pouco problematiza as categorias de gênero, vinculando-se demasiadamente aos termos binários “mulher” e “homem”, dando a entender que seus estudos giram em torno exclusivamente da heteronormatividade², pressupondo uma possível homogeneização das mulheres.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2015) com uma unidade de cada região do país, foram encontrados em todas as adolescentes que se chamam de “boy”, por assumirem uma identidade masculina, roupas largas, cabelo curto e que se referem si sempre no masculino e possuem gestualidades socialmente relacionados ao homem. No centro socioeducativo feminino do Ceará, os “boys” também estão presentes, mas sob o nome de “cabrão”. Para dialogar com esse fenômeno, recorreremos às contribuições de Butler (1998, 2016), que insere a compreensão de gênero enquanto performance que se relaciona diretamente com gênero/sexo/desejo. Segundo essa compreensão, os gêneros são produzidos a partir das práticas reguladoras e dos discursos que moldam corpos e influenciam subjetividades ao atribuírem ao feminino e

² A heteronormatividade sustenta-se no princípio que os sujeitos nascem fêmea ou macho e, que os dois sexos possíveis determinam um de dois gêneros possíveis, impondo uma única via possível de desejo, que é o sexo/gênero oposto. Qualquer pessoa que não se adeque a esse alinhamento sexo-gênero-sexualidade são colocados à margem das preocupações do Estado e da sociedade em geral (LOURO, 1997).

ao masculino signos próprios. O gênero sendo performático é constantemente reafirmado e materializado por normas e práticas culturais. Nesse cenário, o gênero parece estar diretamente associado ao corpo, assim, quando um corpo possui vagina, conseqüentemente possuirá o sexo feminino. Tal concepção exclui e silencia qualquer outra identidade que não se adeque a esse modelo, colocando-as em posição de abjetos, como os homossexuais, transexuais, intersexos, não-binários e qualquer outra que rompa a hegemonia heterossexual.

Outro diálogo que se pretendeu estabelecer no decorrer da pesquisa é com as produções de Butler (2017, 2018) acerca do que nomeia de precariedade, o estatuto político das vidas e as discussões de Mbembe (2018) sobre Necropolítica. Mbembe (2018) realiza uma atualização do conceito foucaultiano de biopolítica para uma necropolítica, onde a política não é para produção de vidas (adequadas às normas), mas para a morte de vidas consideradas descartáveis e matáveis no sistema produtivo liberal.

Mbembe (2018), que é camaronês, parte do contexto da periferia do capitalismo, no caso o continente africano, entrando aí uma análise importante da dimensão racial e que pode ser ampliada para pensar a conjuntura da América do Sul. O direito de matar possui como base normativa a criação de um inimigo a partir de um estado de exceção e de sítio. O poder, do Estado ou não, se sustenta na emergência e na ideia de um inimigo em comum para justificar o descarte de vidas.

O discurso sobre a violência na área urbana da cidade Fortaleza cria um estado de sítio, onde determinados bairros se configuram como estado de exceção e o inimigo em comum é o “bandido”, o “envolvido”. Adolescentes que realizam contravenções penais ocupam um lugar específico no discurso social, como aqueles que tudo podem fazer por serem inimputáveis, ou como é comum: “não acontece nada com eles mesmo”. A prática de atos infracionais por adolescentes, principalmente os contra a vida, são utilizados pelos movimentos que buscam a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. O discurso da mídia também é responsável pelo fortalecimento do desejo de morte desse outro, que deve ser punido rigorosamente e por maior tempo possível.

Butler (2017) afirma que todos somos seres que estamos sempre entregues aos outros, às normas, às organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Para autora, ser um corpo é estar exposto em uma modelagem e a uma forma social, e isso que faz uma ontologia do corpo uma ontologia social. As condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria

capacidade para discernir e nomear o ser do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento. Ou seja, as normas e a influência que esse conceito tem sob o que caracteriza como uma vida vão influenciar a forma e a capacidade com que apreendemos uma vida. Dentro de mecanismos de poder e normas historicamente contingentes nomeiam que “ser” são passíveis de reconhecimento do que é considerado vida e o que não é, dessa forma, essas vidas nunca serão vividas nem perdidas.

Parti da perspectiva da sociologia compreensiva de Weber (2000) buscando entender e interpretar o fazer o crime enquanto ação social, portanto, ocupando-se do sentido que os sujeitos atribuem às suas próprias ações, socialmente contextualizadas, como eles se movem, por que agem de determinadas maneiras, o que os estimula a agir assim. Ação social não é apenas o comportamento de um indivíduo, mas quando ele é orientado pelo outro. Na perspectiva weberiana a sociologia tem por objetivo compreender o sentido que a pessoa atribui a sua conduta em coletividade.

Tendo em vista as especificidades relativas a gênero, sexualidade e questões raciais – pelo menos metade das adolescentes são pretas/pardas – a proposta deste trabalho foi partir da perspectiva interseccional. A interseccionalidade, recorrente nos estudos de gênero e muito difundida pelos feminismos negros durante a década de 1970, contribuiu para compreensão de como os diferentes domínios/conceitos interagem na perspectiva de construção da identidade de gênero. Assim, os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão no interior das sociedades – gênero, faixa etária, orientação sexual, raça, classe, etc. –, se inter-relacionam, criando um sistema que reflete a intersecção de múltiplas formas de opressão (AKOTIRENE, 2019; NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010). Sob esta perspectiva, a categoria identitária *envolvida* para além da periculosidade e pobreza, está interseccionada com gênero. As meninas e mulheres, como descrito anteriormente, são alvo de forma diferenciada na dinâmica criminal, tendo seus afetos e corpos regulados e violados.

Obviamente o referencial teórico não se esgotou nos apresentados até o momento. Dados de instituições públicas como o Levantamento Anual do SINASE, informações cedidas pela Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Ceará (SEAS) e organizações como o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) contribuíram na construção desta pesquisa, bem como outras pesquisas realizadas sobre medida socioeducativa em meio fechado.

Para compreensão do fenômeno objeto de investigação, foi realizada pesquisa multimétodo, combinando métodos quantitativos e qualitativos, dividido em etapas

complementares, fornecendo melhores possibilidades analíticas. Partindo da revisão de literatura, deu-se a incursões no campo. Esta segunda etapa, que não pressupôs a finalização da primeira, foi etnográfica. A etnografia é imersão no campo pesquisado para reconstituir visões estereotipadas e dadas, permitindo cruzamento entre os diferentes pontos de vistas sobre o objeto, tornando mais clara a complexidade das práticas. É em sua essência, uma metodologia que se distancia da suposta neutralidade das Ciências Sociais e que não se contenta com as análises e categorias já construídas sobre a realidade social, é, portanto, uma ferramenta crítica e política (BEAUD; WEBER, 2007).

O campo de pesquisa é o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota (CSABM), única unidade de internação para adolescentes do sexo feminino do Estado do Ceará³, ou seja, atende tanto a população da região metropolitana de Fortaleza, como do interior. Entre as medidas socioeducativas presentes no centro, estão: internação provisória, internação, semiliberdade e internação-sanção. Todas são medidas privativas ou restritivas de liberdade. Por se tratar de uma instituição pública estadual, o projeto de pesquisa foi submetido à avaliação do órgão responsável pelas medidas socioeducativas, a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (SEAS) para autorização da pesquisa de campo, a permissão não se estendeu a realização de registros fotográficos.

As incursões etnográficas ocorreram fora do meu horário de trabalho entre os meses de junho de 2018 e julho de 2019, nos espaços de convivência coletiva de lazer, de atividades pedagógicas, religiosas, refeição e dias destinados à visita de familiares. No trabalho de campo foram realizadas conversações com as socioeducandas e funcionários. Todas as informações registradas no diário de campo. Informações gerais que tenho acesso como membra da equipe técnica também foram registradas no diário de campo. Contudo, nenhum dado confiado a mim em atendimento psicológico foi usado, uma vez que isto fere o Código de Ética da profissão e violaria o vínculo de confiança estabelecido com as adolescentes.

Entre os instrumentos de coletas de dados construí questionário, respondidos pelas adolescentes, para obter dados socioeconômicos, escolares, consumo de drogas, histórico infracional e relações afetivas e familiares. Esta se configurou como a terceira etapa de pesquisa.

³ No Brasil existem 35 unidades exclusivas para internação de adolescentes do sexo feminino. Quase todas são localizadas nas capitais (BRASIL, 2018).

A quarta foi a realização de entrevistas semiestruturadas com oito jovens. As socioeducandas foram convidadas a participar de forma voluntária. Quem já tinha atingido a idade de 18 anos assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as informantes adolescentes assinaram o Termo de Assentimento. Em ambos os documentos a responsável pela instituição, diretora da unidade, assinou autorizando a realização das entrevistas, uma vez que as socioeducandas estão sob a tutela do Estado, sendo ela a figura responsável. As entrevistas foram gravadas por meio de áudio, mediante prévia autorização das interlocutoras e posteriormente transcritas.

O método misto, empregado nesta pesquisa, não é utilizado de forma recorrente nas Ciências Sociais. A integração de técnicas permitiu maximizar a quantidade de dados coletados, favorecendo a amplitude das análises e elevando a qualidade das conclusões da pesquisa. O uso do questionário viabilizou a construção de um perfil mais amplo das socioeducandas, enquanto a etnografia e a entrevista, o aprofundamento sobre a trajetória de vida e experiência de internação das adolescentes e jovens. Aspectos estes imprescindíveis para responder ao problema deste estudo que teve como foco o percurso das adolescentes de inserção nos coletivos criminais, o *envolvimento*, a entrada no sistema socioeducativo e experiência da internação.

O presente texto apresenta os resultados da pesquisa, divididos em três capítulos teórico-analíticos:

O primeiro descreve a instituição locus de pesquisa e os instrumentos construídos e utilizados na coleta de dados. Investigamos dimensões socioeconômicas e acesso a direitos fundamentais, como condições de moradia, escolarização, profissionalização, situação familiar no acesso ao mercado de trabalho. Bem como a intersecção entre os marcadores de classe, étnico-racial, geracional e de gênero.

O segundo é dedicado ao desafio de compreender as relações de afeto mais expressivas nas narrativas das adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional. São elas o vínculo familiar; as relações afetivas-sexuais e de amigas. Incluindo a vinculação com o coletivo criminal.

O último capítulo descreve e analisa a experiência de privação de liberdade. O jogo relacional entre as socioeducandas e funcionários, as mudanças ocorridas na forma de vivenciar a internação, o cumprimento de regras e normas (formais e informais), bem como a influência faccional na dinâmica institucional.

No transcorrer dos capítulos traremos trechos das narrativas obtidas via entrevistas, informações registradas no diário de campo e dados obtidos pela aplicação do questionário.

2 “A FEBEM DAS MENINAS⁴”

As medidas privativas de liberdade são executadas pelo Estado, enquanto as em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) são responsabilidade do município. No Ceará existem 17 centros socioeducativos, 10 destes na capital. São centros de internação, semiliberdade, internação provisória e recepção⁵. Apenas um deles é exclusivo para adolescentes do sexo feminino⁶: o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota⁷ (CSABM). Localizado na capital cearense e atende todas as medidas privativas de liberdade e recebe adolescentes da capital e do interior.

Antes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1976 o Centro de Reeducação Feminino (CRF) conhecido como Triagem Feminina recepcionava e atendia crianças e adolescentes do sexo feminino encaminhados pelo juiz de menores. Este centro estava localizado no espaço em que hoje funciona o Horto de plantas medicinais, no bairro Passaré. Em 1979, a Triagem Feminina foi transferida para o Núcleo Olívio Câmara (NOC). No NOC as abrigadas participavam de uma programação de atividades externas realizada pela equipe de profissionais. Algumas abrigadas eram liberadas para trabalhar como empregadas domésticas. Em 1981, a Triagem Feminina passou a funcionar em uma ala anexa ao NOC (prédio do extinto Abrigo José Moacir Bezerra), com o nome de Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM). Em 1988, foi realizada uma nova transferência da Triagem Feminina e das adolescentes envolvidas em ato infracional abrigadas no NOC para um espaço vizinho denominado de CEABM. As crianças e

⁴ É comum nos discursos de jovens e familiares se referirem ao CSABM como a “FEBEM das meninas”

⁵ Em Fortaleza: 1 unidade de recepção, 1 centro de semiliberdade, 4 centros de internação, 3 destinados ao cumprimento de internação provisória e a unidade feminina. As unidades masculinas de internação provisória também recebem adolescentes em internação-sanção.

Em Sobral: 3 três centros divididos em internação provisória, internação e semiliberdade. Atende adolescentes da região norte do Estado.

Cariiri: 1 unidade de internação provisória e 1 para o regime de semiliberdade. Ambas localizadas na cidade de Juazeiro. A unidade de semiliberdade é mista, ou seja, também atendem meninas.

A região centro sul do Ceará conta com uma unidade de semiliberdade no município de Iguatu. A cidade Crateús também possui o mesmo tipo de centro socioeducativo. Ambas são unidades mistas.

⁶ Em outubro de 2018 a primeira menina transexual cumpriu medida de internação provisória na unidade feminina. Até dezembro deste de 2019, seis adolescentes nesse perfil foram admitidas. Apenas uma recebeu sentença de internação e uma de semiliberdade. Ambas cumpriram na mesma unidade.

A primeira admissão de uma menina trans no CSABM foi noticiado na página online do jornal O Povo (TÚLIO, 2018).

⁷ A unidade de recepção em Fortaleza realiza o primeiro atendimento das adolescentes, após apreensão e antes da audiência de apresentação. Até o final de 2019 o prédio não contava com dormitórios femininos e por isso elas aguardam a decisão judicial no CSABM. Foi inaugurado novo prédio da unidade de recepção ao lado no complexo da Vara da Infância e Juventude, no bairro São Geraldo, e as adolescentes só são transferidas quando já foi decidido pela internação provisória.

adolescentes portadores de alguma deficiência permaneceram no NOC que passou a ser especializado nesta modalidade de atendimento (LEITE, 2013).

Em 1990, o atendimento da Triagem Feminina passou a ser realizado pela nova Unidade inaugurada, a Unidade de Recepção Luís Barros Montenegro atrás do prédio do Juizado de Menores no bairro Benfica e o CEABM passou a ser definido como unidade exclusiva de atendimento para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei. Em 2010, o CEABM foi reinaugurado passando a ocupar o antigo prédio do Abrigo José Moacir Bezerra (LEITE, 2013). O termo “educacional” é substituído para “socioeducativo” desde a criação da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) em junho de 2016, antes o sistema socioeducativo do Ceará era gerido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).

O Aldaci (como as adolescentes costumam se referir ao centro), atualmente possui capacidade para 50 adolescentes na faixa etária de 12 a 18 e até 21 anos conforme exceção prevista no ECA. Em 2018 foi inaugurado espaço específico para o cumprimento da medida de semiliberdade com capacidade para 10 socioeducandas e arquitetura que se aproxima de uma residência, localizado na entrada da unidade. As demais 40 vagas são para as outras medidas. A estrutura do CSABM conta com 15 dormitórios, todos com banheiro (sem porta), portão gradeado de ferro que permanece trancado, 3 destes ficam separados dos demais, próximos da quadra de esportes. Os dormitórios individuais⁸ são destinados para aquelas que cumprem medida disciplinar ou protetiva⁹. Os demais são coletivos e divididos em três corredores/blocos. Para acessar o módulo dos dormitórios é preciso passar por um primeiro portão de ferro ao lado da quadra e que acessa a um espaço com bebedouro e um banheiro onde ocorrem as revistas individuais na saída e no retorno ao dormitório. Um segundo portão à esquerda leva ao bloco/corredor I, o terceiro portão à direita é via para os blocos/corredores II e III. Estes três primeiros obstáculos ficam fechados com cadeados, mas aparentam fragilidade estrutural. O primeiro corredor é para

⁸ A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) publicou a Portaria N° 253/2015 proibindo a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, a chamada “tranca”. Porém, as adolescentes ainda se referem ao dormitório individual por este termo.

⁹ As medidas protetivas são aplicadas quando a jovem está sendo ameaçada pelas demais. Dentro da cultura na unidade – que é análoga a do sistema prisional – é o “fechado”, consiste em impossibilidade temporária de uma socioeducanda conviver coletivamente, sob o risco de sofrer violência física das outras jovens. Esse isolamento geralmente ocorre motivado por alguma quebra das regras de convivência estabelecida por elas, em uma construção moral própria da “FEBEM”, como agredir física ou verbalmente funcionário, agredir verbalmente a mãe de outra adolescente ou se envolver afetivamente com uma jovem que namora outra dentro da unidade. Já a medida disciplinar é quando a quebra de caráter gravoso das regras institucionais estabelecida no Regimento Interno (comum a todos os centros do Ceará), principalmente quando alguma delas está se comportando agressivamente dentro dos dormitórios coletivos.

as adolescentes que se identificam com o masculino, “o cabrão”, o segundo para a internação e internação-sanção e o terceiro para internação provisória. Os portões dos dormitórios são os únicos que apresentam estrutura resistente e também ficam trancados com cadeados. Apesar dessa divisão entre tipos de medidas, nem sempre ocorre, variando de acordo com o quantitativo de adolescentes e dos relacionamentos de amizade e rivalidade estabelecidos por elas. Apesar dos conflitos territoriais, a instituição não adota a divisão de acordo com o grupo criminal.

Além dos dormitórios e quadra de esporte, a estrutura conta com refeitório, cozinha, dispensa, lavanderia e almoxarifado localizados no pavimento térreo. No andar superior são localizadas salas de aula, salas das oficinas e cursos profissionalizantes, biblioteca, salas do setor técnico, administrativo, direção e sala de reuniões. A equipe técnica é composta por 2 psicólogas, 2 assistentes sociais, 1 pedagoga e 2 enfermeiras que se revezam em plantões de 12 horas no período diurno. Os socioeducadores, de ambos os sexos, se revezam em quatro plantões, diurnos e noturnos de 12 horas. São em média dez no plantão diurno e sete no noturno, entre eles dois coordenadores de segurança que se revezam nos plantões do diurno. A unidade conta com equipe responsável de manutenção, limpeza dos espaços comuns, bem como para lavanderia e cozinha. A segurança externa é feita pela Polícia Militar com dois policiais que se revezam em plantões e que ficam a postos no estacionamento na parte interna do terreno da unidade, próximo à portaria. Eles só são autorizados a entrar nas dependências do prédio, principalmente na área dos dormitórios, apenas quando autorizados pela direção ou quando chamados pela segurança interna para intervir em conflito que os socioeducadores não conseguiram mediar sozinhos.

A unidade disponibiliza uniforme para ser usada nas atividades diurnas, roupa para dormir, toalha, roupas íntimas, produtos de higiene (xampu, condicionador, creme para pentear, pente, hidratante corporal, desodorante, escova de dente, creme dental, sabonete e absorvente), chinelos, roupa de cama e toalha. Itens lavados por funcionários da lavanderia e numerados para que cada adolescente sempre utilize o mesmo material. Itens como escova de dente e pente não podem permanecer nos dormitórios, sendo entregues apenas nos horários determinados para realização da higiene pessoal, devido à facilidade em serem transformados em “cossoco” (faca artesanal). É vedada a utilização de acessórios como brincos, colar, anel, etc. e peças de roupas diferentes do uniforme. As famílias podem levar creme para hidratação para cabelo, calcinha e top de ginástica (não é permitido o uso de sutiã com bojo), não sendo obrigatório.

A rotina do centro é sistematizada de acordo com as atividades pedagógicas, profissionalizantes, esportivas e artísticas. Quando a adolescente chega à unidade, é recepcionada pelo coordenador de segurança que orienta acerca das regras do centro e é entregue o kit individual com uniforme, roupa de cama, toalha e material de higiene. Nos primeiros dias após a admissão na instituição, a adolescente é atendida de forma individual por todos os setores, onde são avaliadas as demandas psicossociais, de saúde e nível de escolaridade. A partir disso são realizados os encaminhamentos necessários e inclusão nas turmas de escolarização no modelo Educação de Jovens e Adultos (EJA anos iniciais, EJA anos finais e Ensino Médio), cursos profissionalizantes e oficinas (esporte, dança e música). Com exceção da semiliberdade, as adolescentes frequentam a educação formal dentro do centro com professores cedidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Estadual Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC).

A divisão de horários das atividades diárias é organizada da seguinte forma: às 6h são despertadas para realizar a higiene pessoal e tomar café; entre 8h e 11h sala de aula, oficina e curso profissionalizante; 11h30 às 13h00 almoço e repouso; 13h30 às 16h30 sala de aula, oficina de música e curso profissionalizante; 16h30 às 18h horário livre no pátio; 18h jantar; 18h30 todas já devem estar recolhidas no dormitório para realizar higiene pessoal onde ficam até a manhã do dia seguinte. As refeições são feitas no dormitório, entregue em porções individuais na forma de marmitas em embalagens descartáveis. Nos fins de semana ocorrem atividades religiosas. Grupos evangélicos, católico e espírita se revezam na prestação de assistência espiritual. A participação é facultativa. Nota-se a presença de maior número de grupos religiosos ligados à igreja evangélica. Enquanto estão no dormitório costumam confeccionar peças de origamis e outros artesanatos com papel. Dizem que “ajuda a passar o tempo e deixar de pensar besteira”. As peças geralmente são entregues para familiares nos dias de visita ou elas presenteiam funcionários. Toda saída e retorno ao dormitório, seja para atividade escolar, profissionalizantes, atendimento com equipe técnica, horário no pátio, audiência ou visita dos familiares é realizada revista íntima e individual por socioeducadora do sexo feminino. Não raramente é encontrado lápis, canetas, lâminas de barbeadores ou outros objetos escondidos nas roupas íntimas e partes do corpo.

As visitas das famílias ocorrem preferencialmente aos sábados, nos turnos manhã e tarde com duração de 3 horas. Só é permitido a visitas de duas pessoas previamente cadastradas e que fizeram a carteirinha de visitante junto ao setor técnico. Os filhos da socioeducandas não são computados neste total, nesses casos, é autorizada a

entrada de dois visitantes acompanhando a(s) criança(s). A prioridade no cadastro de visita é para pais, irmãos e avós, seguidos por outros parentes como tios e primos mediante comprovação de parentesco. Pode ser cadastrada até cinco visitantes que devem se revezar para comparecer nos fins de semana. Não é autorizada entrada de namorados, namoradas, companheiro ou companheira, apenas se houver comprovação de que o casal vivia maritalmente e se tiverem filhos. Não há realização de visita íntima, mesmo que esse seja direito garantido pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)¹⁰. As famílias não são revistadas da mesma forma que as adolescentes, sendo submetidos exclusivamente ao detector de metal, que frequentemente está quebrado. É permitida a entrada de alimentos para serem consumidos apenas durante o horário de visita e que também são vistoriados para evitar a entrada de objetos não autorizados na unidade.

As saídas do centro geralmente são para emissão de documentos, atendimentos de saúde, audiência ou atividade cultural previamente agendada e decidida pela SEAS. A rotina da semiliberdade é diferenciada, pois elas não participam de atividades escolares, profissionalizantes e de esporte dentro na unidade. Frequentam o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) ou escola regular, cursos no SENAC e atividades em aparelhos públicos externos. Nas saídas sempre é analisada a viabilidade da jovem de frequentar a localidade para onde se destinam, com o intuito de preservar a segurança e receio de represálias de grupo rival ao da socioeducanda.

O número de adolescentes na unidade é variável principalmente devido rotatividade característica da medida de internação provisória, que dura no máximo 45 dias. No período da realização da pesquisa etnográfica (junho 2018 a julho de 2019) a média mensal foi de 42 socioeducandas.

Comparando a estrutura física do CSABM com a maioria dos centros socioeducativos masculino, bem como o acesso a direitos fundamentais como escolarização, profissionalização, assistência de saúde, entre outros, a instituição campo desta pesquisa possui qualidade superior, é o que indica o 4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará de (FORUM DCA, 2017). Mesmo que as condições de higiene e insalubridade sejam consideradas adequadas, a maioria dos dormitórios possui pouca iluminação natural e ventilação, o que aproxima os cômodos a celas, que de fato são.

¹⁰ A única unidade socioeducativa em que é realizado esse tipo de visita é no Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider, que atende jovens com 18 a 21 anos, apenas para jovens com comprovação de vivência marital anterior a apreensão.

2.1 As meninas do Aldaci

Segundo o último levantamento anual do SINASE, publicado em 2018, referente à situação do atendimento socioeducativo em 30 de novembro de 2016, havia em todo o país um total de 26.450 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em atendimento socioeducativo nas unidades voltadas para privação e restrição de liberdade. Desse total 4% são do sexo feminino em números nacionais, no Estado do Ceará no mesmo período era de 3%. Dados mais atualizados, cedidos pela SEAS, durante o ano 2019, o quantitativo de meninas no sistema foi em média de 5%. Até 2015 não havia publicações no que se refere ao acompanhamento da medida socioeducativa de internação com recorte de gênero. O primeiro documento foi o relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2015) que se propôs a compreender a realidade do cumprimento da medida socioeducativa dessa população. Já na introdução, a publicação é categórica em afirmar que “Ser mulher no sistema socioeducativo ou prisional é ser invisível. Seus desejos e necessidades são vistos a partir daqueles dos homens” (p. 10). O mesmo texto também é enfático em relatar a escassez de pesquisas voltadas para as adolescentes em privação de liberdade.

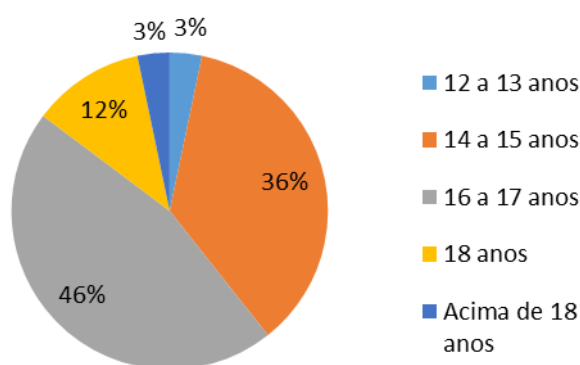
Durante a pesquisa bibliográfica que realizei, encontrei poucas produções sobre essa parcela dos jovens do sistema socioeducativo em comparação ao número de pesquisas sobre adolescentes do sexo masculino. O fato corrobora com a afirmação do relatório do CNJ. As meninas são minoria e isto pode promover um silenciamento das especificidades de suas demandas não apenas no atendimento socioeducativo, mas na singularidade de suas trajetórias de vida e realidade. Afinal, quem são essas jovens? Lanço-me aqui nesse esforço de conhecer o universo dessas adolescentes, que aspectos circundam as experiências delas no Estado do Ceará.

Neste primeiro capítulo buscou-se, além de descrever o campo, conhecer aspectos socioeconômicos e educacionais das socioeducandas. Nesse intento foi construído e aplicado questionário estruturado com 47 perguntas em sua maioria fechadas e outras que continham itens abertos que permitiam a inclusão de uma resposta não disponível. Este tipo de coleta de dados cumpre as funções e medir variáveis, relação entre elas e descrição das características do grupo social estudado (RICHARDSON *et al.*, 2011).

O instrumento é dividido em 5 blocos de perguntas: 1) perfil socioeconômico; 2) escolarização e profissionalização; 3) relações familiares e interpessoais; 4) consumo de substâncias psicoativas e 5) entrada no sistema e relações territoriais. Neste capítulo apresentamos as análises referentes aos dados coletados nos blocos 1, 2 e 4. A amostra foi

composta por todas adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no mês de junho de 2019, incluindo as que foram admitidas no decorrer deste período. As interlocutoras foram convidadas a participar e não houve recusa. Foram 61 questionários aplicados: 33 de adolescentes cumprindo internação, 21 em internação provisória, 4 em regime de semiliberdade e 3 de internação-sanção. Tomando como base de amostragem o total de jovens que passou pelo centro no período de realização da pesquisa etnográfica (junho de 2018 a julho de 2019), que foi de 209 socioeducandas – excluindo nesse número as que reincidiram no período –, a fração de amostragem foi de 0,29 (29%), portanto, é considerada representativa. A faixa etária predominante foi de interlocutoras entre 14 e 17 anos, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Faixa etária das socioeducandas que responderam ao questionário



Fonte: dados da pesquisa.

O instrumento foi elaborado para ser autoaplicável, entretanto, devido ao baixo nível de escolaridade de algumas colaboradoras foi necessário auxiliar no preenchimento do instrumento. A aplicação ocorreu em contato direto, individualmente para proporcionar ambiente de privacidade e a média de tempo para a conclusão foi de 14 minutos. Dois pré-testes ocorreram no mês de maio de 2019 com a participação de 6 adolescentes. Esta etapa foi essencial para realização de adequações no instrumento, permitindo a modificação, exclusão e inclusão de perguntas. As perguntas sobre a relação com os pais foram as que mais sofreram alterações. As opções de respostas dos primeiros questionários não acompanhavam a complexidade deste tipo de relação, foi incluído itens referentes a vínculo desde a infância, rompimento após adolescência, vínculo a partir da adolescência, outro parente assumindo função materna ou paterna, falecido(a) e “não conhece”. Foi incluído o acolhimento institucional como opção de moradia; modificamos e separamos as perguntas

sobre uso de drogas lícitas e ilícitas; a inclusão de tipos de trabalho não apenas “sim” e “não”; definição de faixa etária nas perguntas que continham idade; os nomes dos coletivos criminais colocados em sigla e as perguntas sobre histórico de assassinatos e apreensões de pessoas próximas às adolescentes foram incluídas mais opções de respostas, separadas por gênero. Palavras foram trocadas para facilitar a compreensão das interlocutoras.

O pré-teste, durante sua aplicação, além de verificar a adequação do instrumento, possibilitou-nos também conhecer as reações das informantes em responder um questionário aplicado por uma funcionária da unidade. Nesta fase, alguns procedimentos para a aplicação foram estabelecidos e utilizados na aplicação final. Elas foram convidadas individualmente e antes da aplicação, que ocorreram em horário diferente ao meu expediente de trabalho e em uma sala de aula ou de oficina. Eram realizadas orientações pontuando que: nada do que elas respondessem seria posto em relatório ou anotado em prontuário; não seria possível saber o que elas haviam respondido, uma vez que os questionários não eram identificados por nome; a participação seria facultativa e a negativa em nada as prejudicaria. Antes da aplicação do instrumento também era explicado sobre os objetivos da pesquisa e dúvidas que surgiram foram sanadas. As dúvidas, quando surgiam, eram essencialmente se as respostas teriam alguma influência negativa na avaliação do judiciário, interferindo no andamento do processo e, conseqüentemente, no prolongamento do tempo de privação de liberdade. A reafirmação de que a pesquisa em nada interferiria no processo judicial lhes garantiam maior segurança da privacidade das informações fornecidas. A maioria das socioeducandas respondeu prontamente.

No período de aplicação do questionário eu era a única psicóloga no Centro devido à licença da outra profissional e esta configuração facilitou a construção de uma relação de confiança, uma vez que já era uma figura de referência para todas as jovens. Os dados obtidos foram tabulados e analisados com o Excel e serviram de base para a construção do roteiro de entrevista.

As entrevistas individuais foram realizadas seguindo os mesmos procedimentos elaborados na aplicação do questionário: horário diferente ao expediente de trabalho, mudança de sala e orientações. A entrevista teve por objetivo aprofundar questões já abordadas no questionário, acrescentando perguntas sobre a experiência da internação no Centro Socioeducativo e perspectiva para o futuro. Esta forma de coleta de dados exige mais de quem aceita participar, com a narrativa da própria história, o que é mais invasivo, podendo gerar desconforto. Além das explicações que já realizava nos questionários, alertei sobre a possibilidade de um possível desconforto, sendo possível recusar a responder

alguma pergunta e inclusive desistir da participação a qualquer momento. Não houve recusa de nenhuma socioeducanda em contribuir com a pesquisa, mas algumas optaram por não responder alguma pergunta, geralmente sobre o vínculo com o coletivo criminal.

O pré-teste foi realizado durante o mês de novembro de 2019 com a colaboração de 4 adolescentes. Houve poucas alterações e todas foram referentes à experiência de privação de liberdade e planos para o futuro. Perguntas como “O que você mudaria no Aldaci Barbosa” e “O que significa para você está no Aldaci Barbosa” não eram compreendidas por elas, geravam dúvidas e respostas difusas. Refletindo sobre o problema, percebi que o uso de algumas palavras não foi adequado, bem como a imposição de uma lógica que não faz sentido para elas. O verbo “mudar” dentro do vocabulário das socioeducandas é sempre relacionado a “mudar de vida”, isto é, não mais se “envolver” com práticas ilícitas. A substituição para “poderia melhorar” não foi efetiva. A unidade de privação não é vista como um lugar que pode ser modificado por elas. Algumas respostas indicavam que o fato de ter alimentação, vestuário, cama e não sofrer violência física é o suficiente para que a instituição privativa de liberdade seja considerada adequada.

A pergunta “Como você se imagina daqui a cinco anos” foi interpretada pelas participantes do pré-teste como um tempo muito longo, exigindo maior abstração, uma vez que a temporalidade de uma adolescente em privação de liberdade é diferente. A divisão de tempo é semestral; dessa forma, completar os seis meses, que corresponde ao ciclo avaliativo de medida socioeducativa de internação, representa a perspectiva de sair da instituição. As ameaças de morte são realidade para a maioria delas, uma das entrevistadas deixou bem claro: “*Cinco anos é muito tempo, né, Vitória? Nem consigo pensar*”. “*Será que tou viva lá?*”. Outras respostas indicavam respostas padrão ao se pensar uma vida adulta: “*Casada, trabalhando e com filhos*”. Diminuir para três anos gerou respostas mais elaboradas, uma vez que é um período de tempo mais tangível.

Com a finalização do roteiro, composto por 39 perguntas abertas que serviam como um fio condutor, novas perguntas eram realizadas a partir da fala das entrevistadas, aprofundando temas e histórias narradas por elas. Foram entrevistadas oito socioeducandas durante o mês de dezembro de 2019 e o convite para a participação seguiram alguns critérios com o objetivo de obter maior variedade da amostra: pelo menos duas interlocutoras que tenham praticado ato infracional contra a vida; duas que sejam naturais do interior do Ceará para conhecer possíveis diferenças entre as experiências das que são da capital; variação entre o tipo de medida socioeducativa; variação da amostra entre reincidentes ou primárias e variação de entrevistadas(os) *cocota e cabrão*.

O tempo médio de duração das entrevistas foi de 40 minutos, variando de 30 minutos a 1 hora e 44 minutos. Além da assinatura dos termos de autorização, todas permitiram que o áudio fosse gravado. Com o intuito de preservar a identidade das interlocutoras, solicitei a elas que escolhessem o nome que gostariam de ser chamadas, lembrando que não deveriam ser seus próprios apelidos ou vulgos¹¹, uma vez que poderiam permitir as suas identificações¹².

As informações básicas sobre as socioeducandas que colaboraram são apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 1 – Lista das socioeducandas entrevistadas

NOME	IDADE	MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	MUNICÍPIO DE ORIGEM	P/R
Alef Yuri	14 anos	Internação	Fortaleza	Primário
Anja	17 anos	Internação	Fortaleza	Reincidente
Ayla Eloá	17 anos	Internação	Fortaleza	Reincidente
Flor	15 anos	Internação-sanção	Fortaleza	Reincidente
Júlia	18 anos	Internação	Sobral	Primária
Márcia	18 anos	Internação	Sobral	Reincidente
Mirela	17 anos	Internação provisória	Fortaleza	Reincidente
Paula	15 anos	Internação provisória	Cascavel	Primária

Fonte: dados da pesquisa.

Conforme visto na tabela, não houve entrevista com adolescente de semiliberdade, pois no período não havia nenhuma socioeducanda neste tipo de medida. Contudo, Mirela e Paula, poucos dias após a realização da entrevista, receberam sentença de semiliberdade. Com o intuito de conhecer as especificidades da experiência de internação neste tipo de medida, realizei um segundo momento com cada uma para refazer as perguntas do roteiro referente à experiência da internação. Ambas as adolescentes foram as únicas que não haviam respondido ao questionário. As demais, três reincidiram entre os meses de junho e dezembro de 2019 e três ainda permaneciam em cumprimento de medida.

¹¹ Vulgo é o nome que se utiliza na facção, geralmente atribuído quando há vinculação ao grupo por meio do batismo.

¹² Todos os nomes próprios citados durante a entrevista também foram trocados para impedir a identificação.

As entrevistas foram transcritas, mantendo as expressões e linguagem fiel ao utilizado por elas, e as análises foram integradas aos dados obtidos no questionário e serviram de base para a construção de todos os capítulos do texto dissertativo.

Além do levantamento de características das participantes pretendeu-se realizar relações de variáveis, principalmente para compreender que marcadores contribuíram na inserção das práticas infracionais. Uma ferramenta importante para leitura mais ampliada dos dados e contextualização com a realidade do Ceará é o relatório final da pesquisa realizada pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). O estudo procurou identificar os motivos da violência letal entre crianças e jovens entre 10 e 19 anos de idade, por meio da história de vida deles. Mesmo que a pesquisa do comitê trate dos adolescentes de ambos os sexos assassinados e o presente estudo se proponha a abordar as jovens que estão cumprindo uma sanção judicial, ambos os públicos advêm da mesma conjuntura caracterizada por vulnerabilidades. Sem perder de vista as contingências específicas da população feminina.

2.1.1 Quem são elas: gênero, cor/raça/etnia¹³ e faixa-etária

No propósito de realizar um perfil inicial das interlocutoras priorizamos os marcadores gênero, raça e idade. Entre as respostas do questionário e entrevistas (excluindo as que também responderam ao primeiro instrumento), no que se refere ao gênero¹⁴, a maioria se identifica enquanto mulher, uma como mulher trans e três como homem. Os resultados permitem expor que mesmo se tratando de uma unidade direcionada ao atendimento de meninas, não significa necessariamente que todas se identifiquem como tal.

O “cabrão” é uma forma de performatizar o gênero a partir dos signos atribuídos ao masculino (BUTLER, 1998, 2016) não só dentro da unidade, mas também

¹³ Cabe aqui, expor que tais terminologias são rodeadas de perspectivas teóricas diversas entre si. No geral, raça e etnia são tidos como dois conceitos relativos a campos distintos. Raça refere-se ao biológico e foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas, mas que foi apropriado também pelo movimento negro como uma categoria política para visibilização das opressões históricas desenvolvidas contra população negra (LIMA, 2015). As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética. Portanto, a cor da pele amplamente utilizada como característica racial constitui apenas uma das características que compõem uma raça. Etnia refere-se à dimensão cultural: um grupo étnico é uma comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e semelhanças genéticas. Essas comunidades geralmente reclamam para si uma estrutura social, política e um território (SANTOS *et al.*, 2014).

¹⁴ Gênero traz a dimensão cultural, social e flexível – portanto, modificável – da construção das feminilidades e masculinidades, incluindo sujeitos que resistem às classificações e transformam as normas da heterossexualidade, que utilizam da distinção binária macho/fêmeas para se perpetuar (PISCITELLI, 2009).

fora dela. Na instituição eles ganham posição privilegiada, percebidos pelas “cocotas”, as meninas que se identificam como mulher, como os homens da unidade. Fora do centro, “na liberta”¹⁵, o cabrão disputa a legitimidade no campo da masculinidade com os homens do sexo masculino, já na privação de liberdade esse lugar é ocupado apenas por eles.

Não foram todos os cabrões que optaram por marcar a opção “homem” no questionário. Entre os que afirmaram se identificar como tal, está Alef Yuri, que também foi entrevistado. Durante a aplicação, ao lerem a pergunta referente à identidade de gênero, todos realizaram comentários e/ou perguntas:

Não sou homem, sou cabrão.

Gosto de parecer homem, mas eu não sou.

Sou cabrão, mas sou é mulher, viu?

Ser cabrão é ser homem?

Vou marcar ‘homem’ porque ser cabrão é parecido com ser homem, né?

Todas as unidades socioeducativas femininas possuem adolescentes que corporificam atributos socialmente atribuídos ao masculino, recebendo nomeação de “boy” (CNJ, 2015). Este fenômeno também ocorre no sistema penitenciário feminino. Padovani (2010, 2015) em sua pesquisa etnográfica no sistema carcerário de São Paulo descreve a figura do “sapatão”, intitulado como “o macho da cadeia”. Os apontamentos realizados pela autora correspondem às observações que realizei em campo. A maioria dos cabrões já entram no sistema socioeducativo se nomeando como tal, outras fizeram arranjos subjetivos dentro da unidade realizando mudanças físicas, como corte de cabelo, modo de andar e uso de uniforme em numeração maior. Ocupar o lugar do homem na privação de liberdade confere à jovem ser alvo de desejo das *cocotas* e ocupar uma posição de poder que a masculinidade concede aos homens, como o de ter autoridade sob a namorada e se relacionar com mais de uma interna¹⁶. Adolescentes que incorporaram a posição de masculinidade durante o cumprimento da medida socioeducativa foram as que não hesitaram em responder que são mulheres. Os cabrões desde a liberta, geralmente, possuem um nome masculino, o “nome de cabrão”, as que se fizeram dentro na instituição raramente adotam um. Padovani (2015) descreve fato parecido em sua pesquisa:

¹⁵ Expressão usada para se referir à liberdade, a vida fora do centro.

¹⁶ O poder exercido nos relacionamentos, nas relações afetivas e sexuais não se estende ao poder de mando na organização institucional. Realizam as mesmas atividades de limpeza e devem seguir as mesmas regras.

Lola, que entrou na penitenciária magra e com os cabelos pretos, lisos e compridos, cortou os cabelos, passou a usar boné e engordou. Pedia para continuar a se chamar Lola, mas dizia que, agora, era uma “mulher masculina!”. Sapatão eu não sou! Nunca fui homem! Essa coisa de ter nome de homem, não... assim, eu não sou homem! Sou mulher! Mas digo que sou assim, tipo uma mulher masculina! (p. 244).

As atribuições de gênero não respondem a uma rigidez que a heteronormatividade impõe. As jovens reorganizaram sua vida na privação de liberdade. Após a execução da medida socioeducativa algumas continuam a se constituir na identificação masculina, outras votam a adotar o feminino como seu campo de expressão, umas saem como cocotas e retornam como cabrão. Apesar dessa aparente mobilidade de gênero e sexualidade há uma reprodução violenta e opositora dos papéis atribuídos socialmente para homens e mulheres. A relação binária do masculino e feminino surge a partir de uma sociedade que estabelece papéis em forma de regras que são socialmente estabelecidas e reproduzidas pelos indivíduos. Por meio dessas regras os comportamentos, hábitos, modos de condutas, vão sendo aprendidos. Essas regras sociais ditam os papéis adequados ou inadequados do homem e da mulher (LOURO 1997). Qual o referencial de homem que os cabrões reproduzem? A que eles conhecem: a do homem nordestino. A masculinidade dominante em nossa região, inclusive propagada por bens culturais como a música, é do macho que possui diversas parceiras sexuais, invulnerável e coloca as mulheres em papel de submissão (HONÓRIO, 2012).

Os adolescentes do Aldaci Barbosa tendem a determinar com quem suas companheiras estabelecem relações de amizade, se participarão das atividades de lazer e geralmente são disputados por mais de uma interna. A violência já se estende à dimensão física. Funcionários já flagraram agressão em que uma adolescente recebeu um beliscão do cabrão e outro desferiu chutes nas pernas da namorada. A violência física entre casais geralmente ocorre de modo implícito para que não seja descoberto. O flagra de uma violência explícita é enquadrada como lesão corporal e passível de comissão disciplinar,¹⁷ pois é caracterizada transgressão disciplinar e as sanções vão desde a suspensão das atividades de lazer e esporte, até a privação de produtos trazidos pelos familiares em dias de visita. As medidas têm prazo determinado de acordo com o Regimento Interno. Outra

¹⁷ Quando a socioeducanda descumpre regra prevista no Regimento Interno das Unidades Socioeducativas do Estado do Ceará é instaurado a Comissão que é composta por membro da equipe técnica, segurança e direção para apurar o ocorrido e deliberar sobre as medidas a serem aplicadas. As meninas incluem proibição de participar das atividades recreativas por no máximo cinco dias até proibição da entrada dos produtos alimentícios trazidos por familiares. As sanções variam de acordo com a reincidência e gravidade da transgressão e não podem prejudicar atividades pedagógicas e profissionalizantes, sendo vedada a proibição de visitas por parte dos familiares.

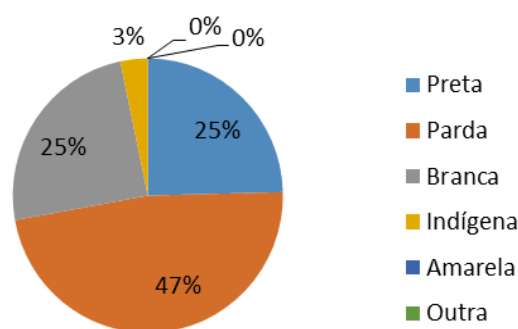
medida aplicada, não prevista no Regimento, é o “alternamento”. O casal passa a sair para o tempo livre no pátio (o “passatempo”) em dias diferentes e são separadas das atividades de escolarização e de lazer, caso frequentem na mesma turma.

Existe uma regra construída pelas próprias jovens: cabrão não pode bater em cocota. Esta moral da privação de liberdade é uma reprodução das normas externas. Em conversa registrada no diário de campo com uma adolescente, perguntei o porquê desta norma. Ela respondeu que fora da unidade funciona da mesma forma e o homem também não pode bater na namorada. Não de forma explícita, pois ela confessou que a violência conjugal é recorrente. Flor, durante a entrevista, narra o episódio em que o ex-namorado foi expulso do território pela facção quando a agrediu em via pública de modo recorrente, pois, disse ela: *“ninguém me aguentava mais me ver apanhar e os elemento não deixa, né”*. A violência contra a mulher só é mal vista quando exposta ao passo que é amplamente praticada.

O centro socioeducativo feminino não é espaço exclusivo das mulheres, sejam elas cis ou trans, mas também dos garotos. Quando foi questionado a respeito do desejo de serem chamados pelo nome masculino, todos afirmaram indiferença, preferindo utilizá-lo apenas na dinâmica relacional entre as próprias socioeducandas. Portanto, quando me referir de forma generalista aos internos na unidade, o farei no feminino. Sabendo que a língua portuguesa privilegia o masculino quando indica a totalidade, seguirei o caminho contrário neste trabalho. Quando mencionar especificamente os cabrões, o farei recorrendo a termos no masculino.

Seguindo adiante no delineamento do perfil das adolescentes e jovens é imprescindível realizar uma leitura racial. O gráfico a seguir apresenta o retrato étnico-racial das interlocutoras a partir da autodeclaração delas.

Gráfico 2 - Perfil étnico-racial das socioeducandas segundo questionário



Fonte: dados da pesquisa.

Conforme os dados coletados, 75% das internas são não brancas, sendo 72% de negras¹⁸. Todas as entrevistadas responderam ser pardas, sendo que apenas duas não participaram do questionário. Mesmo que o quantitativo desta pesquisa seja apenas um recorte do universo das socioeducandas da unidade feminina do Ceará, os resultados se assemelham aos obtidos em outras pesquisas. Realizando um paralelo com as informações de documentos sobre o atendimento socioeducativo, primeiramente pontuando as limitações presentes nas análises. O Levantamento do SINASE (BRASIL, 2018) se propõe a realizar um inventário geral, contudo superficial, do perfil dos adolescentes de ambos os sexos que cumprem medidas de privação e restrição de liberdade (internação provisória, semiliberdade e internação). Não há muita atenção à análise exclusiva para adolescentes do sexo feminino. Os dados étnico-raciais não estão disponibilizados em porcentagem, apenas em uma tabela geral, onde cabe ao leitor realizar tal cálculo. Do quantitativo das adolescentes e jovens que cumpriam medida em privação de liberdade no Ceará, na data de coleta dos dados, destas 69% são pardas, 19% pretas e 12% brancas e 0% indígenas. Portanto, apesar do número menor de adolescentes em comparação com a coleta que realizei, a proporção de negras é ainda maior.

Já a pesquisa do CNJ (2015) apresenta diversos dados e informações sobre o cumprimento das medidas socioeducativas, contudo, mesmo com a proposta de apresentar um panorama nacional, com uma pesquisa que contou com entrevistas e observação em campo, o estudo se deteve apenas em uma unidade de cada região do país, somado a isto, muitos dados sobre as adolescentes foram obtidos diretamente pelos órgãos e unidades socioeducativas que em boa parte disponibilizaram informações incompletas. Por isso, os dados sobre cor/raça/etnia só foram possíveis ser apresentados de dois estados: Pernambuco e São Paulo. Apenas o primeiro forneceu os dados ao CNJ de forma sistematizada, contudo o documento apresenta dados discriminados em duas categorias, não branca (62%) e branca (35%), sendo 3% não informado.

¹⁸ Segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria “negro” é formado por pretos e pardos. Optou-se por seguir esta definição por ser a mesma adotada por Borges (2018) em seu trabalho sobre o encarceramento da população negra. Durante a aplicação do questionário algumas informantes pretas optaram por se declarar pardas, demonstrando dificuldade em reconhecer a própria negritude, marcas do racismo estrutural. Portanto, adotar a definição do IBGE propicia maior aproximação com a realidade.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Anis de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (DINIZ, 2017), durante o ano de 2014, no Distrito Federal das 371 adolescentes apreendidas¹⁹, pelo menos 72% eram negras.

Traçando um perfil das adolescentes com base em dados quantitativos, em ambos os documentos, que por serem publicados em anos distintos possuem como referência períodos diferentes, amostra de diferentes em números e regiões do país. O que não invalida a comparação com os dados coletados na presente pesquisa, o intuito é ilustrar que, independente das variáveis, o contingente de negras é sempre expressivamente maior. Fica evidente que as adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo são em sua grande maioria não brancas, o que é um importante indicativo para refletir sobre o fenômeno de adolescentes que realizam atos contra a lei.

A legislação vigente, em especial o ECA, situa o atendimento socioeducativo não pelo seu caráter punitivo, por mais que o seja, mas dando ênfase à dimensão educativa, respeitando a fase de desenvolvimento que caracteriza a adolescência. Porém, a socioeducação se vincula ao sistema prisional. Inclusive na estrutura física das instituições, onde os dormitórios possuem grades e práticas como uso de algema, superlotação²⁰ e linguagem verbal carcerária. Realizando análise no que se refere à população feminina, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEM MULHERES, 2018), no Estado do Ceará 94% das mulheres encarceradas são negras e 56% são jovens (18 a 29 anos). Os números indicam que o perfil geracional e racial se aproxima das adolescentes e jovens em privação de liberdade. A pesquisa do Instituto Anis, que realizou pesquisa em ambos os sistemas, observou que 1 a cada 4 mulheres presas na penitenciária feminina do Distrito Federal havia cumprindo medida socioeducativa de internação. A proporção é assustadora e, infelizmente, não foram encontrados estudos que fizessem tal análise na população carcerária feminina do Ceará.

No cotidiano da unidade é recorrente notícias de egressas do sistema socioeducativo que, logo após saírem do Aldaci Barbosa, passaram a compor o contingente da população carcerária feminina. As informações chegam pelas famílias durante a realização das visitas semanais, pelas páginas policiais em redes sociais e pelas

¹⁹ Não necessariamente cumpriram alguma medida socioeducativas, mas deram entrada na Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) por cometimento de ato infracional. No levantamento realizado pelo Anis, 11% não havia descrição de cor. A porcentagem apresentada pode ser ainda maior.

²⁰ Em reportagem publicada no site do Diário do Nordeste em 14 de março de 2019 denuncia a superlotação em sete unidades localizadas na capital cearense, chegando a alguns casos a marca de 158% de internos. No Aldaci Barbosa Mota a lotação era de 115% (REDAÇÃO O DIÁRIO DO NORDESTE, 2019).

adolescentes reincidentes, uma vez que não há um sistema de informação que realize o acompanhamento de ex-socioeducandos e nem uma política para essa população. No discurso das internas o “Auri”, como é chamado o Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Em registro do diário de campo, a instituição penitenciária é citada de formas distintas, como destino que não quer para si: *“eu vou é mudar de vida e não me envolver mais, não quero nem parar no Auri”*. Ou como fim certo: *“tou nem vendo, daqui é pro Auri”*. Os relatos e números retratam que mesmo estando sob legislações diferentes, os sistemas não são apartados, possuindo ligação intrínseca.

Não é uma coincidência o quantitativo de adolescente/jovens negras, Borges (2018) indica uma política de genocídio do Estado brasileiro como uma forma de controle social operada pela lógica da escravidão ainda vigente no país e perpetuada por omissões estratégicas. Entre elas a fragilidade de políticas públicas e dificuldade de acesso a direitos, como educação e saúde, somadas às ações militarizadas em territórios periféricos, onde vivem a maioria da população negra. Uma estrutura que funciona com o objetivo de garantir a manutenção do racismo, ditando quem deve viver e quem deve morrer, exercendo a política da morte, o necropoder (MBEMBE, 2018). Os corpos que não importam, seja pela classe social, gênero, raça ou qualquer outra existência objetificada, por meio de uma lógica de guerra e morte que orienta as práticas do Estado (e não só dele) movimentam a engrenagem para manutenção de privilégios.

Almeida (2018) esclarece que as estratégias racistas foram reproduzidas nas esferas políticas, sociais e econômicas, por meio de mecanismos capazes de discriminar pessoas e grupos de maneira sistemática. Compreendendo o racismo não como exceção, mas como regra. Concede privilégios a determinadas categorias raciais em detrimento de outras. O autor conceitua racismo de forma didática em: individual, institucional e estrutural. O racismo individual ocorre por meio da discriminação racial, mediante uma ideia de “patologia” de cunho individual ou coletivo, sendo uma concepção limitada, tendo em vista suas análises descontextualizadas historicamente e ao que se refere aos reais efeitos sociais.

O racismo institucional diz respeito aos efeitos causados pelos modos de funcionamento das instituições que concede privilégios a determinados grupos de acordo com a raça. As instituições estabelecem e regulamentam as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos sujeitos, regulando comportamentos e seus modos de pensar. Elas mantêm relações de poder contribuindo para hegemonia de determinados grupos, leia-se homens brancos. Os espaços institucionais de poder como judiciário e legislativo são

dominados por eles, dificultando o acesso a esses espaços por negros e mulheres. Os princípios discriminatórios são produzidos e difundidos de maneira poderosa, naturalizando a hegemonização e limitando o debate sobre as desigualdades raciais e de gênero que compõe as instituições. O entendimento estrutural de racismo está diretamente relacionado ao institucional que determina suas regras a partir de uma ordem social instituída. O racismo é consequência da estrutura da sociedade que normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça. É parte de um processo social, histórico e político que constrói mecanismos para que grupos sejam discriminados de maneira sistemática. O racismo, portanto, estrutura a sociedade e as práticas de silenciamento, é dispositivo para a sua manutenção (ALMEIDA, 2018).

Tal configuração atinge de forma ainda mais poderosa as mulheres, em uma intersecção de gênero, raça, geração, classe e encarceramento²¹, sem predominância de uma dimensão de uma sobre a outra. Crenshaw (2002) se utiliza da interessante metáfora do entrecruzamento de avenidas, nas quais os eixos, representados pelas esquinas, representariam o encontro ou a inclusão de relações que desempoderam e exprimem vulnerabilidades sociais. As mulheres negras ocupam lugar desprivilegiado, com maior histórico de violências institucionais e sociais, coisificadas, erotizadas com suas características físicas inferiorizadas diante da mulher branca (AKOTIRENE, 2019; CARNEIRO, 2003; SCOTT, 1995). Esses fatores contribuem para maior fragilidade da identidade negra, muitas vezes acarretando em sua negação, e em se tratando de adolescentes que estão em fase de desenvolvimento e busca por aceitação, as manifestações como valorização pessoal podem ser precárias.

Os adolescentes do sexo masculino são a maioria nas unidades em condição de internação, o que coloca as socioeducandas em situação de negligência em relação às demandas diferenciadas. São elas que mais experienciam situações de violência doméstica, violência sexual, falta de acesso a políticas que promovam autonomia a direito reprodutivo e maior desaprovação no que se refere à conduta contraventora e criminal, uma vez que a expectativa social atribui a elas a expectativa de docilidade atribuída aos papéis de mães, filhas e esposas (BORGES, 2018). O machismo e sexismo articulados com o marcador de classe recaem sobre as adolescentes do sistema, proporcionando maior estigma e limitam oportunidades para a construção de projeto de vida após a execução da medida.

²¹ Embora haja ressalvas em utilizar o termo para se referir ao sistema socioeducativo devido a perspectiva educacional que propõe o ECA, não é possível negar a realidade do funcionamento das unidades de internação, uma vez que adolescentes estão em cárcere, ou seja, presos.

Segundo a síntese de indicadores sociais do IBGE (2018), a taxa de desocupação entre a população de 14 a 29 anos subiu quase 10 pontos entre 2014 e 2017, sendo entre os negros sempre maior considerando os mesmos níveis de instrução. Quanto à distribuição de renda no Brasil, a população negra apresenta maior concentração entre os 10% da população com os menores rendimentos quando comparada com a população de cor branca. A relação se inverte quanto aos 10% com os maiores rendimentos. Os dados denunciam que as mulheres negras e configurações familiares formados por mulher negra com filho, sem cônjuge, estão entre a parcela da população que proporcionalmente mais vivem abaixo da linha da pobreza nacional. 34% das mulheres negras sem filhos vivem nesta condição e no caso das que possuem filho até 14 anos é de 64,4%. Justamente é essa a realidade das internas do CSABM. Segundo dados do questionário, a maior parte residem com a mãe (com ou sem pai, padrasto e irmãos).

Os dados evidenciam as condições precarizadas que as participantes desse estudo são incluídas. A máquina da morte não opera apenas em fazer morrer, mas as colocam no status de não-vivas (MBEMBE, 2018) devido às condições de vida as quais são submetidas. Nessa lógica a população jovem ocupa lugar ainda mais vulnerável, especialmente da realidade cearense, como indica o relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA, 2017) sobre letalidade na adolescência.

Os negros são mais vitimizados, proporcionalmente, não apenas porque são os mais pobres, mas porque descendem do cociente de racismo no Brasil, um racismo que se dá de forma direta, via mercado de trabalho, que os coloca em uma situação mais desfavorável economicamente, portanto mais suscetíveis a sofrer homicídios, e o racismo da desumanização do sujeito negro, que passa a ser um cidadão perigoso. Um ditado muito conhecido das polícias pelo Brasil é de que 'negro parado é suspeito, negro correndo é bandido'. Então, quando há esse estereótipo em relação a um sujeito, obviamente a chance de vitimização dele aumenta [...] E no Ceará, essa é uma questão que também se sobressai comparativamente ao restante do Brasil. [...] um não negro morre e quase quatro negros são assassinados, já se levando em conta a proporção (CCPHA, 2017, p. 520).

Jovens com idade entre 10 e 24 anos, negro e morador da periferia urbana são os maiores alvos da violência, cujas mortes são abordadas de forma a culpabilizar as vítimas por meio de justificativas simplórias e preconceituosas, como a participação em práticas ilícitas, principalmente pelos dispositivos midiáticos que contribuem para a construção do imaginário popular que adolescentes e jovens são o inimigo a ser combatido.

Enquanto os programas policiais, em geral, promovem a criminalização e a superexposição de jovens negros, pobres e moradores das periferias, outros programas e noticiários praticamente ignoram as mortes violentas nessas

camadas, mas quando os homicídios atingem jovens brancos, de classe média ou alta e moradores das áreas consideradas nobres, os casos ganham visibilidade em todos os veículos, de forma irrestrita e com tratamento diferenciado (CCPHA, 2017, p. 340).

A morte social é anterior à morte física pela ineficácia de políticas de proteção e da garantia de direitos fundamentais, vítimas de uma estrutura que é historicamente violenta. As mortes dessa juventude negra e periférica não são passíveis de luto, pois antes não foram reconhecidas como vidas. O valor concedido à vida de determinadas populações encontra-se condicionado à natureza da articulação entre o poder e o reconhecimento e a forma como tal junção se mostra ao nível do discurso político. A precariedade dessas vidas deve ser entendida, não segundo a nível individual, mas a um nível social, coletivo que revela a importância da interdependência e da intersubjetividade na produção da vida precária. Tal produção encontra-se dependente da existência/inexistência das condições sociais que tornam a existência da vida possível (BUTLER, 2017, 2018).

As condições sociais e étnico-raciais entre autores e vítimas da violência letal são as mesmas, portanto a máquina operadora de mortes atingem ambos os lados, sendo mais letal para os meninos. Os dados do relatório do CCPHA, em 2013, mostrou que o índice de homicídios cresceu 5,9 vezes entre as meninas, passando de 2,1 em 2000 para 12,4 em 2013, e 6,6 vezes entre meninos, saindo de 40,6 em 2000 para 271,8 em 2013. Apesar da diferença, o crescimento da violência letal acompanhou ambos os sexos. O documento analisa a origem da diferença no que tange à violência letal entre eles e elas:

As diferenças na educação de meninos e meninas se traduzem também na forma, frequência e intensidade com que eles e elas se relacionam com o (ab)uso da força. Até o local onde a violência acontece revela particularidades do que historicamente tem sido oferecido aos homens, ir para o espaço público, e negado às mulheres, recatar-se ao espaço privado. Os homens se envolvem com a violência, geralmente, na rua. Eles são mais agressivos e mais agressores, mas se tornam também mais vítimas da violência porque a cultura de agressão é mais recorrente entre indivíduos do sexo masculino. As mulheres sofrem muito mais do que praticam violência e são atingidas quase sempre pelos namorados, maridos ou companheiros, principalmente no âmbito doméstico, no lar (CCPHA, 2017, p. 125).

As histórias de assassinatos de meninas e feminicídio relatadas na pesquisa do CCPHA sempre envolvem assassinatos decorrentes dos relacionamentos afetivos com companheiros que participavam de práticas ilícitas, enquanto estavam em sua companhia ou por vítima da violência conjugal. As relações afetivo-sexuais como motivador de homicídios é descrita também por Paiva (2019), o mesmo autor também descreve o aumento da participação nos coletivos criminais e autoexposição em redes sociais desafiando o grupo rival. Não se pretende ignorar que o ambiente doméstico é

historicamente o lugar reservado para mulher, Davis (2018) também relaciona a negação ao espaço público ao menor número de mulheres encarceradas em comparativo aos homens. São as meninas as responsáveis em cuidar dos irmãos mais novos, auxiliar nas tarefas domésticas e a maioria relata com naturalidade violências físicas e psicológicas por parte de companheiros e companheiras. Entretanto, durante a pesquisa de campo observei a maior participação de meninas na dinâmica do crime, principalmente na autoria de assassinatos, inclusive contra outras meninas, e na participação de roubos envolvendo ameaça à vítima. As agressões físicas entre internas da unidade, que ocorriam de forma pontual, desde o início de 2019 tem se tornado recorrente principalmente contra membras de grupos rivais. Frases como *“tou nessa vida é pra matar ou morrer”* e *“Se não é cadeia, é cemitério”* (diário de campo) têm surgido de forma recorrente nos discursos das adolescentes. O maior potencial de agressividade é um sintoma reflexo das dinâmicas fora do equipamento socioeducativo e que será tema de capítulo posterior. O que se pretende é desconstruir a docilidade atribuída ao feminino como característica própria das meninas

Dados do relatório do segundo semestre de 2018 do CCPHA (2018.2) convergem com as observações que realizei em campo. No geral, houve redução dos números de homicídios de adolescentes em 2018, porém, ocorreu o aumento expressivo de assassinatos cometidos contra meninas na faixa etária de 10 a 19 anos. Em todo o Ceará, no ano de 2016, 27 meninas foram mortas, em 2017 subiu para 80 e 114 em 2018. Comparando 2016 com 2018, houve aumento alarmante: 332%. Em Fortaleza o número de homicídios cresceu quase 10 vezes. Os argumentos apresentados no relatório que buscam compreender o fenômeno não são conclusivos, atribuem às novas conjunturas de rivalidades entre facções, o envolvimento com meninos de grupos criminosos rivais e a possibilidade de as meninas estarem assumindo papéis dentro dos coletivos criminais, o que as colocam em maior vulnerabilidade. Não há resposta fácil e única variável que esteja favorecendo o aumento das mortes. Contudo, tomando como referência a forma que os assassinatos são ritualizados, com a corte de cabelo, mutilação de seios e genitália, depreende-se nessas práticas brutais a perpetuação do poder sobre o corpo feminino operado pelo machismo institucionalizado, em que o gênero autoriza a hiperviolência. O extermínio necropolítico da população feminina é ancorado no machismo e sexismo, portanto, tem caráter diferenciado e especialmente perverso ao dos homens. Nessa

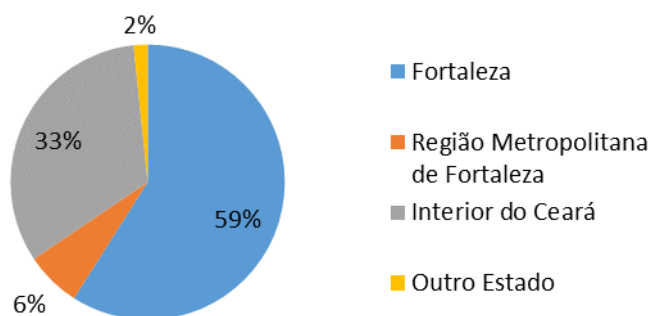
dinâmica destaca-se a subnotificação dos casos de feminicídio²² como parte dessa engrenagem: “A mulher que é morta e cuja morte não é notificada como feminicídio, morre duas vezes” (CCPHA, 2018.2, p.28).

2.1.2 Territórios e condições de moradia

O objetivo é conhecer sobre as condições concretas em que elas residem, quais municípios e bairros de Fortaleza vivem. Sendo observados durante a pesquisa de campo, por meio dos discursos das socioeducandas, uma forte vinculação ao território como parte componente de suas identidades.

Os próximos gráficos apresentam a região do Estado e bairros da capital das respondentes do questionário.

Gráfico 3 – Regiões de origem das socioeducandas



Fonte: dados da pesquisa.

Mais da metade das internas são de Fortaleza, seguido pelas oriundas do interior do Estado. O gráfico 3 não inclui Mirela e Paula que participaram apenas da entrevista. A primeira reside na capital do Estado e a segunda em Cascavel. Uma possível inclusão destes dados nos gráficos não altera significativamente o resultado.

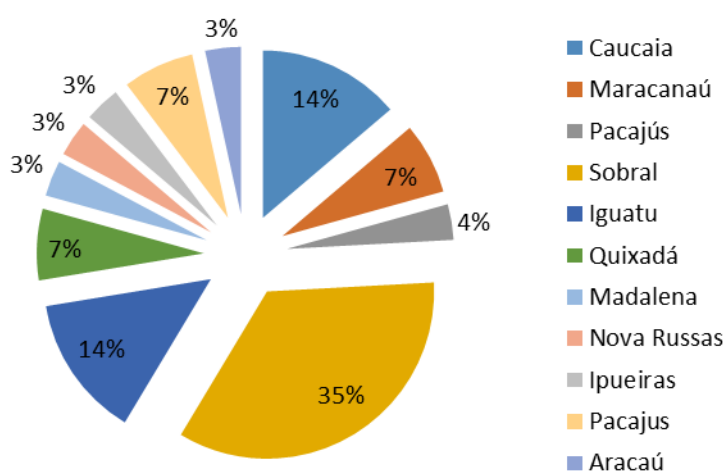
O maior número de internas da capital é indicativo da implicação da violência do adolecer da cidade e converge outro indicador da vulnerabilidade desta população

²² A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 altera o art. 121 do Código Penal, provendo feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, definido como crime de homicídio contra mulher por razões da condição de sexo feminino. Quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)²³ de 2014 que coloca o Ceará na primeira posição no Brasil e Fortaleza como a capital líder no ranking da violência letal entre pessoas de 12 a 18 anos de idade. O índice ideal deve ser menor que 1, o Estado é 8,71 e da capital é de 10,94. O resultado é alarmante e retrata uma realidade que pode ser ainda mais preocupante, uma vez que a conflitualidade urbana protagonizada pelas disputas de território vem se intensificado desde 2016 e tem se fortalecido com o crescimento da participação de adolescentes e jovens na nova dinâmica de fazer o crime em Fortaleza (PAIVA, 2019).

Outros municípios cearenses se destacam na lista. A seguir o gráfico que ilustra os municípios de origem, excluindo os números da capital.

Gráfico 4 – Municípios de origem (interior e região metropolitana)



Fonte: dados da pesquisa.

Como visualizado, Sobral, um dos municípios mais desenvolvidos do Ceará, é a cidade do interior com maior número de adolescentes cumprindo medida. O fato não pode ser interpretado como coincidência. A violência na região declarada no relatório do CCPHA é descrita por meio de histórias de adolescentes, de ambos os sexos, assassinados em espaços públicos, entre os anos de 2014 e 2015. Equipamentos construídos para promover acesso ao lazer, ao esporte e à convivência comunitária, como a Praça da

²³ O IHA fez parte do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), criado em 2007, por meio de uma ação conjunta entre a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LAV/Uerj). O objetivo do IHA é estimar a mortalidade por homicídio na adolescência, especificamente na faixa dos 12 aos 18 anos. O índice expressa, para cada grupo de 1.000 adolescentes (CCPHA, 2017, p.15).

Juventude, foi ocupado por traficantes e está encravada em um território de conflitos entre grupos rivais. Um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) chegou a ser invadido porque membros de um grupo acreditavam que um rival estaria no local. Uma adolescente grávida morta em frente de casa. Até as atividades e manifestações culturais estão condicionadas às disputas de território, como no caso da Folia de Reis. “A violência associada aos conflitos territoriais se banalizou de tal forma que alguns jovens passam de um bairro para o outro atirando a esmo. Nessas circunstâncias, um adolescente foi morto, mesmo não pertencendo a grupos rivais, embora tivesse amigos envolvidos com a rixa” (CCPHA, 2017, p. 307).

Um dos mais fortes indicadores da vulnerabilidade dos adolescentes sobralenses é que a cidade é única fora da capital que possui centro socioeducativo para cada tipo de medida privativa de liberdade: de internação provisória, de semiliberdade e unidade internação, inaugurada em 2019. Por que criar mais vagas para encarcerar adolescentes? Autor e vítima de violência letal são perpassados por fragilidades psicossociais semelhantes. Há um maior número de adolescentes mortos e aumento de adolescentes que matam. O IHA estimou o número esperado de mortes em Sobral: em 2012 o coeficiente é de 3,85 saltou para 7,69 em 2014 (PRLV, 2017). No primeiro semestre de 2019, ocorreu um aumento da quantidade de adolescentes de Sobral no CSABM e 60% delas por ato infracional análogo a homicídio. Todas as mortes, segundo relato das próprias autoras, tiveram como motivação as disputas entre grupos, ou como é chamado por elas, “a guerra das facção”. Entre os casos, apenas um não teve como vítima uma mulher. “*Tia, as meninas de Sobral tão tudo se matando*” (diário de campo), relatou uma adolescente em maio de 2019.

Sobral é a terceira colocada no ranking do IHA do Ceará, liderado por Fortaleza, acima, está Maracanaú com índice de 9,95. Coeficiente absurdamente alto e era ainda mais preocupante nos três levantamentos anteriores, em que figurava com taxas maiores do que a capital. A quantidade de meninas privadas de liberdade das cidades do interior é variável, geralmente relacionada a um maior rigor das varas do judiciário, onde os juízes são mais punitivos e tendem a julgar adolescentes baseados no código penal, uma vez que na maioria das cidades não há Juizado da Criança e Juventude.

Poucas adolescentes de Maracanaú são admitidas no Aldaci, geralmente por atos considerados mais gravosos que envolvem violência e/ou ameaça à vítima. O fato do município da região metropolitana de Fortaleza apreender e determinar menos internações não significa, necessariamente, que haja menos meninas envolvidas em práticas

infracionais e que elas sejam menos atingidas pela vulnerabilidade indicada no IHA. A forma de o sistema judiciário lidar com as ocorrências é que se diferencia.

No que se refere a Caucaia, onde há juizado específico para a infância e juventude, a juíza de forma recorrente determina internação provisória para adolescentes primárias que foram apreendidas por tráfico de drogas. O que é incomum tanto em Fortaleza como nas outras cidades do interior e região metropolitana, só ocorrendo em caso de reincidência. Segundo o ECA, a medida privativa de liberdade só se justifica se houver violência, grave a ameaça à pessoa ou reincidência. A autoridade jurídica, portanto, analisa os casos de tráfico praticados por adolescentes como se adultos fossem, sob a perspectiva do código penal, que não prevê fiança nesse tipo de crime. Quando se trata de roubo, a sentença de internação após o cumprimento de medida provisória é certa. O município possui IHA elevado: 4,50. Adolescentes do sistema revelam dificuldade em acessar políticas assistenciais, de educação, saúde e falta de atividades de lazer e esporte. A mesma configuração é relatada na pesquisa do CCPHA. Em Caucaia foi onde a equipe do Comitê tiveram maior dificuldade em encontrar as famílias dos jovens assassinados para coleta de dados, tanto pelas informações incorretas cedidas pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, como pelas mudanças de residência ou pela estrutura precarizadas dos bairros onde a maioria dos interlocutores vivia.

A cidade do interior em que a apreensão de adolescentes foi mais numerosa, em períodos anteriores da aplicação do questionário, é Iguatu, cujo IHA é 2,37. A prática da juíza do município é de determinar internação provisória para as adolescentes, contudo opta por aplicar primeiro a medida de semiliberdade, pois há uma unidade mista na comarca, ou medida em meio aberto antes de determinar a internação.

A presença de adolescentes advindas do interior desde a minha entrada no sistema socioeducativo, em meados de 2017, aumentou expressivamente. Neste período de contato inicial com o campo, era recorrente que entre as soluções encontradas por familiares para afastamento de adolescentes do contexto infracional fosse o envio delas para residências de parentes no interior. Esta medida era tomada por acreditarem que nestas localidades o domínio dos coletivos criminais fosse menos intenso ou até mesmo ausente.

A entrevistada Ayla Eloá narra as diversas vezes que a sua mãe a levou para morar no município de Quixadá com o intuito de romper com vínculos de amizade que a adolescente estabeleceu na comunidade em que residia, conhecida como Gueto no bairro Barra do Ceará. Tais tentativas ocorreram há cerca de 4 anos, sempre encerradas pelas fugas de Ayla. Ela descreve a região como tranquila e sem a presença de facções,

diferentemente do estava ocorrendo em Fortaleza no mesmo período segundo Paiva (2019). Alef Yuri, que já residiu em Horizonte até 2017, relata que na cidade a presença do tráfico era significativa e os grupos criminosos começavam a se organizar e delimitar regras. Atualmente, as adolescentes do interior já chegam na unidade socioeducativa declarando filiação a algum coletivo e descrevendo a presença e dominação destes territórios. Nota-se uma ruralização da violência do Ceará, onde os coletivos criminais expandiram seu poder para áreas além da capital.

As internas oriundas da região interioranas descrevem incursões dos agentes de segurança pública nos territórios conhecidos pela venda de entorpecentes. A maioria nega o uso da força frequente quando se trata do público juvenil feminino, ocorrendo de forma pontual. Situação diferente da que ocorre em Fortaleza em que as abordagens violentas são recorrentes por parte de policiais do sexo masculino. Os trechos das entrevistas a seguir ilustram isso:

Sofri, mas só na vinda pra cá, depois que saí da DCA. Onde eu morava viva sendo parado e revistado. Sempre apanhava. Sempre tava sob efeito de droga e nem sentia (Alef Yuri).

Assim, de apanhar pra ficar roxa, não, mas já deram na minha cara, puxou meus cabelo, me esculhambou, já levei choque...mas apanhar mesmo, nunca. Porque tem as vezes que a polícia bate na pessoa e deixa a pessoa sequelada. Nem sempre que eu caí²⁴ aconteceu isso, as vezes que só ameaça (Ayla Eloá).

Só na minha primeira vez que ele me deu um tapa. O policial disse que me liberava se eu liberasse pra eles. Ter relação com eles quatro. Não tinha nem perigo, preferi ser presa (Flor).

Já. Toda vez que eu sou presa, toda vida eu sofro. Eles metem a peia, choque, spray de pimenta, mãozada na cara, saco d'água...A [Polícia] Civil quis uma vez colocar a mão nos meus peito pra ver se eu tava com droga. Falei logo que era para chamar a Pfem. Ele disse que não tinha e fiz logo um barraco. Ele deu uma na minha cara e mostrei que não tava com droga (Mirela).

Flor e Mirela relataram violência policial de cunho sexual. Esta posição de vulnerabilidade, em ser vítima de abuso, é comum nas experiências de mulheres, contudo, intersecção racial, de classe, geracional e infracional expõem as meninas a um maior risco. Os corpos destas adolescentes são postos como alvo de violação tanto do grupo ao qual se vinculam, do grupo rival e dos agentes da segurança pública. Em resposta ao questionário,

²⁴ O verbo “cair” é utilizado como sinônimo de ser presa, ou no caso das adolescentes, apreendida.

um dos cabrões relatou violência específica para aqueles que não se enquadram na lógica heteronormativa: “tia, quando os homi me pega falam logo que vou apanhar que nem homem, já que quero ser um”.

A violência nas abordagens policiais com as adolescentes do sexo feminino não é incomum em outros Estados, como descreve Malvaci (2012) em sua pesquisa na cidade de São Paulo. Apesar de regiões diferentes, o mesmo padrão é adotado. Entre situações semelhantes é a farsa do exame de corpo de delito que é procedimento obrigatório após a apreensão e que, em tese, deveria identificar a ocorrência de agressão física policial. Situações como a presença do agente de segurança pública durante a realização do exame ou a desconsideração do profissional da saúde sobre as queixas da adolescente. Outra estratégia de defesa é alegar gestação para evitar violência física. Uma adolescente apreendida em janeiro de 2019, por receio de ser perseguida por policiais após a internação provisória, chegou a sustentar a suposta gravidez mesmo após dois testes com resultados negativos realizados pelo setor de enfermagem do Aldaci Barbosa. Algumas adolescentes iniciam o processo de denúncia, mas desistem no decorrer do caminho pelo medo de represálias, e não medo sobre a própria vida, mas de seus familiares, como descrito por uma adolescente recém-admitida na unidade: “*Se eles perdem essa farda? Eles vão atrás da minha família não é só de mim! Tou nem doida*”. A grande maioria nem cogita denunciar pelo mesmo motivo. A violência por parte da polícia não se restringe a do tipo física e sexual quando se trata das meninas, também são psicológicas ao ameaçar deixá-las em território de facção rival para serem mortas, por exemplo. São do tipo moral por meio de xingamentos e exposição da vida íntima quando eles já conhecem a jovem, como descreveu uma adolescente da comunidade do Titanzinho em Fortaleza:

Eles já me conhecem, tia. Eles só não me pegam quando não quer. Às vezes tou só passando pra ir nas minhas colega e eles me param. Isso é desde do tempo que morava com o meu ex-marido e elas sabia que a gente vendia. Às vezes eles me param pra baculejo e ficam falando do meu ex, que ele é marginal e eu também...que sou marmitta de bandido. Eu sei que é o trabalho deles, mas não precisa ficar falando isso porque não tem nada a ver.

As incursões violentas por parte da polícia nos bairros periféricos de Fortaleza já foram descritas por Paiva (2007) e Sá (2010), que desenvolveram suas pesquisas no Bom Jardim e Serviluz, respectivamente. Partindo da compreensão de margem proposta por Das e Poole (2008), esta inserção do Estado pelas forças de segurança pública é um modo de regulação, uma reivindicação pelo monopólio da violência. Uma prática que não é excepcional, como os estados de exceção, por exemplo, mas é constituinte da vida cotidiana

como indica o relato de Márcia: “*Nunca apanhei, não. Só uma mãozada do pé do ouvido mesmo*”. O comportamento policial violento é naturalizado, pois é parte do dia-a-dia dessas jovens. As experiências de agressão e testemunho de práticas corruptas por parte dos agentes do Estado, as adolescentes criaram uma visão negativa da polícia e em várias narrativas se referem a eles como *pilantras*. Em maio de 2019 o GIT (Grupo de Intervenção Tática) entrou no CSABM para intervir no conflito em que todas as socioeducandas “bateram grade”²⁵ durante a madrugada após discussão motivada pelas disputas entre grupos rivais. Neste episódio, que muito as deve ter recordado a vivência em seus bairros, elas gritaram xingamentos diversos aos policiais que reagiram com spray de pimenta. A reação indevida, contudo, mais branda do que ocorreria se não fosse dentro da instituição, longe da supervisão dos socioeducadores. Os diferentes tipos de agressões descritas são formas do necropoder (MBEMBE, 2018) operar.

O levantamento da lista de bairros de origem das adolescentes, que participaram da pesquisa (questionário e entrevista) oriundas da capital, indica que são sempre os mesmos. Por meio da pesquisa de campo é possível apontar que o quantitativo de cada localidade varia de acordo com a maior ou menor frequência da ação policial no território. Abaixo a Tabela 2 apresenta os números de internas de cada bairro por ordem decrescente. Excluindo as adolescentes de Acolhimento Institucional que não possuem vinculação com o território.

Tabela 2 – Quantitativo de adolescentes por bairro (Fortaleza)

BAIRRO	QUANTIDADE	BAIRRO	QUANTIDADE
Vicente Pinzon	11%	Bela Vista	6%
Barra do Ceará	11%	Barroso	3%
Ancuri	6%	Centro	3%
Bom Jardim	6%	Edson Queiroz	3%
Bonsucesso	6%	Jangurussu	3%
Canindezinho	6%	Jardim Iracema	3%
Conjunto Palmeiras	6%	Montese	3%
Planalto Pici	6%	Papicu	3%
Tancredo Neves	6%	Planalto Ayrton Senna	3%
Quintino Cunha	6%		

Fonte: dados da pesquisa.

²⁵ É a ação de bater contra o portão do dormitório. Uma forma de comunicação para demonstrar insatisfação com algo que pode ser tanto motivado por conflitos entre elas, alguma regra ou ocorrência da unidade que não concordam, notícias vinda de fora da unidade ou expressão de sofrimento pelo tempo privada de liberdade.

No período em que foram coletados os dados, destacou-se pela incidência de moradores do bairro Vicente Pinzon, em meses anteriores houve período de aumento do número de adolescentes da Bela Vista e Planalto Ayrton Senna. A Barra do Ceará é a região em que a quantidade já era alta nos meses anteriores. O Papicu, bairro considerado de classe média, possui algumas comunidades com habitações construídas de forma desordenada e com deficiência inclusive em saneamento básico, contrastando com as edificações e comércios da região. Uma delas é a conhecida “Favela Verdes Mares”, conhecido ponto de tráfico de drogas, residência da única interna que mora no Papicu. O contraste presente no bairro ocorre em outros como a Varjota. O abismo entre classes na capital é expresso pelos dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, citado pelo relatório do CCPHA: 7% dos fortalezenses concentram 26% da renda total da cidade, enquanto os 44 bairros de menor renda, que somam quase metade da população (49%), respondem pelos mesmos 26%. A média de renda dos dez bairros mais ricos é cerca de 8,6 vezes maior que renda média dos dez bairros mais pobres. Fortaleza é uma das cidades com pior distribuição de renda na América Latina (CCPHA, 2017).

A desigualdade discrepante de rendimentos é expressa pela desigualdade de divisão socioespacial da violência, principalmente a letal contra adolescentes, mais intensificadas nas áreas de assentamentos precários, segundo dados do CCPHA.

[...] em 2016 revela que 41% dos adolescentes mortos moravam em 96 territórios com péssimas condições de moradia. Em 26 deles, mais de um adolescente foi assassinado. [...] As mortes não se distribuem de maneira homogênea. Apenas 18 dos 119 bairros, isto é, 15%, concentraram quase a metade, 44%, dos assassinatos de pessoas entre 10 e 19 anos (CCPHA, 2017, p.243).

Essas áreas, segundo a Política Nacional de Habitação (PNH) são caracterizadas por conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda. Apresentam diferentes configurações: loteamentos irregulares ou clandestinos, conjuntos habitacionais degradados, favelas, cortiço, etc. Apesar da variedade de tipologias, possuem em comum o fator de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; a precariedade das condições de moradia e inadequações. Entre elas irregularidade fundiária, ausência de infraestrutura de saneamento ambiental, pouco acesso a serviços públicos como transporte e equipamentos de saúde, educação, entre outros (IPEA, 2016; BRASIL, 2010).

O IBGE (2010) utiliza o termo aglomerado subnormal para caracterizar um conjunto de no mínimo 51 domicílios em condição de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados) para fins de habitação em áreas urbanas e, em

geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação.

Entre proximidades e diferenças entre as definições dos termos, os bairros de origem das interlocutoras foram formados a partir de ocupações de terras, regulares ou não, e que possuem áreas com moradias mais problemáticas que outras. Os bairros listados possuem comunidades com moradias mais precarizadas, chamadas de favela pela população como a Colônia, Sem Terra, Trilhos, Marrocos, Auto do bode, Castelo Encantado, etc. Muitas das socioeducandas residem nessas áreas, a maioria prefere se referir ao bairro como favela, outras descrevem identificação com o lugar em que cresceram, escrevendo no caderno escolar que utilizam na sala de aula no centro socioeducativo “a zárea”²⁶ de onde são. Como indica Paiva (2007, p. 91) “As pessoas experimentam esse lugar de formas muito diversas e, por essa mesma razão, pensam sobre ele de modo muito distinto”. A autorreferência como moradora da favela, muitas vezes é utilizado para impor respeito perante as demais adolescentes, demonstrando maior periculosidade: “*Eu sou é do Oitão Preto! Tá me tirando é, cumade?*”²⁷(diário de campo).

A cidade de Fortaleza possui 843 assentamentos nesta classificação de precários e pelo menos 40% da população fortalezense vive nestas regiões. Esta parcela da população é mais exposta à violência não só letal, mas também pela falta de equipamentos públicos e dificuldade de acesso a serviços básicos como saúde, inclusive de saneamento básico, possibilitando maior incidência em agravos como sífilis e mortalidade infantil. Para as meninas e mulheres há implicações diferenciadas, como a falta de acesso a serviços de educação sobre saúde reprodutiva e sexual. Em uma sociedade patriarcal que atribui às mulheres a responsabilidade de aderir a um método contraceptivo e de cuidar dos filhos. Segundo relato de uma das enfermeiras do Aldaci Barbosa, mais da metade das adolescentes já contraíram sífilis e só descobrem a infecção quando chegam ao centro, onde é realizado o teste rápido²⁸. A maioria conhece algum método contraceptivo, contudo apenas o anticoncepcional injetável, cunhado por elas de “injeção para não pegar barriga”, não possuem informações sobre doenças e infecções transmitidas sexualmente. Para muitas,

²⁶ Expressão utilizada por elas para se referirem ao local onde residem. Quando uma nova interna chega à unidade, as demais questionam a novata: “Qual é a tua zárea?”.

²⁷ Expressão usada para se referir a jovem do sexo feminino. Em campo, nunca presenciei o termo ser utilizado para as meninas trans e nem para os cabrões.

²⁸ Teste sorológico com resultado em 30 minutos, utilizado para detectar doenças crônicas e infecções sexualmente transmissíveis (IST's). Todos os adolescentes que são admitidos no sistema socioeducativo, ainda na unidade de recepção, podem fazer o teste. Não possui caráter obrigatório e o pode ser recusado pelo paciente.

a primeira consulta com ginecologista só ocorre quando cumpre medida privativa de liberdade.

Um indicador que se buscou avaliar foi a condição de ocupação do domicílio, isto é, se a moradia é alugada, própria, cedida ou financiada. Excluindo deste cálculo as adolescentes que residiam em acolhimento institucional e quem não possuíam residência fixa. Metade reside em imóveis alugados e com base nas informações cedidas pelo setor de serviço social do CSBM o valor médio pago é de R\$ 280,00. A porcentagem de domicílios próprios é considerável, porém, não se pode afirmar que possuam escritura, podendo ser em decorrência de ocupação. Durante as entrevistas e aplicação dos questionários as socioeducandas relataram que os imóveis próprios, em sua maior parte, são cedidos por outros parentes ou em coabitação com avós.

Outros aspectos que se procurou conhecer sobre as condições de moradia é a qualidade da construção, essencialmente sobre materiais utilizados na construção. Destacase a quantidade de residências que são de alvenaria com revestimento (91%), que consiste em paredes de tijolo revestido de reboco, chapisco, cerâmica, etc. Durante a resposta deste item, alguns comentários foram realizados pelas interlocutoras ao responder o questionário:

Claro que minha casa tem reboco, tia.

Tem parede pintada e tudo.

Minha casa tem até cerâmica nas paredes.

Claro que tem reboco. Nem moro em favela!

Minha casa é toda arrumada, tia.

Depreende-se que a reação se deve ao receio de ter o local de moradia caracterizada como imóvel pertencente à comunidade, onde as construções possuem estruturas mais deficientes: a favela. Expressão utilizada pelas próprias interlocutoras. Há a valorização de suas casas em oposição às que se localizam em espaços mais escondidos na comunidade com o intuito de alcançar maior dignidade social. Tal posição ocorre principalmente quando as interlocutoras descrevem a residência em que coabitam com familiares para que não recaiam sobre eles o estigma de residir em áreas mais vulneráveis. Um esforço de diferenciação em relação aos lugares e das pessoas, demarcando posições de proximidade e afastamento (PAIVA, 2007). Identificar o local de moradia como pertencente à favela é legítimo a partir da posição de envolvida, como esse fosse o espaço condizente para prática de ações ilegais.

Onde eu moro é seguro, mas mais lá pra dentro é perigoso, é as favelas (Anja).

Minha mãe comprou essa casa construída. Eu tinha de 6 pra 7 ano. Nessa época casa era mais barato, né? Minha casa não é muito grande, mas é uma casa até boa. Já é bem dizer na favela, mas é boa (Ayla Eloá).

Em Sobral tem favela, sabia? Mas a casa da minha vó é boa, é grande, é pintada e tudo. Eu tava morando com uma amiga pra vender droga, aí lá a gente tinha que tá dentro dos beco, né? Era mais seguro pra mim que sou envolvida. É melhor tá fazendo as coisas errada lá (Júlia).

A diferenciação estabelecida não é apenas econômica e material, diz mais sobre ter posse de poder simbólico, afastando o outro que lhe é semelhante, o morador da favela. Elias; Scotson (2000) em estudo sobre uma comunidade da periferia urbana na Inglaterra demonstra uma divisão entre os residentes: um grupo de moradores estabelecidos há várias gerações alimentavam práticas estigmatizantes contra novos residentes, os *outsiders*, visto pelo primeiro grupo com portadores de menor valor humano. Não havendo entre eles diferenças entre raça, cor, renda ou classe social. Entre os estabelecidos, os moradores antigos, havia maior coesão grupal e percepção de pertencer a um grupo de valor superior, empreendendo esforços para se manterem em posição de dominação, excluindo os demais. Apesar das semelhanças entre os estabelecidos e os *outsiders*, os primeiros detinham poder simbólico na dinâmica das relações construídas. Mesmo o estudo seja sobre uma comunidade específica, os autores propõem que “[...] entre as diversas sociedades existentes na face da Terra, não se encontra praticamente nenhuma que não tenha encontrado um meio tradicional de usar uma outra sociedade como sociedade outsider, como uma espécie de bode expiatório de suas próprias faltas” (2000, pp. 208-209).

Dentre a complexa rede de relações próprias da privação de liberdade, essa busca de autovalorização e posse de poder simbólico se ancoram, por vezes em ser vista como perigosa, para fazer frente às demais. Como relatado anteriormente, algumas internas declaram pertencer à favela, obtendo medo e respeito das demais. Isto ocorre na dinâmica dos relacionamentos entre elas e não se estende aos adultos, ou seja, os funcionários e profissionais externos que visitam o CSABM.

Avançando a investigação sobre moradia, no âmbito da qualidade da coabitação, realizei a relação entre quantidade de cômodos e número de moradores, incluindo a própria respondente na contagem. Por cômodo foi contabilizado cada compartimento do domicílio coberto por um teto e limitado por paredes, inclusive banheiro

e cozinha de uso exclusivo dos moradores. Excluindo, dessa forma, corredor, varanda aberta, quintal, garagem e outros compartimentos utilizados para fins não residenciais.

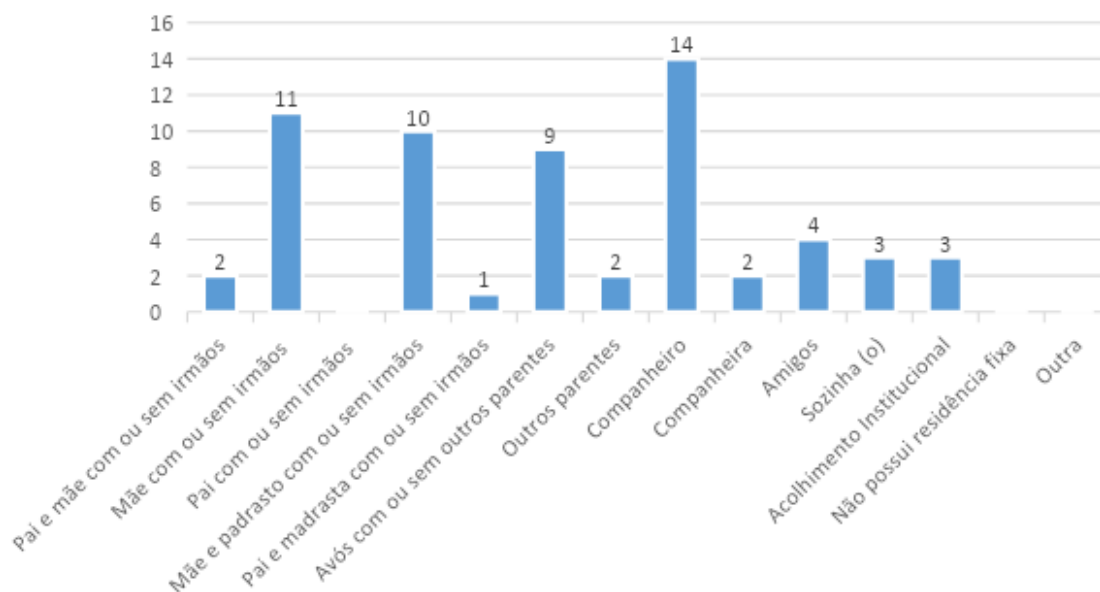
Entre as manifestações verbais durante a aplicação do questionário, as respondentes do tipo de moradia de até três cômodos relataram que “*minha casa é só um vão e o banheiro*”, ou além desses dois cômodos há a cozinha. Portanto, não existindo divisão de paredes entre sala e quarto. Esta condição residencial é satisfatória quando há até três moradores, porém, interfere no estabelecimento de privacidade e nas condições mínimas de conforto, principalmente quando há entre quatro a cinco moradores. A maioria das residências são formadas por 4 ou 5 cômodos. Quando perguntado quais eram, as respostas descreviam geralmente a seguinte configuração: 1 banheiro, cozinha, sala e 1 ou 2 quartos. Geralmente com apenas 1 quarto. Um dos quartos reservado para os responsáveis e/ou pessoas mais velhas da casa, sendo o segundo para as crianças e adolescentes ou outros adultos. As jovens que tinham um quarto, sempre era dividido com irmãos e primos. Entre as socioeducandas em situação de acolhimento institucional, a divisão do cômodo destinado para dormitório conta com número maior de coabitantes. Quando na residência mora o responsável pela adolescente e outras pessoas da família como avós, tios, etc. Os mais jovens costumam dormir na sala ou dividem a mesma cama com os adultos.

Independente do quantitativo de cômodos, os comentários realizados pelas interlocutoras não indicavam desconforto com a situação, sendo descrito como algo comum e recorrente na experiência delas. Dessa forma, a perspectiva de adolescentes com quartos individualizados como ocorre na classe média e nas mais abastadas enquanto lugar de privacidade e de apropriação, não se aplica à realidade das meninas internas no centro socioeducativo, inclusive a experiência da privação de liberdade inclui a divisão no espaço reservado para dormitório.

Ainda sobre a análise das particularidades no campo das características de moradia, cabe o questionamento com quem essas adolescentes e jovens residem.

Os dados no gráfico 5 foram obtidos pelo questionário.

Gráfico 5 – Coabitação: com quem as socioeducandas residem



Fonte: dados da pesquisa.

Destaca-se o número significativo de socioeducandas vivem maritalmente. Alguns casos apenas com companheiro ou companheira, outras com a família de seu “marido” ou “mulher”. É assim que se referem aos parceiros e parceiras afetivo-sexuais quando moram com estes. A maioria dos relacionamentos foi estabelecido há poucos meses. Outro ponto relevante é que quase metade das interlocutoras não residia com a família (43%), ampliada ou não, contabilizando as respostas que indicam coabitação com amigos, companheiro, companheira, sozinha ou sob a tutela do Estado em acolhimento institucional.

As motivações para a saída do lar parental ocorrem por razões diversas. Os relatos que obtive durante a pesquisa de campo, aplicação do questionário e realização das entrevistas, indicam, na maioria das histórias, as seguintes justificações: violência ou conflito intrafamiliar; insubmissão às regras estabelecidas pela família; prática de atos ilícitos e percepção que possuem maturidade suficiente para estabelecer uma experiência conjugal. Mesmo as adolescentes que estavam residindo com algum genitor no período em que foram apreendidas relataram já terem morado com terceiros em algum momento ou na casa de parentes como avós e tios.

Eu fugi de casa pra ir morar com meu ex-marido. Eu queria tá com ele. Foi quando minha mãe me deu uma pisa e desmaiou de tão nervosa que ficou e foi pro hospital, aí eu fiquei em casa sozinha arrumei minha bolsa e fui embora. Fugi de casa mesmo. Ele foi me buscar de moto e eu fui (Anja).

Eu já saí de casa, passava uns tempo e voltei. Eu sempre ia pro mundo, mas sempre eu voltava pra minha casa da minha mãe. Eu já morei com a minha vó, com tia, já morei com marido e eu já morei com amiga (Ayla Eloá).

Morava com o meu marido e minha filha. A primeira pessoa de morar junto foi meu marido. Fui morar com ela com quinze ano. Já passei um tempo morando com amigas, antes de me juntar (Márcia).

Tava com a minha mulher. Tou com ela há dez meses. Já morei duas vezes com namorada. Na minha segunda queda eu era junta e quando saí conheci essa que eu tava junta agora. Saí da casa da minha mãe porque ela foi morar com a minha vó e ela não aceita meu jeito errado. Pra tá e ela falando do que eu faço...é melhor tá no meu canto (Mirela).

Eu conheci essa minha amiga, aí pegou e me chamou pra ir pra casa dela na Caucaia. Peguei minhas coisa e disse...eu tava até brigada com a minha mãe...aí pensei “vou ficar aqui mais não, vou passar um tempo fora daqui” (Paula).

Eu e o rapaz que veio caiu junto comigo. Morava eu, ele, a mãe dele e os irmão dele. Eu ajudava o irmão dele a vender droga. Já tive relacionando estável com algumas meninas. Umas 4 vezes. A primeira vez eu tinha 12 anos. Passava só alguns meses. Saí da casa da minha mãe porque não me batia com o meu padrasto (Alef Yuri).

Fui morar com a minha amiga pra vender droga, né. Não dava certo fazer essas coisa na minha vó porque eu respeito muito ela que me criou (Júlia).

As nuances da complexidade que envolvem as relações familiares e amorosas serão objeto de exame em capítulo posterior. Por ora, outro ponto expressivo é a maioria das adolescentes que residem com a família estão sob os cuidados da mãe e mais da metade são chefiadas por elas. São as mães as mais assíduas nos dias de visita na unidade. Elas não são as únicas: irmãs, tias e avós. As mulheres sempre são a maioria. Poucos pais costumam participar na execução da medida, assim como os irmãos, tios e avôs. A mulher, sempre associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos como se fosse uma imposição da ordem da natureza (AZEVEDO, 2010; BIROLI, 2014).

Como se ver no Gráfico 5 da figura, nota-se que há o mesmo número de meninas em acolhimento e vivendo sozinha do que sob responsabilidade paterna. Características similares foram observadas no estudo de Arruda (2011) no centro socioeducativo feminino em Salvador/BA e indica que a ausência das figuras masculinas também nas unidades de internação para meninos. Assim como descrito no relatório da CCPHA (2017), chama a atenção para a problemática do exercício da função paterna na trajetória dos jovens expostos à violência letal, recaindo sobre as mães a principal

responsabilidade em criar os filhos e se tornando alvo do julgamento social quando estes apresentam comportamentos tidos como desviantes. Elas são a principal referência afetiva e são sobrecarregadas por diversas responsabilidades. As informações registradas em diário de campo, coletadas pelo questionário e entrevistas demonstram os delineamentos deste abandono masculino: a ausência da figura paterna ocorre em alguns desde a infância; a desaprovação pela conduta transgressora da filha é utilizada como argumento para justificar o afastamento; os pais estão no sistema penitenciário; o rompimento do casamento como desvinculação com os filhos frutos da relação; desresponsabilização em acompanhar a medida socioeducativa uma vez que a mãe já realiza visitas. A função paterna é encarada como uma opção, sendo assim, passível de desistência.

Por fim, é necessário elucidar que a investigação e descrição das condições objetivas em que as interlocutoras vivem, teve por objetivo ilustrar a realidade dessas jovens e não afirmar que a pobreza diz respeito exclusivamente a elementos materiais. A pobreza é uma categoria social que ultrapassa limites socioeconômicos, fundamentadas na falta, e se imprime nas pessoas que a vivenciam. É um fenômeno multidimensional e dinâmico com especificidades que se vinculam ao contexto onde ela se situa. É necessário compreender a intrínseca relação estabelecida com fatores sociais, políticos e culturais, para além do econômico. Perpassam níveis como sociabilidade, aspectos subjetivos e construção da identidade (ACCORSSI, 2011). A pobreza é autorização de violência e criação de estigma por meio de mensagens cotidianas que colocam a juventude residente em território periférico em posição de perigosos e violentos.

2.1.3 Trabalho e fonte de renda

Para compreender a respeito da inserção no mercado de trabalho e fonte de renda, foi verificado não especificamente as adolescentes, mas a partir das informações de todos que moram na residência, incluindo os aposentados. A inclusão dos que já não mais integram o mercado de trabalho se deu pelo fato de que em algumas famílias esta é uma das principais rendas do tipo fixa. As adolescentes em situação de acolhimento institucional não integram o corpo de dados para a análise.

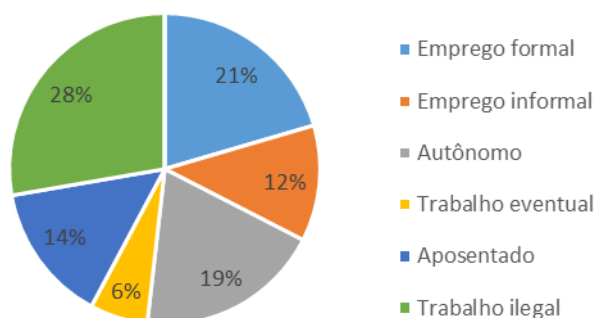
O estudo dos dados quantitativos mostra que na maioria das residências a fonte de renda advém de 1 a 2 pessoas, inclusive nas residências com mais de três moradores. Quando as rendas de até dois moradores sustentam seis ou mais pessoas, os recursos financeiros podem não suprir as necessidades primeiras, como alimentação, itens de higiene

e vestuário. A presença de três ou mais contribuintes nos rendimentos da casa não significa necessariamente que a remuneração recebida seja em quantidade suficiente para prover todas as despesas domésticas.

Sabendo que as internas do CSABM naturais de Fortaleza residem nos bairros periféricos, alguns deles presentes na lista dos dez mais pobres, - como Conjunto Palmeiras, Canindezinho e Bom Jardim – a renda média nessas regiões variam em R\$ 239,25 a R\$349,75, segundo dados do CCPHA (2017), não é difícil de imaginar que possuir fonte de renda seja sinônimo de qualidade de vida. Para realizar a avaliação de forma mais exata seria necessário obter o valor recebido pelos componentes da residência, contudo, durante a aplicação do pré-teste, as interlocutoras apresentaram dificuldades em responder a questão. Não por resistência em ceder este tipo de dado, mas por desconhecer a informação. Nem tampouco souberam informar se a família compõe o Programa Bolsa Família. Como a preferência era obter informações das próprias internas, excluimos outra possibilidade para realizar tal investigação.

A especificação da natureza da fonte de renda foi priorizada. Esta questão foi alterada após aplicação dos questionários em pré-teste. Na primeira versão não continha o item “trabalho ilegal”, sendo incluído após mais de uma adolescente indicar o tráfico de drogas como trabalho. O Gráfico 6 apresenta os resultados totais das respostas. Nessa questão era possível assinalar mais de um item.

Gráfico 6 – Tipo de trabalho dos moradores da residência



Fonte: dados da pesquisa.

O trabalho ilegal se destacou como a fonte de renda mais recorrente. Este resultado é relacionado ao fato de que uma parcela considerável das socioeducandas reside com companheiro, companheira, amigos ou sozinha. Nessas condições, o trabalho fora da

legalidade é a opção mais viável para obtenção de rendimentos, uma vez que a coabitação ocorre com outros jovens. A categoria trabalho ilegal consiste, em quase todos os casos que essa opção foi assinalada, em: tráfico de drogas e roubo. Principalmente a primeira atividade ou ambas combinadas. Nesses casos, segundo relato das interlocutoras, o dinheiro é utilizado para pagar aluguel, alimentação, despesas gerais do domicílio, itens pessoais e consumo de drogas. No caso de Márcia também era meio de sustentar a filha:

Eu e meu marido tava só vendendo droga. Tinha parado de roubar. Comecei a traficar só pra ganhar dinheiro pra mim, mas ultimamente era porque eu tava precisando de dinheiro pra comprar as coisa pra minha filha. Eu não gostava de pedir pro meu pai, mesmo ele sempre me ajudando (Márcia).

O primeiro contato laboral com o mercado ilegal de drogas ocorre na realização de “corres”, transportando a mercadoria de uma região para outra, principalmente por serem mulheres o que desperta menos desconfiança policial, segundo o que relatam as próprias adolescentes.

Na totalidade das coabitações com companheiro(a), amigos e sozinha a única fonte de renda é derivada de ações ilegais. Entre as socioeducandas que residem com parentes, pais ou família ampliada, família do companheiro(a) a renda obtida por trabalho ilegal não é para contribuir no custeio das despesas domésticas, mas para aquisição de bens de uso próprio como compra de roupas, maquiagem, telefone celular, drogas, pagar serviços para fins estéticos e até mesmo por gostar da sensação de risco que a prática proporciona:

Eu queria ter minhas coisas sem ficar pedindo em casa (Respondente do questionário).

Minha mãe não podia me dar tudo que eu queria, aí fui fazer coisa errada (Respondente do questionário).

O roubo eu comecei porque eu sempre gostei de andar arrumada, eu tinha minha vaidade e eu gosto de tá de unha feita. Pra isso eu tinha que trabalhar e eu não queria. Aí fui fazer coisa errada. Eu já tinha trabalhado em casa de família. Eu passava a semana trabalhando, ganhava meu dinheirinho e demorava a gastar. Já dinheiro de roubo num instante eu gastava. Eu compro roupa, eu como o que eu gosto, saí pra onde eu quero, fumo a maconha que eu quero, fumo o cigarro que eu quero, faço minha sobancelha e meu bronze (Mirela).

Comecei porque eu gostava. Eu roubei uma vez aí eu achei divertido. Eu gostava assim...porque eu dizia...eu digo que minha mãe e a menina que eu tou me dão tudo, né. Não me falta nada. Porque eu gostava de adrenalina, de roubar, de tá no meio da folia (Flor).

Arruda (2011) refere perfil semelhante das meninas privadas de liberdade em Salvador/BA “atividades ilícitas (especialmente o tráfico de entorpecentes) são referenciadas como possibilidade de geração de renda e como oportunidade concreta de inserção laboral, provedora de sustento e de acessibilidade aos bens de consumo” (p. 125). O quadro se repete no sistema socioeducativo do Distrito Federal, Diniz (2017) infere que a participação das meninas no tráfico possibilitava satisfazer o prazer pelo consumo, conquistando independência financeira, principalmente quando a referência salarial é o das mães, que ocupam funções como empregadas domésticas e manicures.

Malvaci (2012) expõe que a opção pelo mercado ilegal de drogas é escolha viável para estas jovens uma vez que nos territórios onde habitam o tráfico é parte da socialização com a atuação de pessoas com quem convivem (parentes, amigos, vizinhos), sendo um componente da economia local. É para além de uma atividade laboral, mas um modo de vida que propicia poder de consumo e a integração em um grupo. A ânsia de obter bens valorizados pela juventude em geral é um dos motores para o envolvimento com a violência conforme indica relatório da CCPHA (2017):

Como o mercado de consumo explora o imediatismo, o que se conquista em longo prazo e com mais esforço, como a educação, pode ser substituído pelo que se obtém em curtíssimo tempo e de forma mais fácil, como a moeda do tráfico de drogas e/ou armas. O apelo ao consumo faz com que muitos busquem no mercado de entorpecentes e armamentos um meio de obtenção de dinheiro para comprar o que desejam (p.87)

Indicar a atuação das adolescentes no tráfico de drogas não significa responsabilizá-las exclusivamente, ignorando as diversas contingências envolvidas e a imaturidade desta fase do desenvolvimento. Não é uma escolha a qual se tenha condições subjetivas de realizar, mas aliciamento. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua 182ª Convenção, em 1999, lista entre as piores formas de trabalho infantil o recrutamento e oferta para atividades ilícitas, particularmente o tráfico de entorpecentes. O recorte da entrevista a seguir ilustra como ocorre esta corrupção da infância:

[...] em Horizonte eu fazia mais entrega. Eu não traficava, apenas ia deixar de um lugar para o outro. Só transporte de droga. Eu tinha de 11 pra 12 anos. Quando eu comecei a roubar, começaram a querer colocar coisa mais pesada na minha mão pra fazer. Eu era de menor e fazia isso para os de maior, entendeu? Como eu tinha 11 anos se me pegava eu ia só pra delegacia saía. Com 12 [anos] era arriscado eu ficar mas passava pouco tempo e saía. Eles arriscavam a colocar as coisa na minha mãe porque se eu caísse não ia dar em nada, não ia dar B.O, não. Quem pedia era os traficante lá do bairro mesmo que eu morava (Alef Yuri).

Obviamente o apelo pelo consumo não é o único motivador para o início de práticas ilícitas. Para esta população, a inserção no mercado de trabalho, ainda na adolescência, é mais problemática por fatores como baixa escolaridade e idade. O preconceito geográfico também é fator que interfere na conquista de experiência profissional, como descrito por Sá (2010) na pesquisa etnográfica que realizou no Serviluz, bairro da periferia de Fortaleza. Muitos moradores relataram ser necessário omitir o bairro de origem na procura por emprego.

Entre as adolescentes da unidade que relataram experiência de trabalho legal, as funções exercidas eram de diarista, babá, ajudante em confecção de roupas ou venda de vestuário em pequenas lojas do bairro em que residem. Essas atividades laborais lícitas geralmente são mal remuneradas:

Não fui sempre assim, Vitória. Tentei sair disso, sabe? Com 16 [anos], já tinha meu filho que deixei com a vó [paterna] dele. Fui tentar trabalhar vendendo roupa em Camocim numa feira lá. Eu gostava de trabalhar com roupa. Saí de Sobral para ficar longe das amizade mesmo. Eu trabalhada quase todo dia e ganhava R\$ 150,00 no mês. O que que eu vou fazer com R\$ 150,00 no mês, Vitória? Era dinheiro honesto, né, mas não dava (Júlia).

Já cuidei de criança, já limpei peça em confecção, já fiz faxina também e já ajudei uma mulher no salão. Ganhava por semana, mas não passava de R\$ 50,00 (Flor).

Nenhuma das experiências narradas obedecia a Lei do Aprendiz²⁹ (Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000) e a remuneração não ultrapassava R\$ 250,00 mensais. Quadro idêntico ao descrito na pesquisa do CCPHA (2017). Entre adolescentes e jovens vulneráveis à violência letal que tinha experiência com trabalho, apenas 2 % participaram atuaram como aprendiz ou estagiário. O relatório apresentou 12 evidências que propiciam a letalidade da vitimização juvenil, entre elas a falta de oportunidade de trabalho formal e renda. E expõe que:

Evitar a evasão escolar em razão da inserção precoce no mercado de trabalho, proteger o adolescente que ingresse no mercado mediante a observância dos parâmetros legais e promover o direito à profissionalização em sintonia com as expectativas dos adolescentes são condições relevantes para evitar a exposição a situações de risco (CCPHA, 2017, p.551).

²⁹ O ECA proíbe que menores de 16 anos trabalhem, salvo a partir dos 14, mas na condição de aprendiz. A Lei do Aprendiz protege trabalhadores de 14 a 18 anos e determina condições diferenciadas e assegura direitos. A função deve respeitar a fase de desenvolvimento do adolescente, não deve prejudicar a formação escolar e deve ser pago o salário mínimo hora.

Para além da análise institucional, uma vez que a presente pesquisa não tem por objetivo avaliação de políticas públicas, dedicando-se essencialmente nas experiências das adolescentes e jovens – sem ignorar que as trajetórias de exclusão são atravessadas pela ineficiência das políticas básicas e para juventude. Os relatos das interlocutoras versam sobre a dimensão da sobrevivência. Como subsidiar necessidades primárias como alimentação e moradia, por exemplo, com renda que não atinge três centenas de reais? Mesmo sendo enquadrado na categoria “dinheiro honesto”, isto não o torna suficiente para garantir a subsistência das jovens e familiares.

O discurso apresentado pelas adolescentes durante a aplicação do questionário e pesquisa etnográfica revela, em sua maioria, o desejo de descontinuar a prática de atos infracionais após o cumprimento da medida: “*Se eu tiver um trabalho quando sair daqui eu não me envolvo mais, não*”. A mudança no retorno ao território está condicionada à obtenção de uma fonte de renda: “*eu vou tentar não me misturar, mas se não conseguir trabalho vou voltar pra aquela vida*”. Muitas apontam que o retorno para a residência familiar é a opção que também poderia assegurar uma mudança de vida: “*vou é voltar a morar com a minha mãe, lá não tem todas as coisas que eu gosto de ter, mas comida não vai faltar*”. As socioeducandas que não pretendem ou não podem retornar à residência família, seja por ameaças no território ou conflito intrafamiliar, compreendem a inserção no mercado de trabalho como ainda mais essencial, como relata Mirela:

Eu moro sozinha desde os 15 anos. Vou fazer o que na casa da minha mãe? Já tou acostumada a ter minhas coisas e meu canto...e não tem como ficar lá onde tá minha mãe porque minha vó não aceita. Tenho que arrumar um curso e um trabalho no tempo que tou aqui. Quando sair de vez vou arrumar dinheiro do jeito que eu sei (Mirela).

No caso de Mirela, que passou a cumprir medida de semiliberdade, a urgência de ter novamente fonte de renda para custear as despesas pessoais nos fins de semana e o traslado entre a unidade e a residência onde fica nos dias fora do Centro Socioeducativo, uma vez que não pode transitar livremente no bairro em que se localiza o CSABM. O tempo das adolescentes é apressado e não aguarda encaminhamentos institucionais. Em menos de um mês no regime de liberdade, Mirela não retornou de um fim de semana e por meio de uma ligação foi categórica em avisar que não voltaria mais. Já tinha voltado a fazer a suas “parada”.

Em 2019 a SEAS iniciou um esboço do que pretende ser um programa para acompanhamento de egressos com o principal objetivo de promover a inserção no mercado

de trabalho dos socioeducandos que saem do sistema privativo de liberdade e os que ainda estão. No Aldaci foram realizados dois encaminhamentos que resultaram efetivamente em contratação. Entre um dos principais obstáculos é a baixa escolaridade das(os) adolescentes que cumprem medida.

É na casa dos pais e de outros parentes que se concentram os casos de rendas obtidas por trabalho legal. Destaca-se que a maior parte é advinda de trabalho informal (classificado aqui como emprego sem carteira de trabalho assinada) e autônomo e eventual (conhecido como bico), totalizando 37%. Caracterizando flutuações nos rendimentos mensais. Nas entrevistas o trabalho informal, autônomo e eventual foram os mais citados:

Minha mãe acho que recebe bolsa família e meu padrasto que é caminhoneiro sustenta a casa deles. Minha mãe já trabalhou de costureira e minha vó é aposentada (Flor).

A renda da minha casa é as faxina da minha mãe, a ajuda que o namorado da minha mãe dar e a ajuda que meu pai dar (Anja).

Hoje minha mãe trabalha nesse bico, né. Ela também trabalha alguns dia na bodeguinha perto de casa. Mas ela sempre trabalhou nesses negócio da prefeitura. Já trabalhou no CRAS e na Regional. Agora ela tá desempregada, mas a minha mãe ela tem a pensão do meu pai que morreu, né. Tem a pensão do pai do meu irmão e o bolsa família dos meus irmão. O pai do meu irmão tá preso, mas o vô dele dar as coisa (Ayla Eloá).

Meu pai tem um comércio e minha mãe é doméstica (Márcia).

Minha mãe trabalha em casa de família. Minha irmã trabalha em loja do shopping. Minha mulher só traficava (Mirela).

Minha mãe trabalha. Ela trabalha como doméstica. Na época do meu pai, ele trabalhava como servente de pedreiro. Meu padrasto de agora faz reciclagem de lixo (Alef Yuri).

Com exceção de Ayla e Paula, cujas mães e avós exercem função remunerada limpando castanhas para um fábrica na região de Cascavel, na própria residência e sem vínculo empregatício. Todas as figuras de referência feminina trabalham ou já trabalharam como diarista. Júlia relatou que a mãe também já exerceu tal atividade, mas que devido ao uso de crack, hoje vive em situação de rua. Em alguns casos o trabalho em “casa de família” é a principal fonte de renda, em outros acrescida da renda do companheiro, que não possui renda fixa. Esta configuração é a mesma encontrada por Fachinetti (2008) na unidade feminina do Rio Grande do Sul, no centro socioeducativo feminino de Salvador (ARRUDA, 2011) e por Mendonça (2017) entre as adolescentes que cumpriam medida em

meio aberto em Goiânia. Portanto, em regiões diferentes e em recortes temporais diversos, o perfil se mantém.

A atividade laboral das mulheres quase que exclusivamente em função ligadas à faxina, como já citado, também é uma das principais experiências de trabalho relatadas pelas adolescentes. Não se enquadrando no que prever o ECA sobre a condição de aprendiz, em que é necessário o caráter de formação técnico-profissional da função a ser exercida por adolescentes, bem como a garantia de direitos trabalhistas, respeitando a fase do desenvolvimento e horário escolar. No caso de Mirela esta experiência ocorreu aos 11 anos de idade, configurando trabalho infantil. As atividades “domésticas” são atribuídas ao feminino, uma perpetuação histórica e cultural que localiza as mulheres no âmbito do privado, as responsabilizando em exercer função que envolvam cuidado. Accorssi (2011) em sua pesquisa com mulheres da periferia de Porto Alegre descreve um contexto semelhante onde normalmente as funções exercidas são ligadas à faxina em uma reprodução geracional. As filhas mesmo com maior formação educacional enfrentavam dificuldade em exercer outras atividades laborais.

Em perspectiva interseccional, essencialmente pelo viés do feminismo negro, que reivindicou a especificidade da experiência das mulheres negras, submetidas a um sistema de opressão que não se baseia apenas na diferença de gênero, mas também na raça e classe, realizando severas críticas ao feminismo voltado apenas para demandas das mulheres brancas e de classe média (MATOS, 2008; PISCITELLI, 2009). Entre as principais demandas do movimento que se referem ao mercado de trabalho, uma vez que, ao contrário das mulheres brancas de classe média, exercer atividade fora de casa nunca foi uma reivindicação, pois elas sempre foram responsáveis por realizar os cuidados domésticos desde o período escravocrata (DAVIS, 2016). A quebra desse ciclo que situa essas mulheres ainda em funções de subalternidade mal remuneradas ocupa centralidade na agenda do movimento. Os resultados da presente investigação são, então, elencados com um contexto social, histórico, político e econômico que atinge essas mulheres a gerações. A prática infracional não é o rompimento deste ciclo, mas outra face do racismo que encarcera e criminaliza a juventude periférica.

Pontua-se que o trabalho ilegal não é exclusivo das interlocutoras, seus companheiros(as) e amigos, mas também de parentes. Principalmente de irmãos(as), primos(as), padrastos e pais, inclusive mães. A recorrência do trabalho no tráfico por familiares, - quando estes realizam crimes e contravenções - é semelhante ao das adolescentes, incluindo também a aplicação de golpes via telefone e roubos. Porém, o

quantitativo é bem menor ao das jovens e seus companheiros(as) no trabalho ilegal. Em geral, relatam histórico familiar na realização de crimes, mas que elas não mais o fazem. Isto pode tanto ser verídico, ou uma forma de proteção simbólica das figuras de referência, para que não recaiam neles a pecha de envolvidos, principalmente quando se refere à mãe. Na cultura do socioeducativo a figura materna ocupa lugar de sagrado³⁰. Falar algo ofensa sobre a mãe de outra adolescente é grave, passível de entrar no *fechado*.

2.1.4 Escolarização e profissionalização

A escola se configura como uma das instituições sociais com importante papel na formação dos sujeitos e nas experiências de sociabilidade. Desde o início da minha experiência em campo, primeiramente como funcionária da unidade socioeducativa, observei o quão raro são as adolescentes que estavam matriculadas e frequentando a escola, a ponto de elas ficarem surpresas por serem indagadas a respeito da frequência escolar. A problemática relação adolescência e escola devem ser investigadas, sendo este um fenômeno comum entre socioeducandos, de ambos os sexos, em diversos estados como São Paulo, Salvador, Distrito Federal e Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2010; ARRUDA, 2011; CNJ, 2015; DINIZ, 2017; FACHINETTO, 2008; MALVACI, 2012; SANTOS-LIMA, 2018). Bem como não é distinto do perfil da população carcerária (BORGES, 2018; PADOVANI, 2015).

O rompimento com o processo de escolarização é componente fundamental na trajetória das interlocutoras, destacando ser situação comum no período do cometimento do ato que culminou na entrada no sistema. Segundo os dados obtidos pela aplicação dos questionários e entrevistas, cerca de 75% das participantes não estavam estudando no período em que foram apreendidas. A menor parcela das respostas afirmativas não significa necessariamente a presença nas aulas e outras atividades da instituição de ensino. Entre as interlocutoras que participaram da etapa de coleta de dados via questionário e afirmavam estar estudando, os relatos, em sua maioria, indicam baixa frequência escolar: “*Eu ia de vez em quando, preferia ficar com os moleques na rua*”; “*Eu ia pouco. Não gostava. É muito chato*”. A escola foi descrita por elas como pouco atrativa, perdendo espaços para as vivências em grupo na rua. Nesta mesma parcela de interlocutoras, que afirmaram

³⁰ A sacralidade do papel materno é mencionada por Grillo (2013) em sua pesquisa etnográfica em favelas cariocas realizada em cooperação com moradores com e sem participação do tráfico local. Sugere-se, portanto, que a exaltação da figura mãe é comum na sociabilidade das áreas periféricas e na cultura criminal.

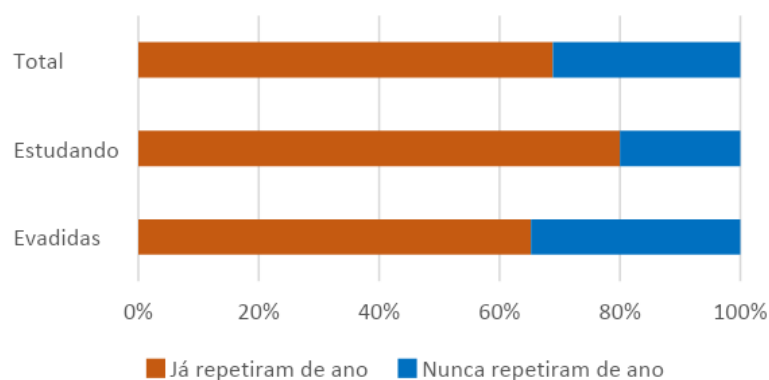
frequentar a escola, mais da metade já interrompeu a escolarização pelo menos por um ano letivo. A relação com a escola é marcada por dificuldades, frustrações e rompimentos.

A socioeducanda Paula foi a única em entrevista a descrever a relação de vinculação com a instituição escolar, inclusive participando das atividades complementares no contraturno:

Eu sempre gosto muito, muito muito, muito mesmo de estudar. Eu amo estudar. Da creche eu fui pro colégio. Minha vida sempre foi só estudar, eu não brincava. Aí quando eu completei 9 anos eu fui morar em Cascavel eu já fazia parte de teatro, dança...essas coisa assim. Eu sempre gostei de fazer isso. Era na escola, num projeto que tinha. Quem estuda pela tarde, fazia os cursos pela manhã. Passava o dia na escola. Era o Mais Educação. Eu ia de manhã e de tarde e à noite ainda acompanhava minha vó na escola que ela estuda (Paula).

Além da descontinuidade da formação escolar, outra experiência escolar recorrente é a repetência como mostra gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Repetência escolar das socioeducandas



Fonte: dados da pesquisa.

Para fins comparativos, os resultados estão dispostos diferenciando as que estavam estudando, as evadidas e o quantitativo total. A menor incidência entre as que descontinuaram a escolarização pode ser interpretada, por meio das falas das informantes do questionário, como uma forma de enfrentar as dificuldades nesse campo optando de imediato pela evasão:

Eu deixei logo de ir, ia repetir mesmo.

Já queria mais tá lá...faltava muito e ia perder o ano. Aí deixei logo de ir.

De todo modo, em ambos os grupos, os casos de repetição em alguma série ultrapassam 60%. Isto incorre em um descompasso entre faixa etária e etapa de ensino. A Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005 define que os anos iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 5ª série) a faixa etária de 6 a 10 anos de idade e aos anos finais (6ª a 9ª série) a faixa etária de 11 a 14 anos de idade. De acordo com o Gráfico 1 pelo menos 61% das respondentes, pela idade, deveriam cursar o Ensino Médio. Em todo o período da pesquisa de campo a sala de aula da unidade destinada para essa fase escolar nunca ultrapassou o número de 5 alunas. A chamada evasão escolar, somando dados do questionário e entrevista, ocorreu, em grande maioria, no Ensino Fundamental (84%), especialmente no Ensino Fundamental II (73%). Situação semelhante ao perfil das mulheres em privação de liberdade no Ceará. Segundo dados do Infopen Mulheres (2018) 60% possuem o Ensino Fundamental incompleto, apenas 7% concluíram esta etapa da escolarização.

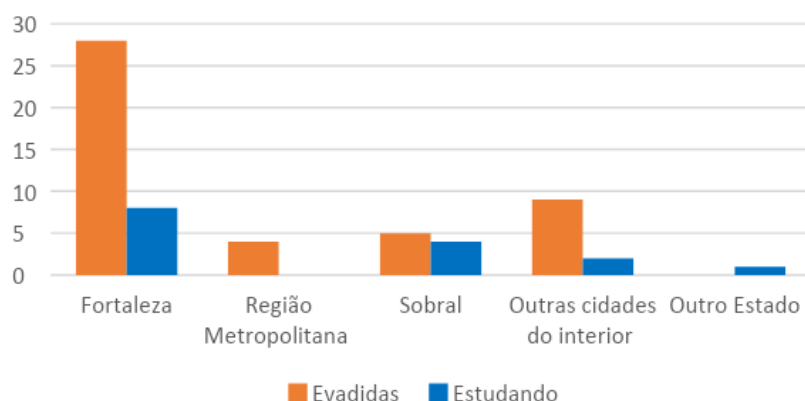
O quadro delineado em baixo nível escolar, que somados outros fatores – raça/cor, território, uso de drogas, baixa escolaridade dos pais, etc. – limitam as oportunidades no mercado de trabalho legal e acesso a formações profissionalizantes. Nesse sentido, Feltran (2008a) expõe que há diversos fatores que possibilitam os serviços negarem atendimento ao adolescente, seja pela escolaridade insuficiente, antecedente infracional, tatuagens que impedem sua inserção no trabalho formal e histórico de uso de drogas. No contexto cearense, assisti a impossibilidade de socioeducandas serem aceitas no Projeto Primeiro Passo³¹, uma vez que o ingresso está condicionado à matrícula no Ensino Médio. Ao passo que o discurso institucional tende à valorização da conclusão da formação escolar como fator determinante para *mudar de vida*³², alcançar este objetivo, para a maioria, parece mais distante.

Entre as participantes da pesquisa a interrupção da escolarização, proporcionalmente, se diferencia por região, mesmo que em todas o número de adolescentes que não estavam estudando seja superior.

³¹ Visa a qualificação de jovens e inserção no mercado de trabalho de acordo com a Lei da Aprendizagem. Coordenado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Governo do Estado. Há duas linhas de ação. A primeira é o Jovem Estagiário que qualifica jovens de 16 a 21 anos, estudantes da 1ª e da 2ª série do Ensino Médio que recebem encaminhamento para estágios em instituições públicas ou privadas, com duração de um ano e são remunerados pela empresa. A segunda é o Jovem Aprendiz atende estudantes, entre 16 e 22 anos, da 3ª série do Ensino Médio ou que tenham concluído. Os jovens participam de cursos de iniciação profissional e, simultaneamente, são inseridos em empresas privadas (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2018).

³² Expressão pelas próprias internas para referir a descontinuidade das práticas infracionais e uso de drogas.

Gráfico 8 – Descontinuidade da formação escolar por região de origem



Fonte: dados da pesquisa.

O relatório do CCPHA (2017) indica que a evasão e abandono escolar também é recorrente na história de adolescentes envolvidos com a violência letal. Sobral, segundo município com maior contingente de adolescentes cumprindo medida privativa de liberdade, apresenta menor percentual de evasão. A situação mesmo preocupante é melhor se comparada a outras cidades do interior do Estado. Os resultados se aproximam dos dados coletados pelo CCPHA, onde o mesmo município foi o único a apresentar percentual de evasão menor a 60% entre jovens vítimas de homicídio. Márcia e Júlia, entrevistadas naturais de Sobral, interromperam a formação escolar no 8º e 9º, respectivamente, portanto, no Ensino Fundamental II como a maioria das demais respondentes. Porém, adolescentes da capital e outras cidades do interior estudaram em média até o 7º ano.

O gráfico 8 ainda indica que em Fortaleza o número de adolescentes evadidas é pelo menos três vezes maior ao que estavam estudando. A região metropolitana possui índices mais alarmantes: todas as socioeducandas não estavam nem sequer matriculadas na escola. O CCPHA (2017) denuncia que escolas dessa região possuem estruturas precárias, o que não estimula a permanência dos alunos nas instituições escolares.

As motivações para a desistência escolar, além dos já citados, descritos pelas interlocutoras são diversos, mas todos indicam situações de maior exposição a risco e violências:

Quando casei meu marido tinha ciúme e não deixou eu ir mais para a aula (Respondente do questionário).

Eu gostava de estudar, mas quando engravidei e casei não tinha como ir. Antes eu já quase não tava indo por causa das droga que eu usava (Júlia).

Parei de estudar no 8º ano. Repeti três vezes o 6º ano. Parei com quinze anos. [...] eu comecei a estudar numa escola de tempo integral. Aí eu ia pro colégio na van e meu namorado ia me buscar. Ele combinava comigo na hora do almoço de eu fugir do colégio que ele ia tá na porta do colégio me esperando. Eu conseguia falar pras minhas amigas dar um rolé no vigia e eu fugia do colégio. Falaram pra minha mãe que eu tava fugindo e eu fui expulsa. Aí minha mãe arrumou outro colégio pra mim. Nesse colégio eu comecei a ir e ele me deixava e me buscava. Ele gostava de eu estudar nesse colégio porque ele já tinha estudado lá e achava que ninguém ia mexer comigo, nenhum aluno ia dar em cima de mim. Ele rasgava minhas roupas, ele não deixava eu vestir qualquer roupa, rasgava minha calça comprida do colégio. Uma vez ele foi me deixar no colégio e um aluno olhando pra mim...ele ficou revoltado. Começou a me bater em frente ao colégio, não me deixou entrar no colégio e me levou pra casa. Depois eu já tava me envolvendo e tinha medo de ir (Anja).

Estudar é muito chato (Respondente do questionário).

Onde eu estudava era da facção diferente da onde eu morava, aí fiquei com medo e não fui mais. Os elemento podia me pegar (Respondente do questionário).

Parei no 8º ano. Tinha sido reprovada porque faltava muito. [...] Só comecei a sair depois dos doze anos que eu fui para a escola pública e comecei a me envolver. Comecei a conhecer amigo que era envolvido, que roubava e traficava. Comecei a me envolver, comecei a usar droga e a faltar aula (Márcia).

Parei de estudar em 2018 no 6º ano com treze anos. Já tinha repetido de ano uma vez. Deixei de estudar porque comecei a namorar e esse menino era envolvido. Aí eu peguei, né, e...bati uma foto com ele e ele postou no Facebook. Aí o elemento que não gostava dele...os menino...a facção rival pegou e foi atrás de me matar na escola. Aí peguei e fui mais não (Flor).

Comecei ganhar dinheiro fazendo coisa errada e nem adiantava ir pra escola (Respondente do questionário).

Eu parei na 7ª série. Eu nunca repeti de ano. Eu parei porque eu passei um ano sem estudar. Eu era muito danada na escola e nenhuma escola queria me aceitar. Teve uma vez que eu fui expulsa da escola e daí eu resolvi não estudar mais. Eu me mandei no mundo e...pronto...me acabei nas drogas. Quando eu abandonei [a escola] totalmente eu tinha 13 anos. Primeiro eu abandonei em Horizonte e quando cheguei em Fortaleza ainda fui uns 15 dias e depois não quis mais. Eu fui expulsa mesmo da escola. Eles não me queriam (Alef Yuri).

Há, portanto, fatores referentes a relacionamento abusivo, uso de substâncias ilícitas, ambiente escolar pouco atrativo, prática de ato infracional, violência representada pelos conflitos territoriais e o despreparo da instituição escolar em mediar conflitos. Não se pretende realizar relação causal ou indicar a relevância de um ou outro aspecto, tão pouco

estabelecer uma trajetória linear e explicações generalizantes e simplistas. A evasão é fenômeno multifatorial e um dos fatores de risco mais significativo para o envolvimento de adolescentes com prática ilícitas e exposição à violência letal, tendo em vista o alto índice entre adolescentes do sistema socioeducativo e entre jovens vítimas de homicídio (ARRUDA, 2011; CCPHA, 2017; SANTOS-LIMA, 2018).

Mendonça (2017) ao analisar a inserção escolar de meninas em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, alude que os programas escolares essencialmente meritocráticos, com constantes avaliações sistêmicas, fazem o papel de selecionador de alunos, não ponderam sobre o contexto em que os resultados escolares são produzidos, atribuindo apenas o que é mensurável. Afirma ainda que os currículos escolares são excludentes e não auxiliam na construção das diversas identidades, sendo fatores contributivos com o processo de fracasso dos estudantes. A escola é, portanto, espaço que acaba reforçando estereótipos e excluindo adolescentes em situação de vulnerabilidade, como Alef deixa em sua fala: “*Eles não me queriam*”.

Nesse sentido, Freire (2003) classifica o processo de “evasão escolar”, que não deve ser assim chamado, pois se configura como expulsão escolar: “[...] esses conceitos todos são expressões da ideologia dominante que leva a instâncias de poder, antes mesmo de certificar-se das verdadeiras causas do chamado ‘fracasso escolar’, a imputar a culpa aos educandos. Eles é que são responsáveis por sua deficiência de aprendizagem” (p. 125).

O acesso à educação escolar é direito garantido constitucionalmente e pelo ECA, entretanto, é preciso refletir sobre como esse direito é disponibilizado a esta população e essencialmente pensar sobre as condições da escola pública. O CCPHA (2017) expõe a fragilidade da educação no Ceará que vai desde a estrutura física, falta de materiais didáticos, rotatividade de profissionais e dificuldade em enfrentar os conflitos emergentes na nova configuração da violência nas periferias urbanas. Para transformação radical das instituições de ensino formal é preciso articular o ambiente escolar com outras políticas públicas, especificidades da comunidade onde se localizam, trabalho de temas transversais (ética, a cidadania, os direitos humanos e convivência em sociedade) e programas de profissionalização e acesso a práticas de esporte e lazer. Como é possível elevar a qualidade de ensino se o corpo docente e de gestão escolar não recebem formação continuada, se encontram em situações de baixa remuneração e vínculo empregatício frágil? As escolas cearenses estão distantes de serem espaço de formação e sociabilidade saudável, onde a violência tem invadido as experiências escolares.

Os dispositivos midiáticos noticiam casos em que os coletivos criminais invadem e ditam regras nas instituições de ensino, ameaçam alunos e determinam quem pode frequentar as escolas. Reportagem do Jornal O Povo³³, do dia 30 de janeiro de 2018, denuncia a situação em quinze instituições municipais de ensino, em diferentes regiões de Fortaleza: Bom Jardim, Barroso, Barra do Ceará, Vila Velha, Ancuri, Curió, Lagoa Redonda, Jangurussu e Conjunto Palmeiras. Houve registros de abandono escolar por esses motivos em todas as unidades.

Temos uma política de segurança pública estadual que prioriza investimentos em policiamento ostensivo, em uma clara representação de como o Estado percebe o problema da violência de forma desarticulada com outras políticas, como assistência social, educação e saúde. O investimento em policiamento tem sido multiplicado desde 2001, enquanto outras políticas preventivas (como a educação) não tiveram aumento orçamentário, conforme consta no monitoramento realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA, 2019). Maior investimento no enfrentamento ostensivo da violência tem sido acompanhado pelo crescimento dos números de homicídio do Ceará. A correlação deixa claro que as intervenções não contribuíram para a diminuição da violência.

Sem investimento em políticas para infância e adolescência, outros direitos garantidos pelo ECA, como a profissionalização, têm sido violados. O agravo é expressivo entre as interlocutoras, 75% relataram nunca terem realizado curso profissionalizante ou na área de esporte e artes. A diminuta parcela que relatou possuir alguma formação afirmou que os cursos a que tiveram acesso foram de informática básica durante o período que frequentaram a escola ou quando cumpriram alguma medida socioeducativa em meio aberto. No último caso o encaminhamento foi realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), aparelho municipal responsável por acompanhar este tipo de medida. Apenas uma socioeducanda relatou ter participado de cursos oferecidos pela Rede Cuca³⁴ (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte). Este equipamento para promoção de direitos e atenção a adolescência e juventude, que poderia propiciar acesso à formação cidadã e profissional tem sofrido com a redução de

³³ Reportagem “No Grande Jangurussu, mais de 100 alunos de uma única instituição solicitaram transferência ou abandonaram os estudos, todos por medo ou ameaças de grupos criminosos” (TÚLIO, 2018).

³⁴ Rede de proteção social mantida pela Prefeitura de Fortaleza que oferece cursos, práticas esportivas e difusão cultural. Atendem prioritariamente jovens de 15 a 29 anos em bairros da periferia da capital. Existem três em funcionamento divididos nos bairros Barra do Ceará, Jangurussu e Mondubim. Um novo equipamento está em fase de construção no Pici, próximo ao Aldaci Barbosa.

investimento público (CCPHA, 2017). Outra política de profissionalização são as escolas de tempo integral, que oferecem profissionalização e escolarização de forma articulada, porém o ingresso é limitado, privilegiando alunos com melhor desempenho escolar, tornando-se, assim, excludente, uma vez que o perfil de escolarização das socioeducandas é marcado por descontinuidade e repetições de séries.

O retorno à sala de aula e o acesso à formação profissionalizante, para as adolescentes e jovens do CSABM, ocorrem apenas quando entram no sistema socioeducativo. Todas as socioeducandas internas no centro estão matriculadas e frequentando salas de aula do ensino básico e de cursos profissionalizantes. A obrigatoriedade de disponibilização dessas atividades é prevista pelo ECA e SINASE, contudo não é acessado por todos os internos nos demais centros socioeducativos do Estado, como revela o relatório de monitoramento do sistema socioeducativo do Ceará (FORUM DCA, 2017) e pesquisa CCPHA (2017).

Não se pretende relatar as atividades no Aldaci Barbosa como ideal. Primeiro, não deveria ser necessário a prática de ato infracional para acessar direitos. Segundo, quando participei das aulas durante a pesquisa etnográfica, observei que escolarização, enquanto atividade obrigatória, torna-se um incômodo para as socioeducandas que abandonaram a formação escolar há mais tempo. O ensino nas unidades é na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) com turmas divididas em Anos Iniciais (correspondente ao Ensino Fundamental I), Anos Finais (Ensino Fundamental II) e Ensino Médio. Na mesma sala há alunas com níveis de escolaridade diferentes, necessidades específicas, com uma parcela demonstrando claro descontentamento em participar de atividade obrigatória. No caso das adolescentes em cumprimento de medida provisória o quadro descrito é somado à situação de abstinência pela interrupção do uso de drogas após apreensão. Isto exige do professor metodologias específicas, o que demanda formação desses profissionais, o que não ocorre de forma continuada.

No que se refere às turmas de cursos profissionalizantes e de geração de renda o engajamento era maior, uma vez que as alunas percebem a atividade como oportunidade para obter independência após a saída da unidade e expressam que sem isto se torna limitada as chances de interromper a trajetória infracional. Portanto, a atividade que parece ter mais sentido para elas. Destaca-se que por se tratar de uma unidade para internação de meninas, os cursos disponíveis geralmente correspondem ao estereótipo de funções socialmente atribuídas às mulheres, tais como cabeleireira, manicure e produção de embalagens para presente. Para as que se identificam com essas áreas, o esforço em

apreender e exercitar o que é apreendido é visível. É comum passar em frente a sala destinada para o curso e elas insistirem em treinar algum procedimento em você: “*tia, não que fazer uma escova, não?*”. Para quem não se identifica com tais funções há poucas opções, como cursos de produção de salgados e informática.

Destaca-se também a participação das socioeducandas nas aulas de esporte, dança e música. As duas últimas oficinas têm como produto a apresentação na festa de família, o Abraços em Família, que ocorre mensalmente. Este é um dos momentos em que elas mais anseiam e nos dias que antecedem a festa questionam diariamente: “*Será que minha família vem? Vocês que ligaram para avisar?*”. A festividade oportuniza que as socioeducandas ocupem um lugar para os familiares para além do *ser envolvida*. O momento sempre é marcado por expressões de afetividade, mas também de decepção para aquelas que não recebem visita.

No preenchimento do questionário foi questionado sobre o interesse em continuar a escolarização quando retornasse à convivência sociofamiliar, 82% responderam que sim, mas com ressalvas:

Vou tentar, né, mas não sei se consigo.

Vou, mas vai ser embaçado, não posso andar em qualquer canto e nem andar de ônibus. Sou muito ameaçada, tia.

Eu quero ir pra escola, mas o que uma pessoa que nem eu que é envolvida vai tá fazendo no colégio?

Eu tentei estudar quando eu saí daqui da outra vez, mas não quiseram me matricular porque tavam sabendo que eu fazia coisa errada e dava trabalho lá.

No roteiro de entrevista optou-se em não interrogar sobre o desejo de retomar a formação escolar de forma tão direta, uma vez que poderia ser compreendido por elas como expectativa por uma resposta afirmativa. Preferimos perguntar acerca dos projetos para o futuro após execução da medida socioeducativa, ampliando as possibilidades de respostas. A maioria afirmou desejar retornar para a escola, contudo não se percebiam dentro do padrão de escolarização escolar, planejando cursar na modalidade EJA, que é por módulos e a conclusão demanda menos tempo. O foco dos relatos foi a realização de curso profissionalizante que oportunize a entrada no mercado de trabalho formal. Outras vislumbram utilizar os conhecimentos adquiridos no curso de manicure e cabeleireira ofertado na unidade como possibilidade de produção de renda. Uma vez que a independência financeira e a necessidade em contribuir financeiramente no sustento da

família e dependentes são mais urgentes. Apenas Paula e Júlia descreveram projeto de ingressar no ensino superior.

Malvaci (2012) afirma que a marca de receber uma medida socioeducativa torna ainda mais difícil a relação do jovem com a escola, bem como dificulta a inserção no mercado de trabalho. A ação policial tende a se intensificar após a internação, tornando o adolescente mais facilmente identificado como suspeito. Ayla narrou sua tentativa em matricular-se entre uma de suas três passagens pelo sistema socioeducativo, confirmando o estigma de ser *envolvida*:

Por isso que o povo fala, né...tatuagem deixa a pessoa mal vista mesmo. Porque, né, eu tava pensando em estudar. Eu fui com uma amiga cabrão, que hoje ela tá presa, eu fui no colégio que é mais próximo que tem lá em casa. Eu tenho 17 anos e ainda tou na 6ª série e era pra tá é terminando os estudo. Faz é tempo que eu não estudo. Aí eu cheguei lá, né, aí a mulher disse que não tinha vaga. Ela deu a vaga pra minha amiga, mas não deu pra mim só porque das minha tatuagem. E é que eu fui lá sozinha. Era porque eu queria mesmo estudar. Minha mãe falou que eu não queria estudar que era mentira minha, aí eu fui lá sozinha (Ayla Eloá).

O discurso social que cobra unicamente das socioeducandas e familiares a responsabilidade em construir um projeto de vida diverso ao que culminou na entrada do sistema socioeducativo é incoerente principalmente no tocante aos direitos fundamentais que são negados ou disponibilizados de forma precária. A privação de liberdade de adolescentes não é a política em que deve ser depositada toda a responsabilidade em “corrigir” comportamentos desviantes. A assistência à criança, adolescente e juventude deve ser associada com o fortalecimento de diversas políticas, incluindo comunidade e família, diferente do enfrentamento realizado pelo governo cearense que prioriza intervenções repressivas e punitivas.

3 OS AFETOS: A FAMÍLIA, OS AMORES, OS AMIGOS E A FACÇÃO

3.1 As relações familiares: a centralidade da figura materna

Neste capítulo, objetivamos compreender a dinâmica dos principais vínculos afetivos das socioeducandas a partir das entrevistas, dados obtidos por meio do questionário, conversação e pesquisa etnográfica. Iniciando pelas relações familiares, que transcende laços biológicos, e se distancia da normatização do modelo nuclear. Partimos das figuras materna e paterna como referência, sem limitar estes papéis a genitores.

Em capítulo anterior realizamos os primeiros apontamentos sobre a ausência das figuras paternas no acompanhamento das socioeducandas durante a internação e da centralidade da mãe dentro da cultura do socioeducativo. Mesmo que a relação mãe e filha esteja fragilizada antes da apreensão da adolescente, durante o cumprimento da medida este vínculo costuma ser reinsignificado, como mostra os relatos a seguir:

Eu não tava morando com a minha mãe. Teve uma época que eu tinha muito rancor dela porque ela saiu de casa quando eu era criança. Hoje a nossa relação é muito boa. Independente do que eu faça, do passado...daqui pra frente ela sempre tá comigo. Sempre me dá conselhos, sempre me apoia nas minhas decisões. Meu porto seguro (Alef Yuri).

Eu era muito danada. Não ouvia minha mãe pra nada. Agora aqui dentro é só ela comigo. Ninguém tem amigo, não. Me arrependo de ter brigado com a minha mãe por causa dos outro. Se tivesse ouvido ela, não tava nem aqui. Não tinha feito coisa errada. Minha mãe é tudo pra mim (Anja).

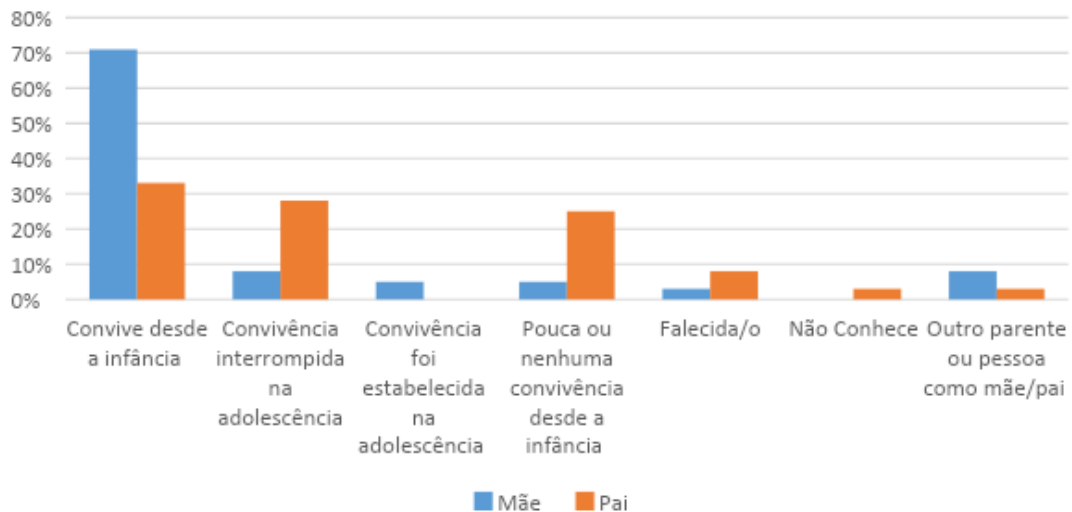
Agora é boa. A gente brigava demais, eu e minha mãe. Eu não obedecia ela. O que ela falava pra mim tava errado e o que os outro falava tava certo. Eu não ouvia os conselhos dela e a gente só andava brigando.[...] Quando eu saí da casa da minha mãe para ir pra minha amiga, a gente tinha brigado. Quando ela começou a vir me visitar é que eu fui percebendo que as pessoa que dizia ser minhas amiga era tudo mentira. O único amor verdadeiro é da minha mãe e da minha vó (Paula).

A mãe é vista como a pessoa que oferece os conselhos adequados, a portadora de um saber que em determinado momento perdeu espaço em detrimento do conhecimento dos relacionamentos externos ao da família e das experiências proporcionadas por eles. A mulher é quem se faz presente na unidade para se responsabilizar pela adolescente e investir emocionalmente na socioeducanda, mesmo que houvesse um afastamento com a filha anteriormente. Os primeiros dias na unidade, geralmente, são marcados pelo choro da

adolescente e pela queixa da ausência da mãe. A associação da figura materna ao sagrado foi observada por Almeida (2010) na unidade de internação masculina em São Paulo, onde até as músicas cantadas pelos adolescentes eram sobre o sofrimento delas em ter um filho preso. Como escrito nas paredes dos dormitórios do Aldaci “a prisão é onde a filha chora e a mãe não vê”. O pai é ausente fisicamente e no discurso das adolescentes/ jovens.

Com o intuito de comparar a presença de ambas as figuras na trajetória das socioeducandas, os dados quantitativos obtidos contribuem neste intento, como exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 9 – Comparativo da relação estabelecida com a mãe e o pai



Fonte: dados da pesquisa.

Nota-se no que se refere à relação com a mãe, incluindo figuras maternas que podem ser exercidas por terceiros com parentesco ou não, apenas 5% afirmaram não possuir ou ter pouca convivência desde a infância. Sobre a maternidade ter sido exercida por parente ou outra pessoa, 8% se identificaram com este perfil. Nenhuma relatou não possuir uma figura materna. Quadro diferente quando vislumbradas as informações sobre a relação estabelecida com o pai. Apenas 33% afirmaram possuir convivência com o pai desde a infância, em oposição aos 71% que responderam ter este tipo de relação com a mãe. 25% possuem pouco ou nenhum contato com o pai desde a infância. A incidência de rompimento de vínculo durante a adolescência é 28% no que tange aos pais, enquanto no que se refere à mãe é 8%. Este distanciamento do pai durante a adolescência costuma ocorrer após a separação com a mãe da adolescente e/ou por desaprovar o envolvimento da filha, como no caso de Anja:

Péssima relação. Ele é muito certo e como eu sou muito errada...Ele é revoltado porque eu vivo nessa vida. Meus pais são separados desde que eu tinha onze anos. Foi horrível. A mãe pegou depressão. Comecei a me envolver quando ele saiu de casa. Ele se juntou com uma mulher aí e quase não aparecia. Quando caí a primeira vez é que fui falar com ele, mas agora tá ruim de novo.

Se o vínculo com essa figura estava fragilizado antes da medida socioeducativa, dificilmente é reconstruído durante a privação de liberdade, ao contrário do que ocorre com a mãe, mesmo que ocorra tentativas como no caso de Anja, essa aproximação não perdura. O pai espera que a filha após a internação se enquadre a sua expectativa de boa conduta, que logo é frustrada. Entre as demais interlocutoras, apenas Márcia conta com a presença do pai durante a medida socioeducativa, sendo ele uma figura de referência e o principal cuidador desde a infância. O pai biológico de Flor buscou o reconhecimento da paternidade, mas a ligação de afetividade nunca se concretizou e o ex-padrasto que ocupou esta função. Paula não tem contato com o pai desde a primeira infância, se estendendo esta ruptura a toda família paterna. Ela acredita que ele ainda esteja no sistema penitenciário. Ayla teve o pai assassinado quando tinha 3 anos em um episódio que não soube elucidar. Mirela não conhece o pai e nem tem o seu nome em registro civil, assim como 15% das respondentes do questionário. Júlia tem como referência de cuidado a avó paterna, uma vez que a mãe vive em situação de rua e faz uso abusivo de crack, o pai cumpre pena em regime fechado há anos. Alef possui a experiência com a paternidade mais violenta: após a mãe sair de casa motivada pelo longo histórico de agressões, o pai passou a agredir sexualmente a filha. A situação perdurou por dois anos, até que aos 12 anos Alef procurou ajuda no Conselho Tutelar de Horizonte e retornou aos cuidados da mãe em Fortaleza.

As ausências, rupturas, violências são comuns na relação com pai. Tal problemática é recorrente entre as adolescentes do sistema socioeducativo, contudo não se pretende criar relação de causa e efeito entre os fenômenos. O pai não é a figura que pode intervir para impedir o comportamento tido como desviante dos filhos, mas sua ausência indica uma sobrecarga de outros membros da família, principalmente a mãe ou avós, que se responsabilizam em educar, alimentar e amar essas crianças e adolescentes enquanto a rede de apoio poderia ser melhor estruturada. À mulher, seja ela mãe, tia, avó, irmã mais velha, é atribuído o papel social de cuidadora da família. Cabe refletir que a figura feminina como executora do cuidado dentro da dinâmica de família tradicional nuclear burguesa é reprodutora de hierarquias e perpetua relações de poder. Atuando, portanto, na manutenção

das desigualdades de gênero uma vez que se alicerça na oposição público x privado, fazendo com que os problemas pertinentes ao âmbito familiar sejam tratados como questões exclusivamente da ordem do privado, despolitizando-os (BIROLI, 2014, 2016).

No que se refere aos novos relacionamentos estabelecidos pela mãe, costumam emergir pontos de tensão nessa relação com um terceiro que não tem vinculação consanguínea e que adentra e modifica a dinâmica familiar. Não necessariamente esta convivência se apresenta como conflito e desentendimento no ambiente doméstico, como Flor que recebeu do ex-padrasto (já falecido) os cuidados paternos e Márcia que atribui ao atual companheiro da mãe a sua postura de maior responsabilidade. Destaca-se que em ambos os casos as adolescentes residiram a maior parte da infância e adolescência com avós, portanto, as mudanças tendem a ter menor impacto por não haver coabitação. Alef e Paula descreveram desaprovação em relação aos seus padrastos por não concordar com condutas deles, principalmente pelo consumo de álcool e entorpecentes. Ayla e Anja relataram relação de indiferença, sem vinculação afetiva e sem brigas. Em todos os casos, com exceção de Flor, não há corresponsabilidade do novo companheiro nos cuidados dos filhos de uniões anteriores.

A pesquisa realizada pelo CCPHA (2017) expõe o mesmo quadro entre as formações familiares de adolescentes que foram assassinados no Ceará. O documento problematiza que mesmo com novos arranjos familiares, a assimetria entre mulheres e homens permanece e o machismo ainda reverbera na família, sociedade e Estado. Nesse sentido as tarefas cumpridas pelo pai em relação aos filhos são classificadas como atitudes de “um bom pai”, porém, na maioria das vezes representem obrigações mínimas de cuidado em relação aos seus dependentes. Quando se refere às mães, os deveres exigidos são maiores, assim como os julgamentos, inclusive quando a trajetória social dos filhos não responde ao ideal almejado.

A centralidade no exercício do cuidado com os filhos se expande para as atividades de organização da vida doméstica, além de exercerem atividades laborais fora de casa e, na grande maioria, em funções também relacionadas ao cuidado e organização do lar. Segundo Biroli (2014, p. 49) esta divisão sexual do trabalho “favorecem a reprodução da pobreza, da exploração e da marginalização das mulheres, do androcentrismo e das desigualdades de renda, no uso do tempo e nas garantias de respeito”. Nas mulheres recaem as responsabilidades com os dependentes e com as atividades domésticas, desencadeando desvantagens para as mulheres que possuem menos tempo para investir em sua vida

profissional, permanecendo dependentes, em funções desvalorizadas (principalmente por serem ligadas a atividades domésticas) e recebendo menos remuneração que os homens.

A obrigatoriedade da mulher em exercer as atividades domésticas é reproduzida de forma geracional, na ausência da mãe, quem deve realizar tais funções é outra mulher, mesmo que ainda na infância. As interlocutoras narram com orgulho que sabem “fazer tudo em uma casa”. Quando questionada se os irmãos do sexo masculino também adquiriram tal conhecimento, a resposta é sempre negativa. Alef que virou alvo da violência paterna com a fuga da mãe, também ocupou seu lugar como responsável pela organização da casa com apenas 9 anos de idade:

Tive que aprender a cuidar de uma casa. Apesar da pouca idade eu vivi muita coisa. Quando minha mãe saiu de casa eu fiquei junto com o meu pai e meu irmão também. Enquanto meu pai trabalhava eu tinha que cuidar da casa, tinha que lavar a louça, arrumar a casa, fazer a comida....tive que aprender a cozinhar na marra (Alef Yuri).

Biroli (2014) critica a perspectiva que o cuidado é atribuído como inerente ao feminino, em uma vertente maternalista conferindo à figura materna a imagem a ser respeitada. Dessa forma a o desenvolvimento moral da mulher estaria relacionado à responsabilidade pelo outro em um processo naturalizado em que deve a ela o lugar central no desempenho do cuidado, não apenas em ambiente privado, mas também na dimensão social. Portanto, o cuidado é socialmente atribuído e imposto às mulheres, inscrevendo nas subjetividades de forma que definem seu valor a partir da capacidade de exercer cuidado, renunciando inclusive a seus interesses. Ayla, ao falar sobre sua mãe nos oferece um exemplo de como esta renúncia de si ocorre cotidianamente:

Eu disse pra minha mãe esses dias que eu tava muito feliz porque ela tava se cuidando, comprando as coisas pra ela, pensando mais nela. Ela sempre só pensou só em nós. Eu disse que ela tinha que pensar nela em primeiro lugar e que ela merecia ser feliz. Ela foi mãe e pai pra mim e agora tá sendo pra minha irmã também. [...] O sonho dela é fazer faculdade. Ela não fez faculdade por causa de nós. Porque, tipo assim, ela sempre cuidou de nós e o tempo sempre foi corrido, ela sempre trabalhou (Ayla Eloá).

Seguindo as pistas dadas pela autora compreende-se a presença massiva de mulheres no contingente de visitantes no sistema socioeducativo e na participação nas demais atividades que contam com a participação de familiares não é dado ao acaso. Este se fazer presente não é consequência de um suposto instinto maternal, mas parte de uma engrenagem que além de responsabilizar as mulheres pelo cuidar, na mesma medida as culpabiliza pelos comportamentos das filhas e filhos, principalmente pelo *envolvimento*

destes. Se a culpa é das mulheres, cabe a elas assistirem suas/seus filhas(os) na privação de liberdade. Não por coincidência o coletivo formado por familiares recebe o nome de “*Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará*”. Elas estão sempre nas linhas de frente. São elas que comparecem aos sábados no Aldaci Barbosa com suas sacolas cuidadosamente arrumadas com os lanches que agradam às filhas, mesmo diante do esforço financeiro de comprar semanalmente os refrigerantes, salgados e chocolates. Nem sempre é possível levar a alimentação típica dos dias de visita e a presença com mãos vazias é acompanhada de certo olhar de vergonha.

Longe de romantizar a sobrecarga das mulheres, durante a pesquisa de campo realizada nos dias destinados à visita de familiares, as mães/avós/tias apresentaram falas que se aproximam a um pedido de desculpas na tentativa de autodefesa:

Não foi por falta de falar, viu? Só queria saber das amizade que não presta. Nunca dei exemplo ruim.

Eu sempre trabalhei pra dar tudo pra eles [filhos] e não precisar fazer essas coisa.

Essa menina tem tudo. Sempre me sacrifiquei pra dar as coisa pra ela. Eu sempre fiquei de olho pra ela não se envolver, sempre fiz meu papel de mãe.

Eu me pergunto o que fiz de errado, pois eu sempre dei conselho.

Nota-se que as mulheres tentam preservar sua imagem de mãe que fez (e faz) tudo o que era possível pelos filhos, uma vez que isto diz sobre seu valor enquanto sujeito e no intento de diminuir o julgamento alheio. Elas sabem o peso do suposto erro materno. Júlia e Márcia, as interlocutoras que também são mães, já expressam esse saber sobre o peso que a maternidade acarreta:

Sei que o pessoal pensa que eu devia era tá cuidando do meu filho e não tá fazendo coisa errada. Tu acha que eu não penso nisso? Ele mora com a minha ex-sogra, mas eu sempre pegava ele. Quando eu sair daqui eu vou cuidar dele (Júlia).

Tem menina aqui que tem filho e nem cuidava, mas eu que cuidava da minha filha. Eu que comprava as coisa dela com o dinheiro que ganhava. Não é porque eu usava droga que eu não cuidava dela. Sei que todo mundo acha errado eu ter filha e fazer isso (Márcia).

A maternidade na adolescência não é experiência exclusiva de Márcia e Júlia, mas também das mães de todas as entrevistadas. Ambas não planejaram a gravidez. Anja e Ayla já tiveram gestações interrompidas involuntariamente. Em todas as situações elas

relatam que a gestação ocorreu por falta de acesso a informações sobre métodos de prevenção de doenças e contracepção. A compreensão retrógrada que oferecer acesso à informação de qualidade a adolescentes e jovens promove o início da vida sexual precoce tem interferido na execução de uma política pública efetiva para esse público, principalmente nas áreas periféricas (CCPHA, 2017).

Sem perder de vista pautas que integram a questão de gênero, principalmente raça e classe, sendo essas mulheres em sua totalidade de regiões periféricas e em sua maioria negras, cabe refletir sobre como o papel de cuidadora ligada ao ideal de maternidade ocorreu de forma diferenciada entre mulheres negras e brancas. Davis (2016) expõe que no período escravocrata as mulheres negras eram objetos de exploração pela sua força de trabalho, que não se diferenciava dos homens negros, mas se distanciava do padrão de feminilidade que recaía sobre as mulheres brancas. Assim, a mulher negra não se enquadrava dentro da referência do que seria considerado normal para uma mulher, uma vez que o trabalho braçal forçado colocava os papéis de mãe dócil e dona de casa para segundo plano. Portanto, as funções de mulheres negras e brancas na dinâmica familiar. A distinção entre o tipo de exploração do trabalho entre homens e mulheres negras era o acréscimo da violência sexual, a qual muitas delas eram submetidas. A autora ainda pontua que a associação das escravas negras à maternidade ocorreu apenas a partir da abolição internacional do comércio de escravos, quando a gestação dessas mulheres passou a ser a forma de ampliação da mão de obra escrava. Insere-se aí mais uma dimensão da exploração e violência direcionadas às pessoas escravizadas. A capacidade reprodutiva passa a ser produto comercializável. Não havia nessa dinâmica uma valorização do exercício da maternidade como ocorria com mulheres brancas, mas exclusivamente o interesse comercial na reprodução. Na maioria dos casos elas eram furtadas de cuidar de seus filhos, uma vez que logo após o nascimento eles eram postos à venda ou exploração.

Diante do exposto podemos pensar as relações entre o processo histórico e a atualidade das famílias negras e pobres no Brasil, onde há intrínseca relação entre gênero, classe e raça, pois essas famílias são mais pauperizadas e, em sua maioria, constituídas por mulheres e seus filhos (CCPHA, 2017; SANTOS 2015). Os novos arranjos familiares, seja família monoparental, recomposta, entre outras que não se encaixam no modelo nuclear, quando se refere a famílias periféricas tendem a ser rotulada de “desestruturada”. Familiar de classes mais abastadas não recebe a mesma nomeação mesmo apresentando configurações semelhantes, uma contradição ancorada em questões de classe. O contexto corrobora para processos de estigmatização das famílias, figuras maternas e juventude que

vivem nas periferias, dando a entender que a violência é própria desta parcela da população (CCPHA, 2017).

Coimbra e Nascimento (2009) discutem que no Brasil, desde o século XX, diversos dispositivos sociais atuam para produzir subjetividades em que a “família organizada” e o “emprego fixo” tornaram-se padrões para legitimação social e direito à vida. O desvio dessa referência estabelecida guia para a massa dos “perigosos”, os que despertam desconfiança, que devem ser evitados, encarcerados e até mesmo exterminados. A correlação entre desagregação familiar, pobreza e periculosidade é especialmente perversa com crianças e adolescentes. A infância classificada como em perigo, sendo aquela que ainda não delinuiu e, portanto, devendo ser tutelada. Para adolescentes e jovens, já percebidos como ameaçadores da ordem social, recebem a pecha de “juventude perigosa”. Sá (2010) expõe que a juventude das periferias urbanas de Fortaleza é vista como potencialmente portadores de qualidades que os posicionam como infames e perigosos.

Há, portanto, uma criminalização das famílias periféricas como geradora de jovens perigosos. Recaindo especialmente a responsabilidade sobre as mulheres negras, pois elas ocupam esta posição de cuidadoras e responsáveis pela criação dos filhos/netos/sobrinhos. Borges (2018) evidencia que mulheres negras são postas discursivamente como produtoras de futuras de delinquentes. Conforme o CCPHA (2017), indicar a dissolução do núcleo familiar ou os rearranjos familiares como causa da violência e único fator para a participação de adolescentes em atos infracionais, trata-se de culpabilizar apenas os sujeitos, ignorando a responsabilidade do Estado e sociedade em amparar estas famílias, principalmente as mulheres.

3.2 As relações amorosas: a violência dos afetos

Os amores, namoros e casamentos ocupam notoriedade na narrativa das interlocutoras. Sem cair no lugar comum em que as adolescentes foram inseridas no chamado “mundo do crime”, necessariamente, pela interferência de namorados ou namoradas. Partimos do entendimento de que é justamente nesta fase do desenvolvimento psicossocial que se inicia o exercício da sexualidade e ocorre os primeiros relacionamentos amorosos. Com as *cocotas* e *cabrões* do Aldaci Barbosa não é diferente.

As entrevistadas iniciaram a vida sexual no início da adolescência com idades entre 11 a 13 anos. Com exceção de Alef que teve sua primeira experiência sexual aos 9

anos, vítima da violência sexual paterna. Nos demais casos, em leitura jurídica, também são enquadrados em estupro mesmo que elas refiram consentimento. O Código Penal, alterado pela Lei 12.015/2009, veda a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 anos, sob pena de reclusão de 8 a 15 anos, compreendendo que esta é a idade mínima para existir consentimento. Seguindo este entendimento, todas as participantes foram iniciadas sexualmente de forma precoce.

Já a vivência marital, geralmente associada à vida adulta, é também recorrente entre as meninas do sistema socioeducativo. A coabitação com namorado(a) ocorre após poucos meses, às vezes dias, o início do relacionamento. Essas uniões súbitas são nomeadas de casamento por elas: “o meu marido” ou “a minha mulher”. Os dados quantitativos nos oferecem a dimensão da incidência deste tipo de experiência entre as respondentes do questionário, 74% afirmaram ter estabelecido este tipo de relação pelo menos uma vez.

Durante as entrevistas, as participantes descreveram as especificidades de suas trajetórias que se diferenciam em alguns aspectos, mas que se convergem em outros. Mirela ao ser apreendida estava morando com a companheira há cerca de 10 meses, após duas semanas que iniciaram o namoro, já havia “casado” com outra namorada anteriormente. Ambas as vezes em residência exclusiva para o casal. Márcia só foi morar com o atual companheiro após o nascimento da filha deles quando ela tinha 16 anos. Flor com 15 anos se separou duas vezes. A primeira vez que decidiu sair de casa foi aos 13 anos para morar com o único namorado do sexo masculino que teve, a segunda experiência foi aos 14 anos com a ex-companheira. Anja morou com o primeiro namorado aos 13 anos, primeiro fugiu para a casa da família dele, depois o levou para residir junto com ela e sua mãe. Ayla Eloá também coabitou com o namorado na mesma casa que mora a mãe e seus irmãos, contudo, em idade menos precoce, aos 16 anos. Da mesma forma que Ayla, fez Paula aos 14 anos, após a ausência da mãe da residência para viajar com o padrasto. Alef aos 13 anos já casou cerca de três vezes, sempre por poucos meses e com mulheres mais velhas. Júlia quando ficou grávida aos 15 anos residiu com o então companheiro na casa da sogra.

É comum associar a entrada no mundo do crime de meninas e mulheres, principalmente no comércio ilegal de entorpecentes, a influência e aliciamento de seus namorados, maridos ou outra referência masculina. Arruda (2011) em seu trabalho de campo realizado com socioeducandas cumprindo internação na unidade de Salvador/BA concluiu que dentro do universo estudado “a maior parte das meninas não têm cometido atos infracionais subordinadas e associadas aos seus namorados e companheiros” (p. 183). Padovani (2015) discute essa associação comum entre a entrada no sistema penitenciário

das mulheres a uma figura masculina, seja marido, filho, neto ou namorado. Para a autora esta conexão muitas vezes está ancorada em uma ordem discursiva que atribui às mulheres o comportamento de “fazer tudo pela família e por amor”. Dessa forma, a mulher presa é produzida por meio dos “amores” vinculados ao “sacrifício”. Ambas as autoras não pretendem negar a ocorrência de meninas e mulheres que tenha se vinculado a práticas ilícitas por intermédio de figuras masculinas, mas questionar o lugar de passividade conferido ao feminino.

Os relatos das entrevistas também indicam, em sua maioria, a desarticulação entre ato infracional e relacionamento afetivo. Flor refere que foi ameaçada de morte pela facção rival ao postar a foto com o então namorado, mas a adolescente afirma que sabia das possíveis consequências da ação e do *envolvimento* dele. Ela mesma já havia se aproximado do grupo faccional. Anja indica que iniciou na prática infracional por influência do primeiro companheiro, mas para fazer frente a ele e demonstrar que poderia conquistar e administrar melhor bens financeiros. Ela descreve que começou a fazer uso de maconha com este mesmo namorado. Márcia também iniciou o consumo de drogas ilícitas com um namorado. Mirela afirma que a sua terceira “queda” foi por assumir as drogas que eram comercializadas pela companheira de 23 anos e que o fez por acreditar que “só ia puxar 45 dias”. As demais socioeducandas negam que algum namorado(a) ou companheiro(a) tenha contribuído para o começo da prática infracional, aproximação com a facção ou início do consumo de substâncias psicoativas.

Desde a minha inserção no campo, primeiramente como integrante da equipe técnica, observei maior incidência de adolescentes que não estavam em posição de subordinação aos seus pares na prática ilícita, sendo mais comum ações em parceria com eles, ainda assim, não se tratando da maioria dos casos. Quando os relacionamentos se iniciam, elas, em sua maioria, já sabem do *envolvimento* de seus parceiros e parceiras, sendo elas também atuantes nas mesmas práticas lidas como ilícitas. Segundo dados quantitativos obtidos, 7% afirmaram ter estabelecido relacionamento com namorada ou companheira que já tenha estado em privação de liberdade (sistema socioeducativo e penitenciário); no tocante a namorado ou companheiro, este número sobe para 28%. Os dados excluem quem foi apreendido ou preso e liberado em seguida. Boa parte dos relacionamentos afetivos e sexuais é com outros jovens que também tenham inserção nos grupos faccionais, uma vez que é parte da rede de sociabilidade das interlocutoras. A própria condição do *envolvimento* restringe os vínculos possíveis de serem estabelecidos, como bem exemplificou uma das respondentes do questionário:

Cidadão vai namorar envolvida pra quê? Só se for pra morrer. A gente vai ficar com os elemento que é igual a gente, que curte as mesma coisas, que anda nos mesmo baile, né?

Marinho (2004) em sua pesquisa com jovens, com filhos e viúvas de rapazes integrantes de gangues³⁵ na capital cearense descreve que as companheiras dos jovens *envolvidos* negaram qualquer vinculação ao grupo uma vez que “o ‘chefe’ deve ter uma mulher ‘digna e honesta’ e não uma ‘maluca e inconsequente’, uma ‘doidinha’” (p. 97), portanto, cabe a ela zelar pela honra do namorado/companheiro. Se no início do namoro ela participasse da gangue, se afastavam a pedido do namorado e alguns optavam por estabelecer relacionamento apenas com quem não fazia parte do mesmo núcleo de amizade, por preferirem garotas sem participação nas mesmas práticas ilícitas que eles. A autora descreve uma performance relacional em que, aparentemente, a escolha é prioritariamente do homem. É ele quem escolhe o tipo de mulher para se estabelecer uma relação duradoura. Trata-se de um contexto criminal diferente ao que assistimos no Ceará atualmente. A organização em gangue foi substituída pelas chamadas facções. Há uma distância de mais de quinze anos entre a presente pesquisa e a realizada por Marinho, neste transcorrer houve modificações na maneira de fazer o crime no Ceará, na incidência e forma de participação de meninas e mulheres nos coletivos criminais, como indica Paiva (2019) e que discutiremos mais a frente. Este novo contexto interfere também nos relacionamentos afetivos estabelecidos entre os jovens, contudo há padrões que se assemelham ao observado por Marinho na década passada.

Os discursos que acessei durante o trabalho etnográfico, a aplicação do questionário e a realização da entrevista indicam que em muitos relacionamentos heterossexuais, os homens tendem a custear financeiramente a namorada ou companheira para que ela interrompa a prática infracional. Este tipo de posicionamento não visa, necessariamente, o bem-estar da companheira. Ao sustentá-la financeiramente ele reforça o papel social de homem provedor e diminuiu a possibilidade de que ela seja presa, o que interromperia os cuidados e dedicação a ele. A dinâmica de suposto cuidado mantém o padrão de arranjo familiar tradicional que alimenta desigualdades de gênero e relação de dependência (BIROLI, 2014, 2016). Neste ponto, percebe-se semelhanças ao descrito por

³⁵ Na introdução falo brevemente sobre este tipo de organização criminal dominante nas regiões periféricas de Fortaleza desde a década de 1990. Havia diversas gangues que disputavam territórios, mas que só começaram a ter caráter armado a partir de meados 2000, assim como a ampliação do mercado ilegal de drogas. Com a aproximação com organizações interestaduais (CV, FDN e PCC), principalmente a partir de 2014, os conflitos foram acirrados e a estruturação das facções de fora ganhou espaço, bem como o advento grupo regional GDE (PAIVA, 2019; SÁ; AQUINO, 2018).

Marinho (2004), pois além do exercício da função social provedora do homem, a mulher sem participação em práticas criminais atribui aspecto valorativo para o companheiro, ao passo que indica a reprodução da mesma dinâmica de preferência pela “mulher honesta”, ainda que para isso tenha que intervir para mudar seus comportamentos. Em registro no diário de campo e entrevistas algumas falas contribuem para a leitura dos fatos aqui desenvolvida:

Eu tava trocando ideia com um homem que tá preso. Conheci pelo telefone [Facebook]. Ele tem uns 25 ano. Ele queria ficar me mandando as coisa, me dava conselho e dizia pra não me envolver porque ele queria uma mulher certa pra tá do lado dele, porque pelo errado já tem ele (Paula).

Quando eu conheci meu marido ele disse que não queria que eu me envolvesse mais. Aí eu fiquei de boa quando tava com ele, ele me dava as coisa, botava tudo dentro de casa e eu ficava fazendo as coisa de casa (Diário de campo).

Ele também é errado, mas ele não quer que eu seja, não, viu? Ele me dar de tudo pra eu não me envolver e ficar só com ele de boa (Diário de campo).

Eu nem precisava tá fazendo isso, tia. Meu marido me dar tudo, mas ele não deixa eu fazer as coisa...usar as drogas...só ele pode usar. Às vezes eu quero dinheiro e não quero ficar falando o que eu vou fazer (Diário de campo).

Nos relacionamentos homoafetivos entre *cocotas* não foi observada a mesma relação que objetiva a manutenção de controle por meio da dependência financeira. Mirela descreve em sua vivência marital uma relação de divisão dos custos da vida conjugal, ambas por meio das atividades ilícitas. Flor, que caracteriza a namorada como *cidadã que trabalha de carteira assinada*, fala de uma relação de ajuda, mas dentro das possibilidades uma vez que a parceira possui um filho de menos de um ano de idade. A partir das conversações em campo, observei que as relações entre *cabrões* e *cocotas* foram narradas seguindo dinâmica semelhante ao relacionamento heteroafetivo, orientado pelo mesmo padrão em que a figura masculina tende a prover financeiramente a namorada. Porém, ao que foi descrito, não com o intuito de impedir a prática infracional da companheira, mas para “fazer o papel de homem, dar do bom e do melhor. A gente trata a mulher melhor que os elemento, né? Por isso que elas prefere nós”, como descreveu um dos *cabrões*. Portanto, está em jogo a disputa entre masculinidades e que não obrigatoriamente objetiva o bem-estar da namorada/companheira, mas quem é preferido pelas mulheres alvo de conquista, quem é mais homem.

Se por um lado não foi encontrado correlação majoritária entre subordinação das adolescentes ao namorado(a) e companheiro(a) no que tange à entrada no “mundo do

crime” e início de uso de drogas, por outro, as narrativas das entrevistadas, em sua maioria, aludem ao mesmo fato: a violência intraconjugal. Nos trechos a seguir as entrevistadas revelam a intensidade e facetas dessas agressões:

Ele que me tirou do colégio. Eu estudava e ele me proibiu de estudar. Ele não deixava eu ir pro colégio. Ele rasgava minha roupa, me batia. Eu tinha doze anos. [...] fui morar com a mãe dele. Aí foi quando tudo piorou. Porque ele começou a roubar e todo dinheiro que ele pegava do roubo ele ia cheirar pó...usar cocaína. Ele chegava em casa drogado e descontava todo o estresse dele em cima de mim. A mãe dele não falava nada, não se metia, deixava ele me bater. No bairro que ele mora em toda esquina já viram eu apanhando. [...] Saia bem muito sangue, teve uma vez que ele me bateu que saiu sangue até do meu nariz. Já meu deu pedrada, já me deu paulada, já meu murro, já...mulher, fez tanta coisa. [...] Aí minha mãe ligou pro meu pai contando que não aguentava mais me ver apanhando, chegando em casa toda ensanguentada. Dizendo que eu tava horrível, chei de cicatriz, chei de mancha. Meu pai se revoltou e queria contratar um cara para matar ele. Minha mãe disse que apoiava. Eles não tem juízo, não [risos]. Eu descobri e pedi pelo amor de deus pro meu pai não fazer isso. Porque não era pro meu pai se envolver com essas coisa errada, já bastava eu. Aí não precisou. Depois de um tempo que ele me batia, que não deixava eu ir pros colégio, que eu perdi todas as oportunidades, ele levou um tiro roubando. Eu fui pro hospital ficar com ele, depois de três dias que saiu do hospital levou outro tiro. Passou um mês e quinze dias internado eu fui ficar com ele no hospital. Sofri, sofri, eu fui roubada. Hoje em dia eu presa e já fui roubada [risos]. Eu indo pro hospital visitar ele e fui roubada, mulher. Quando ele saiu me deu outra pisa porque eu fui curtir, comemorar porque ele tinha saído do hospital. Pronto. Eu me separei dele...fui viajar lá pro meu pai, disse que ia voltar tal dia, eu voltei e disse que ainda tava no meu pai. Fiquei escondida na casa da minha mãe. Deixei os dia se passando e ele pensando que eu tava no meu pai. Eu dento de casa escondida, não saia. Ai eu mandei uma mensagem pra ele dizendo que não dava mais certo e que ia morar com meu pai. Aí depois ele se conformou. Se conformou assim...não fácil. Ficou perturbando, perturbando, perturbando, perturbando. Aí eu comecei a falar com o povo da onde eu moro, aí ele sabe que tava proibido de andar lá. Falaram que não queriam ele lá porque se pegasse ele ia matar ele, que era pra ele me deixar em paz que ele era um psicopata. Eu tinha 16 anos quando acabou isso. Tá com um ano...vai fazer dois ano agora (Anja).

Eu fui presa, né. Aí quando ele se soltou eu tava presa. Aí ele ficou sabendo que eu vivia nas festas, vivia me drogando, que eu vivia andando com mulher, com homem...que eu vivia viçando pelo mei do mundo. Aí eu menti, menti, menti, menti, menti. Depois não teve como enganar porque eu postei uma foto com esse menino no meu status e esse menino já falou com ele. Esse menino era lá das minha z área. Aí ele não me queria mais, mas depois ele não ligou mais e voltou comigo. Aí depois eu fiquei sabendo que ele ficou com duas colega minha. Assim, eu não vou mentir, não...ele já me bateu. Nunca me bateu assim para me deixar toda roxa, mas ele já me bateu, Vitória. Era de vez em quando. Toda vez que eu dizia as coisa ele queria me bater. No tempo que eu tava de mega [hair] ele arrancou foi meu mega. [...] Tudo isso mexeu com meu psicólogo, né. Aí eu fiquei sossegada com ele. Aí ele me bateu, né. Vitória, ele

me deu foi um murro na minha cabeça que tipo cortou. Se eu fizesse raiva a ele, se eu esculhambasse ele...ele me batia. Ninguém sabia que ele fazia isso. Ele sempre foi sonso. Ele só mostrava pras pessoa o lado dele amoroso, mas ele nunca mostrava o lado dele ruim. A minha irmã sempre foi muito sabida. Um dia ele me deu um chute na frente dela. Minha irmã ficou com nojo dele. Ele falava pra minha mãe que ele não era pra ir pra minha casa. De início ele dormia na minha casa todo dia, depois ele ficou na minha casa. Aí me irmã ficava dizendo na minha cara que não gostava dele. Eu não sabia o motivo aí eu perguntei a ela. Aí ela disse que um dia viu ele me batendo. Eu já contei pra minha mãe disse. Minha mãe não gostava, ela falava pra ele que não era pra ele fazer isso comigo ainda mais dentro da minha casa e que ela não ia aceitar isso. Até no tempo que eu se soltei, né, antes deu saber dessas coisa, ele falou que ia me bater, que ia cortar meu cabelo. Minha mãe falou com ele, né, que ele não fizesse isso. Acho que foi o primeiro homem que eu gostei realmente. Eu me apeguei muito a ele, em dormir, em conversar, de contar as coisa...acho que foi mais a convivência que me apeguei. Quando ele se soltou [saiu do presídio] ele arrumou um trabalho e eu fiquei sossegada com ele. Eu não saia mais de casa, eu ficava mais dentro de casa fazendo as coisas e ajudando minha mãe. Tava pensando em mudar, tava quase tentando...me arrastando, né. Aí eu fui presa, né. Mais uma vez. Tou aqui faz três mês. Vitória, eu não sei mais assim meu sentimento. Ele foi preso de novo. Não quero mais, né, mas quando sair vamos conversar (Ayla Eloá).

Assim, eu sempre gostei de mulher, né. Só tive um homem que foi esse menino que namorei. [...] Eu gaziava aula pra ir no sítio, aí...um dia eu vi ele e ele pediu pra ficar comigo. Eu fiquei só por ficar mesmo. Depois comecei a namorar com ele. Aí eu deixei a menina que eu tava. Eu passei um ano e pouco com ele. [...] Quando namorava com o menino ele batia era muito. Quase todo dia. Só sabia chorar. Eu escondia da minha família no começo, mas depois minha mãe viu eu roxa. Ela foi falar as coisa com ele, mas mesmo assim eu nunca ouvi minha mãe. Agora que eu tou passando a escutar ela (Flor).

Com 11 ano eu comecei a ficar com ele, com 12 ano a gente assumiu namoro sério e com 13 ele foi morar comigo lá na casa da minha mãe. [...] Passou um tempo lá e pronto. Quando ele foi morar lá em casa ficou uma coisa chata. Quando ele não ficava lá e ia lá só de noite eu saía, entendeu? Eu ia pra casa das menina, ficava conversando, me distraindo...mas quando ele foi morar na casa da minha mãe, eu não saía pra canto nenhum e só ele que podia sair. Já chegou ao ponto de me bater. Ele tinha muito ciúme de mim. Se eu passasse na rua e alguém olhasse pra mim, a culpa era minha. Aí teve um dia que a gente brigou feio e eu até disse que não queria mais ele. Ele me segurou pelo pescoço, me segurou e começou a bater...e me batia mais. Eu ficava roxa e minha mãe perguntava o que é. Eu dizia que era raiva. Não dizia que ele me batia. [...] Depois que larguei dele fiquei com outras pessoas, mas nunca mais consegui ficar sério com ninguém depois dessa primeira relação. Porque eu tenho medo. Porque ele me batia. Tipo assim, eu fico com medo de ficar com outra pessoa e ficar presa em outro relacionamento que nem eu fiquei com o primeiro (Paula).

Tem o meu ex-marido que é pai do meu filho? Pois é, era horrível, Vitória. Eu era cega por ele. Ele sempre me traía e me tratava mal. Gosto nem de lembrar.

Quando eu engravidei já tava praticamente morando na casa dele. Aí ficou pior, né. Ele já me bateu grávida e até com meu filho do colo. Acho que é por isso que fui usar tanta droga. A mãe dele via e não falava nada, não se metia. Ele já veio pra cima de mim com faca (aponta para uma cicatriz em toda a extensão do dedo indicador da mão direita). Foi ele que fez isso, Vitória. Ficou assim quando fui tentar me defender. Não bastasse tanta humilhação ele me largou quando nosso filho tinha nem três mês porque já tava com outra. Me botou pra fora de lá. Depois deixei para mãe dele cuidar. Eu não tinha cabeça pra ficar com meu filho. Minha cabeça tava toda doida (Júlia).

Em uma conversação em campo, uma adolescente de 13 anos me respondeu ao ser questionada se possuía algum relacionamento amoroso: “*Ter namorado? Eu não! Pra ele me bater e me deixar trancada em casa pra ele sair pros baile me chifrar?*”. O relato expõe o quanto a violência por parte dos companheiros é da ordem do cotidiano, sendo a expressão física a mais reconhecida e, muitas vezes, a única identificada como violadora. Os abusos físicos por vezes foram revelados paulatinamente no decorrer da entrevista como quem conta um segredo pesado demais para se manter em silêncio, em outros só me foi revelado por possuir uma vinculação anterior com elas, segundo afirmação das interlocutoras. As agressões psicológicas como controle da rotina e de comportamentos, na maioria das entrevistas, só foi revelada após pergunta diretiva: “Ele já te proibiu de fazer alguma coisa que você gosta, de ter alguma amizade ou usar alguma roupa?” Respostas quase sempre foram positivas e mais naturalizadas que as agressões físicas. O *apanhar* geralmente é mantido em segredo entre o casal e algumas vezes com a cumplicidade do núcleo familiar do companheiro. A família da adolescente só descobre, ou confirma o que já desconfia, com o avançar da intensidade e recorrência das agressões. Em alguns casos, a mãe pode até compartilhar do mesmo tipo de relação, ecoando no registro familiar, vendo a filha percorrer trajetória semelhante.

Das (1999, 2011) contribui para que pensemos a violência que se constrói no cotidiano, ordinariamente, e não apenas aquela posta como algo extremo, expressas pelas mulheres nos seus silêncios. Por meio do ato de testemunhar – no sentido de estarem no marco dos acontecimentos e de ser afetada por eles – violências e violações, há a construção de um conhecer pelo sofrimento, que a autora nomeia de “conhecimento venenoso”, que se manifesta nas formas de perceber a vida, nos modos de sociabilidades, manifestando-se no cotidiano (DAS, 2011; PEREIRA, 2010). Paula hesita em estabelecer novo relacionamento; Anja possui novo namorado que é descrito por ela como *mais psicopata ainda*; Júlia fala sobre a dificuldade em exercer a maternidade; Ayla oscila entre terminar a relação ou continuar, entre minimizar as agressões e reconhecer sua gravidade.

Ações essas enlaçadas neste conhecer pelo sofrimento. A via de tentativa de saída do conhecimento venenoso possibilita diferentes tipos de agencia, não apenas na forma de resistência extraordinária na forma de atos de heroísmo, ela pode ocorrer através das ações cotidianas que permitem a criação de um discurso de reparação, a recriação diária (DAS, 2011; PEREIRA, 2010). São formas de resistência que fogem das concepções comuns: Anja se aproximou ainda mais da facção para disputar respeito e reconhecimento com o ex-namorado e o traindo com um assassino por encomenda na região onde mora; Flor e Paula interromperam a relação e retomaram seus hábitos que haviam sido cerceados pelos namorados; Ayla fala de suas traições para sair do lugar de vítima, responsabilizando-se.

Em nem todas as narrativas a interlocutora descreveu ser alvo da violência. Há também quem seja autora, como Márcia que tentou assassinar a ex-namorada após descobrir uma traição, chamando-a de *cabrão mole* por não reagir às agressões físicas recorrentes por parte da namorada. Espera-se da figura que representa a masculinidade o comportamento agressivo atribuído ao homem e quando não se corresponde a este padrão, sua identidade é posta em dúvida. Identifica-se isto na fala de Alef ao afirmar que nunca agiu violentamente com namorada ou companheira: “*Sou cabrão, mas sou besta. Os cabrão do meu dormitório diz que sou pau mandado de mulher e fazem é rir de mim porque não boto moral*”.

O relatório do CCPHA (2017) esclarece que a violência doméstica é essencialmente patriarcal, que embora atinja especialmente as mulheres de todas as faixas etárias, mas também crianças e idosos. A agressão dentro do ambiente privado não deve ser minimizada, tendo o risco de evolução para a violência letal e não se deve ignorar a sua correlação com a violência interpessoal que ocorre no espaço público, mesmo que operadas por lógicas diferentes. O relatório do Comitê se refere às adolescentes de ambos os sexos, contudo é preciso sublinhar que para as mulheres a implicação entre público e privado é mais evidente e as violências que ocorrem nestes espaços se apoiam no machismo estrutural. Neste sentido, compreende-se que recorrência da agressão intraconjugal não é exclusividade do contexto cearense, Fachinetti (2008) e Santos-Lima (2018) observaram a mesma incidência da dinâmica relacional abusiva entre as socioeducandas do sistema do Rio Grande do Sul e Distrito Federal, respectivamente.

Há uma especificidade no que se refere ao relacionamento com um *envolvido*. O aumento de assassinato de meninas em 2018 (CCPHA, 2018.2) não é motivado exclusivamente pela participação na dinâmica do crime, mas também as relações afetivas e sexuais são alvo de controle (PAIVA, 2019). A agressão de cortar o cabelo, que também é

da ordem do simbólico por destruir a imagem do feminino atribuído aos cabelos longos, somados à agressão física que compõe a tortura. Estes rituais ocorrem com frequência, segundo os relatos das socioeducandas, quando a mulher se relaciona com outras pessoas durante a privação de liberdade do marido, principalmente no sistema penitenciário, mas também no socioeducativo. De modo contraditório, Anja, Flor e outras adolescentes em campo descreveram, em certa medida, a desaprovação da violência contra a mulher, podendo o homem ser expulso no território dominado pela facção GDE. Isto só tende a acontecer se as agressões se tornarem públicas, incomodando e chamando a atenção da comunidade. Para que esta espécie de justiça exercida pelo grupo criminal se efetive, a mulher não pode ter descumprido nenhuma regra faccional. A conduta feminina deve ser irrepreensível para que se obtenha alguma proteção.

Em dezembro de 2017, antes de iniciar esta pesquisa, o Aldaci Barbosa recebeu uma adolescente de 17 anos, grávida de 5 meses do segundo filho, “caiu” junto Ayla Eloá e utilizando um acessório até então nunca visto entre os funcionários, mesmo os mais antigos: uma peruca. O intuito era esconder os cabelos que não tinham mais de dois centímetros de comprimento. Os longos cabelos tinham sido cortados recentemente por ordem de ex-companheiro, pai de seu primeiro filho, membro da GDE que cumpria pena do presídio que não concordava com a mudança dela para uma região sob domínio do CV, onde tinha amigos e havia estabelecido vinculação com o grupo rival ao do antigo companheiro. Isto lhe proporcionava certa proteção e privacidade, pois na comunidade em que residia *os elemento* sempre a vigiavam. Partiu do ex-marido romper a relação e mesmo preso continuava no intento de exercer controle sob a mãe de seu filho. Não queria que ela “rasgasse a camisa” (trocar de facção) e nem desse continuidade a sua vida afetiva. A adolescente escreveu como sorte o fato de não perceberem sua gestação, pois não a teriam deixado com vida. O acessório utilizado para esconder a marca da violência mais a evidenciava devido à qualidade do material. A adolescente contava sua história para muitos funcionários e as demais adolescentes também tinham conhecimento do ocorrido, algumas até já a conheciam. Nenhuma regra da instituição previa o uso de peruca, após análise da equipe de segurança e direção foi autorizado a permanência do acessório, mas sob a condição de constantes revistas.

Conto essa história por se tratar de um marco na dinâmica no Centro. Nos meses que se seguiram houve maior incidência em apreensão de meninas com cabelos curtos, o que era indício desta violência atravessada pelo gênero, sendo menos da metade relacionada a relações afetivas-sexuais. Contudo, em meados de 2018 e durante 2019,

houve uma diminuição dos casos gerais, o que não significa que as torturas deixaram de acontecer, e sim, ganharam caráter mais letal. Elas não eram apreendidas porque eram assassinadas antes.

Retomando a violência praticada por companheiros em privação de liberdade, a reação brutal é interpretada como natural pelas socioeducandas, já ouvi mais de uma vez afirmações do tipo “*otária! Quem mandou trair marido preso? Vai levar uma pisa mesmo e ficar careca*”. As informantes relatam que a companheira deve “puxar cadeia” com o marido. As adolescentes só podem realizar visita nas penitenciárias mediante termo assinado pelos responsáveis e emancipação registrada em cartório, o que custa tempo e dinheiro. É um processo burocrático e poucas conseguem concluir. Já nas unidades socioeducativas masculina esta autorização é mais flexibilizada, sendo mais a critério da equipe autorizar ou não. O *puxar cadeia* não se limita à visita, mas inclui o envio do malote³⁶ para o marido, ou contribuir para que a sogra o faça. Os contatos também podem ser via cartas e ligações realizadas de dentro das celas e até mesmo pelas redes sociais. É parte do código de conduta das facções. Se ele é preso, ela deve se portar de forma reservada *na liberdade*³⁷, evitando festas, não pode romper o relacionamento e muito menos é aceito traições. Questionei a diversas meninas se esta conduta é cobrada para ambos os sexos, maioria responde em tom quase conformado: “*é pra ser, né? Sabe como é homem, né, tia?*”. Aos casais homoafetivos, independente se um dos pares é cabrão, é esperado o companheirismo pelo par que não está privada de liberdade, mas o descumprimento não é cobrado mediante violência como ocorre quando o preso é do sexo masculino.

No Aldaci Barbosa, raramente é permitido visitação de namorados(as) ou companheiros(as), poucas vezes assisti aos homens insistirem com a equipe para que autorizasse a entrada na tentativa de prestar assistência à adolescente. Mesmo sendo barrados, poderiam contribuir financeiramente no deslocamento dos familiares autorizados e nos lanches permitidos nos dias de visita, o que também é raro ocorrer. As notícias que elas recebem deles é por meio de algumas cartas, informações dadas pela família e trazidas por adolescentes recém-apreendidas que pertencem ao mesmo bairro/facção. Geralmente

³⁶ É o envio de materiais de higiene, alimentação e outros itens como cigarro que não são fornecidos pelo Estado para o sistema penitenciário.

³⁷ Em caso de falecimento do marido, segundo informações das adolescentes, é esperado conduta semelhante com a adoção de uma postura de luto e não permitido, caso ambos forem facionados, estabelecer novo relacionamento pelo menos alguns meses. As meninas negam que nestes casos elas possam ser reprimidas mediante violência física. Marinho (2004) também descreve que as jovens viúvas de membros das gangues eram cobradas socialmente a manterem o luto que poderia durar anos.

são de traições e a frequência com que são vistos nos bailes. As companheiras em liberdade são mais presentes, insistem em ver as namoradas, enviam mais cartas, empenham-se em ajudar os parentes a realizar visitas. A namorada de Flor todos os sábados acompanhava a mãe da adolescente mesmo não sendo autorizada a realizar visita, permanecendo quase três horas na entrada da unidade esperando a sogra sair trazendo a carta escrita pela socioeducanda. Como já discutido anteriormente, esta dimensão do cuidar é mais esperada e atribuídos às mulheres.

Há também outra perspectiva narrada pelas socioeducandas durante trabalho etnográfico. Algumas demonstram raiva ao saber da prisão dos companheiros enquanto elas mesmas estão presas, pelo receio de quando *ganharem a liberdade* não poderem *curtir* como queriam, incluindo manter relação sexual, pois eles, possivelmente, vão demorar a *se soltarem*. Por outro lado, a prisão de seu par traz um alívio, pois o marido não fica *solto por aí*, mantendo relações com outras parceiras, sem ignorar que na cadeia há o acesso de outras mulheres que vão desde parentes e outros detentos, às chamadas *giriqitas*³⁸.

Esses fatos formam, assim, um mosaico composto por diferentes variáveis que compõe uma realidade complexa. Por enquanto, os dados da pesquisa de campo indicam que o casamento na adolescência é especialmente prejudicial às meninas, uma vez que elas acabam por se responsabilizar pelas atividades de organização da residência, aumenta a probabilidade de descontinuar a formação escolar e ficam mais suscetíveis à violência doméstica, principalmente em relacionamento heteroafetivo.

3.3 Das amizades à facção: o afeto que dispõe para matar e morrer

Os relatos das participantes da pesquisa, seja eles acessados via conversão, questionário ou entrevista revelam que a prática transgressora da lei jurídica e consumo de substâncias psicoativas são iniciadas pelas adolescentes (por vezes ainda na infância), em sua maioria, na companhia dos amigos. Compor o chamado “mundo do crime”, ou “o crime”, se mostrou como uma experiência partilhada neste importante espaço de sociabilidade e construção identitária que são os vínculos de amizade, seja eles na mesma escola ou bairro/favela/comunidade, entre outros. Partimos da perspectiva de Feltran (2008a, 2008b) que cita o termo entre aspas por considerá-lo uma expressão nativa do

³⁸ Como são nomeadas as mulheres que são pagas para manter relação sexual com homens no presídio. É também utilizado pelas socioeducandas com o objetivo de depreciar a imagem de uma garota insinuando que a mesma procura manter relações com homens envolvidos já comprometidos.

campo e por não analisá-lo em sua dimensão enquanto negócio e nem para além do território de estudo que se deu sob a percepção de adolescentes e jovens de periferias da cidade de São Paulo. O autor define “mundo do crime” como “expressão que designa o conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (FELTRAN, 2008a, p.31). As fronteiras que demarcam este “mundo” com as práticas sociais julgadas como legítimas – como trabalho, religião e família –, são dinâmicas, assim como qualquer outra fronteira, regulando formas de relação entre esses lados (FELTRAN, 2008b).

Os amigos inicialmente são apresentados nas trajetórias como os culpados pelo *envolvimento*, como modo de minimizar a responsabilidade das socioeducandas, principalmente pelos familiares. Nos dias que acompanhei as visitas como pesquisadora, as mães, ao verem em mim uma técnica, me abordavam com o intuito de obter informações sobre o andamento do processo nas respectivas Varas da Infância e Juventude e saírem em defesa de suas filhas: “*ela é uma menina boa, isso foi por causa das amizade*”. Este tipo de acusação, muito comum quando se trata da primeira admissão na unidade, apresenta-se como meio possível não apenas de declarar inocência da adolescente como a própria. Como já discutido anteriormente, cabe à mãe o peso social julgador pelo um possível comportamento desviante de seus filhos. Indicar os amigos é uma saída utilizada em geral pelas próprias adolescentes em sua primeira entrada no sistema privativo de liberdade, sendo o mesmo dito reproduzido para a família: “*fui pela cabeça dos outro, tia, eu sou sussegada*”. Nas apreensões seguintes e/ou no decorrer da internação essa narrativa vai apresentando mudanças, atribuindo a si maior agencia e localizando os amigos como um entre outros componentes que contribuíram para que os fatos ocorressem.

Eu já usei maconha, já cheirei loló e usei pó também. Já tomei rocha [Rivotril] e ripinol. Só. Comecei com treze anos com maconha. Comecei a usar com os meus colega. Saia da escola e ia fumar. O que mais usava era maconha. Eu usava direto...de manhã, de tarde e noite.

Eu tinha doze anos quando comecei a roubar. Comecei porque eu gostava. Eu roubei uma vez aí eu achei divertido. (...) A primeira vez eu fui convidada por amigos que já roubava lá do mesmo bairro. É...os amigo que me chamaram, mas eu já tinha vontade de ver como é. (Flor).

Já usei pó, cola, maconha, ripinol e loló. Usava mais maconha e ripinol. Bebia e fumava também. Comecei a usar acho que com uns 13 (anos). A primeira coisa que fazia era beber. Não lembro com quantos anos. Pegava escondido da minha mãe. Ela bebia sempre, não sei agora. A primeira droga foi maconha.

Comecei a usar por causa do meu namorado. Eu via ele fumando e queria também. As outras coisa eu ia experimentando. Eu via meus amigo usando, aí eu pegava e usava. Trafico desde os treze..quatorze. Antes comecei a roubar. Meus amigo roubava, me chamava pra roubar, eu tava usando droga e fui. Devia ter uns treze anos. Eu nem sei, tia, mas eu tava na escola ainda. Por causa das droga. A droga dar vontade de roubar, pra comprar mais e mais. (Márcia).

Eu já usei loló, tomei comprimido que é a rocha e o pó. Eu bebia nas festas. Fumava cigarro, mas era pouco, nunca gostei muito. A primeira coisa que usei foi o loló e a bebida. Acho que eu tinha uns 13 ano. Depois eu passei pra maconha e aí pra rocha. Por último foi o pó. Eu comecei porque todo mundo cheirava loló nas minha zárea, meus amigos, aí eu quis também experimentar. (...). Depois eu experimentei fumar maconha. Tinha as menina que fumava maconha lá perto de casa que era minhas colega. Eu pensava que maconha só dava fome, mas eu fiquei gostando de fumar maconha. Tinha a mente fraca, Vitória, mas eu sabia o que era, não vou mentir.

Eu tinha uns 14 anos. Comecei a roubar com os menino. Deu certo, só que umas menina caiu aqui. A Juliana, tu lembra dela? Aí eu fiquei um tempo sem inventar de fazer essa coisa. Tipo assim, eu sempre fui muito cordeiro, tudo que os outro pedia pra eu fazer, eu fazia. Eu pensei: vou fazer isso pra ver como é. Teve uma vez que eu fumei bagulho de manhã aí fui mais três meninas fomos roubar. Foi uns mês depois do dia da praia. Aí deu formação de quadrilha. Foi a primeira vez que vim pra cá. Fiquei 45 dias. Uma tava com um punhal. Nós fomo pro Centro, compramos um bagulho, aí uma menina começou a falar que queria dinheiro e tal. Ela deu a ideia de roubar e nós fomo. Gente vivia naquela praça José de Alencar. Naquela praça tem tudo o que não presta: tem noiado, tem puta, tem gente que vende droga, tem gente que vende rocha na rua, vende é tudo. Tudo o que você quiser vende no Centro, ainda mais naquela praça ali. Todo e dia eu ia lá. Vivia lá no Centro até de noite. Vivia roubando por lá, usava droga por lá...tudo lá. A gente fazia 155 nas loja. Pois é, a gente subiu no ônibus e minha amiga com o punhal. Até hoje eu lembro da mulher que a gente foi roubar. Porque tem gente que eu roubei que eu não me lembro, não. Acho que nas primeira vez é que fica marcado no pensamento da pessoa. Eu gostava de roubar, Vitória. Não sei o que é isso na minha mente. (Ayla Eloá).

Passou um tempinho e eu conheci esse povo [pelo Facebook]. Quando eles falavam comigo eu não sabia que eles eram totalmente do jeito que eles falavam. Não acreditava, achei que era só de falar. Quando cheguei lá, era um povo totalmente errado. Eu não conhecia ela pessoalmente. No primeiro dia foi tudo bem. Tudo no começo é bom, né? Aí depois o G2 mesmo disse: “Olha, tu vai pra tua casa, sai daqui. Esse povo só faz coisa ruim”. Aí eu já tava vendo que era isso mesmo e ia pra casa no dia depois. Arrumei até as minhas coisa pra ir pra casa. Aí o marido dela teve a ideia [do roubo] pra nós dois. Aí o G2 disse “tá certo”. No dia seguinte quando eu tava indo pra casa ele me chamou pra ir no Centro [de Caucaia] e disse que era pra fazer um assalto. Aí eu disse: “um assalto?”. Eu nunca tinha assaltado ninguém. Aceitei ir mas disse que não tinha certeza que ia ter coragem de fazer, não. Aí nós fumo. Quando chegamos lá eu tive que recolher as coisa do povo [no ônibus]. Mas eu peguei as coisa

com uma pena tão grande que minha vontade era dizer “pega as coisa de vocês de volta que eu vou me embora”. Que nada! Aí ele [G2] gritou “vai, Paula, pega as coisa!”. Aí dei a bolsa pra ele e ele saiu correndo e eu saí correndo mais o Alisson. Aí pulamo o muro e corremo, corremo, corremo. Quando chegamo lá, deu um pouco e a polícia chegou lá. Na casa tava eu, essa mulher, a filha dela, o G2 e o Alisson.

Quando eu cheguei lá [na Caucaia] essa minha amiga que conheci pelo telefone foi conversar comigo. Quem fazia os assalto lá...eu já presenciei eles [G2, Alisson e o marido da amiga] chegando dos assalto duas vezes. Eles diziam como era, mas eu não tinha vontade de ir, não. Aí teve um dia que ela disse que era para me levar e isso ia ser pra o meu batismo [na facção]. Eu recusei ir roubar com eles esse dia. O G2 nesse dia me disse que era melhor eu voltar pra casa porque ia acabar me envolvendo e ficar na vida errada. Aí no dia seguinte que eu fui com eles e fui presa. O G2 entrou na minha mente para ir pra casa no dia, aí depois, no outro, entrou de novo com esse negócio de assalto. No dia do assalto eu tava bem nervosa, chega eu tava tremendo. Não tava usando nada. Essa mulher disse que ia ser minha madrinha, falava pra eu me batizar. Na casa dela só tinha menor. O eu que me motivou? Eu gosto muito de adrenalina, mas a minha adrenalina em casa era andar de moto com os outro. Só que a adrenalina que escolhi dessa vez, né, foi pular muro, correr e ainda cair aqui dentro. Eu fui pra lá mesmo sabendo que eles tinham envolvimento, mas não tinha medo. (Paula).

Em sua fala, Paula, a adolescente primária com menos tempo em cumprimento de medida entre as entrevistadas, demonstra como a posição dos atores se modificam. Paula inicialmente dizia não acreditar sobre as práticas ilícitas dos novos amigos, ao final diz que sabia e não tinha medo; declarava ter sido convencida a realizar o roubo, depois descreve como escolha. Em um jogo de atividade/passividade, deslocando-se entre os papéis de bandida e vítima. Sem ignorar o aliciamento *online* que ocorreu com a adolescente. Não se pretende aqui buscar uma causa para a prática infracional e tão pouco culpabilizar a adolescente, mas indicar o agenciamento das interlocutoras. Se afastando do lugar comum do discurso muitas vezes utilizado perante às instituições socioeducativas para transmitir ingenuidade e um não saber sobre o ato infracional. Esta via é criticada por algumas socioeducandas que assumem postura de falar abertamente sobre os fatos que culminaram na apreensão, principalmente quando se trata de seus desafetos: “*Aquela cumade se faz de santa, mas é mais envolvida do que eu!*” (Diário de campo). Compreende-se que são jovens que vivem sob o olhar social criminalizante e estigmatizado, ao minimizar sua participação é uma estratégia de defesa e proteção. São jovens que experimentam desafios cotidianos diversos as pertencentes às classes médias e ricas (MARINHO, 2016). Os amigos compartilham experiências sociais e comunitárias semelhantes, além dos signos culturais e vivências geracionais. É esperado que a criança e adolescente se desenvolva em contato

com o outro da mesma faixa-etária. O discurso de responsabilizar outro adolescente é uma reação primeira, mas não justificável como único motivador da prática infracional e uso de drogas, principalmente por se tratar de um fenômeno multidimensional.

Retomando a influência dos afetos de amizade no contato com novas experiências, foi observado que estes vínculos ganham contornos, por vezes familiares. Uma socioeducanda de 16 anos com quem conversei durante o horário de atividade livre na quadra, o “passatempo”, descreveu que nos últimos três anos residia com amigos, mesmo visitando e mantendo contato telefônico com certa frequência com a família, havia estabelecido maior relação de intimidade e confiança com outros jovens: *“Eles são uma família, né? Já passamo muita coisa junto. Tem muita coisa que a gente faz que é errada, mas com eles posso conversar e falar minhas coisa”*. Não se trata meramente de uma parceria ou atrativo para inserção no chamado “mundo do crime”, mas uma relação intersubjetiva de reconhecimento.

As perdas desses afetos são doloridas e até motivação de vingança para “cobrar a morte”, ao passo que também são cada vez mais comuns, fato expresso nas falas de diversas adolescentes:

Já perdi amigas, amigos e uma namorada. As meninas tão tudo se matando em Sobral, tia. Perdi um bocado de amigo. Homem e mulher. Acho até que já me acostumei (Márcia).

Nossa...é só o que tem é amigo morto. Quando mataram um grande amigo meu eu fui atrás de cobrar. Não achei, mas acabou que outro elemento pegou ele. Se eu pegasse ia ser sal, tu ia ver. Tava com muito ódio, tia (Respondente do questionário).

Essas mortes, segundo as próprias informantes, ocorreram devido ao que nomeiam de “briga das facção” ou “guerra das facção”, uma disputa de território, comércio ilegal de drogas e poder para matar entre os coletivos criminais. Costumam ocorrer sem alvo definido, quando um grupo passa por um território limítrofe e atira nos transeuntes ou quando alguém de bairro rival frequenta a comunidade e é atacado, pois não é permitido esse transitar³⁹; quando há uma vítima pré-determinada e um plano para atraí-la; ou invasão da área rival como ocorreu na que ficou conhecida como Chacina das Cajazeiras⁴⁰. Entre os

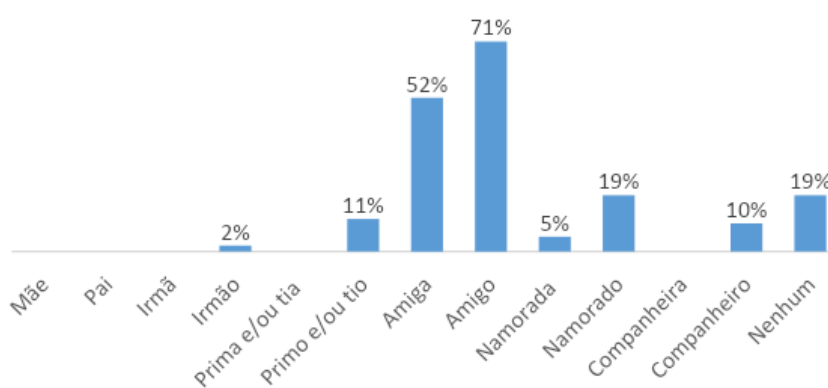
³⁹ Segundo relato das socioeducandas a foto do visitante é enviada para o grupo do *whatsapp* para que seja feita uma pesquisa entre os membros para obter informações sobre o bairro de origem e se há algum “proceder errado”. Caso seja encontrado algo em desfavor a execução pode ocorrer de imediato.

⁴⁰ Em 27 de janeiro de 2018, membros armados do grupo GDE invadiram a casa de festas chamada Forró do Gago na região do bairro Cajazeiras, intencionando matar membros do grupo rival CV. 14 pessoas foram assassinadas e outras 15 sobreviveram. A maioria das vítimas eram mulheres jovens, 8 entre as mortes.

diversos meios de aniquilação do inimigo, aqui temos a especificidade no que se refere à juventude dos assassinados. Dados do CCPHA (2017, 2018.2) já citados nesta pesquisa alertam sobre a incidência de morte prematura de adolescentes e jovens do Ceará, notadamente o crescimento do número de morte de meninas (90,32%) em Fortaleza referente ao ano de 2018, ainda que a maioria seja do sexo masculino.

Para elucidar sobre a ocorrência de assassinatos nas disputas territoriais (e por corpos) no cotidiano das participantes, lanço mão dos dados obtidos via questionário:

Gráfico 10 – Assassinatos de familiares, amores e amigos



Fonte: dados da pesquisa.

Nesta pergunta, onde foi permitido assinalar mais de um item, 52% das colaboradoras desta pesquisa já perderam pelo menos uma amiga vítima de violência letal e 71% pelo menos um amigo. A maior mortalidade entre meninos/homens também se confirma aqui, visto que os números de namorados, companheiros, irmãos e primo/tio são maiores do que os das mulheres. Contudo, a porcentagem de amigas, em sua maioria adolescentes, que perderam a vida é interpretada como alta. A aproximação com a morte é vivenciada cotidianamente em um estado de exceção permanente nas regiões de residência. As restrições de circulação entre bairros, comunidades e ruas limitam não apenas os que possuem participação ou proximidade com o coletivo criminal inimigo, mas a qualquer um

Nas semanas que seguiram a chacina foi marcada por boatos que o PCC teria rompido com o GDE por não aprovar este tipo de ação. Rompimento este que não foi confirmado. A entrevistada Mirela costumava frequentar o local, não estava presente no dia pois estava cumprindo internação provisória, mas refere duas amigas assassinadas na chacina. Paiva, Barros e Cavalcante (2019) citam que até julho do mesmo ano, foram registradas sete chacinas em todo o Estado, totalizando 48 mortes. Duas ocorreram na capital e as demais na Região Metropolitana e no Interior. As ocorrências demonstram que essas ações não ocorreram ao acaso, mas desencadeadas por mudanças na dinâmica criminal no Ceará nos últimos cinco anos em decorrência da inserção do estado na rota internacional do tráfico de drogas.

que lá resida, principalmente se for jovem. Esta identificação força uma vinculação ao grupo mesmo que não intencionada.

As adolescentes com quem tive oportunidade de conversar durante a pesquisa de campo traçam certa linha temporal e causal entre morar em um território, ter acesso limitado a outros devido ao temor de represálias, assumir uma identificação com a facção local, inclusive limitando vínculos de amizade, familiares e afetivos-sexuais. Aderir a práticas ilícitas pode vir antes ou depois de ter estabelecido uma vinculação com o grupo, mesmo que seja apenas como *simpatizante*⁴¹. Os relatos indicam que a prática, seja de tráfico ou roubo, aproxima e fortalece a relação com a facção. Conforme a adolescente vai construindo sua *caminhada no crime*⁴², o *batismo*⁴³ é parte quase inevitável. Entre as respondentes do questionário 49% afirmaram ser batizadas, 41% simpatizantes, 6% conhece ou convive com membros da facção sem estabelecer vinculação e 4% não possuem nenhum vínculo⁴⁴. Das entrevistadas, cinco se afirmam batizadas, entre elas todas haviam participado do questionário também. São elas que nos revelam como ocorreu o processo de ingresso e suas motivações:

Eu já colava com os elemento, usava e vendia droga. Meu ex-marido já era envolvido batizado também. Aí meus amigos falaram que era pra me batizar porque já era ameaçada, tinha foto minha nos grupo todo. Pelo menos ia ter alguém por mim (Júlia, batizada CV).

Me batizei com quatorze anos. Me batizei porquê...como eu disse, eu tinha uma foto com meu ex aí fiquei decretada. Aí eu peguei, aí eu fiquei tipo com raiva, aí eu peguei e me batizei. Eu já era envolvida mesmo (Flor, batizada na GDE).

Comecei a me envolver usando droga. Comecei a vender droga depois e fui roubar também. Já não podia andar onde meu pai mora. Já tava presa nesse negócio mesmo pois já era a mesma coisa de ser batizada. E se os pilantra quisesse me pegar não ia ter quem me defendesse ou fosse cobrar minha morte. Então me batizei logo (Márcia, batizada CV).

Eu entrei com 17 [anos]. Eu tinha um amigo que era muito meu amigo e ele me chamou pra entrar e eu entrei. Ele é um dos meu padrinho. Hoje em dia ele tá morto. Quem matou ele foi a nossa facção. Matou ele por ganância. Ele era muito....como posso dizer...poderoso. É muito raro matar da mesma facção.

⁴¹ Simpatizante é quem possui vínculo com membros da facção, se identifica com o grupo e geralmente realiza pequenos serviços, “os corre” no tráfico.

⁴² O “caminhar” é a trajetória dentro do “mundo do crime” bem como as condutas, uma espécie de histórico.

⁴³ Batizado é o processo de admissão na facção, tornando-se integrante, inclui responsabilidades específicas.

⁴⁴ As adolescentes que responderam a este item foram as que estavam em acolhimento institucional há alguns anos. Costumam ser encaminhadas para cumprimento de medida por atos ocorridos dentro da instituição, tais como dano ao patrimônio ou lesão corporal devido algum conflito com outra menina do acolhimento. Adolescentes com longo histórico de abrigo, segundo a experiência em campo, dificilmente estabelecem vinculação ao bairro ou coletivo criminal.

Agora só fiquei com dois padrinho. Quando um padrinho morre fica faltando um, a pessoa tem que botar outro no lugar dele. No meu caso eu não quis botar. Eu não quero botar nenhum no lugar no do que morreu. É regra ter três padrinho. E não pode ter nenhuma falha. Quando sua foto vai para a análise se você tiver qualquer falha dentro da favela...tipo...você fica com o marido de alguém que é casado, se você já discutiu com alguma menina que seja batizada, se você já roubou dentro da área...tudo que você já fez ali acusa na análise. E se acusar, se for um vacilo grande, eles dizem que você se batizou e ele pega e mata a pessoa. Homem que bate em mulher também impede batizar, mas tem que acusar na análise. É uma análise de 24 horas que sua foto toda os grupo [de whatsapp] do Ceará todinho. É sua foto, seu nome completo, onde você mora, a sua idade, tudo! Aí eles dizem se você foi aceito ou não. Você tem que mandar um áudio falando seu nome todinho e jurando honrar a facção (Anja, batizada GDE).

Eu sou batizada, Vitória. Sempre quis te contar isso. E eu sou ameaçada. Por isso que eu não me bato com umas cumade aqui da GDE que são batizada. É outra facção da minha. A Helena era minha amiga na minha primeira queda, a gente se conhecia de pequena, mas ela agora é de outra facção. Lá na Barra tem as duas, né. Aí a gente se afastou. (...) Agora a facção já tá muito grande, né. Todo mundo tava na facção e tal. Eu pensava “eu não vou me batizar, eu não vou me batizar”. Aí foi um tempo que eu via que eu era muito ameaçada e se eu tivesse que morrer era melhor pular pra dentro mesmo. Um amigo meu dizia que não era pra eu me batizar porque eu era nova e tal. Me batizei com uns 16 anos para 17. E eu vi que muita gente tava batizada e tal. Aí eu fiquei com esse pensamento atééé quando eu completei meus 16 anos. Passou um bom tempo e eu me batizei. Foi por impulso também. Foi por causa também que as minhas amiga se batizaram. Pra você se batizar tem que ter conhecimento do proceder da favela e tal. Se você não tiver nenhum proceder errado e tal. Não ter cabuetado, não ter dado a fita de ninguém, não ter feito essa coisa e tal. Você bate uma foto e vai pra uma análise com os conselheiros. Aí eles vão analisar e aí passa uns quatro dias. É um grupo de Whatsapp. Se a pessoa passar na análise, se ela não for brecada aí chega tipo um coiso para eu fazer meu cadastro. Coloco meu nome completo, minha data de nascimento...as vezes eu penso que foi a maior burrada que eu fiz! Porque tipo assim, agora eu penso em mudar, né, e eu ainda sou batizada. Eu tenho medo de morrer mesmo assim. Aí também coloca se você tá solta ou presa. Assim, porque até preso se batiza. Aí pergunta se você é casada. É tipo um cadastro pra você entrar no grupo. Hoje eu nem lembro mais do meu cadastro, não sei mais qual é minha senha. Não é uma senha, é tipo um cadastro, é 4 numerozinhos. Você só pode entrar no grupo da facção se você tiver o cadastro porque outra facção pode tentar entrar. Me batizei também, né, porque eu pensei que queria saber tudo que acontece na favela. Tem vários grupos diferentes porque é muita gente, né. Cada membro é diferente. Tem de cada região...tem um grupo que é só de mulher. Tem grupo só de Fortaleza. Aí, você também que responder dez perguntas. Tipo “o que você faria pela facção”. Tem que dizer que mata e morre pela facção e pergunta qual o seu artigo. Aí eu disse que o meu é 157, né, que é roubar. É várias perguntas. Aí você manda por Whatsapp também (Ayla Eloá, batizada CV).

As motivações descritas são uma articulação entre ameaças de morte, busca por proteção, vínculo já estabelecido com membros do grupo e identificação com o coletivo (já se intitulavam simpatizante). Todas as colaboradoras entrevistadas já atuavam em práticas de roubo e/ou tráfico antes de serem admitidas oficialmente do coletivo criminal. Anja e Ayla descrevem as etapas e regras do processo para o chamado *batismo*. A priori o termo possui viés religioso, tratando-se de um ritual presente em várias crenças, mesmo seguindo esquemas diferentes, e que simboliza purificação e consagração. Em sentido ampliado, é passagem para uma nova vida. Assim como ocorre nos ritos religiosos, neste caso há também a necessidade de padrinhos que já sejam iniciados. O batizado faccional não chega a ser transformação radical para um novo modo de viver, uma vez que as limitações e riscos impostos aos que possuem ligação com o grupo já eram parte da rotina das jovens. Ao residir em determinada área já restringia frequência a outras regiões controladas por grupo rival que lhe caracterizavam como participante da facção. Contudo, o ingresso mediante um processo com etapas definidas, com o ritual da promessa do compromisso com o coletivo contribui para a solidificação do sentimento de pertencimento ao receber uma suposta garantia de proteção (ou pelo menos de ter sua morte vingada). Envolve também compromisso financeiro⁴⁵ e a obrigatoriedade de realização de “missões”. Só há duas possibilidades para se desvincular do grupo, ambas pela via do divino, a morte ou “a benção” (se filiar a uma religião cristã, em sua maioria evangélica).

Realizando um retorno necessário para contextualizar a respeito dos coletivos criminais presentes no Ceará. Na parte introdutória desta pesquisa, abordei brevemente sobre quatro facções que aqui desempenharia suas atividades: a carioca Comando Vermelho (CV), a amazonense Família do Norte (FDN), a paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) e a local Guardiões do Estado (GDE). Contudo, a FDN era citada, mesmo que em menor frequência pelas adolescentes em campo durante o ano de 2018, no início de 2019 e, precisamente, no período de aplicação dos questionários as interlocutoras me avisavam ao ler uma das últimas perguntas do instrumental: “*Ixiii, tia. FDN nem existe mais! Agora ficou tudo CV mesmo*”. Os aliados teriam se tornando uma unidade. Observei também que o PCC não é mencionado pelas socioeducandas como presente na capital cearense, atuando mais nos municípios do interior. Tendo como característica não batizar

⁴⁵ Meninas do GDE referem contribuição mensal obrigatória no valor de R\$50,00 chamada de “caixinha”. Paiva (2019) descreve que o GDE se organiza de forma mais horizontalizada e não realizaria cobrança de mensalidade. Pontua-se que o campo é dinâmico e sujeito a constantes mudanças. A cobrança pode não ter sido realizada originalmente desde o nascimento da facção, mas ao que indica as adolescentes é uma prática que tem sido realizada.

adolescentes e nem homossexuais, segundo informações de jovens de Sobral. A presença em Fortaleza ocorre pela aliada e nativa GDE.

Atualmente a rivalidade se daria, segundo as interlocutoras, por GDE e PCC em oposição ao CV. Segundo Sá e Aquino (2018) a GDE não teria sua origem descrita de forma consensual entre os membros, uns definem que o coletivo surgiu a partir de torcidas organizadas no Conjunto Palmeiras, enquanto outros localizam seu início em 2012. A interlocutora Anja narra o surgimento da facção em 1º de janeiro de 2016 e nesta data é feita uma festividade nos principais bairros dominados pelo coletivo com a exibição de armas e com grande consumo de drogas: *“Onde mais vira é no Palmeiras e na Rosalina. A festa é grande viu! Bandido num é pra tá fazendo isso...tudo junto! Eu não vou mais. Se tiver atentado, vai tudo morrer junto”*. Outra socioeducanda, moradora da Barra do Ceará, integrante do GDE e da Leões da TUF (Torcida Uniformizada do Fortaleza Esporte Clube), no início da pesquisa de campo localizou o surgimento da facção no início de 2016. Mesmo período citado por Paiva (2019). Descreveu que o grupo surgiu com o objetivo de *“derrubar o sistema”*. Porém, não soube dizer que sistema seria este: *“Acho que que é o governo, né?”*.

Não pretendemos realizar um detalhamento sobre origens das facções e gênese das disputas, abordando o necessário para contextualizar o quadro atual. O interesse no território cearense seria devido a sua localização geográfica que transformou o Estado em um importante distribuidor de drogas ilícitas para o Brasil e outros países do atlântico após o acesso pelo sul do país ser dificultado pelo aumento de vigilância das fronteiras com Paraguai e Argentina. O fluxo do mercado ilegal passa pela Bolívia e Colômbia entrando pelo Norte do Brasil, fazendo do Nordeste ponto estratégico para o tráfico internacional transatlântico. A FDN em parceria com o CV foi precursora nesta rota. O PCC começa a utilizar o mesmo trajeto para a sua mercadoria, desencadeando tensões e confrontos entre as facções, se intensificando quando o coletivo paulista assassinou o fornecedor de armas dos rivais. A aproximação PCC com GDE teria ocorrido em 2016 após a atuação da facção de fora nas negociações que resultaram no período conhecido como *“pacificação”* e se configurou como uma breve trégua entre os confrontos violentos em Fortaleza e interior, durando de janeiro a agosto de 2016. O CV, segundo membros do GDE, teria iniciado a guerra entre facções em Fortaleza ao invadir áreas sob comando do grupo cearense ao invés de atacar territórios dominados pelo PCC. Com a rivalidade já existente PCC x FDN-CV, a proximidade da facção paulista com o GDE torna-se aliança (SÁ; AQUINO, 2018).

Sobre a dinâmica organizacional dos coletivos, Grillo (2019) argumenta que o histórico de alianças, rompimentos e disputas entre os grupos, especialmente PCC e CV, pressupõe que todos adotem uma divisão hierárquica coesa. Não haveria uma diferença relevante entre normas, mandamentos e procedimentos entre as facções, sendo menos coesas do que supõe o imaginário popular, possuindo como principal semelhança a edificação sob a ideia de oposição nós-eles, inclusive com normas e mandamentos em comum. A suposta presença dos coletivos competindo pelo controle do mercado ilegal de entorpecentes cria uma atmosfera que aproxima esses grupos a entidades abstratas. A forma como os coletivos são representados socialmente é fundamental na construção do fenômeno das facções, pois influi diretamente no exercício criminal:

[...] essas imagens não são acionadas apenas pelo discurso da imprensa e instituições encarregadas do combate ao crime; elas são também performativamente mobilizadas pelos próprios membros desses coletivos e pelas populações sob sua influência, produzindo efeitos concretos sobre as dinâmicas da criminalidade violenta (GRILLO, 2019, p. 72).

A facção local GDE também se apropria de modelos já utilizados por outros grupos, como a presença e centralidade de um Conselho, porém, em sua proposta inicial sempre se moldou para permitir certa autonomia aos grupos presentes nos bairros, nomeado de “tropas” e concedendo maior poder decisório. Dessa forma, conquistou um contingente de membros notadamente jovens (PAIVA, 2019). Em campo observei o reflexo deste contingente juvenil que caracteriza o grupo. Meninas de 14 anos afirmando serem batizadas. A média de idade entre as integrantes do CV é em torno de 16 anos. As informações obtidas via questionário confirmam entre as que passaram pelo rito de admissão na facção, 64% são GDE. Paiva (2019) pontua que ao contrário da aliada PCC, a facção cearense é conhecida pela forte atuação de adolescentes. No decorrer de 2018, o número recorrência de meninas referindo ser membra do CV era expressivamente menor em comparação ao do rival GDE. Em 2019 observei um aumento entre as socioeducandas que se declaravam batizadas no CV. Entre as possíveis causas, sugiro uma reação da facção carioca à expansão do GDE, em que houve o ingresso de adolescentes como via de aumentar seu próprio contingente. A configuração da nova dinâmica criminal em Fortaleza, em certa medida, é herança do período das brigas entre gangues, uma vez que já eram protagonizadas por adolescentes.

A adesão à facção prescinde de um rito que de passagem como referido por Grillo (2013, 2019), Malvasi (2012) e Padovani (2015). O batizado não é meramente entrar para um grupo, mas para uma família. Este apelo ao vínculo parental – que culturalmente é

da ordem do sagrado – pode ser observado nos termos utilizados: a facção é uma família e os membros são irmãos que lhe protegem e a quem se deve proteger. Grillo (2019) refere como “metáfora do parentesco” e Padovani (2015) de “gramática familiar” esta rede que cria a percepção de irmandade que alimenta a ideia de família e amizade, tendo função estratégica no “mundo do crime”. Esta lógica familiar permite que pessoas que nunca se viram compartilhem entre si um sentimento de comunhão.

Os novos laços sobrepõem inclusive o da família originária. Nos meses em campo ouvi relato de meninas que romperam contato com primos, irmãos, tios e pai por estes se identificarem com facção rival ou simplesmente residirem em área inimiga. Para algumas adolescentes a facção ocupa o lugar da família. Em março de 2019, uma adolescente de 16 anos, que aqui chamarei de Violeta, chegou ao CSABM para cumprir internação provisória. Saiu da casa dos pais aos 12 anos, segundo ela mesma “*para poder usar droga todo dia*”. Os últimos anos foram na rua ou na casa de “maridos” que pela descrição mais se aproximava de exploração sexual do que um relacionamento. Nunca recebeu visita de nenhum parente. A maior parte do tempo em liberdade costumava ficar pela região do Centro de Fortaleza, território comandado pelo CV. Nos meses que se seguiram dentro da unidade, pois ela recebeu sentença de internação, foram recorrentes os episódios em que Violeta procurou estabelecer relação de proximidade com as socioeducandas do CV, ao passo que vivia na fila para atendimento na comissão disciplinar por brigar verbalmente com as jovens rivais. A única ligação de afeto de Violeta é a facção, mesmo que o grupo não responda da mesma forma. Outro exemplo deste tipo de elo poderoso que aproxima adolescentes de organização de caráter criminal é o de uma socioeducanda de 14 anos, simpatizante GDE, que ao ser questionada sobre o que a facção significava em sua vida, respondeu: “*É tudo pra mim. É minha família, amigos, irmãos, pais. Tudo*”. Ela não possuía vivência de rua ou vínculos rompidos com a família como Violeta, o que evita interpretação fácil de que a facção ocupou a função protetiva dos pais, sendo esta a motivação para a aproximação.

Para seguir a linha argumentativa que pretendo defender, parto da ideia de facção desenvolvida por Paiva (2019, p.170) como coletivo:

[...] constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. São coletivos móveis de pessoas que fazem o crime como um meio de integrar a sociedade, pois não visam à sua destruição, e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras.

À vista disso, o que vincula essas adolescentes e jovens à facção passa pela via do afeto. Ao se atribuir sentido de irmandade, pertencimento, partilha de crenças e uma ética em comum, além de possibilitar o acesso a bens materiais e uma posição simbólica na dinâmica social, cria-se uma ligação com o grupo que não se sustentaria exclusivamente pela possibilidade de ganho financeiro. Grillo (2013, 2019) discute que os coletivos criminais se efetivam a partir da construção do que a autora nomeia de alteridade radical e hostil, ou seja, em uma diferenciação tão absoluta de um Outro que, ao ser objetificado, deve este ser eliminado. Isto é parte essencial para a construção de uma identidade do grupo, de solidariedade interna e sentimento de pertença personificado no mesmo nome. Há uma produção de um “eu” que muitas vezes não é individualizado, em que a subjetividade do inimigo é negada. Como bem é expresso na fala de uma socioeducanda ao contar despreziosamente, enquanto jogava dama no horário livre no pátio, sobre uma jovem que falecera recentemente e já havia cumprindo medida no CSABM: “*Era uma das pilantra, né. Uma GDcu*”⁴⁶. “*Tinha é que matarem mesmo. Foi é pouco*”. A história, a vida ou a família da falecida não são objeto de preocupação ou validação. Sua identidade é coletivizada como uma GDE, ao passo que reafirma a coletivização da subjetividade dos integrantes do CV.

Não há diferenças nesse sentido entre as facções, todas são fundadas da lógica de inclusão/exclusão que fomentam a chamada guerra. A ideologia faccional se aproxima, segundo Grillo (2013, 2019), do nacionalismo ao ser capaz de mobilizar indivíduos a se integrarem a uma imagem identitária tão poderosa a ponto de se engajarem em “trocas de morte” na defesa de uma abstração. As adolescentes dispõem o próprio corpo nesta aventura de morte. Registram por tatuagens e cortes referência ao grupo a qual elas pertencem: “4.7.5” e “TD 3”, três riscos na sobrancelha como símbolos do GDE; 15.3.3. Para o PCC; “TD 2” para CV, dois riscos na sobrancelha, tatuagens com destaques em vermelho e o cabelo com tintura da mesma cor e até mesmo as siglas escritas. No curso profissionalizante de manicure em nenhum momento presenciei uma integrante do GDE, mesmo que simpatizante, optar por colorir suas unhas da cor vermelha. Todos são marcas que criam fronteiras entre si e o inimigo e que demarcam em definitivo onde se pode transitar, até onde se deve ir, quem se é e quem são os seus semelhantes e dignos de alguma humanidade.

⁴⁶ Como são chamados os integrantes do GDE por membros do CV.

Pela família se mata e morre. As meninas do Aldaci deixam isso bem claro: “*Essa vida que eu escolhi é assim, tia. É cadeia ou cemitério*”. A morte está sempre à espreita e elas falam isso com ar de naturalidade, é componente prenunciado na “vida no crime”. Entre as participantes que responderam ao questionário, 72% já foram “decretadas”⁴⁷ e muitas já sobreviveram a um “atentado”⁴⁸. Esta proximidade com a morte é narrada pelas entrevistadas a seguir:

Já tive vários. Sou muito ameaçada. Não posso sair das minha z área de jeito nenhum. O meu primeiro atentado eu tinha 11 anos quando voltava da escola. Já meteram bala no portão da casa do meu pai. Sorte que não tava vazia. Já fui até pro PPCAAM⁴⁹ (Respondente do questionário).

Teve uma vez que eu tava perto da minhas z área, tipo lá é meio divisa, mas como é uma avenida passa muita gente. Um elemento chegou em mim que chega eu me assustei. Ele disse que só não me matou porque não tava armado. Ele passou na avenida e me viu. Uma vez eu escapei também. Pegaram uma amiga minha quando entraram lá no Gato Morto e só não mataram porque ela tava buchuda, só cortaram o cabelo dela. Eles me mandaram um recado: - Diz pra Ayla que quando a gente pegar ela vai ser só de 40. Aí eu fiquei com medo. Teve uma vez...eu não era batizada ainda, pra tu vê as coisa de Deus, uma irmã da igreja disse que eu ou a Silvia Deus um dia ia fechar a porta. Tipo, uma da gente ia morrer. Ela falou várias coisa é que eu não me lembro de tudo. Não se passou um mês e a Silva morreu. Ela ia dar minha fita pro elemento. Ela tinha passado a andar nas outras z área, mas descobriram isso e mataram ela primeiro (Ayla Eloá).

Eu tive muitas ameaça. Muitas e muitas. Já tive uns três atentado. O primeiro foi na escola por causa daquela foto com meu ex. eu tava indo pra escola e elemento foram atirar. O segundo eu tava numa rua, né, e os elemento me pegaram mas eu fiquei negando dizendo que não era envolvida. Eles ainda engatilharam, mas disse que não era eu, que eu não morava mais naquele canto. Aí eles tipo ficaram alvoroçado e saíram na moto. A outra eu tava no mei da rua eu, minha amiga e esse menino, aí veio um carro vuado e foi mei de mundo de tiro e nós saímos vuado, correndo. A intenção deles era nele [no menino], aí saí correndo voltando pro outro lado e escapei (Flor).

⁴⁷ Decretar é a ameaça de morte oficializada pela facção rival. Costuma ocorrer com publicação da foto de quem se quer eliminar em grupos nas redes sociais (*Facebook* e *Whatsapp*). Quando uma pessoa é decretada, qualquer integrante do grupo rival pode (e deve) executar a tarefa.

⁴⁸ É quando houve a tentativa de homicídio, podendo ou não ter sido alcançado o objetivo.

⁴⁹ Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. É de responsabilidade do Governo do Estado e foi implementado em 2013 com o objetivo de atenuar o processo de vitimização de crianças e adolescentes ameaçados de morte, garantindo uma inserção social em lugar seguro, fortalecendo os vínculos familiares e a proteção de suas vidas. Há etapas rigorosas para ser aceito no programa que realiza entrevistas e investigação acerca do real risco para a vida do adolescente. A inclusão no programa exige do adolescente e família comprometimento com as regras rígidas para garantir a segurança. Em minha experiência observei a desistência da maioria das adolescentes por não conseguirem seguir as normas e antes mesmo de serem aceitas por não quererem sair da região onde moram.

Sou decretada. Já era antes de tá aqui. Tinha foto minha fazendo sinal [com a mão em referência ao CV] nos grupo. E agora que matei uma de lá, né? Deu até na televisão e tudo. Se voltar pra Sobral eu morro e isso eu sei (Júlia).

Nem posso andar onde eu morava por conta do crime que eu fiz. Por conta que a vítima era do mesmo bairro que eu. É como eu tivesse matado uma pessoa da minha própria facção. Só se a vítima tivesse dado algum vacilo. Quando sair daqui vou ter que morar em algum bairro GDE. Eu sei que sou decretado por conta de uma menina que caiu aqui que é de lá também. O irmão dela é batizado e ele comentou, se intera? Ela me viu e se lembrou da foto que tinha visto. Eles pegaram minha foto do Facebook. Eu já esperava ser decretada (Alef Yuri).

As decretações, como já exposto neste texto, podem ser em decorrência das relações afetivo-sexuais ou suspeita de cooperar com o inimigo. Entre os outros propulsores no intento da violência letal que ouvi em campo, estão: residir em território comandado pelo grupo rival, integrar a facção inimiga ou por ser familiar de um batizado, a mudança para outra facção e até ser alvo de uma missão dada à outra jovem como prova de fidelidade ao coletivo⁵⁰. Para a mulher, há múltiplas motivações utilizadas para legitimar a sua morte, não sendo necessariamente condicionada à condição de *envolvida*, como costumam especular os dispositivos midiáticos e forças policiais para localizar essas vidas enquanto matáveis (BUTLER, 2017). Paiva, Barros e Cavalcante (2019) chamam a atenção sobre o discurso operado sob as jovens decretadas em redes sociais. Textos que apelam para um viés domesticador do sexo feminino com referências depreciativas à dignidade e vida afetiva. Não é fato inédito nos processos sociais em que o Estado se aproxima ao de exceção, nestes cenários as mulheres se tornam alvo de violência mais perversa como as de cunho sexual e assassinatos que exponham seus corpos, assim como observou Das (2008, 2011) durante a guerra da partição Índia-Paquistão em que a violência contra as mulheres era uma forma de desonrar o inimigo.

O assassinato de meninas responde a uma face específica do necropoder (MBEMBE, 2018). A gestão de vida e morte aqui é operada especialmente pelos coletivos criminais, com a conivência do Estado ao se inserir nos territórios periféricos por meio da ineficiência das políticas públicas, na falta de estratégias eficazes para atuar na

⁵⁰ É o “levar para o cheiro do queijo”. Geralmente uma adolescente é atraída para local onde será assassinada por outra jovem com quem já possua um vínculo. Um homem também pode ser responsável por chamar a vítima, porém, todas as histórias que ouvi essa função é realizada por uma menina ou mulher. Esse método é utilizado para atrair homens também. Algumas interlocutórias descrevem que chamar para a morte é uma prova de fidelidade cobrada pela facção quando ocorre uma mudança de grupo ou como etapa obrigatória para ser batizado.

problemática da morte de meninas e pela presença militarizante da polícia na experiência cotidiana do Estado (DAS; POOLE 2008). No pensamento mbembeano o direito de matar não é apenas reivindicado e exercido pelo Estado, mas sempre prescinde da criação de um inimigo ficcional, como é visto a juventude negra periférica, e mais especificamente as meninas, para que o fazer morrer se legitime.

A engrenagem da morte sob o peso da dimensão do gênero é operada de tal forma que as meninas e mulheres estão assassinando umas às outras, reproduzindo o mesmo discurso sobre os corpos e vidas de outras mulheres. O aumento da participação das adolescentes na morte de outras meninas pode ser evidenciado por alguns dados da medida socioeducativa de internação do CSABM. Em janeiro de 2018, das cinco socioeducandas que cumpriam medida por homicídio (incluindo tentativa), duas delas foram apreendidas por participar do mesmo duplo homicídio qualificado de duas jovens na faixa de 19 anos. Ambas verbalizavam claramente nos dois anos em que estiveram privadas de liberdade que não foram as autoras e que só deram “*umas porrada, quem atirou foi os menino*”. Já em dezembro de 2019, das dez socioeducandas que a Justiça da Infância e Juventude atribuiu ato análogo a homicídio (ou tentativa), nove foram contra outras adolescentes ou jovens do sexo feminino que não ultrapassavam a idade de 20 anos. Houve aumento dos chamados atos infracionais praticados mediante violência ou grave ameaça no geral. Especificamente contra a vida de mulheres as adolescentes falam abertamente sobre sua participação e função atuante durante o crime, obviamente, que este tipo de narrativa só é adotada após a sentença de internação. Antes, elas, geralmente, negam participação uma vez que não querem “mofar no Aldaci” e acreditam que não assumir a autoria é o suficiente para evitar a internação. As(os) interlocutoras(es) Júlia e Alef fazem parte deste grupo de socioeducandas(os) e relataram uma parte dos acontecimentos:

Na verdade, foi uma briga de bar, uma discussão que acabou acontecendo uma coisa pior. Acabou se transformando numa violência. Eu saí do local todo cheio de sangue, depois voltei com roupa limpa para esperar a polícia ir me prender. A vítima foi para o hospital, mas segundo os policiais depois ela morreu lá. A briga aconteceu porque ela...a vítima tava sob muito efeito de drogas e se alterou, pegou viagem. Ela quis partir pra cima de mim. Eu também tava sob muito efeito de droga e álcool e parti pra cima também. Ela tava dando em cima de mim, mas eu tinha mulher. Eu tava cheirando fazia bem dois dias. Aí os maior se meteram e acabou nisso. Hoje vejo que foi vacilo. Não precisava daquilo (Alef Yuri).

Eu e a outra menina que caiu comigo estávamos fumando um na casa de uns colega lá na z área. Aí chegaram uns muleque falando que tinha uma

piranguieira do PCC lá na z área. Já conhecia ela, sabia que ela morava num bairro que não se bate com o nosso. Ela sabia que não podia andar lá. Foi só pra morrer. Quando os elemento chega na nossa falando que tem alguém de fora a gente tem que ir, né? Não pode negar essas coisa quando é batizada. Aí nós pegamos ela onde ela tava e fomo para cima, bem cinco cumade batendo. Passou no jornal da tarde, tu viu? Filmaram essa hora aí. Batemo foto dela e colocamo no grupo. Depois levamos ela pra uma casa abandonada e eu tava com muita raiva e furei ela muito. Nem sei quanto. Foi só eu que furei ela. Na hora a gente não pensa em nada...é só um ódio que sobe. Ela já entrou na casa sabendo que ia morrer. É assim que é. Se fosse eu no lugar dela, ela ia fazer o mesmo. Ninguém tem pena, não. Hoje eu para e penso no que eu fiz...como eu tive coragem (Júlia).

Ambas as narrativas se referem a condições distintas. Alef participou de um ato que não houve a obediência a uma ordem ou mandamento faccional nem foi motivado pelo sentimento de pertença ao grupo, sendo a única história com tal característica. Neste caso, o ato lhe foi interpretado como quebra das regras de convivência comunitária, acarretando sua decretação pelo coletivo que se identificava. Júlia tem uma história que se aproxima das demais. Foi convocada a cometer o ato e o interpretava como parte necessária e cotidiana de ser integrante da facção. Uma missão que deveria ser realizada, não havendo espaço para negativas, sob o risco de ser interpretada como traidora.

Os relatos que foram compartilhados comigo desvelam aspectos sobre os homicídios cometidos pelas adolescentes em cumprimento de medida: todas revelam que matar o inimigo está incluso em “ser de facção”; cometer o homicídio sem ser integrante do coletivo é uma via de conquistar confiança e ser inserida no grupo; algumas descrevem certo desconforto em ter realizado algum “atentado”, mas recorrem à certeza do “tem que fazer” como saída para lidar com o próprio ato e justificar perante julgamento alheio; a reflexão crítica sobre o atuar na morte do Outro, na grande maioria dos casos, só ocorre na privação de liberdade que é a consequência que elas mais tentam evitar, como no caso de Júlia. O peso por fazer morrer quando surge na liberdade, ou seja, antes da experiência da internação, é por meio de pensamentos persecutórios e sonhos. Uma socioeducanda natural de Sobral que está no Aldaci desde novembro de 2018 revelou que antes de ser apreendida já havia “*matado bem dez pilantra*”, entre meninas e meninos. Não refere arrependimento, mas revelou não conseguir dormir ou ficar sozinha em um ambiente, pois nessas ocasiões costuma ver as vítimas e acredita ser observada.

Outra jovem interna apreendida em outubro de 2018, três meses após planejar, atrair, assassinar e esquartejar uma garota de 16 anos, integrante da facção rival, alegou que a vítima a ameaçava nas redes sociais. Nas semanas que se seguiram ao homicídio não

conseguia dormir e tinha medo em sair de casa. Sempre disse saber da gravidade do ocorrido, mas que o faria novamente pois era preciso cobrar as ameaças realizadas e que: *“Não podia ficar assim, né? Uma hora ela que ia vir me pegar. E aí eu fui primeiro. Eu dei dezoito tiro nela. Tava com muita raiva”*. O arrependimento que descreve não é pela vida da inimiga, mas sobre a própria, pelo tempo em privação de liberdade e o sofrimento causado a sua família, em especial a mãe. Os comentários comuns entre os socioeducadores são de surpresa, a jovem é lida por eles como muito afetiva, sensível e educada. Eles não acreditam que uma socioeducanda que transmite docilidade seja a mesma a realizar um crime tão violento. Ao contrário de Júlia, esta socioeducanda não se questiona como foi capaz de matar, ela sabe dizer o porquê: o ódio do Outro. Cita também as condicionalidades da “vida no crime”, é assim que se soluciona os conflitos, que se enfrenta a ofensa feita a sua facção.

O matar é parte da sociabilidade faccional, é percebido como necessário e não da ordem do absurdo. Diferente do que discute Arendt (2014) sobre Eichmann, um oficial da Gestapo responsável pela logística de extermínio de milhões de pessoas no regime nazista. A autora o descreve como um homem comum, um burocrata que obedecia aos comandos que lhe eram dados, um cumpridor de ordens, dotado de uma perspectiva de vida calcada no trabalho, sem aparente ódio profundo pelos judeus ou desejo de praticar o mal pelo mal. Nos grupos criminais, o exercício do matar ocorre pela via da afetividade, ao menos para as jovens. Elimina-se o outro não apenas como parte necessária de ser faccionada, mas para defender o grupo que possui caráter parental. O coletivo é a família, parte importante da subjetividade, diz sobre quem se é. Está em jogo também a perspectiva de realizar um ato que é obrigatório, uma regra, segundo as normas estabelecidas pela facção e que é seguida sem questionamentos, contudo, o intento de autoproteção indenitária, representada pelo ódio ao inimigo, surge nas narrativas como a principal motivadora dos homicídios. Alguns apontamentos de Arendt (2014) contribuem para a leitura da dinâmica criminal do Ceará, principalmente no que se refere ao pensar o mal como banal, presentes em todos os espaços e passível de ser praticada por qualquer um. Semelhante ao que discute Das (1999, 2008) sobre a dimensão cotidiana e ordinária da violência, que não necessariamente se apresenta em eventos de grandes proporções.

O aparente preparo para matar ou morrer se aproxima do que Grillo (2013) apresenta como “disposição”. Uma categoria nativa da dinâmica criminal do Rio de Janeiro que articula sentidos de coragem de se expor ao risco de morte e posse da frieza para não hesitar antes de agir. Sá e Aquino (2018) discutem sobre uma sociabilidade guerreira numa

disposição viril para matar e morrer, envolvendo a construção subjetiva de masculinidade em torno da produção social de virilidade. Aqui inserimos a categoria gênero a partir da produção das mulheres. O homicídio de meninas aumentou principalmente a partir de 2018 (CCPHA, 2018.2), sob um tipo de violência específica que se diferencia da que atinge os corpos masculinos, assim como a participação delas como autoras. A virilidade e disposição para matar e morrer não são exclusivos do sexo masculino. A maioria das entrevistadas, independente do ato infracional que motivou a apreensão, já participou direta ou indiretamente de um “atentado” contra uma garota. As falas a seguir revelam como ocorrem as ações e corroboram com as reflexões realizadas até aqui:

Uma menina lá do morro [do Santiago]...nós tava no Gato Morto, que é também igual minhas zárea, passou falando “é tudo 3”. Acho que a paz já tinha acabado. Eu nunca fui de negar minha zárea. Aí nós fumo no colégio e batemo nessa menina, aí gravaram o vídeo. Como os menino me conhecia, aí pronto. Aí essa menina era prima de um elemento lá pro lado do morro. Aí gravaram o vídeo e eu não vi. Os menino me conhecia e aí disseram que fui eu e mais duas amigas. Aí pegaram e decretaram nós. Ela que não tinha que passar provocando, falando da nossa facção. Vitória, eu sou pelo certo. Eu aqui dentro não sou de falar justamente pra faltar com respeito com ninguém. Não gosto que fale da minha facção e não falo da dos outro, mas se vem pra cima, eu vou também (Ayla Eloá).

Já fui pra matar uma menina. Ela não morreu e eu vim pra cá. Tava com uma amiga minha e ela falou que a menina era de outra facção, que ela era pirangureira e que tinha traído o bairro onde nós mora. Minha amiga desistiu e eu fui só. Dei foi furada nela. Só que ela era minha amiga, eu conhecia ela de criança. Eu me arrependo, por causa disso eu me sinto muito ameaçada tanto de um lado quanto do outro. Tenho até medo de voltar pra Sobral e o pessoal da minha facção me cobrar isso. Acho que eles têm raiva porque eu deixei ela viva. Ela devia ter morrido. Não devia ter ido e denunciar. Essa cois de facção tem que se resolver entre a gente não botar os homi [polícia] no meio (Márcia).

Assim, quando a pessoa é batizada ela tem que ir, certa o não. Quando a pessoa não é, a pessoa não é obrigada. Eu, né, fui porque quando mataram meu amigo eu fiquei muito revoltada. Eu gostava muito desse amigo, aí eu fui tipo cobrar a morte dele. Mas é muita adrenalina. A pessoa tem que ir sabendo que a pessoa volta ou não. A gente tem que ir na zárea deles, atéééé lá dentro. Na favela, qualquer canto...no beco. Já vi morte de mulher e de homem também (Flor).

Já fui chamada depois pra isso, mas não gosto. Quem sou eu pra tirar a vida das filha dos outro? mas eu vou quando precisa porque se vacilou com a nossa facção, não tá certo, me dá logo uma raiva...é tipo quando fazem coisa errada com a mãe da gente (Anja).

Meti a peia na menina e cortemo o cabelo dela. Ela tava na nossas área, aí as meninas pegaram ela e eu fui junto. Só isso mesmo. Não aconteceu nada demais. Ela tá viva e aprendeu que não pode andar em qualquer canto. Ela já veio pro Aldaci bem três vez. Não é santa, não (Mirela).

A facção é, portanto, um núcleo atravessado pelas relações de irmandade e de afeto, que deve ser respeitado, parte da identidade de seus integrantes e orientador de condutas. As regras no “mundo do crime” preconizam as relações entre os irmãos/integrantes, que não se relacionam na desordem como muitos acreditam (FELTRAN, 2008a). As normas são assimiladas como “o correr pelo certo”⁵¹ e segui-las mesmo que entre em conflito com os valores transmitidos pela família de origem ou com as regras jurídicas é compreendido como necessário e condição de ser *envolvida*. Apesar de terem consciência de que este caminho, entre uma das consequências, é o encurtamento da própria vida, não temem, mas dizem evitar ao máximo este destino (não frequentar territórios rivais e nem estabelecer relações com moradores dessas áreas, por exemplo). E se ele é anunciado pelas mensagens online ilustradas com a fotografia, o batizado se configura como meio, como bem afirma Márcia, ter sua morte *cobrada*, que alguém responda por ela. É uma forma de conferir à própria vida a condição de passível ao luto (BUTLER, 2017) e vingança, saindo da condição de matável. Se a morte é um imperativo, seus irmãos farão a justiça do crime e com os instrumentos que possuem. Portanto, este “núcleo familiar” é responsável por conferir determinada proteção e garantia de reconhecimento social em vida e pós- morte. Sendo estes uma das motivações indicadas pelas participantes da pesquisa para o *envolvimento* das meninas oficializado por meio do batismo nos coletivos criminais.

⁵¹ Segue as regras do “mundo do crime” de modo, portanto, é digno de confiança.

4 A FEBEM PESA: A EXPERIÊNCIA DA INTERNAÇÃO

Tá pesando, tia. Tô muito atribulada, ó. Não pensei que ia pesar tanto. O povo ainda acha que é só engorda. A FEBEM pesa.

Essa fala extraída do diário de campo e compartilhada comigo por uma socioeducanda que se aproximava dos primeiros seis meses em privação de liberdade no Aldaci Barbosa, representa, pelo menos parcialmente, os sentimentos das adolescentes e jovens que “puxam FEBEM”. Há, fundamentalmente, dois modos pelos quais o cumprimento de medida em meio fechado é representado. A primeira diz sobre as facilidades em estar presa em uma unidade socioeducativa, associada a uma perspectiva do senso comum, reforçada por dispositivos midiáticos, que o Estado não pune adolescentes e ainda proporciona regalias a bandidas enquanto o “cidadão de bem” é violado em seus direitos. É comum as socioeducandas e familiares reproduzem tal discurso. Uma parcela das adolescentes em regime de internação provisória comenta que: “É só 45 dias. É moleza. É só na engorda!”, por sua vez, algum responsável/parente continua: “Ela faz isso porque aqui ela tem vida boa. Só come e dorme. Quero ver se botasse pra trabalhar!”. Por outro lado, existe uma representação do extremo oposto em que o Centro Socioeducativo é posto como similar a penitenciárias superlotadas em que torturas e agressões são rotineiras. Certamente, este cenário existe em outros sistemas do país, como era característico no Ceará até poucos anos atrás e, ainda hoje, algumas unidades masculinas se aproximem em alguns aspectos dessa imagem. Situação exposta no relatório do CCPHA (2017).

Não cabem visões extremistas sobre a experiência da internação e dinâmica de funcionamento em uma instituição que priva pessoas do direito de ir e vir. O campo de pesquisa é referência no atendimento socioeducativo do Estado do Ceará, o que não o isenta do seu caráter perverso enquanto dispositivo necropolítico, mas indica que haja a garantia dos direitos básicos como acesso à educação, profissionalização, saúde, esporte, alimentação e acompanhamento psicossocial. Essas características não são citadas com o objetivo projetar a unidade como o ideal, mas para oferecer pistas sobre o desafio que é compreender a dinâmica deste tipo de instituição, pontuando que ela não é experienciada igualmente pelas adolescentes. Porém, apresenta aspectos em comum como apresentado nas falas, narrativas e observado na minha experiência de campo seja como pesquisadora, seja como profissional.

4.1 Atos e processos

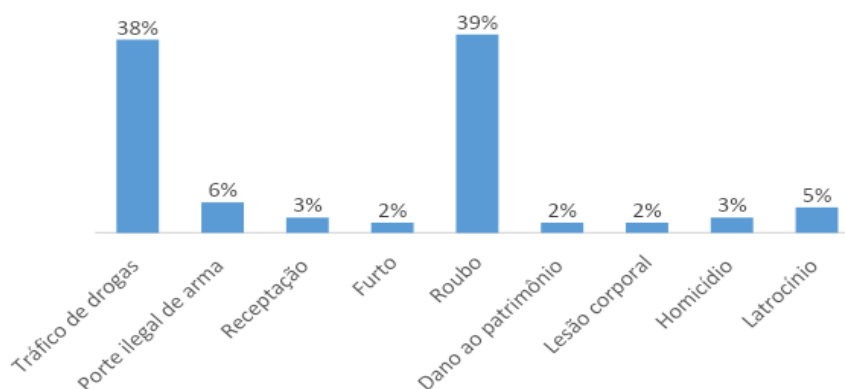
A primeira admissão no CSABM não necessariamente é a primeira medida socioeducativa a qual foi imposta a adolescente. Há uma grande incidência (não quantificado aqui) de adolescentes que já foram apreendidas anteriormente e sentenciadas ao cumprimento de medida em meio aberto (LA ou PSC). Na comarca de Fortaleza, observei uma prática do judiciário em aplicar internação provisória nos casos em que o ato atribuído tenha sido praticado mediante violência ou grave ameaça à vítima, ou na reincidência em atos vistos como leve para adolescentes, como é o tráfico de drogas. As comarcas do interior, como já referi anteriormente, tendem a ser mais rígidas em suas decisões ao avaliar adolescentes sob a perspectiva do Código Penal. Na capital há um índice alto de descumprimento das medidas em meio aberto, situação já noticiada em jornal da região (VIANA, 2018). Segundo dados cedidos pela 5ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza, que é a vara de execução de medidas socioeducativas, à reportagem, cerca de 65% dos adolescentes não cumprem a medida. Entre os fatores citados que, convergem com os relatados em campo pelas socioeducandas, é o impedimento de frequentar o CREAS de referência destinado ao cumprimento da medida por este ser localizado em área dominada por facção rival. Somado a isto, deve-se indicar o sucateamento a que são submetidos há anos estes aparelhos públicos, que vão desde a infraestrutura, quadro reduzido de funcionários e o número insuficiente para uma capital como é Fortaleza. A própria matéria indica que deveria haver treze CREAS na cidade, tendo atualmente menos da metade, seis. Esta denúncia jornalística é datada de 2018, desde então a 5ª Vara adotou a estratégia de disponibilizar ao socioeducando e responsável a lista com os CREAS e respectivos endereços para que eles realizem a escolha. Antes o judiciário que direcionava de acordo com a regional de residência.

No interior do Estado as condições, segundo informações de adolescentes reincidentes e que já cumpriram medida em meio aberto, são semelhantes em termos de falta de recursos financeiros, humanos e estruturais, somados a disputas no campo de interesses políticos. Um CREAS se recusou a realizar o atendimento de uma adolescente por saber que a família tinha apoiado o candidato a prefeito concorrente ao que foi eleito. Não é possível realizar uma avaliação mais ampliada sobre o contexto fora da capital cearense, contudo os dados obtidos indicam dificuldade dos aparelhos em realizar o acompanhamento das jovens.

No que se refere às adolescentes que chegam ao Aldaci, a mudança, aparentemente, não atingiu o objetivo esperado. As meninas continuaram relatando o não comparecimento ao CREAS, alegando dificuldade financeira para se deslocar até a instituição. Elas até podem “andar naquelas zérea”, mas o percurso até o destino passa por territórios limítrofes aos grupos que rivalizam. Não se sentem seguras em utilizar o transporte coletivo e apenas se deslocam por transporte particular de aplicativo. Outro motivo citado é a forma de comunicação entre judiciário e as jovens. As informações não são transmitidas de maneira clara. Algumas descumprem a medida por desconhecer o recebimento da sentença, não entendem o que é dito na audiência e acabam por acreditar que devem aguardar intimação em casa ou que o processo foi encerrado. Há ainda um terceiro motivador do não cumprimento. A prática de novo ato infracional. Mesmo que a adolescente compareça às atividades e compromissos da LA ou PSC, uma nova apreensão neste período se configura como quebra da medida. Entre as poucas adolescentes que conversei e que executaram integralmente a medida em meio aberto, não a associava enquanto medida socioeducativa e como tendo, portanto, caráter de sanção consequente de uma transgressão das regras jurídicas.

O percurso infracional se inicia bem antes da entrada no Centro Socioeducativo, sendo raramente o ato que motivou a apreensão, o primeiro a ser praticado. Os dados da pesquisa revelam que a idade média da primeira apreensão é 16 anos, enquanto o primeiro ato ocorre aos 14 anos. As informações obtidas via questionário revelam que o tráfico e roubo são equiparados às primeiras infrações que as participantes da pesquisa realizaram:

Gráfico 11 – O primeiro ato infracional



Fonte: dados da pesquisa.

Para obter esse dado, durante a aplicação do questionário foi preciso evidenciar que o primeiro ato não era sobre a primeira apreensão, mas a primeira prática de

envolvimento. O tráfico e o roubo, não raramente são praticados pela mesma jovem, diferindo qual foi o primeiro e qual elas preferem executar. Uma socioeducanda cabrão, que prefere não usar nome masculino, participante da etapa de coleta de dados quantitativa, descreveu sobre a sua predileção:

Traficar é mó paia, eu não dou valor, não, ó. Só faço quando precisa. Quando tou precisando de dinheiro. Sou mais roubar porque é tudo ou nada. Tem mais emoção.

A primeira passagem pelo Aldaci foi aos 13 anos, quando participou desta pesquisa havia acabado de atingir a tão icônica idade de 18 anos. Nestes anos foram cerca de cinco entradas na unidade, cumprindo todas as medidas executadas na instituição (internação provisória, internação, internação-sanção e semiliberdade). Acumulou apreensões, tatuagens, marcas das agressões policiais que diziam que ela “tinha que apanhar que nem homem”. Conheceu o abandono de ambos os progenitores que acreditavam que a filha “não tinha mais jeito”. Enquanto afirmava sem muita credulidade que iria “mudar de vida” dessa vez, pois já era “de maior”, apresentava olhar distante como se vislumbrasse o próprio destino. Logo mudou a fala e refletiu:

Vitória, eu já cá aqui um monte vez, cheia de tatuagem, todo mundo da z área me conhece como envolvida, sou batizada...vou trabalhar de quê? Minha vida é de FEBEM pro Auri mesmo.

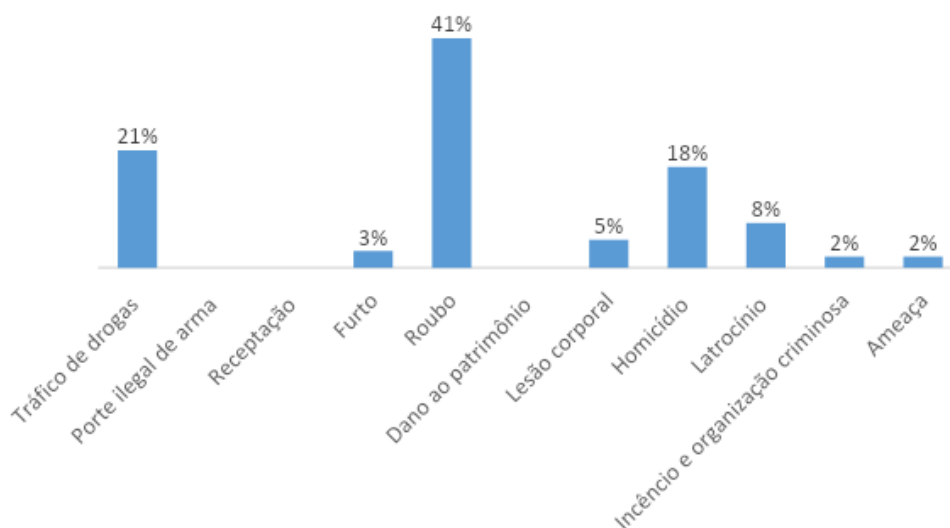
Pouco mais de dois meses após sua saída do Aldaci, por notícias trazidas pelas adolescentes da semiliberdade, soube que ela não tinha ido para o Auri como acreditava, mas estava sob monitoramento com tornozeleira eletrônica, a chamada “pulseira”, justamente por tráfico de drogas, que ela avaliava como “mó paia”. Quem me transmitiu a notícia, já sentenciou: “*daqui a pouco ela desce pro Auri, tia.*”

Retornando para os dados apresentados no Gráfico 11, destaca-se que a opção “tráfico de drogas” foi marcada por quem vendia as mercadorias, quem realizava o transporte de um lugar para outro ou outros serviços, como entrega do dinheiro faturado da *bocada* para o patrão do tráfico local. São os chamados *corre*. Esta espécie de categoria de iniciação (aliciamento) no crime inclui também guardar/esconder arma de fogo e objetos roubados, sendo compreendido dentro dos crimes de porte ilegal de arma e receptação, respectivamente. Portanto, quase metade das respondentes começou a construir sua *caminhada* a partir de *corres*. Destaca-se a prática do roubo como primeiro ato, pontuando que os latrocínios não ocorreram de forma premeditada, mas como um assalto que não houve controle sobre seu desenvolvimento e desfecho. Os dois tipos de ações iniciais

exigem formas de agências diferentes. Roubar necessita uma disposição (GRILLO, 2013) diferente dos *corre* e venda de droga, é preciso saber exatamente como agir e inclui ameaça às pessoas, uma espécie de dolo. Como bem define Mirela, no tráfico: “*vem comprar droga quem quer, não vou na casa de ninguém obrigar. Não tou ameaçando ninguém*”. Estabelecendo uma diferenciação entre a implicação necessária entre vender drogas e *pegar o que é dos outro*. As interlocutoras que preferem este tipo de prática sempre referem “adrenalina” para descrever a emoção de ser “tudo ou nada”, como descreveu Flor e a socioeducanda cabrão de quem falamos agora pouco, assim como Alef descreve o início da experiência de roubo: “*Eu gostei da adrenalina e comecei a roubar mais frequentemente. Era mais a adrenalina de roubar, fugir da polícia e depois usar droga*”. Paula em seu relato também revelou o desejo de experienciar nova situações e emoções mesmo com o desconforto em intimidar pessoas. Por conseguinte, além da obtenção de bens materiais e simbólicos, a prática do roubo inclui a dimensão da aquisição experiencial.

É importante conhecer o tipo de ato infracional que motivou as autoridades jurídicas a determinar o encaminhamento das adolescentes para uma unidade socioeducativa. O Gráfico 12 apresenta os atos das socioeducandas que responderam ao questionário, lembrando que entre as entrevistadas apenas Mirela e Paula não estão incluídas nestes dados:

Gráfico 12 – Ato infracional pelo qual a socioeducanda está privada de liberdade



Fonte: dados da pesquisa.

No sistema penitenciário feminino, segundo dados do Infopen Mulheres (2018), crimes relacionados ao tráfico de drogas – inclui além do tráfico propriamente dito, o tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico – correspondem a 62% das incidências penais entre as mulheres, enquanto roubo é 11%. Borges (2018) critica a chamada Lei de Drogas (Lei 11.343 de 2006) em que é baseado e legitimado o superencarceramento principalmente de mulheres, ao invés da adoção de penas alternativas que evitem o aprisionamento de pessoas. Se por um lado o perfil de meninas do sistema socioeducativo é semelhante ao das mulheres do penitenciário nas dimensões raciais, de classe e escolaridade, se diferencia nas práticas que fundamentaram a privação de liberdade. A maior incidência é roubo e outros atos que envolvem violência ou ameaça. Entre uma das possibilidades que levanto aqui, é o fato de o ECA definir que medida em meio fechado se justifica apenas por ato mediante violência ou grave ameaça e reincidência. Apesar de comarcas do interior serem em sua maior parte mais punitivas, a maioria das adolescentes é da capital do Estado, que possui Sistema de Justiça da Infância e Juventude mais estruturado, apesar de suas fissuras. Em 2017 a SEAS criou a Central de Regulação de Vagas (CRV) onde se concentra advogados contratados para atuar junto às Defensorias e Varas objetivando evitar internações provisórias por atos leves e para diminuir o tempo em privação de liberdade de adolescentes e jovens que já cumprem medida em meio fechado.

No que diz respeito ao crime de roubo, desde meados de 2018, os roubos têm sido mais frequentes contra motoristas de aplicativo. As meninas realizam a chamada de seus aparelhos telefônicos, pois mulheres tendem a despertar menos desconfiança dos motoristas que, ao chegarem ao local, deparam-se com a menina e pelo menos mais duas pessoas, em sua maioria amigos ou alguém com quem elas estejam se relacionando afetivo-sexualmente. Outro tipo de roubo comum é em transporte coletivo e também realizado em grupo, onde as tarefas são divididas entre anunciar o assalto e recolher os “pertences das vítimas”. Em ambos os tipos de ações há o uso de réplicas de arma de fogo, armas originais ou arma branca (facas e afins). Por meio da minha experiência profissional que me garante acesso aos processos, observei a narrativa jurídica construída para os casos de roubo principalmente pela Promotoria, que avalia o uso de uma arma réplica com a mesma gravidade de uma arma de fogo verdadeira. Compreendem que a presença do objeto indica a intenção de ameaça e impede a reação da vítima. Contudo, as adolescentes percebem a situação sob outra perspectiva, pois se a arma não tinha potencial de letalidade, não haveria pessoas feridas e nem intenção de intimidação.

Os tipos de ato infracional com maior incidência dentro do Aldaci Barbosa, e de outros Centros Socioeducativas, apresentam variações de acordo com o contexto social e as mudanças na dinâmica criminal de Fortaleza e todo o Estado. Como foi citado no capítulo anterior, o aumento do número de homicídios praticados pelas meninas ocorreu no mesmo período em que o número de adolescentes do sexo feminino vítimas de violência letal também apresentou crescimento, bem como a maior participação das meninas nos coletivos criminais.

Outro evento que interferiu diretamente na rotina da unidade e modificou completamente a tipificação dos atos praticados entre as socioeducandas, ocorreu em janeiro de 2019. O primeiro mês do ano foi marcado por uma série de ataques em todo o Ceará, encabeçados pelas facções presentes no Estado, especialmente GDE e CV, como reação às mudanças anunciadas pelo secretário da Segurança Penitenciária, Mauro Albuquerque, que prometeu acabar com a entrada de celulares nos presídios e com a divisão nas unidades prisionais conforme a facção de filiação. Houve incêndio de transporte público, comércio, prédios públicos, agências bancárias, equipamentos, carros particulares, queda de serviços como energia e telefonia, danificação da estrutura de viaduto, etc. A Força Nacional foi enviada ao Ceará para auxiliar no que foi considerada a maior onda de atentados na história do Estado. Mais de 400 pessoas foram presas. No Aldaci quatorze adolescentes foram admitidas por atos como: causar incêndio e posse de artefato explosivo, sempre associado ao ato análogo à organização criminosa. Entre elas estava Flor, que durante a internação provisória recebeu sentença de liberdade assistida, retornando três meses depois por ter recebido internação-sanção em consequência do descumprimento da medida em meio aberto. As recém-chegadas despertaram clima de questionamento entre os funcionários. Afinal, seriam elas sentenciadas a uma internação ou semiliberdade?

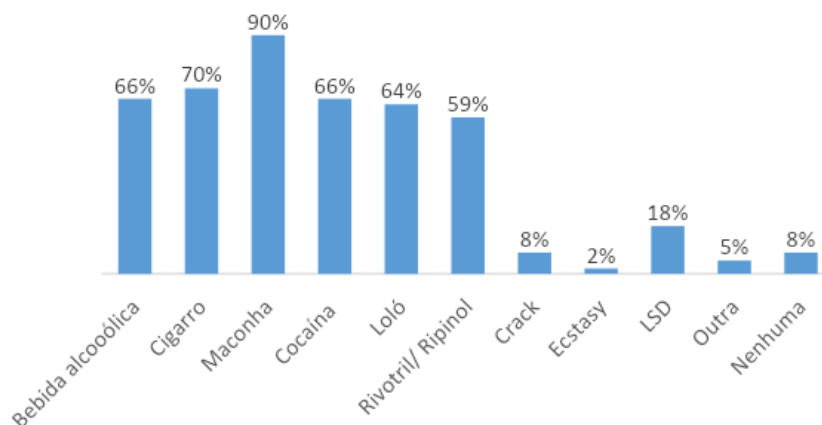
A prática em campo me proporciona aporte avaliativo, considerando reincidência, comarca de origem e ato infracional é possível ter alguma previsão ou palpite acerca da possível decisão do judiciário. Nestes casos, devido ao ineditismo das circunstâncias, era inviável proporcionar uma avaliação com precisão sobre o que aconteceria com aquelas adolescentes. Apenas uma socioeducanda, de 14 anos, foi sentenciada a continuar no Aldaci Barbosa, mas no regime de semiliberdade e menos de dois meses depois não retornou para o Centro após passar o fim de semana em convivência familiar e comunitária. Em junho de 2019 foi apreendida novamente por tráfico de drogas, mesmo mercado em que atuava desde os 12 anos, depois de ser aliciada pelo próprio irmão. Ela apresentava características comuns observadas entre as demais meninas que

participaram dos ataques de janeiro de 2019. Quase todas diziam ser batizadas na GDE e afirmaram que devido a esta condição não poderiam negar a participação em um atentado. A única que recebeu sentença para cumprimento em meio fechado descreveu que: “*A gente tá fazendo isso pra lutar contra opressão do Estado. A gente se juntou pra isso*”. Observei com curiosidade a presença de poucas adolescentes vinculadas ao CV. Fato que pode ser relacionado ao perfil da GDE em ser formada por maioria de jovens e ao possível menor engajamento do grupo de origem carioca nos atentados. Contudo, cabe maior análise acerca deste evento, o que não é a proposta desta pesquisa.

Para além dos tipos de atos, uma característica recorrente é a correlação com o uso de drogas, principalmente ilícitas. Elas são utilizadas para autocontrole como refere Mirela sobre o uso de Rivotril (que recebe o nome de “rocha” no comércio ilegal) e maconha para sentir-se mais calma e lidar de forma menos agressiva com as pessoas com quem convivia. Outras drogas eram essenciais para prática de roubo por ter efeito desinibidor, como cocaína e Rohypnol (chamado popularmente de ripinol), quando consumido com bebida que tenha cafeína, como refrigerante e café. O loló é muito consumido entre elas principalmente nas festas em que costumam frequentar, “os baile”. Há cerca de um ano, início de 2019, o ripinol e loló foram “brecados” (proibidos) nos territórios dominados pela GDE. Segundo as interlocutoras, isto ocorreu devido ao comportamento impulsivo característico de quem está sob efeito dessas substâncias. “*É a droga do vacilo. O elemento fica muito doído e não pensa no que tá fazendo.*” Me relatou Anja e outras jovens da mesma facção. Adolescentes das áreas territoriais sob domínio do CV negaram que este tipo de regulação ocorra ou já tenha ocorrido.

Em informações sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, os dados quantitativos da pesquisa desvelam que o contato com drogas proibidas, especialmente maconha, ocorre em média na faixa entre 12 a 13 anos, enquanto o consumo de álcool e cigarro se inicia em média entre 14 e 15 anos. Apenas 8% negam que faziam uso de qualquer substância. 29% das respondentes iniciaram o consumo de substância proibida antes dos 12 anos. Portanto, as adolescentes estão mais expostas ao consumo de drogas ilícitas do que as lícitas. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de adolescentes que fazem uso de cada substância.

Gráfico 13 – Porcentagem de socioeducandas que consomem cada substância



Fonte: dados da pesquisa.

Os dados confirmam o que já havia observado em campo sobre a alta incidência do consumo de maconha, inclusive como primeira droga a ser utilizada entre lícitas e ilícitas. Realizando a interseção com as informações obtidas nas demais etapas da pesquisa, principalmente a etnográfica, o contato com substâncias psicoativas ocorre antes da prática do primeiro ato infracional. O consumo, comum na sociabilidade comunitária, propicia a aproximação com mercados ilícitos para a aquisição da substância e a realização dos *corres* se torna o meio para obter dinheiro e/ou a droga. Retomo a história de Violeta abordada brevemente no capítulo anterior, para expor como este mecanismo de aliciamento ocorre. Em conversa registrada no diário de campo ela narra parte de sua trajetória:

Vitória, eu fui começar com isso com 11 anos. Antes, né, eu fazia balé e esporte. Foi com o pessoal da minha rua usando e eu quis também, entende? Aí fiquei logo viciadinha. Me chamavam pra fazer os corre e ganhava droga pra usar. Levava droga de uma boca pra outra ou dinheiro. Se eu perdesse ou os homi me pegasse tinha que pagar. Quando saí da casa dos meus pais tudo ficou mais ruim, Vitória. No Centro [de Fortaleza] fui roubar pra conseguir dinheiro, né.

Não se trata de padronizar histórias de vida e definir roteiros pré-estabelecidos, mas há percursos em comum e que indicam aspectos da dinâmica do “mundo do crime”, em especial sobre a inserção e participação de adolescentes. A prática do roubo é citada por algumas jovens como meio de obter recurso financeiro para compra das substâncias, mesmo que não seja para este único fim, como expôs Violeta e também descreveu Márcia: “Por causa das droga comecei a roubar. A droga dar vontade de roubar, pra comprar mais e mais”. O efeito das múltiplas drogas consumidas, as informações revelam que 51% consomem em média cinco substâncias entre lícitas e ilícitas, favorecem a prática do roubo

pelo que elas descrevem como sensação de autoconfiança, coragem e neutralização de emoções como culpa. Ayla conta como era sua vivência infracional associado ao consumo de drogas:

Aí todo dia nós roubava. Aí eu acho que era tanta droga, todo dia era um efeito de droga que eu acho que eu era muito descontrolada, Vitória. Minha mente não era mais a mesma. Eu não pensava em nada. O que eu pensava era só em roubar, em dinheiro, roupa, essas coisa. Eu não ligava mais pra nada. Aí eu comecei a usar loló...foi uma das droga que eu já usei...e maconha, rocha e pó. Graças a deus eu nunca fumei pedra, né. Era uma droga com a outra. (...) Tem coisa que eu não tenho coragem de contar pra ninguém porque mexe com o meu pensamento. Porque eu acho que nunca pensei que fosse fazer aquela coisa e eu acabei fazendo. Tem muita coisa que a gente faz drogada que a gente só acaba pensando depois quando o efeito da droga passa. Às vezes que tem coisa que a gente nem se lembra. Tem gente que eu roubei que nem lembro. Usava droga e dava logo vontade de roubar. (...) Antes de eu cair agora eu tava mais dentro de casa, então não tava usando mais tanta coisa, só fumava um bagulho de vez em quando. Eu tomava ripinol daqui e acolá. Não cheirava loló mais. Acho que as vezes eu fico...como é o nome? Quando a pessoa quer a droga? Às vezes eu fico sentindo o cheiro da maconha, fico com vontade de tomar comprimido, com vontade de cheirar pó. Eu fico pensando que não é pra querer, porque se eu for cheirar pó, eu vou me afundar. Teve uma época que eu usava tudo misturado: maconha, ripinol e pó. A maconha, né, dar fome, dar sono, deixa a pessoa, assim, sossegada. O ripinol tem vários efeito. O ripinol você fica com uma parte ruim, tipo se você mata, você drogada é como nada aconteceu. O efeito ficava todo misturado porque eu tava misturando tudo. Eu ficava doidona, não tava nem aí pra vida (Ayla Eloá).

Citamos histórias de adolescentes que possuem relação de dependência com as substâncias que consome, a ponto de não se reconhecerem diante das ações que já realizaram, não são todas que estabelecem este tipo de associação, mas trata-se da minoria de acordo com o observado em campo. A partir das trajetórias compartilhadas comigo, verifiquei que quanto mais precoce é o contato com as drogas mais intensa é a relação de dependência. E mais violenta é a ausência do consumo nos primeiros dias de interação. O consumir drogas é lido pelas socioeducandas como início e elemento desencadeador para o *envolvimento*. Assim como a condição como o *ser presa* é parte de ser envolvida, destino que elas esperam acontecer em algum momento da *vida no crime*, mesmo que não desejem. A cadeia, mesmo que seja a “cadeia” dos “menor”, é um entre os dois destinos possíveis – segundo a lógica criminal – sendo o outro o cemitério, a morte. E este, elas dizem não ter medo.

4.2 O valor da liberdade e o peso da prisão

Aqui não é o pior lugar do mundo, mas não é mesma coisa que tá na liberta...na casa da gente...fazendo o que a gente quer, né? A gente só dá valor quando perde (Diário de campo).

Nada é tão valorizado quando se está presa quanto à liberdade. Este saber é compartilhado por todas as interlocutoras, assim como expressa na fala supracitada de uma das colaboradoras da pesquisa que respondeu ao questionário. A liberdade, ou melhor, *a liberta*, não diz exclusivamente sobre o direito de ir vir, mas inclui os contatos com seus afetos sem dia pré-determinado, as roupas e acessórios que compõem a expressão da identidade, o consumo de drogas, o acesso a redes sociais, entre outros. São essas faltas que marcam a internação, principalmente os primeiros dias, por diversas ausências. A primeira delas, que se manifesta também fisiologicamente, é a abstinência pela descontinuidade do consumo de drogas. A intensidade do uso na *liberta* influencia as primeiras semanas na instituição. A insônia, irritação, dores de cabeça e agitação motora. São diversas as manifestações que o corpo revela sobre o consumo, mesmo sob negação em palavras por parte da adolescente. Quando é perguntado sobre os primeiros dias em privação de liberdade, algumas dizem não lembrar pois “*tava muito ripinada, tia. Lembro de nada, ó*” (diário de campo). Nas visitas que realizei nos dormitórios individuais, onde ficavam as adolescentes recém-apreendidas, testemunhei o olhar confuso, a agitação e a fala desorganizada quando se trata do uso dos comprimidos psicotrópicos.

Quando diz respeito ao consumo do crack, a chamada “pedra”, a negação do consumo é necessária para proteção moral. Nada que se faça pode ser tão estigmatizante entre elas do que ser uma “nóia”, como são nomeadas as consumidoras e consumidores desta droga. As demais substâncias não têm o mesmo peso e o uso é relatado como inevitável para ser uma *envolvida*. Quando as atividades diárias e a convivência com as demais socioeducandas e funcionários se mostram comprometidas mesmo com as intervenções, é feito encaminhamento para atendimento com psiquiatra que visita a unidade mensalmente. Este atendimento é um dos mais aguardados por elas, pois anseiam pelo “remédio pra dormir”. As que já fazem o acompanhamento, em sua maioria, querem o aumento da dosagem, o desejo é de dormir e despertar no fim da medida socioeducativa como dito de forma direta por uma socioeducanda que realizou atendimento por seis meses em 2019 até o seu desligamento da unidade:

Eu vou reclamar com aquela médica. Ela não quer aumentar meus remédios! Eu vou dormir oitos horas e acordo seis quando os instrutor do dia chega. Eu tenho é que dormir sete horas que é quando as enfermeira dão o remédio da noite e só acordar na hora do almoço pra ir pro curso. Por mim eu dormia e só acordava no dia de ir embora daqui. Eu não quero tá pensando como tá as coisa lá fora, na minha família, no meu marido. Eu tou aqui e não posso fazer nada pra resolver as coisa lá fora.

Há a indicação da outra ausência mais verbalizada pelas internas: a família. As falas das jovens as colocam em uma posição de responsáveis pelo núcleo familiar e manutenção do bem-estar e segurança dos parentes. Porém, como já exposto em capítulos anteriores, uma parcela considerável das adolescentes não residia com os responsáveis e possuía uma rotina mais vinculada a redes de amigos. A institucionalização representa o afastamento com a maioria dos vínculos estabelecidos na liberdade, sendo os familiares os únicos autorizados a estabelecer contato e essencialmente quem exerce a função materna assume lugar de supervalorização pela adolescente.

Ninguém tem amigo nessa vida, não. Só a minha mãe é minha amiga e tá comigo quando tou na pior...presa e sem dinheiro. É ela que vem aqui (Mirela).

A convivência limitada com a mãe antes da apreensão é reavaliada pela socioeducanda. A figura materna geralmente é, neste momento, a única que se dispõe a se fazer presente, portanto, é a primeira referência a ser resgatada no discurso das meninas.

A internação, seja ela provisória ou por um período mínimo de seis meses, é marcada por percepções dicotômicas. É vista tanto como uma experiência tão desagradável que a urgência é passar por isso sem vivenciá-la, como a interlocutora que tentou durante os meses na unidade ser medicada para se anestesiar de qualquer sentimento ou sensação. E é, também, lida como um ponto de ruptura com um modo de vida que precisa ser descontinuado e desencadeadora de sofrimento psíquico e até como salvadora.

Se eu não tivesse aqui, eu já tava era morta, tia. Foi um livramento (Diário de campo).

Às vezes eu penso que ainda bem que fui presa, sabe, Vitória? Eu tava indo pro caminho muito errado. Eu tava fazendo tanta coisa que tenho vergonha de fala tudo. Eu tava me perdendo demais. Vivia drogada se não fosse eu aqui sem usar nada, nunca ia conseguir parar pra pensar. Aqui não é como tá na nossa casa, né? Mas eu tenho é que agradecer de ter me mandado pra cá. Se intera? Tô sendo de verdade (Respondente do questionário).

Eu não me considero presa. Me considero tipo numa casa de reabilitação. Ficando longe das droga, essas coisa. Só parece que tou presa quando a gente tem que ficar no dormitório trancada de noite (Márcia).

Pra mim ficar aqui dentro...não é bom, né? Mas é um canto que você pensa. É a primeira vez e vejo que não quero mais mesmo. Se a pessoa pensar de verdade ela vê que essa vida não tem como. Ela pensa no sofrimento da sua mãe de ver a gente aqui (Paula).

Porque querendo ou não, aqui pesa. Você pensa na liberdade. Você pensa várias coisa, né. Pensa e aquilo fica na sua cabeça, né, aí você quer conversar com pessoas. Eu não confio nas pessoa, Vitória. Não confio ficar contando pras menina as minhas coisa. Aí, tipo, as vezes eu fico guardando tanto aquilo pra mim que mexe no meu psicológico, com a minha cabeça. Às vezes eu fico querendo me atrasar, querendo ficar na tranca sozinha. Taí, Vitória, ontem eu chorei tanto, chorei tanto que fiquei com dor de cabeça (Ayla Eloá).

Falam pra gente mudar, mas como muda tando presa? Tem dia que eu fico atribuladinha e querendo me atrasar, bater grade. Tem dia que você que é acabar com tudo. Morrer mesmo, mas depois passa. Ei sei que aqui eu tou tendo oportunidade que lá fora não tive de fazer curso, voltar a estudar, ir no cinema. O ruim é que não tenho visita e é por isso que tá pesando. Fico pensando que podia tá lá fora cuidando da minha vó, do meu irmão...mas eu tava lá fora e só vivia drogada e roubando no meio do mundo. Não fazia nada por eles. Só tou pensando em fazer porque tou aqui dentro e aqui a gente tem é tempo pra pensar. Se não fosse isso ia tá lá fora fazendo a mesma coisa. Eu sofro, mas eu sei disso (Júlia).

As falas em destaque expõem parte da contradição que é para a adolescente a experiência da privação de liberdade. Não há uma concordância entre elas sobre a internação e é inviável que exista. Como o estar presa é absorvido por elas é variável de acordo com diversos elementos. Inclui, entre outros, aspectos subjetivos de acordo como as vivências individuais, o tempo privada de liberdade, a participação/presença das figuras de referência e a expectativa para o fim da execução da medida. Júlia descreve duas percepções diferentes sobre a privação de liberdade de modo desencadeado. Primeiramente questiona a efetividade da prisão de adolescentes para depois citar aspectos construtivos da institucionalização. Márcia, em sua terceira internação por sentença, encara a instituição punitiva como um tratamento de saúde. Alef afirma que “*puxa de boa*”, após um ano e três meses na unidade e alimentando expectativa de receber uma resposta do juiz a favor do seu desligamento da unidade.

Para organizar as informações sobre as entrevistadas para o leitor, a Tabela 3 apresenta os dados sobre tempo em privação de liberdade na data da realização da entrevista (dezembro de 2019), quantidade de admissões na unidade (incluindo a atual), ato infracional e se recebe visita. O objetivo é expor a diversidade das condicionalidades que circundam a experiência de privação de liberdade.

Tabela 3 – Informações sobre medida socioeducativa das entrevistadas

NOME	TEMPO DE INTERNAÇÃO	QUANTIDADE DE ADMISSÕES	ATO INFRAACIONAL	RECEBE VISITA
Alef Yuri	1 ano e 3 meses	1	Homicídio	Sim
Anja	4 meses	2	Roubo	Sim
Ayla Eloá	3 meses	3	Roubo	Sim
Flor	2 meses	3	Posse de artefato explosivo	Sim
Júlia	7 meses	1	Homicídio	Não
Márcia	7 meses	4	Tráfico de drogas	Sim
Mirela	1 mês	3	Tráfico de drogas	Sim
Paula	1 mês	1	Roubo	Sim

Fonte: dados da pesquisa.

Ayla, após duas internações provisórias, três apreensões que não resultaram em medida socioeducativa em meio fechado, descumprimento de duas medidas em meio aberto e em cumprimento de internação após sentença da Vara da Infância e Juventude, nos descreve como as diversas passagens eram percebidas por ela de modo diferenciado. As apreensões anteriores compõem a bagagem experiencial para que a socioeducanda atravessasse a atual internação e mais longo período na instituição:

Assim, né, pelo o que eu tou aprendendo aqui dentro, no começo pra mim era ruim e ficava pensando “ai meu deus, eu não queria tá presa”. Pelo o que vejo agora, pelo meu pensamento eu tou só pagando pelo o que eu fiz. Eu fiz muito erro, eu já fiz muita gente chorar. Tudo que a gente faz...tudo que a gente planta a gente colhe. Eu fiz muito mal pros outro e eu tou aqui dentro só pagando. Antes né, quando era só 45 dias dia, eu num tava nem aí. Eu pensava “45 diziam. É mamão. Quando eu sair daqui vou roubar de novo”. Só falava pra minha mãe que ia mudar pra ela não ficar preocupada comigo, mas já pensava em errar de novo. Agora a sentença, né, nem que seja um pouquinho a minha mente tá mudando. Tá privada é ruim, é claro. A pessoa fica sem sua liberdade, a pessoa tá presa, tá perdendo a metade do seu ano presa, é...cumprindo uma medida, né? De você tá só no passatempo. De você não ter as suas coisa e tal. Eu penso pelo outro lado também. Que tudo é no tempo de deus e que eu tou aqui pagando pelo o meu erro. Eu errei, eu tenho que pagar. Ou eu pago de uma forma ou pago de outra. Eu não queria pagar na forma pior, que é a morte. Tou pagando na forma de sendo preso e tenho que aprender, né? Aqui eu já refleti todos os meus erros. Foi muito, foi pouco, não. Vitória, eu tenho 17 anos e eu já fiz cada loucura, cada babilônia...minha vida é tão grande, já foi tanta coisa que eu já vivi que as vezes eu fico pensando que eu sou meia doida, sei lá. Às vezes eu fico sem me entender, mas também tou tendo mudança na minha mente, eu tou aprendendo (Ayla Eloá).

O relato de Ayla retoma a condição fragilizada das vidas das meninas e mulheres na dinâmica criminal do Ceará, assim como o trecho da entrevista a seguir:

É atribulante...atribula a pessoa. A pessoa tem que botar na cabeça que a pessoa tá pagando por uma coisa que ela fez. Pagando pelo seu erro. Querendo ou não uma hora eu ia ter que pagar. Vai que eu não poderia pagar desse jeito, vai que eu poderia pagar morta. Porque eu tenho certeza que se eu tivesse passado mais um pouquinho na liberdade eu taria morta. Porque tava morrendo mais, mais, mais, mais e mais. Porque muito homem, né, não gosta de ver mulher crescendo na vida. Percebo vendo pelo o que tá acontecendo hoje em dia. Tem homem que mata mulher só pela ganância. Se homem mata outro homem pela ganância imagina se não mata uma mulher pela ganância (Anja).

Anja mostra mais uma dimensão do feminicídio no enquadramento das disputas dos coletivos criminais: uma suposta ascensão das mulheres no “mundo do crime”. Nenhuma outra interlocutora fez menção a esta disputa interna aos grupos de caráter essencialmente machista, mas referiram o aumento da participação de meninas nas facções. É um cenário diferente do descrito por Marinho (2004) nas gangues presentes nas áreas periféricas de Fortaleza, onde a presença de mulheres não era expressiva. Entre um dos fatores que podem influenciar nesta mudança, é a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, em espaços públicos e no maior incentivo para galgar posições de poder. Não ignorando a ainda presente desigualdades de gênero entrelaçadas por classe, raça, etc. As práticas ilícitas, em coletivos ou não, são ambientes majoritariamente masculinos, o quantitativo de apreensões e prisões para ambos os gêneros é uma representação disto. Porém, a persistência da condição de opressão das mulheres – principalmente negras e periféricas – não exclui que as meninas ocupem lugares que nos anos anteriores não eram comuns, mesmo que isto as exponham ao maior risco de morte.

Das (2011) discute que o eu feminino se constrói de acordo com padrões culturais dominantes, portanto, o contexto social não está completamente gravado nas subjetividades. Se as circunstâncias sociais se modificam, a própria mulher ou outros podem evocar uma definição diferente do que seria uma necessidade feminina. Dessa forma, a medida que as vidas dos indivíduos são definidas pelo contexto, também produzem novos contextos. As *envolvidas* seriam, então, influenciadas pelas mudanças no modo de fazer o crime nas periferias do Ceará, que afetam diretamente o cotidiano dessas jovens, que acabam por organizar suas rotinas em contextos violentos (DAS, 2012). Como também pelas transformações sociais impulsionadas pela luta por direitos dos movimentos

de mulheres, bem como pelo apelo capitalista de aquisição de bens de consumo e conquista de posições de poder. Esta conjuntura, sem excluir outros fatores, pode ter contribuído para a construção de uma nova subjetividade feminina e com o agenciamento das jovens.

Partindo da compreensão que a instituição socioeducativa possui caráter prisional (Almeida, 2010) e retomando a compreensão de margem desenvolvida por Das e Poole (2008), localizando a unidade de internação enquanto uma, mesmo que ela se configure como representação da tentativa do Estado em possuir o monopólio da violência. Padovani (2015) defende a concepção de margem colocando prisão (e aqui unidade socioeducativa) e periferias em relação “não por suas quebras ou por suas atualizações de uma pela outra, mas antes pelos processos de encadeamentos que as vinculam” (p. 16). Seguindo este caminho, o Aldaci Barbosa por mais que, enquanto unidade que baliza entre o viés punitivo e o educativo, seja o local onde adolescentes ficam temporariamente afastados do convívio social, ele não se aparta das áreas externas. A institucionalização não retira das socioeducandas a rua e suas vivências territoriais. A sua origem influi na convivência na instituição, nos afetos estabelecidos, assim como na vinculação com referências externas que atualizam constantemente a experiência da internação.

A instituição é uma margem e que se configura como um dispositivo necropolítico, observando a seletividade do perfil das adolescentes que dão entrada no Sistema Socioeducativo, demonstrando que as unidades privativas de liberdade têm por real objetivo a perpetuação do racismo, gerenciar pobreza, eliminação e afastamento da “juventude perigosa” dos “cidadãos de bem”. Não por coincidência, a privação de liberdade recorrentemente surge nas falas das socioeducandas como responsável por preservar suas vidas, assim como relataram Ayla e Anja no trecho anterior destacado. A instituição mantém a lógica de extermínio da juventude periférica, ao mesmo tempo é indicada por elas como um espaço que salva. Esta leitura por parte das próprias adolescentes e ainda mais dos familiares compõem a engrenagem para legitimar o uso do poder repressor estatal contra a juventude, ao invés de ser responsabilizado pela violação de direitos que contribuíram para a entrada de adolescentes no Sistema Socioeducativo.

Ser privada de liberdade é uma experiência que desencadeia crises, reações diversas, criações e adaptações. Não se passa pela prisão indiferente, e isto inclui socioeducandas, funcionários e pesquisadores. O cumprimento de medida em meio fechado é um evento crítico (DAS, 1996, 1999) para as adolescentes uma vez que ao ser uma circunstância provocada pela ação do Estado e que mobiliza os atores sociais a assumirem novas formas, produzindo efeitos diretos nos discursos, ações e corpos. Há uma ruptura da

continuidade temporal já que a vivência anterior é insuficiente para lidar com a perda da liberdade, como descreveu uma respondente do questionário durante a aplicação:

Quando eu tava lá fora eu tirava era onda achando que puxar FEBEM era mamão. Quebrei foi minha cara, ó. As vez tenho um desespero porque não sei o que fazer...quero sair logo daqui. Isso nos primeiro dias. Agora que tá passando meus 45 dias eu tou conseguindo pensar no que vou fazer, colocar minha cabeça no lugar. Não tem como a pessoa entrar e sair do mesmo jeito. Seja pra bom ou pra ruim. Mesmo que a pessoa volte por fazer coisa errada, sempre tem uma coisa que muda. Mesmo que seja pra dar uma de bichona lá fora que já foi presa e tal. Eu não quero ser assim, mas tem menina que leva desse jeito.

A partir de eventos críticos surgem formas de agenciamento e ressignificação do sofrimento, que não é só destrutivo, em cotidianos que possibilitam a criação de uma narrativa de reparação. Neste caso, pode ser apresentada pelo discurso que algumas adotam indicando a medida socioeducativa como propiciadora de reflexão e novas oportunidades de formação educacional. Há também as que seguem pela resistência na negação que o Estado, na figura da unidade socioeducativa, tenha alcançado o objetivo de controle sobre elas por meio de um poder disciplinador. No discurso de uma parte das socioeducandas reincidentes, surge uma manifestação de uma lógica de autorresponsabilização, em que o encarceramento passa a ser compreendido como consequência de uma ação individual:

Eu fui fazer coisa errada por que quis. Sabia que podia ser presa e mesmo assim fui fazer. E fui fazer mais de uma vez, né? Antes eu colocava a culpa nos policial que me pegava, nas vítima que dava parte e não via que era eu que tava roubando. Quem rouba tem que ser preso, né? (Diário de campo)

Assim, eu tou cumprindo um erro meu, né? Se eu tivesse ido assinar eu não tava aqui. Claro que ninguém gosta de tá aqui, mas é bom porque...aqui ó, a gente tá cumprindo medida socioeducativa, mas a gente tem várias oportunidade (Flor).

É ruim, né? Melhor é a liberdade, mas é a vida. Eu tou cumprindo uma coisa que eu fiz (...). Já tou consciente...tem como puxar (Mirela).

A responsabilização é um dos objetivos da medida socioeducativa, como disposto no SINASE (BRASIL, 2012), contudo, na prática, este conceito é interpretado e implementado na culpabilização de socioeducandas e socioeducandos. Esta lógica que rege o sistema não é exclusiva do Ceará, sendo perceptível em outros Estados por meio das pesquisas de Almeida (2010), Arruda (2011), Malvaci (2012) e Diniz (2017) em São Paulo, Bahia e Distrito Federal. O discurso de atribuir exclusivamente ao adolescente a responsabilidade pelo ato criminoso, se apresenta como uma apropriação do Estado do

sofrimento dessas jovens, conduzindo-as a uma nova violência, submetendo-as à sua própria lógica e, mediante tal operação, consegue legitimar-se (DAS, 1996, 1999).

Na existência da razão culpabilizante, outra ganha espaço oferecendo suporte para lidar com o peso consequente: a religião. A referência religiosa, seja pelas falas, tatuagens com o nome “deus” ou imagem de terço, por mais que a princípio possa parecer incompatível com o “mundo do crime”, estabelecem proximidade e não oposição. Basta lembrar que a filiação a uma religião é a única alternativa aceita pelos coletivos criminais para desvinculação do grupo. Destaca-se, precisamente, a presença da religiosidade evangélica tanto no Sistema Socioeducativo, como no penitenciário (DIAS, 2006). No Aldaci Barbosa, apesar da presença de grupos ligados à igreja católica e a fé espírita, estas são a minoria diante das igrejas pentecostais. Os chamados cultos ocorrem principalmente aos fins de semana e de forma pontual em dias da semana. O ECA e SINASE abordam o direito à assistência religiosa e o respeito às crenças religiosas.

Não é obrigatória a participação nas reuniões que ocorrem no pátio da unidade. Contudo, este é um momento aguardado pelas jovens, principalmente as que não recebem visita, pois se apresenta como uma oportunidade de sair do dormitório no dia de sábado. Além disso, o discurso religioso é utilizado como suporte para enfrentamento do período de internação, para atribuir sentido às vivências anteriores e conferir a outrem a responsabilidade de “mudar de vida”. Essas conclusões se fazem presente nas falas das adolescentes registradas no diário de campo, além dos trechos de entrevistas já expostos:

Se Deus quiser eu vou mudar de vida.

Quando sair aqui eu vou é pra igreja.

Foi um livramento de Deus eu ter vindo pra cá, senão ia tá é morta ou não ia parar de fazer coisa errada nunca.

Quando tou triste eu oro logo e leio a bíblia pra passar.

Deus tem um proposito pra mim, né? Se eu sair daqui e tiver que mudar é porque ele quer. Tá no plano dele.

A presença das igrejas ocupa destaque na rotina da unidade socioeducativa, inclusive com a presença de objetos religiosos, como bíblia nos dormitórios e o uso do terço pela maioria das adolescentes. Apesar de este último objeto ser um símbolo do catolicismo, as jovens não realizam essa diferenciação. Sobre algumas unidades masculinas, correm comentários que igrejas teriam até uma sala própria para realização de

cultos. As instituições religiosas buscam nos sistemas de privação de liberdade uma conversão dos indivíduos, uma transformação nos valores, crenças e modo de interpretar acontecimentos. Inclui o abandono de práticas anteriores de caráter ilícitas e a entrada em um novo mundo (DIAS, 2006).

Em campo observei que o discurso religioso ocupa centralidade nas falas das socioeducandas, não sendo um comportamento adotado apenas na privação de liberdade, mas também comum nas vivências comunitárias e na instituição socioeducativa esta ligação espiritual se fortalece. As adolescentes que reincidem, em sua maioria, descrevem que no período *na liberta* até frequentam eventualmente cultos religiosos, mas o intento de filiação não se sustenta. A descontinuidade do planejamento ocorre por alguns motivos, que vão desde a perda de interesse em assumir o compromisso junto a uma igreja, a vontade de continuar com algumas práticas desaprovadas pelo núcleo religioso, como frequentar festas e uso de drogas, pela orientação sexual homoafetiva não ser aceita pela igreja ou o retorno às atividades na facção.

Nem toda socioeducanda se interessa pela atividade religiosa, os apontamentos realizados dizem respeito sobre uma parcela significativa que em maior ou menor grau, temporariamente ou não, se identificam com as religiões pentecostais.

Retomando sobre o peso da privação de liberdade, as interlocutoras indicam que a rotina institucional torna a medida mais cansativa e potencialmente adoecedora:

Minha vida aqui é até boa. Todo dia a mesma coisa, às vezes abusa. Mudaria a escola porque não gosto de estudar e queria não ir. Ruim ficar trancada, não aguento mais. Se não quero ir pra escola tenho que ficar no dormitório sem sair. Dar é raiva na pessoa isso (Márcia).

Minha rotina aqui...não vou mentir que tenho muita oportunidade de fazer curso e estudar. Mas todo dia é a mesma coisa. A pessoa faz é ficar doida. Os instrutor no fim de semana faz jogo, aí tem culto e isso distrai nossa mente. Já saí pra passeio lá fora. O problema é que se você faz qualquer coisinha já fica de comissão e os instrutor já começam a dizer que vai pro nosso relatório (Júlia).

Aqui minha rotina é sempre a mesma. A gente acorda, vê filme, depois vai pro passatempo. É que tá de férias das aulas, né. Quando começar a sala de aula, a gente vai pra sala de aula. Tipo assim, eu gosto de sair...ficar no dormitório a gente fica pensando na vida né. Todo dia é um pensamento diferente, né. Todo dia é um pensamento de mudança e um pensamento negativo. (...) Eu queria fazer um curso pra aprender uma coisa diferente. Pra ver se eu consigo gostar. Tem uma coisa aqui que eu não acho justa. Às vezes uma menina faz uma coisa aqui e não acontece nada, ela não fica recolhida. Aí outra faz e vai pra comissão. Eu queria que fosse justo pra todo mundo (Ayla Eloá).

A rotina é diretamente relacionada às regras institucionais. O não cumprimento dos horários e atividades pré-estabelecidas acarretam punições previstas no Regimento Interno. Outros comportamentos são passíveis de controle, principalmente a forma de expressão verbal e exercício da sexualidade. As gírias, o tom de voz, os relacionamentos afetivos construídos entre as socioeducandas são frequentemente alvo de repressão por parte dos socioeducadores que convivem diariamente e diretamente com elas. Ayla denuncia que o sistema de regras e sanções não se aplica na mesma proporção a todas socioeducandas. Fato que observei em campo. Adolescentes que apresentam comportamentos de obediência às regras da unidade, com poucos episódios de alteração emocional, se comunicam com volume de voz e palavras amistosas com funcionários, tendem a ter suas ações transgressoras minimizadas e privilegiadas para participação de atividades de lazer e culturais. Outras socioeducandas que já possuem histórico de períodos de maior dificuldade na convivência com as demais adolescentes, funcionários e se portando de maneira instável ficam por um longo período estigmatizadas mesmo que apresentem comportamentos esperados nas regras institucionais. Como presenciei (mais de uma vez) movimentação dentro de um dos dormitórios com “bater de grades” e a adolescente que protagonizou o conflito não foi indicada como participante, enquanto a colega de dormitório, dona de um currículo extenso na comissão disciplinar, ser apontada como a “cabeça” da transgressão, mesmo sem ter participado. Testemunhei em um dos horários dedicados exclusivamente à pesquisa na unidade uma ocorrência com Ayla, em que o coordenador de segurança duvidou aos gritos da participação da interlocutora: *“Eu tenho é certeza que tu tava nisso, dona Ayla! Tu pensa que me engana? Aqui não é tua casa pra se comportar desse jeito”*.

A instituição socioeducativa se encontra na tensão entre punir e recuperar. A tentativa de adoção de uma intervenção educativa se confronta com ações baseadas no autoritarismo que se aproxima ainda mais este sistema ao penitenciário, por mais que preserve algumas diferenças. Almeida (2010) em sua pesquisa sobre a experiência da internação socioeducativa em São Paulo, descrevendo como a submissão à ordem interna da instituição conta favoravelmente para a avaliação semestral⁵² enviada por meio de relatório para o judiciário. A obediência à dinâmica institucional é, assim, a principal fonte de indícios sobre a mudança de comportamento do adolescente. Sendo a adoção de

⁵² No caso da internação e semiliberdade. A internação provisória é enviada relatório sobre o comportamento dos primeiros 30 dias de medida e contexto sociofamiliar. Na prática pouco conta para a avaliação do juiz da vara que investiga o processo, eles tendem a avaliar a gravidade do ato e o histórico de reincidência para deliberar sobre uma medida em meio fechado ou não.

condutas esperadas na instituição o meio de conseguir o desligamento em menor período de tempo. Dessa forma ocorre manipulação pelos socioeducandos que podem seguir as regras exclusivamente para saírem no menor tempo possível da unidade, assim como indica Malvaci (2012) no que descreve como performance da submissão, que se modifica de acordo com o contexto, conferindo ao jovem a capacidade de manipular o sistema.

Este cenário não se diferencia ao presenciado no Aldaci Barbosa⁵³. O bom cumprimento da medida se atém prioritariamente à obediência das regras da unidade e adoção de comportamento dócil por parte da adolescente. Praticamente desconsiderando as oscilações que ocorrem na privação de liberdade de sujeitos em pleno desenvolvimento e subestimando a capacidade das socioeducandas em se portar de acordo com a expectativa institucional visando o que mais lhe interessa, que é sair da unidade. Quando a jovem não age conforme o esperado, o relatório é utilizado como moeda de troca e ameaça:

Se você não fizer mais isso, não vai pro relatório (socioeducador).

Eu vou dizer para colocar esse teu comportamento no relatório. Quero ver se tu sair (socioeducador).

Continua assim que vai pro teu relatório e tu não sair, não (socioeducador).

Todas as falas foram flagradas por mim quando os funcionários não perceberam a minha presença. Por mais que verbalizasse a minha posição como pesquisadora, sempre fui vista por eles como uma integrante da equipe técnica, responsável pela escrita dos relatórios. Estes tipos de fala já foram ditos em outras ocasiões de forma intencional na presença da equipe técnica e direção, mas há uma tendência em evitar este tipo de posicionamento diante de testemunhas devido ao seu viés proposital de ameaça.

Pontua-se que a relação entre socioeducandas e funcionários não se limita aos jogos de regras, com intimidação e disputa de força. Trata-se de uma convivência que apresenta tensões, afetos e será alvo de maior descrição e análise.

⁵³ Há semelhanças e diferenças entre os sistemas do Ceará e São Paulo. Nas unidades do Sudeste há maior rigor, por exemplo, acerca da postura que o adolescente deve caminha pela instituição, sempre “formados” (mãos para trás e em fila indiana) como descreve Almeida (2010). Aqui, na unidade feminina, isto não é adotado, apenas o deslocamento em fila quando ocorre em grupo. As internas do Aldaci Barbosa andam até de braços dados com os socioeducadores e param no caminho para conversar com outra jovem, mesmo que não seja autorizado. Uma adolescente oriunda de São Paulo e com histórico de cumprimento de medida em seu Estado de origem, nos primeiros dias na unidade só andava “formada” e se referia aos funcionários por “senhor” e “senhora” causando estranheza para as demais jovens e corpo de funcionários. Descreveu ser esta a conduta cobrada nas unidades femininas de São Paulo. Nas unidades masculinas do Ceará, adota-se o modelo paulista de mãos para trás.

4.3 As relações de amizade e inimizade

A privação de liberdade não é marcada exclusivamente por adaptação a regras e oscilações discursivas entre acesso a oportunidades de formação profissionalizante e sofrimento pela impossibilidade de conviver com rede familiar e comunitária. O Centro Socioeducativo é formado por pessoas (adolescentes, familiares e funcionários) e, portanto, incluem afetos, relações e sistemas de valores.

Como já iniciado há pouco, as relações que adolescentes estabelecem com o corpo de funcionários é multifacetada e com diversas nuances. As socioeducandas dividem os socioeducadores, a quem costumam chamar de instrutora/instrutor, entre os que estabelecem diálogo com elas e os que as tratam com distanciamento:

Eu gosto de conversar com os instrutor. Tem uns que conversam é muito com a gente, dar conselho e se preocupa com a gente. A noite que a gente não consegue dormir é bom conversar. Agora tem uns e outro que só falam ignorante com a gente. A gente pede água ou um remédio eles falam ignorante. Parece que se faz de doido (Diário de campo).

A pessoa que contei que sou batizada aqui foi o Vando [socioeducador] porque ele é que me entende lá embaixo. Eu sempre converso com ele quando tou atribulada (Ayla Eloá).

Tem os instrutor que a gente conversa quando tá atribulada com a mente fraca. Não é todo mundo que eu gosto de falar e que sabe escutar a gente sem ficar fazendo ameaça ou brigando (Júlia).

Os socioeducadores são responsáveis por servir as refeições, entregar os produtos de higiene no horário estabelecido, acompanham as atividades externas à unidade, permanecem nas salas de aula e oficinas, são responsáveis por fazer o deslocamento das adolescentes dentro da unidade, realizam as revistas (apenas as socioeducadoras), elaboram atividades de lazer nos fins de semana, mediam conflitos assim que emergem, entre diversas outras atividades. Devido à intensidade da convivência, são esses profissionais que estabelecem relação mais próxima com as internas e isto proporciona a construção de vínculos afetivos e, da mesma forma, o tensionamento dessas mesmas relações.

Observei que os funcionários de longa data tendem a se posicionar ocupando lugares parentais. Alguns são conhecidos na instituição como “pai” e “mãe”, posto nesta localização pelas próprias adolescentes ao exercer funções que elas associam a esses papéis. A funcionária que é chamada de “mãezinha” hoje trabalha no setor da gerência e coordena a distribuição de insumos e materiais da unidade. Atuou como socioeducadora

por quase dez anos até o processo de seleção pública do Estado ser realizado em 2017 e foi desligada da unidade. Retomou um ano depois contratada pela Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua no Centro do modelo de gestão compartilhada adotado pelo Sistema socioeducativo no Ceará. Desde o período como socioeducadora já era conhecida como referência materna e no seu retorno ao Aldaci Barbosa não foi diferente. Diariamente visita os dormitórios para conhecer as demandas das socioeducandas e conversar oferecendo conselhos, realiza mudanças no cardápio das refeições de acordo com as solicitações das jovens, presenteia algumas e intervém em aplicação de medidas disciplinares. Não me proponho a realizar análise valorativa sobre a atuação da funcionária, mas indicar que ela performatiza a referência de ser mãe que a maioria das adolescentes possui ou idealiza ao se esforçar em suprir as necessidades afetivas e materiais.

A representação da paternidade é atribuída a um dos coordenadores de segurança⁵⁴ que concentra para si a responsabilidade e poder de impor as regras institucionais e cobrar o seu cumprimento por meio de gritos:

Você tá achando que tá na sua casa pra se comportar desse jeito? Aqui você não vai conseguir as coisas desse jeito. Vai ser do jeito que eu tou falando que é pra ser. Sou eu que decido isso!

Este é um exemplo dos tipos de intervenção realizada pelo funcionário para que as adolescentes cumpram as normas da instituição como se fossem elaboradas por ele. Esse tipo de comportamento é atribuído à função paterna, assim como revela uma interlocutora depois que presenciei uma dessas recorrentes situações ao descer para acompanhar atividade de lazer no “passatempo”: “*Ele tá achando que é meu pai pra gritar desse jeito?*”.

A postura agressiva e impositiva é intercalada por momentos de demonstração de cuidado em que promete diminuir tempo em medida disciplinar, abrir concessões às regras, facilitar consultas médicas para parentes das adolescentes e até interferir em áreas que não possui influência, como a marcação de audiência na Vara de Execução. Os relatos das socioeducandas elucidam que essas ações acabam por funcionar como moeda de troca e jogo de afetos ambíguos que aproximam a relação com o coordenador de segurança com a relação parental, tendo como referência a figura masculina que demonstra amor pela violência:

Ele é como um pai. Ele grita, mas depois faz as coisa pra gente e conversa pra resolver nosso problema. Acho que ele grita porque se preocupa com a gente,

⁵⁴ É um socioeducador que possui cargo de coordenação do plantão do dia.

né? Para gente fazer a coisa certa, é pro nosso bem. É tipo a nossa família que briga porque se preocupa (Diário de campo).

Além das relações que se assemelham às dinâmicas familiares, há as que são marcadas quase exclusivamente por conflitos e desentendimentos. Alguns socioeducadores se queixam como são tratados pelas socioeducandas, principalmente com o uso de palavras que indicam agressividade e denunciam uma suposta cultura de permissividade na unidade. Uma funcionária depois de um desses episódios em que se sentiu ofendida por uma adolescente, desabafou:

*Vocês não sabem como são essas meninas. Lá em cima é boazinha, mas a gente sabe o que elas fazem aqui embaixo.*⁵⁵*Elas fazem o que querem e depois não acontece nada* (socioeducadora).

Esta interpretação parte do pressuposto de que as jovens possuem apenas uma forma de expressão, sendo a única “verdadeira” que tem de se relacionar e todas as outras maneiras são invalidadas, portanto, seriam apenas manipulações para conseguir o que desejam. Contudo, elas se comportam e demonstram afetividade de jeitos distintos para cada espaço de convivência que observei: com a família, entre elas, com equipe técnica, direção da unidade, professores e perante autoridade judicial. Cada um desses ambientes possui representações diferentes para as jovens e, conseqüentemente, demandam posicionamentos e posturas que se apresentam como divergentes. Afinal, quem possui os mesmos comportamentos com amigos e diante de uma autoridade jurídica com o poder de deliberar sobre sua liberdade? É esperado das socioeducandas reações que dificilmente ocorrem com adultos em contextos não estigmatizados e a constante performance de submissão (MALVACI, 2012) com expressões faciais, vocais e gestualidades corporais de resignação somadas à obediência sem questionamento das normas instituídas.

As relações construídas com os professores de esporte, oficina de música e dança, curso profissionalizante e escolarização são muito valorizadas por elas. Os educadores estabelecem ligação através de muito diálogo com as jovens que compartilham com elas (essas profissionais são mulheres em sua maioria) histórias de suas vidas e angústia de estar presa e a identificação com uma nova atividade, seja no esporte, curso profissionalizante, dança ou música. Durante quase todo o primeiro ano de Alef Yuri na unidade foi marcado pela dificuldade na convivência com as socioeducandas e momentos de agressividade com funcionário. Ao frequentar as aulas de música (violão, teclado e

⁵⁵ A referência “lá em cima” refere aos integrantes da equipe técnica e direção, pois é no andar superior que se localiza as salas destes setores. O “embaixo” indica a área térrea da unidade, onde ficam os dormitórios.

canto) logo começou a se destacar e por diversas vezes saiu para se apresentar em eventos do Estado e nas unidades masculinas. Anteriormente, a saída de Alef era algo sempre cercado de muitos procedimentos de segurança e evitado sempre que possível, até quando se tratava de consulta médica. Ele descreve a atividade como “*uma coisa que me acalma e me ajuda a colocar a cabeça no lugar. Eu tenho muito pra agradecer pro meu professor*”.

Flor também revelou que na unidade desenvolveu novo interesse, mas por atividade ligada ao esporte, o vôlei, e afirmou o interesse de seguir treinando no esporte após retornar para casa. Ainda sobre o esporte, uma das socioeducandas da internação, 15 anos e já tendo cumprido duas semiliberdades e uma internação anteriores, com a chegada de uma nova professora de esporte, que já tinha exercido a função de socioeducadora na unidade, começou a treinar futebol no Clube Tiradentes, localizado ao lado da unidade. No fim de 2019 foi convidada por um olheiro para treinar no Fortaleza Esporte Clube. Outras adolescentes demonstraram interesse pelo esporte, antes ligado exclusivamente à figura masculina, se estruturando como projeto de parceria entre as instituições Clube Tiradentes e SEAS.

A relação com professores dos cursos profissionalizantes, principalmente de cabeleireiro⁵⁶, de modo recorrente é descrita pelas jovens como de muita proximidade, mesmo com a mudança de profissionais este tipo de vinculação se repete. A formação é parte de uma área que a maioria se identifica e com aulas diárias, o que pode ser facilitador desta aproximação. A professora do curso se vincula até com as que não são alunas, mas frequentam a sala como modelo para as que são matriculadas possam aplicar as técnicas aprendidas. Uma vez por semana é o dia liberado para que as socioeducandas utilizem o espaço e material do curso para realizar autocuidados estéticos – dia muito aguardado e disputado por elas –, a professora participa destes momentos, o que também fortalece a relação com as adolescentes.

Deve ser destacado que esses professores, contratados via OSC, não passam por nenhuma formação para atuar na unidade e se deparam com uma experiência muito diferente de ensinar ao que conheciam, tendo que se adaptar a normas de segurança e a especificidades de trabalhar com adolescentes privadas de liberdade. O preparo do profissional deveria incluir não apenas questões de segurança ou aspectos metodológicos de transmissão de conhecimento, mas também sensibilização para desconstruir preconceitos

⁵⁶ Este é um dos principais cursos da unidade por possibilitar, na percepção das próprias adolescentes, uma fonte de renda autônoma e que permite trabalhar em casa, sem precisar de expor ao risco de morte nos deslocamentos pela cidade.

sobre esta suposta “juventude perigosa”. Acompanhei brevemente os primeiros dias do professor de música e da professora do curso de cabeleireiro e vi o receio e medo em gestos e olhares marcando a convivência com as meninas. Poucas semanas depois, essa relação se apresentava bem diferente com a postura mais relaxada, mas com a atenção necessária, como o muro que os separava de suas alunas tivesse ruído. Anja em sua entrevista relata sobre este tipo de mudança dos profissionais:

Os funcionários que a gente convive é cidadão e a gente tira aquela coisa da pessoa... os professor, os instrutor as tia de cima que a gente não vale a pena, que a gente não presta. Acho que muda a visão do que a gente é.

Se os laços com professores de oficina e cursos profissionalizantes, frequentemente os tornam figuras de referências, o mesmo não costuma ocorrer na mesma intensidade com os educadores responsáveis pela escolarização. Estes educadores são respeitados pelas adolescentes, porém há uma troca de profissionais todo ano letivo por determinação das Secretarias de origem, somado ao histórico conflituoso que as alunas possuem com a instituição escolar, isso acaba por interferir na vinculação com os educadores, uma vez que o contato com o novo se reinicia.

Já com a equipe técnica, da qual faço parte, ao que pude perceber, sabendo do desafio de realizar esta análise, é que há uma relação de confiança estabelecida. Uma vez que estes profissionais intervêm a favor das adolescentes em questões disciplinares, informam e tiram dúvidas sobre o andamento do processo judicial, entram em contato com a família, escrevem o relatório que devem orientar a decisão do juiz, entre outras atividades que são essenciais para o cumprimento da medida. Porém, a centralidade do relatório avaliativo acaba por intermediar esta relação, como relatou Ayla durante a entrevista ao confessar que sempre desejou me contar que era batizada na facção, mas tinha medo de que isso constasse no documento enviado para o judiciário, conseqüentemente, prejudicando sua avaliação e retardando o seu retorno para casa. Diversas interlocutoras, no questionário e entrevista, revelaram informações que não tinham sido compartilhadas comigo enquanto técnica socioeducativa. Outros pesquisadores da socioeducação como Almeida (2010) e Malvaci (2012) expõem dinâmica relacional semelhante em São Paulo em que “por mais que manifestassem vínculos de confiança, a relação foi mediada por um *modus operandi* do projeto institucional que demanda adesão à mudança comportamental exigida pelo juiz” (MALVACI, 2012, p. 185). Portanto, o técnico se coloca como profissional da psicologia ou serviço social que deve seguir uma conduta ética do ofício, porém, a função esbarra nas demandas institucionais atribuídas ao cargo.

Os relacionamentos descritos com diferentes funcionários de acordo com suas funções compõem um enlaçamento de vínculos que não são opostos, mas possuem peculiaridades. Os profissionais são testemunhas dos amores, rompimentos, amizades e rivalidades presentes na convivência das socioeducandas. Como já relatado em outras partes deste texto, as adolescentes frequentemente namoram entre si, mesmo sob proibição da unidade, independente da orientação sexual e dos relacionamentos exteriores ao Centro Socioeducativo. Uma parcela das relações não ultrapassa o toque de mãos dadas no horário de “passatempo”, conversas, relação de companheirismo e trocas de juras de amor, como é chamado de “trocar ideia”, mas sem ocorrer contato físico sexual. Isto se deve à supervisão dos socioeducadores que intervêm quando percebem que os toques são intencionados. Outros casais conseguem driblar a supervisão e trocam beijos nos horários livre no pátio, eu mesma ao olhar para a quadra quando estava no andar superior da unidade, portanto, sem ser notada por elas, flagrei beijos e carícias trocadas rapidamente quando os funcionários se distraíam.

As adolescentes que dividem o mesmo dormitório, principalmente as *cocotas*, quando iniciam uma relação, escondem o fato para que não seja realizada a troca pela equipe de segurança, separando assim o casal. Nestas situações, com a cumplicidade das demais colegas que dividem o cômodo-cela, mantêm relações sexuais. O namoro perdura até que ocorra um desentendimento entre o casal ao que as demais denunciam com tom de escárnio “Agora acabou a lua-de-mel!”, esclarecendo que todas as ocupantes de outros dormitórios sabiam da relação, mas não revelavam por acordos de convivência entre as internas.

Os *cabrões* raramente se relacionam entre si, reproduzem um padrão do homem heterossexual em que ter relações com outro cabrão seria uma mácula na sua masculinidade. Quando ocorre relação entre colegas de dormitório, é exclusivamente sexual e caso seja descoberto pelas socioeducandas de outros dormitórios, vira alvo de piada. No período de realização da pesquisa etnográfica, tomei conhecimento de duas situações assim. Na primeira delas lembro-me claramente de quando um *cabrão* chamou outro de “viadinho” por ter sido “comido” por um colega com quem dividia o dormitório. Socioeducando que foi colocado numa posição de inferioridade ao ser comparado com um homem homossexual, constantemente era descredibilizado em sua identificação com o masculino. Esta é uma entre as diversas manifestações da masculinidade violenta, machista e homofóbica.

No Aldaci Barbosa ocorre a primeira experiência homoafetiva de muitas adolescentes como Márcia e Júlia. A primeira narrou que em sua primeira admissão na unidade começou a “trocar ideia” com outra menina. A partir disso ela estava, então, “casada”. Nesta primeira passagem apenas deu *uns beijo quando os instrutor não tava vendo* e ao retornar para Sobral estava decidida a *experimentar ficar com mulher*. Nas outras passagens pelo Aldaci Barbosa namorou e casou com diversas *cocotas e cabrões*, sem deixar de se relacionar com homens também e, em um desses namoros, engravidou da sua primeira e única filha. Um dos cabrões com quem *casou* na unidade foi morar com Márcia, companheiro e a filha do casal, mantendo um relacionamento escondido dos demais moradores da casa por alguns meses até o caso extraconjugal terminar. Nesta internação, recebe visita do marido e por receio que a autorização seja suspensa nega o namoro com outra jovem. Júlia, amiga de Márcia desde a *liberta*, já casou e descasou algumas vezes no Aldaci desde sua chegada, geralmente elege os *cabrões*, o que é comum entre as jovens primárias heteroafetivas, que buscam uma referência masculina para relacionamento.

Outras adolescentes já haviam tido pelo menos uma experiência com uma mulher antes de entrar no Aldaci Barbosa. Assim como Anja, que diz já ter “ficado” com outra menina, mas não tinha sentido desejo de estabelecer relacionamentos posteriores.

Eu gosto só de homem, mas já fiquei com mulher lá fora quando tava beba. Aqui dentro troco ideia com as cumade, mas é só pra passar o tempo. Eu gosto só de homem (Anja).

Anja não sente sua orientação sexual questionada ou ameaçada por estabelecer relacionamentos com outras meninas da unidade. Não se interessa por ter contato físico com outras mulheres, mas a dinâmica de troca de bilhetes, alguém que lhe diga “bom dia” pelo corredor, escreva a inicial de seu nome no braço e seja companhia no horário livre no pátio contribui para preencher o tempo ocioso e dinamizar a rotina institucional. Já Paula reage negativamente quando é perguntado sobre namorar como outra socioeducanda: “*Naaam, tia, nem de mulher eu gosto!*”. As observações em campo indicam que as socioeducandas, assim como Paula, que não estabelecem nenhuma relação afetiva-sexual com outra menina são minoria na unidade. Dados do questionário revelam que menos da metade (40%) das respondentes se relacionam exclusivamente com homens, mesmo quantitativo de meninas que dizem namorar tanto homens como mulheres e 20% exclusivamente com outras meninas. Portanto, 60% afirmaram se relacionar com outras mulheres. Entre as que responderam manter relações apenas com o sexo oposto, incluem

meninas como Anja, que “trocam ideia” com outras socioeducandas, mas não entendem isto como relacionamento afetivo.

Para Flor, Mirela, Alef e Ayla que já namoravam outras mulheres na liberdade – sendo Ayla a única que se identifica como bissexual e as demais como lésbica, inclusive Alef – a vivência de relacionamentos dentro da unidade ocorre mais facilmente e se torna fonte de preocupação para as namoradas e companheiras que ficam na *liberta*. Unidades femininas possuem fama pela recorrência das experiências homoafetivas, como indicam outras pesquisas tanto no socioeducativo como no sistema penitenciário (ARRUDA, 2011; PADOVANI, 2015). Contudo, as adolescentes que possuem namorada/companheira fora da unidade tendem a ser mais fiéis ou a retardar para estabelecer uma relação dentro do Centro Socioeducativo. Quem possui namorado/companheiro, não costuma se furtar dos amores do Aldaci sob o argumento comum de acreditar que já estão sendo traídas por eles. Atribuem o comportamento masculino a uma suposta natureza infiel, o “homem é assim mesmo”, ao passo que utilizam este pressuposto para justificar outras experiências afetivas na instituição.

A maioria dos namoros dura poucas semanas, de maneira que se torna difícil acompanhar as trocas de casais, rompimentos e reaproximações. Outros romances podem durar meses – a depender do tipo de medida socioeducativa de cada uma – e ser “levado para a liberdade”. As histórias de amores e desamores costumam seguir percurso similar. O “trocar ideia” é expressão comum para descrever os relacionamentos entre elas, é o que marca o início do relacionamento. Uma convida: “Bora trocar ideia?”, o aceite é seguido do “agora tu tá casada, viu?”, devendo então fidelidade a “sua mulher”. Demarcando a outra como sua, um corpo objetificado. No decorrer do namoro, durante as primeiras horas da manhã,⁵⁷ o casal troca um “bom dia, meu amor” entre as grades dos dormitórios. Caso a distância entre os cômodos não permita o diálogo, uma amiga que esteja em um intermediário repassa a mensagem. O casal, não raramente, marca no braço ou outra parte do corpo a letra inicial do nome da amada com algum objeto pontiagudo que forme um corte e posteriormente cicatriz. Utilizam, para isso, por exemplo, clipes que pegam escondida da sala de aula ou até grampos que prendem as cerdas da vassoura que lhe são cedidas momentaneamente para realizar a limpeza do dormitório. No caminho ocorrem brigas por ciúme e tentativas de controle da namorada, como proibição de participar de

⁵⁷ Nos dias que chegava à unidade horas antes do início do meu expediente como técnica para acompanhar a troca do plantão noturno para o diurno, presenciei esses momentos, o que tornam os corredores bastante barulhentos, pois as socioeducandas também chamam os funcionários para realizar alguma solicitação referente aos produtos de higiene ou café da manhã.

algum curso, saída externa ou ir para ao *passatempo* desacompanhada. Caso uma adolescente “casada” na unidade *troque ideia* com uma solteira, esta última que é responsabilizada e recebe a pecha de “boca de prata” e como penalidade pode ir para o “fechado”. Quando a relação se esgota, uma manda o recado para a outra: “tá sossegado!”. E assim termina o namoro.

Um registro importante dos amores são os “catataus”, correspondência não autorizada⁵⁸ pela equipe da unidade, trocados entre elas ou enviadas para liberdade, seja entre casal ou não. Os escritos são produzidos escondidos em sala de aula ou no dormitório quando uma das adolescentes do dormitório consegue passar pela revista individual com uma caneta ou pedaço do grafite do lápis⁵⁹ após atividade de escolarização ou depois do atendimento técnico. São utilizados os papéis que são trazidos pela família para a confecção dos origamis e que podem ficar no dormitório. O “catatau” é entregue quando o casal participa de atividade em comum e ficam escondidos em partes do corpo até passar pela revista individual. Nos bilhetes proibidos são registradas juras de amor eterno, promessa de continuidade na liberdade, trecho de músicas românticas, compromisso de fidelidade, desenho do coração com as iniciais do casal e promessas eróticas a serem cumpridas quando estiverem juntas fora da unidade.

Padovani (2015) descreve as cartas na privação na prisão como mais que mensagem escrita, são objetos de afetos, compondo redes de relações e reciprocidade, conectando o dentro e fora das unidades no emaranhado de múltiplas formas de relacionar-se. No Aldaci Barbosa o *catatau* é também registro da palavra que foi dada e que pode ser cobrada depois, principalmente quando é dada para a família com promessas de mudanças. Já para os amores, a mesma carta poucas semanas depois se apresenta como distante da realidade. Alef ao reler um *catatau* encontrado em seu dormitório menos de um mês depois

⁵⁸ Elas podem enviar cartas para familiares que devem ser escritas exclusivamente em atendimento com equipe técnica que são os responsáveis em ler e aprovar o conteúdo. As correspondências são entregues pela técnica de plantão no dia de visita ou na festa mensal Abraços em Família. As cartas para namorados, namoradas e amigos fora da unidade são avaliadas pela equipe e quando aprovadas seguem o mesmo procedimento que as endereçadas para familiares. As que são endereçadas para as socioeducandas são lidas pelas técnicas que acompanham as socioeducandas e depois se aprovadas são entregues para a adolescente. Elas podem ficar com até cinco cartas no dormitório e as demais são guardadas no prontuário individual.

⁵⁹ Esses materiais e os *catataus* podem ficar escondidos no dormitório por semanas sem ser descobertos pelos socioeducadores. Entre os esconderijos mais recorrentes são dentro do colchão, caixa do vaso sanitário, dentro dos produtos de higiene que não são de recolhimento diário (creme de hidratação, condicionador e shampoo), nos origamis e falhas do acabamento da construção. Os locais mais seguros, provavelmente, não são mencionados por elas e talvez nem descobertos ainda pelos funcionários que fazem a revista dos dormitórios.

da data que estava registrada ao final da escrita, fez uma expressão de não compreender o conteúdo:

Ó o doido, isso tem tanto tempo já [risos] nem lembrava disso aqui, tava era esquecido. Já tou casado com outra faz é tempo.

O tempo na privação de liberdade é relativizado, para o estar preso transcorre lentamente, para os amores ele é ligeiro.

As histórias de amor da unidade não passam ilesas sem julgamentos de quem as acompanham. Os funcionários da unidade adotam posições diferentes diante das relações homoafetivas e que estão diretamente ligadas aos valores pessoais. Os socioeducadores, não quantificarei se é a maioria ou não, tendem a desaprovar as relações pois creditam a estas experiências a maior incidência de conflitos entre as socioeducandas. Descrevem-nas como muito ciumentas e passionais. Os rompimentos desencadeariam episódios de transgressões disciplinares, conseqüentemente, interferindo no andamento das atividades da unidade. Efetivamente, mais da metade das ocorrências registradas na Comissão Disciplinar no primeiro semestre de 2019 (52%) foram desencadeados por desentendimento entre casais ou em consequência da relação. Fatos como correr para o corredor onde se localiza o dormitório da namorada para beijá-la, agressão entre o casal, “bater grade” para dar destino à raiva e frustração após briga com companheira ou até mesmo para ser levada para dormitório individual onde a namorada já estar cumprindo medida disciplinar, etc. Há outras situações que não são encaminhadas para atendimento em Comissão, como por exemplo, tentativa de suicídio e autolesão⁶⁰ após rompimento de uma relação.

Os socioeducadores são os primeiros a intervir nestas situações e os que acompanham ocorrências de maior e menor gravidade compreendem que a existência de condições de trabalho sob constante estresse em que uma ação tardia por parte do profissional pode acarretar um dano grave a uma socioeducanda. Porém, não se pode excluir que o manejo para lidar com os desentendimentos também interfira para o aumento de episódios deste tipo. Deve-se ponderar que as relações que elas constroem fora da unidade já são marcadas por violências diversas e a privação de liberdade confere aos relacionamentos maior intensidade tanto na passionalidade nas expressões afetivas como na duração dos namoros.

Ouvi de um coordenador de segurança que:

⁶⁰ Essas manifestações de sofrimento psíquico na maioria das ocorrências não estão diretamente ligadas a um rompimento amoroso na unidade. As que se autolesionaram após conflito com a namorada já possuíam histórico de adoecimento mental.

O problema dessas meninas é esse namoro mesmo, se não tivesse isso aqui elas não iam ter problema nenhum na vida delas. Já tá bom de acabar com isso.

Não se podem reduzir as contingências em que essas adolescentes se desenvolveram e nem as vivências anteriores e durante a medida socioeducativa aos namoros na unidade. Estes são apenas uma parte do que elas são e não dizem sobre a totalidade da complexidade de suas vidas, mesmo que ocupem grande importância para elas na experiência de internação. As falas com tom moralizante partem também da direção do centro, já acompanhei intervenções em que foi dito diretamente para a socioeducanda:

Quando a minha filha sair daqui, arrume um namorado, construa sua vida direitinho e deixe essas amizades e namoros daqui para lá.

O viés de enfrentamento desaprovador das relações homoafetivas na unidade socioeducativa é descrito também por Arruda (2011) em Salvador/BA. A pesquisadora avalia a conduta de repressão da sexualidade feminina atrelada a não aprovação de comportamentos que indiquem empoderamento e agencia da própria sexualidade, contudo, no que tange aos meninos, isto é aceito e até esperado. Nota-se que essas observações convergem com o que ocorre no Aldaci Barbosa em que as adolescentes costumam ser descritas como portadoras de sexualidade exacerbada, mesmo que não se diferencie dos meninos da mesma faixa-etária. Outra percepção adotada é que a relação homoafetiva seria fruto da carência tipicamente feminina e não por privação de sexo. Ouvi de uma enfermeira e de uma profissional em cargo de gestão esta interpretação estereotipada do comportamento sexual de mulheres.

Não busco aqui explicações para justificar as relações afetivas e sexuais entre as socioeducandas, por entender que isto não seja necessário. As meninas, mulheres, transexuais ou cis possuem direito sobre seus corpos e de vivenciar sua sexualidade sem serem enquadradas em rotulações e nem submetidas a condições de exploração e violência sexual.

Mesmo que se tenha dado destaque aos romances entre casais, as relações entre as internas do Aldaci Barbosa também são de afetos de amizade. Dividir o dormitório e compartilhar a mesma rotina propicia relações de companheirismo e cumplicidade entre as adolescentes. Assim como tensões típicas da convivência de indivíduos singulares, somadas ao contexto institucional regulado por normas. As socioeducandas da internação e que dividem dormitório por mais tempo são as que mais se vinculam. Os cômodos tendem a ser separados por tipo de medida e os de internação, caso não ocorra conflitos entre elas

ou enfrentamento coletivo⁶¹ às regras da unidade, permanecem praticamente com a mesma composição por meses. As adolescentes de internação provisória também constroem relações de amizade, sendo mais comum a recorrência de desentendimentos, possivelmente pela recém-apreensão e expectativa de uma iminente sentença em meio fechado. As que cumprem semiliberdade, em que há apenas um dormitório, habitualmente apresentam convivência amistosa e algumas se comunicam via rede social e até encontram-se nos fins de semana em que não estão na unidade. Especificamente no caso das reincidentes em seus diferentes retornos ao Aldaci Barbosa, chegam carregando as bagagens experienciais de passagens anteriores. Elas reencontram e resgatam amores, afetos e desafetos – que ainda estejam ou também retornaram para a unidade – e a reputação das admissões anteriores se inscrevem no imaginário das meninas primárias.

No decorrer da pesquisa de campo ocorreram transformações nos modos de vivenciar namoros, amizades e rivalidades. Em meados de 2018, quando esta pesquisa começou a ser estruturada, observava que as paixões e afetos fraternos não se subjugavam aos conflitos territoriais externos à unidade. Apesar disto, as rivalidades dos grupos faccionais não eram ignoradas pelas socioeducandas durante a internação. Elas verbalizavam o saber que fora do espaço do Aldaci algumas relações não poderiam ter continuidade, mas não se furtavam de vivê-las enquanto estivessem ali presas. A unidade, enquanto espaço físico e simbólico, representava, portanto, uma suspensão das proibições e normas dos coletivos criminais.

Cito aqui a história de duas socioeducandas, ambas chegaram ao Aldaci Barbosa no segundo semestre de 2017 em meses distintos, permanecendo por mais de um ano privadas de liberdade. Integrantes *batizadas* em grupos diferentes e não aliados, participavam de atividades em comum, destacando-se a oficina de audiovisual que ocorreu por tempo determinado na unidade. Partilharam a experiência das gravações do curta-metragem e participaram de eventos externos com muita frequência. Nomeavam a relação de amizade, porém, uma delas confessou que fora da instituição não poderia manter nenhum tipo de contato com a amiga, mesmo que esta estivesse se desvinculando do grupo de origem. E completou: “*Aqui dentro a gente é amiga, mas lá fora se me bater com ela, tenho que matar*”. Apesar da aparente frieza do relato em uma descrição realista e objetiva da realidade, as amigas permaneceram próximas e companheiras durante todo o período na unidade. Uma saiu antes enquanto a outra permaneceu alguns meses após receber

⁶¹ Como por exemplo, as ocupantes do dormitório, ou a maioria, *batem grade*, riscam lençóis e paredes, brigam verbalmente com integrantes de outro dormitório, etc.

progressão de medida para semiliberdade. A que ficou, confirmou que o contato externo não havia ocorrido: “*Deus me livre se os elemento ficar sabendo que tou falando que alguém de outras z área*”.

A convivência aparentemente harmoniosa entre as adolescentes territorialmente rivais era sustentada pela premissa muito repetida por elas: “aqui não vira facção, tia”. Esta afirmação dizia mais sobre a proibição de fazer referência aos grupos dentro da unidade e em não haver divisão de espaço físico de acordo com a identificação faccional do que na total ausência de interferência dos coletivos na cultura institucional. Elas nunca negaram que rugas fora da unidade tivessem sim influência nas construções das relações, principalmente na existência anterior de conflitos entre as adolescentes quando ainda estavam em liberdade, por exemplo. Nestes casos dificilmente se estabelecia uma vinculação fraterna ou amorosa.

Mais especificamente próximo ao fim de 2018 e mais vigorosamente no decorrer de 2019, observei o aumento da faccionalização das socioeducandas e, não apenas de integrar via *batismo* os grupos, mas a intensidade do sentimento de pertença e influência na convivência institucional. Referências não intencionais à facção são detectadas por elas com desaprovação. Por exemplo, quando fui para unidade com um brinco que havia três pontas como detalhe e as meninas que se dizem CV⁶² verbalizaram desaprovação: “Eita, tia, aqui não é três, não”, enquanto as da GDE elogiaram o acessório: “Gostei desse brinco, hein, Vitória”. Em outra ocasião, no aniversário de 18 anos de Júlia, uma funcionária colocou sobre o bolo as três últimas velas decorativas que restavam no pacote. Márcia, presente na comemoração surpresa, aconselhou: “*Ela não vai gostar dessas três velas aí, é melhor tirar uma ou colocar mais*”.

Se antes os amores e amizades eram construídas com pouco ou quase nenhuma preocupação com as rivalidades externas, o cenário muda rapidamente e as relações passam a ser condicionadas aos conflitos territoriais. O fato de apenas residir em determinado bairro é fator determinante para afirmar vinculação com o grupo criminal. Como descreveu Ayla, não é aconselhável “negar as zária”, ou seja, mentir ou omitir a região de origem para as demais socioeducandas, pois a negativa é reportada à facção dominante no bairro, desencadeando consequências contra a integridade física das jovens ao retornarem para o território, independentemente do tipo vínculo que se tenha estabelecido com o grupo.

⁶² O número três é referência a GDE e o dois ao CV pela quantidade de letras que compõem a sigla.

A unidade não é mais o campo de suposta “neutralidade”. Por mais que se mantenha a cultura de não separação de adolescentes por facção, como ocorre em quase todos os Centros Socioeducativos masculinos do Ceará, atualmente as socioeducandas cumprindo internação por sentença conseguem manipular a organização dos dormitórios. Elas reportam frequentemente dificuldade em conviver com determinadas adolescentes e com intuito de evitar conflitos físicos, os responsáveis pela segurança acabam por realizar as mudanças entre componentes dos dormitórios. Certo dia, ao olhar o mapa de distribuição por cômodo, constatei dormitórios inteiros com integrantes e simpatizantes do mesmo coletivo. Situação criada sem que os funcionários se dessem conta. Enquanto as meninas da internação provisória solicitam trocas de dormitório por receio de sofrer alguma represália durante a madrugada de integrante da facção rival. Na semiliberdade as adolescentes do CV ameaçam semanalmente não mais retornar do fim de semana em casa por receio de transitar nas imediações do Aldaci Barbosa, localizado ao lado da Favela Buraco da Gia, conhecida por ser dominada pela GDE. Como fez Mirela em um mês cumprindo a medida. Ainda que criem estratégias para dividir os dormitórios de acordo com a facção, boa parte dos dormitórios ainda se mantém mistos, assim como são todas as atividades da unidade.

As amizades só ocorrem entre membras da mesma facção e, ainda que ocorra um ou outro namoro entre supostas rivais, são cada vez menos recorrentes. Algumas socioeducandas narraram que integrantes do coletivo foram até as residências de seus familiares para esclarecer o fato de a adolescente estar namorando ou “colando” com meninas de outros grupos. As notícias em forma de denúncia chegam por meio das egressas da unidade que “cabuetam” sobre as ações das colegas dentro da unidade. Situação similar observada por Padovani (2015) no sistema penitenciário, onde as irmãs de comando em maior posição hierárquica realizam regulação acerca do comportamento das demais, especialmente sobre as relações sexuais estabelecidas. No Aldaci, principalmente as *batizadas*, salvo quando se trata de alguém que tenha relação de amizade, costumam reportar os acontecimentos de dentro da unidade quando “ganham a liberdade”. É uma forma de demonstrar fidelidade ao grupo e que ela, diferente das demais, “corre pelo certo”.

Ayla descreve situações em que a vinculação faccional é colocada no centro das relações institucionais:

Aqui eu não falava com uma menina que eu conhecia desde criança justamente pros outro não chegar pros elemento e falar. Eu sei que aqui não gera facção, mas vai lá pra fora, né. (...) As vez aqui tem umas discussão, né. Porque tipo assim, quando os outro me esculhamba, fala da minha facção eu não fico calada. Porque vão falar o quê? O que os outros vão pensar, Vitória? Que eu

não tou nem aí, que eu não ligo. Vão dizer: - diabo é isso, Ayla, tu deixou falar? Porque tu sabe, né, Vitória, aqui dentro até as pessoa da sua própria facção fica contra você. Tudo vai lá pra fora. Tu lembra da Renata que passou aqui? Eu já troquei ideia com ela. Não tem a Viviane? Ela é da minha z área e quando saiu foi dizer lá que eu ficava com a Renata. E a Renata é GDE. Os elemento ficaram com raiva de mim. Por isso que eu evito ter amizade aqui dentro com quem não é da minha facção. Porque tudo vai lá pra fora. Depois vai ter é consequência. Antes num era desse jeito. A gente trocava ideia com todo mundo, agora a gente tem que ter cuidado no que gera lá fora (Ayla Eloá).

O acirramento das rivalidades tem interferido nas regras de convivência da instituição criadas pelas próprias adolescentes. São elas normas morais de organização informal que regulam comportamentos, afetos e sexualidade, sendo o seu descumprimento passível de cobrança mediante violência física (ALMEIDA, 2010). Algumas destas regras já citadas por aqui, como o respeito à figura materna que não deve em hipótese alguma ser referida por vocativo depreciativo; flertar com socioeducanda que estiver namorando outra; desrespeitar/agredir funcionários; fazer barulho/tumulto durante horário de visita das famílias; entre outras. Com a maior influência da cultura faccional na instituição, as regras informais estão gradualmente sendo alteradas: incluindo a já mencionada proibição em *negar as z área*; ser a única da facção em um dormitório só com integrantes do grupo opositor pode ser relatado *na liberdade* de modo negativo e passível de cobrança; e proibição de manter contato especialmente com as homicidas de membras(os) de sua facção. Não há uma proibição expressa acerca dos namoros e amizades, mas cada vez é desaconselhado e evitado por elas relações com meninas de outras *z área*.

Por mais que o senso comum atribua aos participantes da dinâmica criminal a imagem de perversos desviantes das regras, o que é fato no que se refere à lei jurídica, isto não significa a ausência de normas de convívio que mediam as relações. Nesse sentido, Sá e Aquino (2018, p.9) expõem que:

[...] o universo das facções é um universo obcecado com etiquetas, cerimoniais e boas maneiras, o que funciona como um tipo de background cultural para a questão ética do ‘proceder’. O proceder já aparece como uma ênfase referente aos processos de constituição das redes de poder e dos critérios de interação simbólica no mundo da vida errada, que, apesar de errada, busca correr pelo lado certo da vida errada.

Como visto na rotina do Centro Socioeducativo, as regras antes se referiam mais à convivência institucional, hoje aproximam, cada vez mais, das instituídas no seio dos coletivos criminais. Grillo (2019) descreve como “enunciação performativa cotidiana” a reprodução da imagem dos comandos/facções por meio das práticas, linguagens e regras,

fazendo com que os grupos estejam presentes até mesmo onde não haja nenhum membro. Na instituição campo de pesquisa há, segundo as próprias interlocutoras, integrantes que passaram pelo processo de batismo para fazer parte da facção. As que almejam ser inseridas pela mesma via “oficial” performatizam o “proceder” faccional de modo ainda mais engajado.

Para elucidar esta afirmação descrevo aqui um episódio com repercussões graves e que ocorreu em junho de 2019 no Aldaci Barbosa. Duas adolescentes de internação provisória estavam cumprindo medida disciplinar no mesmo dormitório que é para ser individual, porém os outros dois estavam ocupados. Uma simpatizante CV e a outra vinda de um acolhimento institucional e sem filiação a uma facção, mas já tendo participado de festas em região sob comando do GDE. Durante o plantão noturno, uma recém-apreendida chegou e foi colocada no mesmo cômodo. Esta terceira, *simpatizante GDE* e irmã de um *batizado* membro do conselho na mesma facção. Ao longo de toda a madrugada, as duas que já estavam no dormitório realizaram uma sessão de tortura contra a terceira a chegar. Socos e pontapés no rosto e em todo o corpo, tentativa de afogamento no vaso sanitário, tentativa de sufocamento ao inserir absorventes na boca, entre outras práticas com intuito de causar dor e matar a adolescente. A socioeducanda que estava no dormitório ao lado tirou o fio do aparelho odontológico e entregou para que elas marcassem as iniciais CV nos braços da vítima. O homicídio só não teria acontecido, pois um dos socioeducadores percebeu a movimentação suspeita, mesmo que devesse ter passado a madrugada em vigília.

As autoras respondem ao ato infracional análogo ao crime de tentativa de homicídio, a vítima não teve sequelas físicas, mas as duas cicatrizes nos braços com referência à facção rival a colocava em risco. Saiu da unidade ao fim do período de internação provisória ainda em tratamento para atenuar as marcas. As demais socioeducandas não aprovaram a ação das duas adolescentes, colocando-as no “fechado” por meses. A desaprovação não se deu pela agressão em si, uma vez que é parte da realidade cotidiana fora da unidade, mas por possíveis problemas que poderiam acarretar aos profissionais, mais especificamente ao plantonista do dia, e pelo clima de desconfiança temporário que se instalou sobre todas. Uma das meninas, que se diz batizada no CV, declarou: “*duas vacilona, devia é ter matado aquela pilantra*”.

O Estado foi autuado pelos órgãos que fiscalizam e acompanham as medidas socioeducativas por negligência ao ter permitido que a agressão ocorresse contra uma adolescente que estava em sua responsabilidade. Fato gravíssimo, e muito possivelmente,

ligado ao estereótipo presente na cultura institucional que percebe as meninas como dóceis e, conseqüentemente, incapazes de tal prática. Alguns meses antes, em novembro de 2018, a esta tentativa de homicídio, adolescentes GDE, por meio de *catataus*, convocaram uma invasão à facção. A motivação seria para matar as integrantes do CV, mais especificamente a que tinha assassinado uma *batizada* GDE na liberdade e com repercussão na mídia local. O G.I.T interveio e permaneceu de vigilância na unidade por quase dez dias. A apuração concluiu que os bilhetes encontrados nos dormitórios eram únicos e nenhum com mensagem similar havia chegado ao destino. O ocorrido já indicava a maior articulação das meninas com os coletivos dos quais fazem parte, seja como *simpatizante* ou *batizada*. Porém, a forma de mediação continuou atrelada à percepção delas como menos *envolvidas* que os adolescentes do sexo masculino e, conseqüentemente, com menor potencial de agressividade.

Por fim, pontuamos que apesar da rivalidade faccional que tem caracterizado a convivência entre as socioeducandas, há outras causas que impulsionam desentendimentos inclusive entre integrantes do mesmo grupo. A exemplo de Flor e Anja que se desentendiam, pois, a segunda não concordava com comportamentos que julgou imaturos por parte da primeira, bem como ver falhas no seu *caminhar no mundo do crime*. Ayla não constituiu relações de amizade com nenhuma adolescente, mesmo as da mesma facção, que por sua vez a descrevem como pouco confiável. Por mais que se refiram como “irmãs” por integrar mesma facção, isto não torna obrigatória a relação de amizade, inclusive facilita posição de vigilância do comportamento uma das outras.

4.4 As audiências e os retornos

A trajetória no Aldaci Barbosa finda com a tão aguardada audiência de liberação. Assim é nomeado o rito jurídico de passagem para a tão desejada liberdade e que ocupa lugar de protagonismo no discurso das socioeducandas que cumprem internação e semiliberdade, as chamadas *sentenciadas*⁶³, ou seja, que já receberam da autoridade judicial, o juiz, uma medida em meio fechado. Para as que cumprem internação provisória a audiência é outra, a de instrução⁶⁴. Esta é diferente, nem sempre é desejada. As que temem

⁶³ A medida socioeducativa em meio aberto também é uma sentença, contudo, ser sentenciada, para as adolescentes, é necessariamente receber medida em meio fechado.

⁶⁴ É a audiência correspondente a fase do processo em que o juiz ouve os argumentos das partes envolvidas e suas testemunhas para avaliar antes de sentenciar.

receber sentença de internação preferem que não ocorra para saírem ao fim dos 45 dias e se esquivarem do cumprimento da medida, independente de qual seja:

Tomara que nem tenha audiência pra eu sair daqui logo. Tenho certeza que vem sentença pra mim, Vitória. Tu imagina eu presa por seis mês? Não aguento isso. Se a audiência estourar e eu na liberdade, eu nem vou. Vou bem aparecer pra ser presa, é? Se for pra eu ir ficar assinando, também não vou (Diário de campo).

O ECA proíbe que este tipo de medida ultrapasse 45 dias. Se não há resposta da Vara de investigação ou não ocorra audiência, a jovem deve ser desligada mediante o envio do ofício do juiz responsável. É o que elas nomeiam de “sair por ofício”. Há quem prefira obter a resposta de seu processo e destino durante a internação provisória, numa postura de enfrentamento, e caso receba uma medida em meio fechado, ter o período de 45 dias incluindo na contagem:

Quero é que marque a minha audiência logo. Se eu tiver que sair que saia sabendo da minha resposta. Se ganhar a sentença já tou logo aqui e já conta esses dia, né? Imagina tá lá fora e vem só a sentença e vou ter que voltar para começar os seis mês do zero. Porque se receber sentença eu volto pra puxar. Não fui mulher pra fazer coisa errada? Então vou ser mulher pra pagar o que fiz (Diário de campo).

Em alguns casos menos frequentes, a socioeducanda que saiu *por ofício* comparece à audiência quando intimada, acompanhada pelo o adulto responsável, e recebe a determinação para internação, retornando depois de meses após cumprimento da internação provisória e do ato infracional. Isto ocorreu com Ayla, depois de cumprir duas medidas provisórias e três apreensões em que foi apreendida e liberada em seguida, foi sentenciada à internação, retornando para o Aldaci com tempo reiniciado em privação de liberdade *do zero*, como costumam se referir:

Eu já tinha roubado uma filha de um cana e ela morava perto de mim e eu não sabia. Ela disse nossas características, quando foi depois pegaram a gente com uma faca e a gente tava com uma faca. Aí foram ver lá e apareceu que tinha uma sentença [internação] da minha segunda queda aí voltei pra cá. Viram que nós tinha um bocado de queda. Eu fiquei desesperada porque eu não queria pegar seis meses. Tive um bocado de queda que se juntasse ia ser uma sentença toda, mas tou contando seis meses do zero. Isso pesa, Vitória. Quando a gente fica de provisória esperando se tem sentença pelo menos o tempo que passou já conta. Chegar pra contar do começo deixa a gente doida, mas deus é justo e tinha que pagar (Ayla Eloá).

Se desde o início da internação provisória é marcado pelo temor se tornar uma *sentenciada*, a internação e semiliberdade são centradas na expectativa da saída. No início

da execução da medida, a pergunta direcionada principalmente aos técnicos e direção e que rege o período é “Quando vai meu relatório?”. Enviado ao fim do quarto mês em privação de liberdade contando com o tempo da internação provisória caso tenha ocorrido sequencialmente. O ECA estabelece que a avaliação deva ser no máximo a cada seis meses, sendo o relatório escrito pelos integrantes da equipe técnica necessário para fundamentar a decisão do juiz, assim como os posicionamentos da Promotoria e Defensoria. Na prática o documento não é o único determinante na deliberação do juiz⁶⁵. O relatório é enviado antes de findar o emblemático tempo de seis meses com o intuito que o processo seja reavaliado dentro deste período, porém, não é incomum que as meninas aguardem meses a mais até obter uma resposta.

Quando o relatório é enfim enviado, a pergunta norteadora dos dias presa passa a ser “Quando vai ser a minha audiência?”. Esta é uma das perguntas mais difíceis de responder, uma vez que a pauta da 5ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza⁶⁶ é compartilhada com as unidades apenas no dia anterior às audiências que geralmente ocorrem às quintas-feiras. No sexto mês de medida socioeducativa toda semana pode ser a que acontecerá a tão esperada audiência de liberação. É quando a expectativa se torna ainda maior e uma nova pergunta toma palco: “Será que minha audiência vai ser essa semana?”. Essa sequência de acontecimentos é comum entre as sentenciadas que acreditam no ganho da liberdade no primeiro ciclo avaliativo.

Quem a gravidade do ato e/ou comportamento durante a execução não favorecem a uma decisão de desligamento da unidade socioeducativa, resta outro questionamento “Já chegou minha resposta?”. Mesmo diante da certeza de que continuarão por mais alguns meses na unidade, elas aguardam “a resposta”, como é chamado o documento jurídico de decisão de continuidade. Para elas não tem audiência por enquanto e a esperada resposta pode demorar 7, 8, até 10 meses. Apesar da negativa já ser conhecida, elas aguardam a oficialização da continuidade da medida.

A respeito das audiências de liberação⁶⁷, na posição técnica, acompanhei cerca de vinte delas. Nunca estive neste espaço exclusivamente como pesquisadora, o que não

⁶⁵ Na prática o juiz não costuma ler integralmente o relatório, se detendo apenas a conclusão onde a equipe sugere os encaminhamentos necessários para a adolescente.

⁶⁶ Por ser a Vara de execução das medidas socioeducativas, independente se em meio aberto ou fechado, é que deve deliberar pela conclusão ou continuidade da internação e semiliberdade. Como o Aldaci Barbosa é a única unidade feminina do Estado e está localizada na capital, mesmo que a socioeducanda seja do interior, é em Fortaleza que o processo transcorre após a sentença ser proferida pela comarca de origem.

⁶⁷ Não é comum técnico acompanhar audiência de instrução que são para as que cumprem internação provisória. Segundo relatos das interlocutoras, nessas audiências é comum não serem ouvidas, apenas as testemunhas (geralmente policiais que realizaram a apreensão), defensor e promotor.

impede que utilize minha experiência como profissional para realizar alguns apontamentos, uma vez que não exponho segredos judiciais ou relatos que acessei enquanto psicóloga. A maioria das audiências é realizada coletivamente, o que rompe a individualidade do momento. Elas acreditam que vão ter a oportunidade de falar com o juiz, relatar seus planos mesmo que seja exclusivamente para intervir elas mesmas na construção da imagem de “menor recuperada” que é esperado delas. Com a presença de até dez adolescentes de várias unidades de Fortaleza se torna inviável que a adolescente se sinta confortável em realizar perguntas e se expor, pois entre os demais socioeducandos pode haver membros do grupo rival.

As audiências são divididas por pauta, por exemplo: uma audiência apenas com adolescentes maiores de 18 anos que vão ter o processo extinto; outra para moradores de Fortaleza que receberão progressão para medida de meio aberto; uma para quem é do interior/região metropolitana e receberá medida em meio aberto. As audiências individuais são para situações pontuais onde geralmente é necessária defesa técnica, como nos casos de socioeducandas(os) em grave sofrimento psíquico ou outro agravo em saúde que impossibilite o cumprimento da medida em meio fechado.

A audiência, portanto, não é necessariamente o fim do processo judicial. No último ano observei uma tendência da Vara de execução da capital em não determinar pelo fim imediato do processo, optando pela progressão da medida para uma em meio aberto, especificamente a liberdade assistida. Durante as audiências o juiz verbaliza o motivo para tal decisão. Seria realizar o que chama de “teste” para que o adolescente continue sendo acompanhado e caso não cumpra as condicionalidades da LA, retorna para o Centro Socioeducativo na condição de internação-sanção. A substituição de medida é aqui como uma continuação da vigilância das unidades e a permanência da tentativa de controle sobre a juventude. Menciono controle, pois a aplicação de uma medida em meio aberto na forma como tem sido estruturada precariamente não consegue desempenhar adequadamente o atendimento das(os) socioeducandas(os), como discutido inicialmente no início deste capítulo (ver 4.1).

O tempo de atuação em campo, como técnica e pesquisadora, me permite realizar uma avaliação sobre este movimento recente do judiciário a partir da articulação de dois pressupostos. O primeiro seria a chegada de um novo membro da promotoria que possui uma perspectiva punitivista sobre o Sistema Socioeducativo, se posicionando em todas as avaliações processuais pela continuidade da medida em meio fechado, inclusive para atos infracionais leves como o tráfico. O segundo como uma reação do juiz diante da

alta reincidência de adolescentes no sistema em que a continuação do processo via progressão de medida mantém a(o) socioeducanda(o) sob sujeição ao Estado.

Com ou sem a extinção do processo, a audiência de liberação marca o retorno da adolescente para a *liberta*. Para as residentes na capital⁶⁸ a passassem é realizada com a troca do uniforme da unidade – a calça verde e blusa branca – pela roupa trazida pela família. Utilizar a “roupa da liberdade” é simbolicamente um resgate da própria identidade. A postura, o olhar e a comunicação da jovem se modificam quando é feita esta troca aparentemente simples realizada no banheiro da 5ª Vara da Infância. Elas quase não se despedem e seguem em passos firmes para seu destino convictas em não mais retornar.

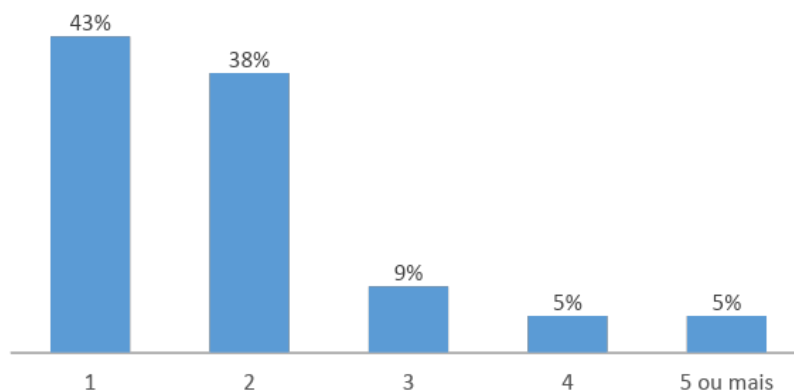
“*Aldaci nunca mais! Acaba não lili*⁶⁹ *que eu tou chegando!*” Afirmou uma das adolescentes que acompanhei em sua audiência de liberação, onde recebeu progressão para LA. Em exatos 28 dias ela retornou para a unidade. Chegou a comparecer a primeira vez no CREAS que a acompanharia na medida em meio aberto. Contou que estava *sossegada em casa* desde sua saída da unidade. Diz não saber o que aconteceu. *Deu uma doida na cabeça* e saiu para roubar em companhia das amigas.

A reincidência, o retorno para a unidade, não é exceção à regra. Não tive acesso ao banco de dados do Estado que me permitisse realizar uma análise quantitativa referente a um período de tempo, por exemplo. A Justiça da Infância e Juventude registra toda apreensão da(o) adolescente mesmo que não tenha cumprido medida socioeducativa (meio aberto ou fechado). Se, por exemplo, a adolescente é apreendida foi encaminhada para DCA, liberada em seguida e, posteriormente, for apreendida novamente é indicada como reincidente. Com a aplicação do questionário foi possível realizar o levantamento acerca dos retornos das interlocutoras ao Aldaci Barbosa, o que se diferencia do entendimento de reincidente adotado no Sistema Socioeducativo. Assim, a socioeducanda mesmo que esteja pela primeira vez no centro pode ser reincidente. As informações cedidas pelas participantes mostram que 36% já cumpriram medida na unidade feminina. Dentro desta porcentagem o Gráfico 14 especifica o número de admissões anteriores, portanto, excluindo a medida socioeducativa que estava em cumprimento na ocasião da aplicação do questionário:

⁶⁸ As adolescentes que residem em municípios do interior retornam para a unidade e na manhã seguinte são acompanhadas por um socioeducador até o fórum da cidade de residência. Onde é protocolado a entrega da adolescente à família.

⁶⁹ Abreviação da palavra liberdade.

Gráfico 14 – Número de admissões anteriores no Centro Socioeducativo



Fonte: dados da pesquisa.

Como visível no gráfico, a maior parte das socioeducandas com histórico anterior no Aldaci Barbosa passou pela instituição uma ou duas vezes. É inviável causa determinante para o retorno das adolescentes. As adolescentes que participaram da entrevista descrevem suas experiências pessoais que desencadearam em nova *queda*:

Mulher, tipo assim, foi um erro, né. Eu tava muito mente fraca. No tempo que eu tava fazendo besteira eu tava muito drogada, tava começando a usar comprimido de novo. E o ripinol deixa a pessoa muito agressiva, a pessoa fica logo com vontade de fazer besteira quando toma essas coisa. Aí foram me chamar e eu tava precisando de dinheiro o negócio que eu tava devendo. Não contei nada pra ninguém, se eu tivesse contado pro meu namorado ele tinha pagado. Tava devendo R\$ 400,00 de 25 gramas que eu tava devendo que eu guardei dentro de casa e as pessoinha que tava morando mais eu, eu tava morando numa casa com dois amigos, usaram a droga (Anja).

Quatro com essa. Três internação e uma provisória. As antes foi tudo por roubo. A primeira vez foi com uns 14 anos, depois também e aí com 15. Dessa aí descobri que tava grávida e fui liberada antes porque era de risco. Agora tou aqui há sete mês. Eu tenho uns treze processo, mas das outra vez eu era liberada. Eu sempre fazia porque queria mesmo, tinha nada na cabeça, queria tá fazendo coisa errada porque gostava (Márcia).

Três com essa. A primeira furto, a segunda tráfico e a terceira tráfico. A primeira foi 31 de dezembro de 2017, a segunda 1 de fevereiro de 2019 e a terceira foi agora. Tenho três queda aqui, mas já me pegaram umas dez vezes por 155...Sobral, Mossoró, Eusébio...mas sempre me liberam. Furto e tráfico é fácil de liberar. Nunca quis parar porque sei fazer isso e consigo dinheiro assim. Furto de loja grande como faço não é tirar de cidadão. Aí vou sempre fazendo. Só não quero ir pro Auri (Mirela).

As narrativas das entrevistadas convergem com as que ouvi de outras socioeducandas nas etapas anteriores da pesquisa em campo que indicam como motivos: a reaproximação com grupos de amigos, volta do consumo de drogas, impossibilidade de desligamento da facção, dificuldade de retomar a formação escolar e colocação no mercado de trabalho legal, bem como a falta de interesse em “sair dessa vida”. Certamente não cabe indicar um ou dois elementos ou adotar abordagem que culpabilize a adolescente. A presente pesquisa não tem por objetivo realizar uma discussão aprofundada sobre a reincidência no Sistema Socioeducativo, para tanto é necessária uma pesquisa dedicada exclusivamente para a temática. Apesar disso, é possível realizar alguns apontamentos, principalmente no que diz respeito à ausência de uma política pública que se ocupe de adolescentes e jovens que saem do sistema, principalmente em condição de privação de liberdade, uma vez que estes são mais estigmatizados (CCPHA, 2017; MALVACI, 2012) e, portanto, enfrentam mais obstáculos na construção de um projeto de vida voltado para profissionalização e escolarização. Nesse intento, no primeiro semestre de 2019 a SEAS começou a estruturar um programa para acompanhamento de egressos, já tendo realizado alguns encaminhamentos para vagas de emprego. Apesar de representar um avanço, não é uma política instituída, a superintendência não constituiu uma equipe para desenvolvimento da proposta e suas tentativas de intervenção ainda são pouco consistentes.

As socioeducandas não ignoram os desafios que as esperam *na liberdade* para que possam concretizar seus planos de *mudança de vida*, aliás, são as que mais sabem dos enfrentamentos necessários e da expectativa (especialmente a negativa) que recaem sobre elas. O que não impede a realização de planos para o futuro fora da unidade. As socioeducandas entrevistadas revelam o que elaboraram para a vida pós medida a curto e médio prazo:

Voltar a estudar e procurar fazer outra coisa da vida. Eu não quero mais isso aqui. Queria fazer o [Programa] Jovem Aprendiz e trabalhar com alguma coisa que eu me identifique. Pensei em trabalhar como advogada. (...) Daqui uns anos quero tá estudando, trabalhando pra ganhar alguma coisa e ajudar minha mãe (Alef Yuri).

Quero fazer uma faculdade e arrumar o um trabalho. Em Cascavel vai abrir um shopping e vai abrir um primeiro emprego. Minha mãe até falou com o pessoal do CRAS pra ver como pode fazer, mas é bom eu fazer meu curso de informática antes. Pra cá eu não volto mais. Isso não é pra mim. Antes de ser presa eu pensava em fazer direito, mas ainda tou pensando (Paula).

Primeiro eu quero procurar uma igreja e agradecer a deus, né. Eu quero, né, assim...ficar um pouco dentro de casa, né. E depois eu quero ir pro SESC

procurar treinamento de vôlei. (...) Meu sonho é ser cabeleireira. É meu sonho desde criança. Mas só vou conseguir se eu sair mesmo dessa vida, né. Senão eu vou é morrer (Flor).

É trabalhar pra ajudar minha mãe que tá precisando ou vender a nossa casa e ir embora para fora do Estado do Ceará ou ficar aqui e ficar indo pra igreja. Não quero mais ficar nessa vida, eu não quero mais. Cansei, tou cansada demais. Já fui presa e o tempo que passei aqui eu parei pra pensar que eu não quero ver minha mãe chorando. Tou cansada de fazer minha mãe sofrer. Quero montar um salão pequeno pra mim em casa, mas enquanto isso eu vou ajudando a minha tia na confecção até ir melhorando as coisas. Se eu continuar nessa vida eu me imagino eu morta e vendo minha mãe sofrendo sozinha aqui na terra. (Anja).

A primeira coisa é agradecer a deus, né. Agradecer pelos dias bons e pelos dia ruim. A gente tem que agradecer a deus por cada dia que a gente passa, né, por cada coisa. Depois estudar, né. Vou fazer o EJA, o 6º e 7º ano de uma vez. Fazer um curso, fazer alguma coisa que eu goste. Aí vou focar minha mente na coisa que eu gosto pra eu me afastar das minha amizade. Fazer academia, estudar de noite e de tarde fazer um curso. Quando eu ficar assinando [LA] eu vou pedir o Creas pra arrumar o primeiro emprego pra mim. No futuro me imagino eu juntando meu dinheiro pra comprar minha casa, comprar minha coisa, ajudar minha mãe e meus irmão. Imagino muita vida. Eu sendo outra Ayla, sendo vista de outra forma. Minhas tatuagem pra mim não tá dizendo nada. Eu me arrependo, né, mas não tem mais como tirar, mas eu imagino os outro me vendo de outro jeito (Ayla).

Trabalhar e cuidar da minha filha. Meu marido já alugou uma casa em outro lugar. Vamos montar um negócio de lanche e de dia vou fazer cabelo. Se eu voltar pra Sobral tenho medo de me envolver de novo. Daqui uns três anos....sei nem se eu vou tá viva. Tanta coisa acontecendo lá fora. A pessoa morre por nada (Márcia).

Os relatos demonstram a quase condicionalidade da construção de um projeto de mudança nos modos de vida à adesão a uma crença religiosa. Isto é mais presente no discurso das *batizadas*, sendo este o caminho que encontram para se desvincular do coletivo criminal, o “entrar pra benção”. O principal objetivo almejado é a independência financeira, muitas vezes apresentada como motivação inicial para o *envolvimento*. Com exceção de Márcia que já é casada e possui uma filha, nenhuma referiu projeto que incluísse a reprodução do papel feminino de constituição de família nuclear via casamento heterossexual. Apenas o exercício do cuidado com a figura materna, que é a quem cuida e acompanha a jovem.

Por mais que a profissionalização surja no “fazer um curso”, há dificuldade em eleger uma área específica, a não ser as já experienciada na unidade, como é o curso de

cabeleireiro. Destacam-se, ainda, apenas duas menções à formação universitária e, justamente, no Direito. Área conhecida por elas, mas por vezes pouco compreendida. Talvez esteja aí o principal impulsionador da escolha.

O que mais sobressai nos trechos aqui reproduzidos são as referências à morte, temática já abordada em outras partes deste trabalho e isso ocorre por motivos já descritos. Manter-se viva para quem deseja o “mudar de vida” é essencial. Só assim é possível mudança em vida. O não retorno para a unidade após a tão aguardada liberdade não é indicativo de condição exitosa. A morte precoce é um dos impeditivos dessas voltas à instituição como destacou Anja:

A gente convive com as meninas aqui e depois é as notícia que elas tão morta lá fora. Por isso que não tão aqui de novo. Pra mudar de vida tem que tá viva, né?

Sim, é. A participação na dinâmica criminal cearense, *o envolvimento*, aumenta o risco de feminicídio das meninas (CCPHA, 2017, 2018.2) e continuamente é utilizado como legitimador da violência letal. A morte é parte ordinária da experiência social de ser uma *envolvida*, assim como o ser presa, seja no sistema socioeducativo ou penitenciário. A experiência de ser privada de liberdade, mesmo que iminente não é menos penosa, contudo, a unidade socioeducativa é compreendida pela maioria das adolescentes e familiares como lugar que garante segurança física das internas. Dessa forma, os retornos podem ser acompanhados por certa vergonha por ter reincidido ou por outro lado com orgulho de ser *a bandida*. Em ambas as situações, a perspectiva de estar em um lugar de segurança, onde apesar do desconforto da privação de liberdade não será morta, se faz presente nos discursos, funcionando para validar o encarceramento juvenil pelos próprios alvos desta política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização de um trabalho é, por si só, uma tarefa difícil. Ainda mais quando por meio dele transpus tantos desafios. O primeiro deles foi conciliar duas funções complementares e distintas. Ser funcionária e pesquisadora no mesmo campo de pesquisa me exigiu uma vigilância permanente em não romper com a ética exigida no exercício dos dois papéis que tive o privilégio de ocupar. Foi necessária uma seleção cuidadosa entre o que me foi compartilhado como integrante da equipe técnica e como pesquisadora. Para minha surpresa, as interlocutoras conseguiram realizar uma separação essencial entre as duas posições mais rapidamente do que esperava, antes de mim mesma, dividindo relatos com minúcias específicas e direcionadas para cada uma das funções. A dupla inserção no campo exigiu fortalecer ainda mais a visão crítica acerca dos fenômenos observados, não assumindo uma postura defensiva enquanto funcionária. Diante dos desafios empreendidos, ser pesquisadora e técnica propiciou uma perspectiva mais ampliada dos eventos cíclicos e das transformações ocorridas na dinâmica institucional em posição de maior proximidade.

A presença na unidade socioeducativa exclusivamente como pesquisadora, possivelmente, esbarraria nas regras de segurança e no discurso um tanto idealizado adotado pela instituição que sustenta a imagem de unidade modelo. Assegurar o acesso a direitos básicos e a ausência de violência física por parte da equipe não torna a institucionalização e encarceramento de adolescentes humanizadas, ela é sempre um mecanismo perverso necropolítico (MBEMBE, 2018) de gerenciamento da pobreza, perpetuação do racismo e em sua dimensão interseccional incluindo gênero, atuando para a exclusão e precarização da vida (BUTLER, 2017) de jovens meninas habitantes dos territórios-margem (DAS; POOLE, 2008).

As análises apresentadas nesta dissertação se detêm sobre algumas dimensões da vida das socioeducandas: aspectos socioeconômicos, relações territoriais, familiares, afetivas e a experiência da privação de liberdade. No percurso dessa investigação os métodos e técnicas utilizados como a etnografia, conversações, aplicação de questionário e entrevistas foram fundamentais para a construção da pesquisa de caráter multimétodo. Não excluindo as dificuldades em realizar o tratamento dos dados e a articulação das informações coletadas. No que tange à etnografia, método prestigiado na sociologia e antropologia, não possuindo o mesmo destaque nos estudos da psicologia, que é meu campo de origem. As leituras que realizei de pesquisas etnográficas foram objetivando

encontrar um jeito “certo” de escrita e construção de um estilo de narrativa considerado adequado para um estudo que utilize o método. Acredito que não me aproximei dos autores que li e que tomei como referência como Paiva (2007), Grillo (2013), Padovani (2015), Malvaci (2012), Feltran (2008a), Sá (2010), entre outros. Contudo, me desvinculei desse intento de referenciamento-imitação e segui o caminho que me permiti trilhar. Acredito que com erros e acertos.

Entre os resultados encontrados, quero destacar alguns. No primeiro capítulo teórico-analítico em que explorei, essencialmente, dimensões socioeconômicas. O perfil da adolescente que infraciona interseccionam (AKOTIRENE, 2019; CRENSHAW, 2002) as dimensões de classe, étnico-racial, geracional e de gênero. Estas dimensões que se inter-relacionam criam um perfil alvo de encarceramento nos territórios margem marcados pela presença do Estado que intenciona a precarização dessas vidas, tornando-as descartáveis. As socioeducandas são em sua maioria negras; oriundas da periferia da capital cearense e do interior do Estado; possuem vínculos com os responsáveis fragilizados pela saída precoce da residência familiar; a prática de atos infracionais é descrita inicialmente como recurso para acesso a bens simbólicos e matérias; alta incidência de repetência e evasão escolar. Elementos que aproximam o perfil das internas com as mulheres do sistema prisional e com socioeducandas de outros Estados. O Sistema Socioeducativo (e penal) é seletivo para determinar a criminalização das condutas e na escolha de seus “clientes”. Um conjunto de fatores que não podem ser interpretados de modo separado, diversas contingências criam condições para que essas meninas se tornem *envolvidas*. Ou como indica o relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (2017; 2018.2), se tornem vítimas da violência letal.

O segundo capítulo que abordou os principais vínculos afetivos referidos pelas socioeducandas: a família, relações amorosas, redes de amigos e o grupo faccional. Principalmente via análise das narrativas das adolescentes sobre suas trajetórias de vida, foi observado a centralidade da figura materna no acompanhamento da medida socioeducativa e o abandono/ausência do pai. Contrariando o pressuposto do senso comum em que a infração feminina se submete ao mando de uma figura masculina, as socioeducandas em sua maioria não foram aliciadas/ influenciadas por namorados e companheiros. Porém, isto não indica que não haja a perpetuação de posição de submissão na vivência amorosa-sexual. As violências intraconjugais são quase regra nas relações heteroafetivas. Destaca-se a relação de afetividade que vincula as socioeducandas ao coletivo criminal. Portanto, o “fazer o crime” não ocorre prioritariamente pelo acesso a ganhos financeiros. O sentido

atribuído à prática infracional está imbricado com a relação com o coletivo criminal e que inclui principalmente sentimento de pertencimento grupal que se aproxima do afeto parental. O que valida e permeia a construção identitária que é defendida pela disposição da própria vida e pela invalidação da vida do outro-inimigo.

Entre as principais conclusões indicadas nesta pesquisa, julgo ser a relação proporcionalmente crescente entre o aumento de homicídios de meninas em todo o Estado (CCPHA, 2018.2) e a maior atuação feminina na dinâmica dos coletivos criminais, principalmente no que se refere à participação no homicídio de meninas e mulheres. No terceiro capítulo os resultados expostos corroboram para a afirmação de que os grupos faccionais têm assumido papel significativo na vivência das adolescentes, determinando modos de socialização e estabelecimentos de vínculos até mesmo dentro do Centro Socioeducativo, que anteriormente era território portador de relativa neutralidade.

As observações em campo indicam maior potencial de agressividade, bem distante da construção social de feminilidade dócil que ainda é adotada pela direção e equipe da instituição. Além da manutenção estereotipada sobre a feminilidade, a experiência da internação é entrelaçada por tensões, seja pelas relações entre socioeducandas ou na convivência com funcionários. Como também pelo discurso aparentemente distinto de sofrimento pela privação de liberdade, intercalado com a perspectiva de maior acesso a oportunidades de formação e proteção/manutenção da própria vida.

Ao problematizarmos a trajetória das adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional até sua entrada no sistema privativo de liberdade, bem como a experiência da internação, percebemos que as vivências cotidianas comunitárias de violências contribuíram para a banalização da vida, em que a morte perdeu a conotação trágica e ganhou o status de destino. O iminente desfecho trágico como consequência do *envolvimento* se apresenta nas narrativas das socioeducandas como algo a ser evitado, mas não temido por elas. Há a disposição necessária para matar e morrer que *o crime* exige e interpretados pelas adolescentes como agencia e enfrentamento da realidade social que é constantemente transformada, influenciando nos modos delas atuarem no “mundo do crime” e de serem vistas socialmente. As adolescentes, enquanto sujeitos, enfrentam a violência – que possui caráter ordinário e constitutivo das relações – como reabilitação do cotidiano, elaborando diferentes modos de subjetivação e formas de agenciamento (DAS, 2008, 2011). Assim, os meios de enfrentamento da experiência da internação e da realidade

cotidiana são parte dos recursos construídos pelas jovens para elaboração da violência experienciada.

Não é porque as meninas, aparentemente, têm conquistado maior participação das facções que este espaço é isento de práticas machistas e não sejam sistemas patriarcais. Ao contrário, neste novo espaço ocupado por mulheres seus corpos, afetos e ações são alvo de mecanismos de controle e de violência específica. O ser *envolvida* é utilizado como legitimador de tornar essas vidas precárias e matáveis (BUTLER, 2017) reforçada pela intersecções de opressões. A inserção na dinâmica da conflitualidade entre grupos criminais, a priori, pode apresentar uma face do que se nomeia por empoderamento feminino, contudo, como apresentado nas narrativas das interlocutoras características como a violência intraconjugal é quase regra nas relações afetivas estabelecidas, principalmente na heteroafetividade. Violência esta que é maximizada no aumento feminicídio de meninas na dinâmica da conflitualidade urbana.

Encaminhando-nos para o desfecho desta escrita, ainda sobre os resultados, é importante pontuar que os caminhos percorridos na pesquisa permitiram observar um fenômeno preocupante. Dentro da unidade socioeducativa são reproduzidos papéis de gênero heteronormativos, principalmente nos relacionamentos afetivos entre as internas. Os *cabrões*, vistos como os *homens da FEBEM*, reproduzem uma masculinidade violenta que reverbera em relações amorosas abusivas, reflexo de padrões construídos exteriores à instituição. Ao passo que a identidade de gênero para os *cabrões* é incluída na dinâmica interseccional já descrita para a maioria das meninas ditas *envolvidas*. Para além dos marcadores de classe e raça, o gênero, aqui, é somado de forma opressiva por meio de uma identificação diversa ao sexo biológico. Tal configuração impõe aos *cabrões* situações diversas às meninas cisgênero, como violência específica por parte da força policial, dos grupos faccionais e nos demais espaços de socialização onde tem que se legitimar constantemente como figura masculina.

O convívio, a escuta e os diálogos com as socioeducandas têm ocupado boa parte da minha rotina nos últimos anos e ainda que esta etapa tenha sido concluída, outras terão continuidade e as próximas serão traçadas. Toda escrita impõe também limitações. Nem todas as informações e histórias foram aqui registradas e outras são passíveis de maior aprofundamento teórico em publicações futuras, como, por exemplo, o aliciamento e interferência dos mercados ilegais de drogas, o uso abusivo de substâncias psicoativas e a influência da chamada guerra às drogas na trajetória das meninas. Sejam elas *cocotas* ou

cabrões. Sugere-se também a realização de futuras pesquisas em contextos diversos para ampliar a análise sobre a participação de meninas no homicídio de outras jovens.

Por fim, depreende-se que o estudo se mostrou relevante pela consonância com o momento em que o estado do Ceará atravessa uma crise da segurança pública diante das novas dinâmicas de fazer o crime com a ascensão das facções e pelo enfrentamento do governo do Estado que prioriza ações ostensivas e punitivistas. A escassez de estudos que se dedique à investigação das características e especificidades da participação das meninas na dinâmica criminal, bem como a trajetória de vida e a experiência de privação de liberdade, confere a esta presente pesquisa significância no campo do saber sociológico.

REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, Aline. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. 2011. 184 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2011.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins. **A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais**. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ARRUDA, Jalusa Silva de. **“Para ver as meninas”**: um estudo sobre as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na CASE /Salvador. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 103, p. 576-590, jul./set. 2010.
- BARROS, João Paulo Pereira; BENICIO, Luis Fernando de Souza. “Eles nascem para morrer”: uma análise psicossocial da problemática dos homicídios de jovens em Fortaleza. **Revista De Psicologia**, v. 8, n. 28, p. 34-43, 2017. Acesso em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/19313>> Acesso em: 27 jul. 2019.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: 1990.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 3 de agosto de 2005**. Define normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Lei Federal 12.954/12 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 3.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BUTLER, Judith. Actos performativos y constituición del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. **Debate Feminista**, México, v. 18, p. 296-314, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Tradução de: Renato Aguiar.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania. (Orgs.), **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n. 3, p. 9-18, set. 2008. Acesso em: 10 abr. 2017.

CCPHA – Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **Cada vida importa: relatório final do comitê pela prevenção de homicídios na adolescência**. Governo do Estado do Ceará: 2017.

CCPHA – Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **Cada vida importa: relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência 2018.2**. Governo do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa do Ceará: 2018.2.

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará. **Monitoramento da política de segurança pública do Ceará: de qual segurança pública precisamos?** Fortaleza: CEDECA, 2019.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do**

sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?.** Referência obtida: CEDECA – São Martinho, 2008. Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas**, v. 1, n. 1, p.171-189, 2002. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

DAS, Veena. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India.** New Delhi: Oxford University Press, 1996.

DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.40, p. 31-42, jun. 1999.

DAS, Veena. **Sujetos del dolor, agentes de dignidad.** Bogotá, Colômbia: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensa, 2008.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 9-41, dez. 2011.

DAS, Veena. Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos: Entrevista com Veena Das. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, 335-356, Abr-Mai-Jun, 2012.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, Madrid-GERI – UAM, n. 8, p.1-38, jun. 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Estão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Conversão evangélica na prisão: sobre ambiguidade, estigma e poder. **Plural**, São Paulo, v.13, p. 85-110, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75162/79024>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DINIZ, Debora. **Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal.** Brasília: Letras Livres, 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “Casa de Bonecas”:** um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. 2008. 224 f. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

FELIZARDO, Nayara. Os jovens kamikazes: como nascem crianças-soldado das facções do Ceará. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 19 de mar. de 2019. Disponível em: < <https://theintercept.com/2019/03/19/kamikazes-criancas-soldado-faccoes-ceara/>>. Acesso em: 29 de mar. de 2019.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 363p. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008a.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo**. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 93-126, 2008b.

FORUM DCA CEARÁ - Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. **4º Relatório de Monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará Meio Fechado, Meio Aberto e Sistema de Justiça Juvenil**. Forum DCA, 2017.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre a minha vida e minha práxis**. São Paulo: Unesp, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Primeiro Passo: STDS anuncia 2.920 vagas para as linhas Estagiário e Aprendiz. **Portal do Governo do Estado do Ceará**, Fortaleza, 28 de mai. de 2018. Disponível em: < <https://www.ceara.gov.br/2018/05/28/stds-anuncia-2-920-vagas-para-as-linhas-estagiario-e-aprendiz/>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

GRILLO, Carolina Christoph. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. 2013. 291 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

GRILLO, Carolina Christoph. Da violência urbana à guerra: repensando a sociabilidade violenta. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 62-92, 2019.

HONÓRIO, Maria das Dores. **Cachaceiro e raparigueiro, desmantelado e largadão! Uma contribuição aos estudos sobre homens e masculinidades na região Nordeste do Brasil**. 2012. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 - aglomerados subnormais: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2018: uma análise das condições de vida da população Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INFOPEN. **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

LEITE, Orlana Rachel Lisboa. **Avaliação do atendimento socioeducativo prestado às adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LIMA, I. C. Bases conceituais e históricas para compreender as relações raciais no Brasil. *In*: SILVA, G. C.; LIMA, I. C.; MEIJER, R. A. **Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no ambiente escolar**. Redenção (CE): UNILAB, 2015. p. 13-32.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MALVACI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 288 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

MARINHO, Camila Holanda. **Viúvas de gangues**: O universo interdito da violência urbana juvenil. 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MARINHO, Camila Holanda. Juventudes: trajetórias, experiência e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do Capital. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. esp., p. 295-303, nov. 2016.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, Ago. 2008.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDONÇA, Ruskaia Fernandes. **Educação, gênero e criminalidade**: as adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto em Goiânia (2010-2014). 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2017.

NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. de. **Estudos sobre a discriminação em função da orientação e da identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, 2010.

PADOVANI, Natália Corazza. Poder e sexualidades dissidentes na prisão: discutindo a relação entre poder e prazer (homo)sexual na Penitenciária Feminina da Capital. *In*:

ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., 2010, Caxambu/mg. **Anais...** . Caxambu/mg: Anpocs, 2012.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos:** Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 400 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado.** 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Abr. 2019.

PAIVA, Luiz Fábio Silva.; BARROS, João Paulo Pereira; CAVALCANTE, Ricardo Moura Braga. Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 33, p. 73-98, Jan-Jun 2019.

PEREIRA, Nut. Infâncias limitadas por facções. **O Povo**, Fortaleza, 27 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2019/02/38118-infancias-limitadas-por-faccoes.html>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchiasão Paulo, 2009. p. 118-151. (Coleção Sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

PRLV- Programa de Redução de Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. **Homicídios na Adolescência no Brasil - IHA 2014.** Rio de Janeiro, RJ: PRVL, 2017.

REDAÇÃO. Sete Centros Socioeducativos da Capital estão com superlotação. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/sete-centros-socioeducativos-da-capital-estao-com-superlotacao-1.2075263>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-RJ/UNICEF/CIESPI, 2004.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Banco de Brasil:** crise de uma empresa estatal no contexto de reformulações do estado brasileiro. 2001. 636 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

SÁ, Leonardo Damasceno. **Guerra, Mundão e Consideração. Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz.** 2010. 283 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. A "guerra das facções" no Ceará (2013-2018): socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu/mg. **Anais [...]**. Caxambu/mg: Anpocs, 2018. p. 1 - 30.

SANTOS, Diego Junior da Silva *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J. Orthod.**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, junho 2010.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Famílias negras: uma perspectiva sobre raça, gênero e educação. **Revista Fórum Identidades**, Itabaiana, Ano 9, v. 17, jan-abr. 2015.

SANTOS-LIMA, Helen Tatiana. **As marcas do gênero na trajetória infracional juvenil: um estudo com meninas em cumprimento de medida socioeducativa.** 2018. 336 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, Universidade Católica de Brasília Curso de Ciências Sociais, Brasília, DF, 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

TÚLIO, Dimitri. No Grande Jangurusu, mais de 100 alunos de uma única instituição solicitaram transferência ou abandonaram os estudos, todos por medo ou ameaças de grupos criminosos. **O Povo**, 30 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/01/violencia-das-faccoes-atravesa-escolas.html>>. Acesso em 20 de maio de 2019.

TÚLIO, Dimitri. Juiz determinou a internação em centro feminino por considerar que o sistema socioeducativo do Ceará seria negligente em relação ao acolhimento LGBT de crianças e adolescentes. **O Povo**, Fortaleza, 7 de dez. de 2018. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/12/adolescente-trans-cumpriu-medida-em-unidade-feminina.html>>. Acesso em: 15 de dez. de 2018.

VIANA, Theyse. Facções impedem cumprimento de medidas socioeducativas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/faccoes-impedem-cumprimento-de-medidas-socioeducativas-1.1907997>>. Acesso em: 15 Abr. 18.

WEBER, Marx. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** Volume 1. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AS ADOLESCENTES

Questionário: N° _____	Data: ____/____/2019 Cidade: Fortaleza	Início: ____:____ Fim: ____:____
Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota		Número:

BLOCO I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Sexo:

1. Feminino.
2. Masculino.
3. Outro: _____

2. Se identifica como:

1. Mulher.
2. Homem.
3. Trans.

3. Idade:

1. 12 a 13 anos.
2. 14 a 15 anos.
3. 16 a 17 anos.
4. 18 anos.
5. Acima de 18 anos.

4. Cor / etnia:

1. Preto.
2. Pardo.
3. Branco.
4. Indígena.
5. Amarelo.
6. Outra: _____

5. Mora em:

1. Fortaleza.
2. Região Metropolitana de Fortaleza.
3. Interior do Ceará.
4. Outro Estado: _____

6. Mora com:

1. Pai e mãe com ou sem irmãos.
2. Mãe com ou sem os irmãos.
3. Pai com ou sem os irmãos.
4. Mãe e padrasto com ou sem os irmãos.
5. Pai e madrasta com ou sem os irmãos.
6. Avós com ou sem outros parentes.
7. Outros parentes.
8. Companheiro.
9. Companheira.
10. Amigos.
11. Sozinha (o).
12. Acolhimento institucional (pule para a 13).
13. Não possui residência fixa (pular para a 13).
14. Outra _____

7. Mora com:

1. Até 3 pessoas.
2. 4 a 5 pessoas.
3. 6 a 7 pessoas.
4. Mais de 8 pessoas.
5. Sozinha (o).

8. Quantas pessoas que moram na residência trabalham e/ou são aposentadas.

1. 1 a 2 pessoas.
2. 3 a 4 pessoas.
3. 5 pessoas ou mais.
4. Ninguém (pule para a 9).

8.1. Que tipo de trabalho? (Pode marcar mais de uma opção).

1. Emprego formal (com carteira assinada).
2. Emprego informal (sem carteira assinada).
3. Autônomo.
4. Trabalho eventual (bico).
5. Aposentado.
6. Trabalho ilegal.
7. Outro _____

9. Sua casa é:

1. Própria.
2. Alugada.
3. Cedida.
4. Financiada.

10. Sua casa é feita de:

1. Tijolo e não rebocada.
2. Tijolo e rebocada.
3. Pau a pique.
4. Palafita.
5. Madeira e outros materiais.
6. Outro: _____

11. Quantos cômodos? (sala, quarto, banheiro, cozinha).

1. Até 3 cômodos.
2. 4 a 5 cômodos.
3. 6 cômodos ou mais.

12. A sua casa possui:

1. Saneamento básico.

2. Fossa rudimentar.
3. Fossa séptica.

4. Nenhuma das opções.

BLOCO II - ESCOLARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

13. Estava estudando na época em que veio para este Centro?

1. Sim (pule para a 16).
2. Não (responder 14 e 15).

14. Parou de estudar:

1. Na Educação Infantil (creche / pré-escola).
2. No Ensino Fundamental I (1ª a 5ª série).
3. No Ensino Fundamental II (6ª a 9ª série).
4. No Ensino Médio.
5. Nunca estudei.

15. Idade que parou de estudar:

1. Antes dos 12 anos.
2. 12 a 13 anos.
3. 14 a 15 anos.
4. 16 a 17 anos.

16. Repetiu de ano na sua vida escolar?

1. Sim.
2. Não.

17. Fez algum curso profissionalizante antes de vir para este Centro?

1. Sim.
2. Não.

18. Pretende continuar estudando quando sair do centro?

1. Sim.
2. Não.

BLOCO III - RELAÇÕES FAMILIARES E INTERPESSOAIS

19. Número de irmãos:

1. Até 2 irmãos.
2. 3 a 4 irmãos.
3. 5 a 6 irmãos.
4. 7 ou mais irmãos.
5. Não tenho irmãos.

20. Pais casados ou vivem juntos?

1. Sim.
2. Não.

21. Relacionamento com a mãe:

1. Convive desde a infância.
2. Convivia durante a infância e pouco ou nenhum contato ou convivência durante a adolescência.
3. Pouco ou nenhum contato durante a infância e convive ou tem contato eventual na adolescência.
4. Pouco ou nenhum contato ou convivência desde a infância.
5. Falecida.
6. Não conhece.
7. Tem outro parente ou pessoa como mãe.

22. Relacionamento com o pai:

1. Convive desde a infância.
2. Convivia durante a infância e pouco ou nenhum contato ou convivência durante a adolescência.
3. Pouco ou nenhum contato durante a infância e convive ou tem contato eventual na adolescência.
4. Pouco ou nenhum contato ou convivência desde a infância.
5. Falecido.
6. Não conhece.

7. Tem outro parente ou pessoa como pai.

22.1 Na sua certidão de nascimento consta:

1. O nome da mãe e do pai.
2. Apenas o nome da mãe.
3. Outro: _____

23. Possui filhos?

1. Não.
2. 1.
3. 2.
4. 3 ou mais filhos.

24. Algum familiar já cumpriu medida socioeducativa ou esteve no sistema penitenciário? (pode marcar mais de uma opção).

1. Sim, prima(s) e/ou tia(s).
2. Sim, primo (s) e/ou tio (s).
3. Mãe.
4. Pai.
5. Sim, irmã (s).
6. Sim, irmão (s).
7. Sim, namorada.
8. Sim, namorado.
9. Sim, companheira.
10. Sim, companheiro.
11. Nenhum familiar.
12. Outro familiar: _____

25. Antes de vir para este centro estava:

1. Namorando.
2. Ficando.
3. Morando com companheira.
4. Morando com companheiro.

5. Não estava se relacionando.
 6. Outro tipo de relacionamento.
 Qual? _____

26. Tem experiência de morar com alguma companheira ou companheiro?

1. Sim.
 2. Não.

27. Quantas vezes já foi casada (o)?

1. Nenhuma vez.
 2. 1.

3. 2.
 4. 3.
 5. 4 ou mais vezes.

28. Relaciona-se com:

1. Apenas homens.
 2. Apenas mulheres.
 3. Homens e mulheres.

BLOCO IV – CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

29. Consome ou consumia bebida alcoólica?

1. Sim.
 2. Não (pule para 30).

29.1 Quantos anos você tinha quando fez uso de bebida alcoólica a primeira vez?

1. Antes dos 12 anos.
 2. 12 a 13 anos.
 3. 14 a 15 anos.
 4. 16 a 17 anos.

30. Consome ou consumia cigarro?

1. Sim.
 2. Não (pule para 31).

30.1 Quantos anos você tinha quando fez uso de cigarro a primeira vez?

1. Antes dos 12 anos.
 2. 12 a 13 anos.
 3. 14 a 15 anos.
 4. 16 a 17 anos.

31. Quais dessas substâncias proibidas você consome ou consumia? (pode marcar mais de uma opção):

1. Maconha.
 2. Cocaína.
 3. Loló.
 4. Rivotril/ Ripinol.
 5. Crack.
 6. Ecstasy.
 7. LSD.
 8. Nenhuma (pule para 32).
 9. Outra: _____

31.1 Quantos anos você tinha quando fez uso de uma substância proibida a primeira vez?

1. Antes dos 12 anos.
 2. 12 a 13 anos.
 3. 14 a 15 anos.
 4. 16 a 17 anos.

BLOCO V – ENTRADA NO SISTEMA E RELAÇÕES TERRITORIAIS

32. É sua primeira vez neste centro?

1. Sim (pule para a 34).
 2. Não.

33. Quantas vezes já esteve neste centro? Sem contar com esta.

1. 1.
 2. 2.
 3. 3.
 4. 4.
 5. 5 ou mais.

34. Está neste Centro por qual ato infracional?

1. Tráfico de drogas.
 2. Roubo.
 3. Homicídio.
 4. Latrocínio.
 5. Lesão corporal.
 6. Dano ao patrimônio.
 7. Receptação.
 8. Porte ilegal de arma.
 9. Outro: _____

34.1. Este é o seu primeiro ato infracional?

1. Sim (pule para 35).
 2. Não.

34.2. Qual foi o primeiro ato infracional?

1. Tráfico de drogas.
 2. Roubo.
 3. Homicídio.
 4. Latrocínio.
 5. Lesão corporal.
 6. Dano ao patrimônio.
 7. Receptação.
 8. Porte ilegal de arma.
 9. Outro: _____

35. Quantos anos você tinha quando praticou o primeiro ato infracional?

1. Antes dos 12 anos.
 2. 12 a 13 anos.
 3. 14 a 15 anos.
 4. 16 a 17 anos.

36. No seu bairro qual o grupo predominante?

1. CV.
 2. GDE.
 3. PCC.
 4. FDN.
 5. Outro: _____

37. Qual o seu vínculo com o grupo?

1. Batizado (a).

2. Simpatizante.
3. Conhece e/ou convive com alguns membros
4. Não possui vínculo.

38. Se sente ameaçada (o) em andar em determinados bairros em Fortaleza ou na cidade em que reside?

1. Sim.
2. Não.

39. Já foi ameaçada (o) de morte pelo grupo rival?

1. Sim.
2. Não.

40. Alguém próximo a você já foi assassinado devido aos conflitos entre facções? (pode marcar mais de uma opção).

1. Sim, prima (s) e/ou tia (s).
2. Sim, primo (s) e/ou tio (s).
3. Mãe.
4. Pai.
5. Sim, irmã (s).
6. Sim, irmão (s).
7. Sim, amiga (s).
8. Sim, amigo (s).
9. Sim, namorada.
10. Sim, namorado.
11. Sim, companheira.
12. Sim, companheiro.
13. Não.
14. Outro: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome escolhido:	Data: Cidade: Fortaleza	Início: Fim:
Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota		Número:

1. Qual sua idade?
2. Qual sua cor?
3. Você se identifica como mulher, homem, trans ou outro gênero?
4. Onde você nasceu e morava antes de vir para esta o Aldaci Barbosa?
5. Com quem você morava antes de vir para esta Unidade?
6. Como é a casa e o bairro em que você morava antes de vir para esta Unidade?
7. Como é sua relação com sua mãe? Fale um pouco sobre ela.
8. Como é sua relação com seu pai? Fale um pouco sobre ele.
9. Você tem irmãos? Fale um pouco sobre eles.
10. Tem outro parente ou pessoa que você seja mais próxima (o)? Quem?
11. Como foi sua infância?
12. Alguém da sua casa trabalha? Que tipo de trabalho?
13. Você já trabalhou?
14. Já fez algum curso profissionalizante, esporte ou arte?
15. Você estudava? Já ficou algum ano sem frequentar a escola e porquê? Já repetiu de ano?
16. O que você gosta de fazer para se divertir (fora da unidade)?
17. Com qual idade começou a namorar ou ficar?
18. Já morou com algum namorado ou namorada?
19. Já moro sozinha (o) ou com alguma amiga (o)? Porquê?
20. Se relaciona com homens, mulheres ou ambos?
21. Estava se relacionando com alguém antes de vir para esta Unidade? Me fale mais um pouco sobre este relacionamento.
22. Já teve alguma gestação e/ou filhos?
23. Você usa ou já usou cigarro, bebida alcoólica ou alguma substância proibida? Quais? Com que idade usou a primeira vez?
24. Porque você veio para o Aldaci Barbosa e há quanto tempo está aqui?

25. Já esteve neste Centro antes? Quantas vezes e por quê?
26. Ao ser aprendida (o) você sofreu alguma violência por parte da polícia?
27. Qual foi seu primeiro ato infracional, com quantos anos e como foi?
28. O que te motivou a cometer o primeiro ato infracional?
29. Como é sua vida aqui no Aldaci Barbosa? Fale um pouco como é.
30. Para você como é ficar em privação de liberdade?
31. No bairro em que você mora tem alguma facção dominante? Qual o seu tipo de vínculo com o grupo?
32. Como foi aproximação com a facção?
33. Para você como é ser envolvida?
34. Você já foi ameaçada (o) de morte? Pode frequentar qualquer bairro?
35. Alguma amiga, amigo, parente, namorado ou namorada já foi assassinado devido a rivalidade entre facções?
36. Você já participou de algum “atentado” como um membro (a) de grupo rival?
37. Algum parente, namorado ou namorada já foi preso ou no sistema socioeducativo?
38. Quais os seus planos para quando sair deste Centro?
39. Como você se imagina daqui três anos?